

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCOS GUTERMAN

A moral nazista

**Uma análise do processo que transformou crime em
virtude na Alemanha de Hitler**

SÃO PAULO

2013

MARCOS GUTERMAN

A moral nazista

Uma análise do processo que transformou crime em virtude na
Alemanha de Hitler

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciência
Humanas da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do
título de Doutor em História

Área de Concentração:
História Social

Orientador:

Profa. Dra. Anita Novinsky

SÃO PAULO

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História

Guterman, Marcos.

A moral nazista - Uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler / Guterman, Marcos; orientador Anita Novinsky. – São Paulo, 2013. 297 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2013.

1. Alemanha. 2. Nazismo. 3. Moral. 4. Holocausto. 5. Colapso da civilização. 6. Segunda Guerra Mundial. 7. Hannah Arendt.

GUTERMAN, Marcos. A moral nazista - Uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus avós,
Szaja (Severino) e Chaja (Helena),
que estiveram no inferno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mulher, Patrícia, que me ajudou na revisão desta pesquisa e, com sua infinita compreensão, tornou possível o meu trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Anita Novinsky, cuja sabedoria iluminou esta pesquisa.

Agradeço também aos colegas do Laboratório de Estudos da Intolerância (LEI/USP), que, ao longo desses anos, me ajudaram com sugestões e críticas. Faço menção especial a Monica Ibri e Miriam Oelsner, amigas cuja agudeza intelectual me estimulou a refinar esta tese.

Faço um agradecimento especial ao bom amigo Flavio Soares de Barros. Suas observações, baseadas em sua imensa cultura, foram decisivas no arremate do trabalho.

Agradeço ainda à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela oportunidade para que eu desenvolvesse esta pesquisa.

“O nazismo, intrinsecamente, é
um fato moral, um despojar-se
do velho homem, que está viciado,
para vestir o novo.”

Otto Dietrich zur Linde,

personagem nazista de

“Deutsches Requiem”, em

El Aleph (1949), de

Jorge Luis Borges

RESUMO

GUTERMAN, Marcos. **A moral nazista - Uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler**. 2013. 297 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013

A Alemanha, sob o nazismo, experimentou um processo de inversão moral que, combinado a outros fatores, como o nacionalismo e o racismo em escala nunca vista, levou o país a cometer crimes sem paralelo na História. A partir da base teórica oferecida por Hannah Arendt e por meio da análise de diários de alemães envolvidos diretamente com o nazismo – quer como militantes, quer como simpatizantes, quer como críticos –, esta pesquisa procura contextualizar esse processo, discutindo como uma sociedade sofisticada e desenvolvida se deixou envolver pela ideia de que sua sobrevivência, em última análise, dependia da destruição do “Outro”, isto é, dos povos que não integravam seu ideal de civilização e humanidade. O trabalho dedica-se ainda a observar que a inversão moral foi tão completa e abrangente que envolveu igualmente as vítimas e praticamente impediu que surgisse qualquer forma de resistência organizada. Será dada especial ênfase ao papel do pensamento *völkisch*, que misturava nacionalismo e romantismo em doses suficientes para tornar a violência um valor positivo, e ao papel da burocracia, que transformou o assassinato numa tarefa como outra qualquer, aliviando consciências e viabilizando o genocídio.

Palavras-chave: Alemanha. Nazismo. Moral. Holocausto. Colapso da civilização. Segunda Guerra Mundial. Hannah Arendt.

ABSTRACT

GUTERMAN, Marcos. **The Nazi moral - An analysis of the process that transformed crime in virtue in Hitler's Germany.** 2013. 297 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013

Germany, under the Nazi regime, experienced a process of moral inversion which, combined with other factors, such as nationalism and racism on a scale never seen, led the country to commit crimes without parallel in History. Using the theoretical basis offered by Hannah Arendt and analyzing the diaries written by Germans directly involved with Nazism – either as militants, as supporters or as critics – this research aims to contextualize this process, discussing how a sophisticated and developed society was caught by the idea that its survival ultimately depended on the destruction of the “Other”, that is, the people who did not belong to its ideal of civilization and humanity. The work also aims to observe that the moral inversion was so complete and comprehensive that also involved victims and prevented the arising of any form of organized resistance. Emphasis will be given to the role of the *völkisch* movement, that mixed nationalism and romanticism in doses sufficient to transform violence in value, and to the role of the bureaucracy, which turned the murder into a task like any other, relieving consciences and thus enabling genocide.

Key words: Germany. Nazism. Moral. Holocaust. Collapse of civilization. World War II. Hannah Arendt.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Debate teórico e bibliográfico, problematização e hipóteses	12
1.2 Metodologia e fontes documentais.....	31
1.3 Periodização	35
2. A INVERSÃO MORAL	38
2.1 Fundamentos de moral.....	38
2.2 O conceito nazista de moral	43
3. O CRIME COMO VIRTUDE, A VIOLÊNCIA COMO VALOR	95
3.1 O fanatismo nazista.....	95
3.2 A gênese do mal-estar da burguesia alemã.....	125
3.3 A legalização do crime	150
4. SHOAH: UM IMPERATIVO MORAL.....	251
4.1 O extermínio como tarefa burocrática.....	251
4.2 O papel do “Judeu conceitual”	261
5. CONCLUSÃO.....	278
6. BIBLIOGRAFIA.....	285
6.1 Fontes primárias	285
6.2 Fontes secundárias e bibliográficas	288
6.3 Artigos de revistas	295
6.4 Arquivos digitais.....	296
6.5 Documentos digitais.....	297

1. INTRODUÇÃO

1.1 Debate teórico e bibliográfico, problematização e hipóteses

Na apresentação do livro *Ich denk' so viel an Euch* (*Eu penso tanto em vocês*), que reúne a correspondência da família alemã Gebensleben durante a ascensão do nazismo, o escritor Walter Kempowski diz que

[...] uma das questões básicas da História alemã resiste ainda hoje: como foi possível que a maioria da classe média alemã, ou seja, pessoas moralmente decentes, como a família Gebensleben, tenham rompido com as tradições nacionais alemãs e contribuído não só para o sucesso eleitoral do movimento nazista, mas também para a relativa estabilidade do governo nazista?¹

O enfrentamento da questão moral, exposta por Kempowski, não é comum na historiografia sobre o nazismo. O mergulho de um país altamente civilizado na barbárie geralmente é atribuído aos poderes carismáticos de Hitler, aos efeitos da crise econômica sobre a Alemanha, às humilhações impostas pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial, ao medo do comunismo, ao ultranacionalismo da elite militar e da aristocracia alemãs e a um antisemitismo raivoso, ou à soma de todos esses fatores, acrescida do fato de que a Europa igualmente temia o comunismo e nada fez para frear a marcha nazista, até que fosse tarde demais. Tudo isso é verdadeiro e deve, obviamente, ser levado em conta, mas não toca na essência do problema, isto é, no mecanismo de transformação de homens e mulheres comuns – bons pais de família, trabalhadores dedicados a suas tarefas corriqueiras, intelectuais

¹ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk' so viel an Euch: ein deutsch-holla□ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, contracapa.

inquestionavelmente preparados, professores, médicos, advogados – em cúmplices (e muitas vezes protagonistas) dos crimes mais bárbaros do século XX e, talvez, de toda a História. Não há circunstâncias meramente políticas ou econômicas que, por mais importantes ou determinantes que sejam, respondam completamente às questões-chave para a compreensão do fenômeno nazista.

Como foi possível? Como toda uma nação, com exceções numericamente insignificantes, aderiu a um regime cujo propósito declarado era aniquilar povos inteiros, inclusive o próprio povo alemão, se fosse o caso? Como foi possível a toda uma nação, num intervalo de alguns poucos anos, superar milênios de tradição moral judaico-cristã para dar seu apoio, direto ou indireto, à violação, em escala jamais vista, do mandamento que determina “Não matarás”?

O objetivo desta tese, portanto, é investigar essa inversão moral, que permitiu a construção do nazismo e a destruição das estruturas que caracterizam a diversidade social, no projeto de “Estado total”, voltado exclusivamente para cometer crimes. Trata-se de uma tentativa de demonstrar que o fenômeno nazista e seus efeitos deletérios não dizem respeito exclusivamente aos alemães nem muito menos apenas aos judeus, e sim ao modo de vida moderno, com seus sistemas racionais e científicos supostamente civilizadores, mas cuja mecânica essencial ensejou a ruína humana que teve na *Shoah*² seu símbolo mais impactante. A mesma sociedade que desenvolveu formidáveis estruturas de coerção e de interdições, com o propósito de impedir que seus integrantes se consumissem uns aos outros como animais, conforme a visão hobbesiana, e que construiu um aparentemente sólido edifício moral, foi capaz de engendrar o massacre de milhões de seres humanos como se isso não passasse de uma insípida tarefa burocrática.

Para compreender esse processo, é preciso examinar de que maneira a sociedade alemã deixou-se envolver pela “coordenação” (*Gleichschaltung*) de todas as instâncias da vida cotidiana, como se todos os circuitos elétricos da “máquina social” pudessem ser acionados por uma única chave, a da ideologia

² Este trabalho usará o termo *Shoah* para designar aquilo que ficou conhecido genericamente como “Holocausto”, porque considero a expressão em iídiche, que significa *calamidade*, mais adequada do que “Holocausto”, que remete ao sacrifício bíblico e que acabou banalizado, servindo agora para referir todo e qualquer massacre étnico ou religioso.

nazista. Nenhum indivíduo, criança ou adulto, tinha existência reconhecida senão dentro de alguma organização nazista, para a qual esses indivíduos eram empurrados quer fosse pela crença sincera nas virtudes nazistas, quer pelo temor de parecer impatriótico, quer pelo medo de perder o “trem da história”, e quer pelo simples medo da violência física, que era imposta aos dissidentes do regime à luz do dia.

Por meio dessa coordenação, tudo deveria funcionar não mais segundo a lei ou a razão, mas segundo o “desejo” do Führer – palavra alemã que normalmente é traduzida como “líder”, por seu óbvio aspecto político, mas que, no presente caso, seria mais bem compreendida como “guia”, isto é, aquele que conduz, uma espécie de “profeta”, que é como o ditador nazista, Adolf Hitler, gostava de ser visto. Considerar Hitler como “guia”, como fizeram os alemães durante mais de uma década, significava abdicar da capacidade de ler o mundo segundo a consciência individual para deixar-se conduzir de acordo com as normas morais de um “iluminado” ditador que, ademais, assumiu toda a responsabilidade por todos os crimes perpetrados por toda a Alemanha.

No dizer do historiador britânico Ian Kershaw, um dos mais importantes pesquisadores do nazismo, o legado profundo de Hitler – o trauma moral que ele legou à posteridade – ainda não passou: “A ditadura de Hitler significou o colapso da civilização moderna – uma forma de explosão nuclear no meio da sociedade moderna. Ela mostrou do que somos capazes”.³ A guerra empreendida por Hitler deixou a Alemanha e a Europa não só fisicamente dividida e em ruínas, mas “moralmente destruída”, e isso “ainda precisa ser explicado”, afirma Kershaw.⁴ A pensadora alemã Hannah Arendt tem opinião semelhante à do historiador britânico: “Em menos de seis anos, a Alemanha demoliu a estrutura moral da sociedade ocidental”.⁵ Para ela, “sem levar em consideração o colapso quase universal, não da responsabilidade pessoal, mas do julgamento pessoal nos primeiros estágios do regime nazista, é impossível compreender o que realmente aconteceu”.⁶ Raul Hilberg, o pioneiro dos estudos da *Shoah*, lembra que não houve nenhuma oposição ao extermínio, e nenhum

³ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. XX

⁴ *Ibid.*, p. XX

⁵ ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 270

⁶ *Idem*. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 86

obstáculo moral se provou insuperável: “A velha ordem moral não se impôs em nenhum lugar ao longo dessa trajetória. Eis um fenômeno da maior magnitude”.⁷

Mesmo na ficção, essa questão se encontra pendente. No conto “Deutsches Requiem”, de Jorge Luis Borges, o personagem nazista Otto Dietrich zur Linde, um intelectual leitor de Shakespeare e Schopenhauer, reflete sobre as atrocidades que ajudou a cometer e diz que não pretende ser perdoado, já que “não há culpa em mim”.⁸ Ao tentar encontrar justificativas para seus crimes, declara que o nazismo é, em si mesmo, “um ato de moralidade”.⁹ Isso significa, como veremos, que o dever de resistir à tentação de fazer o Mal, característica essencial da moralidade judaico-cristã, foi substituída, no nazismo, pelo seu exato oposto, isto é, pelo dever de resistir à tentação de fazer o Bem. Para esse objetivo, era preciso destruir implacavelmente o “Outro”, aquele que o fazia o algoz lembrar da incontornável necessidade humana da moral, algo a que o personagem de Borges dá o nome de “insidiosa piedade”.¹⁰

Diante disso, será necessário discutir o conceito de moral e de que modo essa moral foi invertida pelos nazistas para, então, ser estabelecida como norma na sociedade alemã. No eixo teórico, a moral será entendida como o comportamento virtuoso do indivíduo perante o mundo a partir do seu conhecimento dos valores comuns da vida em sociedade, que formam sua consciência. É a “voz de Deus”, para os religiosos, ou é a razão do indivíduo, para os secularistas. Como veremos, o nazismo transformou a consciência, aquela que estrutura a moral, num conjunto externo ao indivíduo e mesmo independente dele; indo mais longe, o nazismo se apresentou ele mesmo como a consciência moral da sociedade, a partir da qual todos deviam agir, eliminando a “culpa” por atos que seriam considerados criminosos segundo o conjunto de valores que o Terceiro Reich tratou de destruir.

⁷ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 278

⁸ BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Buenos Aires: Emecé, 1982, p. 82

⁹ *Ibid.*, p. 85

¹⁰ *Ibid.*, p. 85

O aparato ideológico que deu forma a esse fenômeno contou com o aval decisivo de cientistas e intelectuais alemães, que foram aqueles que determinaram, com base em conceitos indisputáveis, quem era digno de consideração moral. Em geral, as teorias desses ideólogos convergiam para a conclusão segundo a qual, se todo aquele que fosse de fora da comunidade ideal, a chamada *Volksgemeinschaft*, poderia ser tratado como não humano – e, portanto, não merecia viver. Nem todo ser humano é humano, dizia Carl Schmitt, um dos grandes intelectuais que emprestaram seu talento para justificar a barbárie nazista.¹¹ Eis a pedra fundamental da moral do Terceiro Reich, identificada por Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém*, que é o ponto de partida teórico deste trabalho.

Em sua elaboração sobre a inversão moral, Arendt sustenta que até algumas vítimas da violência, isto é, os judeus, foram levadas a crer que o correto seria colaborar com o algoz, quer por razões de sobrevivência, quer porque não souberam ler a realidade, quer porque acreditavam, por diversas razões, que o melhor a fazer era cooperar. Ela escreve que esse é o exemplo “da totalidade do colapso moral que os nazistas provocaram na respeitável sociedade europeia – não apenas na Alemanha, mas em quase todos os países, não só entre os perseguidores, mas também entre as vítimas”.¹²

O aspecto da colaboração dos líderes judeus com o processo de extermínio integra um dos debates mais incômodos e ácidos sobre o período do nazismo e foi trazido à luz por Arendt, o que lhe custou muitos dissabores e a levou a ser hostilizada em Israel e por diversos historiadores judeus. Todo o seu trabalho intelectual passou a ser questionado graças à violência empregada pelos críticos, que “assumiu as proporções de um pogrom”, como descreveu Mary McCarthy, grande amiga de Arendt.¹³ A ofensiva atingiu não apenas Arendt, mas também aqueles que a defendiam, como aconteceu com o historiador Raul Hillberg pioneiro do estudo da *Shoah*, durante um debate em

¹¹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 2

¹² ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 142

¹³ EZRA, Michael. *The Eichmann Polemics: Hannah Arendt and Her Critics*. **Democratiya**, Nova York, edição 9, 2007, p. 142.

Nova York, no qual ele foi hostilizado no momento em que argumentou que os judeus “recusaram-se a encarar a realidade de sua iminente destruição”.¹⁴

Os ataques a Arendt começavam por apontar os diversos erros factuais contidos no seu trabalho, como uma forma de desqualificar suas conclusões. Desconsiderava-se o fato de que o texto de Arendt foi produzido no calor do julgamento e sem ajuda de ninguém, razão pela qual ela não pôde (ou considerou desnecessário para seus propósitos) confirmar completamente as informações que publicou. O importante era apontar a crueldade de Arendt ao supostamente esperar que os judeus resistissem.

Pode-se argumentar, como fazem seus críticos de modo geral, que Arendt violentou sua própria teoria sobre o totalitarismo ao cobrar das lideranças judaicas que tivessem capacidade de julgar o que estava acontecendo, embora essas lideranças não dispusessem de informações suficientes para isso. Mas essa conclusão não é inteiramente verdadeira, pois estava claro como a luz do dia que os judeus europeus estavam sendo alijados do mundo dos vivos, encerrados em guetos e campos de concentração, o que era o primeiro passo natural para a sua eliminação física. O que Arendt esperava, e ela reitera isso diversas vezes, é que os líderes judeus ao menos não colaborassem com os algozes – e era isso o que eles estavam fazendo, quer fosse pela esperança de salvar pessoas entregando outras ao carrasco, quer porque acreditassem que podiam salvar-se a si mesmos. Ela esperava que esses líderes não fizessem nada, isto é, que não facilitassem o trabalho dos nazistas e não aceitassem o papel que o regime lhes estava reservando.

O centro da crítica a Arendt é que ela igualou os judeus aos nazistas, fazendo uma inaceitável equivalência moral entre vítimas e algozes. O historiador Gershom Scholem, um dos grandes amigos de Arendt, manteve com ela uma correspondência em que expressou todo o seu desgosto pelas conclusões a que ela havia chegado, e o aspecto que mais o incomodou foi justamente o que ele chamou de “transgressão moral” da pensadora. Para Scholem, só havia um lado mau, e apenas um, na história da Alemanha nazista.

¹⁴ EZRA, Michael. *The Eichmann Polemics: Hannah Arendt and Her Critics*. **Democratiya**, Nova York, edição 9, 2007, p. 152.

Assim, o problema não eram os erros factuais de Arendt, mas sua imoralidade. As vítimas, diz Scholem, não podiam ser julgadas, pois tal julgamento só poderia ser feito pelo mortos – tanto os reais quanto os figurativos, isto é, os que, embora tenham sobrevivido, tiveram arrancada de si a sua alma. Scholem escreve:

Quem de nós pode dizer hoje que decisões os líderes dos judeus [...] deveriam ter tomado naquelas circunstâncias? Eu não li menos do que você sobre esse assunto e ainda não estou convencido; mas sua análise não me dá a confiança de que sua certeza é melhor do que a minha incerteza. Alguns dos líderes judeus eram covardes, outros eram santos. Li muito sobre essa diversidade. Havia entre eles muitos que não eram nada diferentes de nós mesmos, que foram obrigados a tomar decisões terríveis em circunstâncias cuja reprodução ou reconstituição nos é impossível. Eu não sei se eles estavam certos ou errados nem tenho condições de julgar. Eu não estava lá.¹⁵

O que Scholem estava propondo, em resumo, era que qualquer julgamento a respeito dos judeus e de sua participação no sistema que gerou sua própria desgraça durante o Terceiro Reich era, por definição, imoral – e fruto de antissemitismo. Arendt, aliás, foi acusada de ser uma judia que odiava sua condição de judia, a chamada *self-hating Jew*. Foi acusada também de ter “simpatia” por Eichmann, ao sugerir que ele não sabia o que estava fazendo. Como veremos neste trabalho, Arendt não quis dizer que Eichmann era inocente, mas que ele não interpretava o que estava fazendo como um crime, já que havia renunciado à capacidade de pensar. A grande contribuição da pensadora alemã para o estudo da *Shoah*, a despeito dos diversos problemas no livro *Eichmann em Jerusalém*, é justamente demonstrar que um dos principais artífices do genocídio, Eichmann, não era um assassino sádico, e sim um homem comum, que não era especialmente antissemita e que fez tudo para ser um burocrata exemplar. É um novo tipo de criminoso: aquele que comete o crime porque é obediente à lei. A “banalidade do mal”, expressão que Arendt usou para qualificar sua teoria, não significava que, para ela, os crimes do

¹⁵ KAPOSI, David. To Judge or Not to Judge: The Clash of Perspectives in the Scholem-Arendt Exchange. **Holocaust Studies: A Journal of Culture and History**, vol. 14, nº 1, 2008, p. 100.

nazismo haviam sido banais, e sim que as atrocidades eram banais apenas para os carrascos. Ao qualificar o mal de “banal”, Arendt enfrentou a tradição ocidental, que reputa o mal como essencialmente depravado, o que explica em parte a reação raivosa que ela gerou.

Nenhum argumento demoveu os críticos de Arendt da convicção de que ela havia desculpado os nazistas e culpado os judeus. “Ouviram-se um coro de sentimentos ofendidos contra Hannah Arendt quando ela sugeriu que as vítimas de um regime desumano deviam ter perdido algo de sua humanidade no caminho para a perdição”, diz o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, para dar razão à pensadora alemã.¹⁶ Ele considera exagerado, da parte de Arendt, atribuir aos líderes comunitários judeus papel tão proeminente no genocídio e diz que é muito provável que a *Shoah* teria acontecido de qualquer maneira – mas numa dimensão bem menor.¹⁷ Por outro lado, Bauman atesta que a colaboração judaica era uma realidade generalizada, inclusive na organização das vítimas para encaminhá-las a seu destino mortal, e isso foi decisivo: “A cooperação das vítimas com os burocratas da SS foi parte do projeto: com efeito, foi uma condição crucial do seu sucesso”.¹⁸ Essa cooperação se deu em razão do fato de que a administração da SS absorvia a todos – carrascos e vítimas – no mesmo e único processo gerencial dos campos da morte, de modo a aliviá-las de qualquer peso de responsabilidade moral, pois esta recaía na “organização”.

O espírito burocrático alemão e seu pendor fanático pelo cumprimento de suas tarefas podem ajudar a entender a disseminação do micropoder pela malha de intersecções do Terceiro Reich, garantindo-lhe o suporte necessário para seu objetivo mais importante, qual seja, o de preparar a Alemanha para seu futuro glorioso. Cada um dos pequenos burocratas espalhados pelos corredores do regime sentia ser, ele mesmo, o Führer, como se a mensagem do Führer fosse universal e estivesse incorporada em cada franja do Reich. Além disso, o movimento concedia a sensação de força a quem, normalmente, tinha de se submeter a formas tradicionais de poder, como a dos pais e dos professores – a Juventude Hitlerista foi o caso exemplar, por transformar milhões de jovens

¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 12

¹⁷ *Ibid.*, p. 143

¹⁸ *Ibid.*, p. 42

alemães em pequenos ditadores, prontos a agir segundo a doutrinação recebida e seus próprios instintos destrutivos. Nesse aspecto, é preciso investigar se havia mesmo necessidade de alguma “ordem” de Hitler para que o Holocausto fosse realizado, ou se a própria organização montada por ele deu conta disso, de modo inercial. Visto dessa maneira, o estudo da estrutura de poder de Hitler ganha importância essencial.

A mentira, o segredo e o terror são o núcleo desse processo de reorganização da sociedade alemã com vista à revolução racial. A partir dessa noção, a realidade é esvaziada de sentido e concretude: só o subterrâneo, aquilo que não é visível, aquilo que é apenas intuído pela “lógica”, é visto como o “real”. Nesse sentido, e com base nos efeitos sobre os alemães comuns documentados em seus diários e em suas correspondências, é importante localizar o papel da conspiração na estratégia ideológica nazista, como forma de sustentar a noção de que não cabe qualquer tipo de consideração humanitária em relação ao “inimigo” a ser aniquilado. Como esse “inimigo” atua somente no subterrâneo, de acordo com essa concepção, quanto menos transparente for a ação política, mais eficiente ela será. A “verdadeira” política, para os nazistas, é a que se trama na escuridão, no embate apocalíptico entre duas visões de futuro – a deles e a dos judeus. Tudo o que é positivo se torna negativo, e tudo o que é negativo ganha significado positivo.

A visão da luta existencial subterrânea está igualmente na essência do pensamento metafísico formulado pelo protestantismo de perfil nacionalista. A teologia protestante na Alemanha, já antes de Hitler, via o judeu e o marxista como influências destrutivas. O Terceiro Reich surgiu assim como um veículo ideal para atacar esse inimigo espiritual e construir uma concepção de redenção de acordo com a nova realidade racial.¹⁹ A linguagem e a estrutura do discurso nazista estão permeadas pela salvação proporcionada por Hitler, como um messias, que se via como um veículo de Deus – e cujas ações, portanto, encontravam justificativa nos mistérios do espírito. Esse perfil foi decisivo para

¹⁹ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 222, 223

converter parte significativa dos alemães ao nazismo, oferecendo-lhes uma nova lógica moral, em que o charlatanismo chega ao poder e subverte a razão.²⁰

Os subterrâneos descritos no mais emblemático panfleto antissemita da História, os *Protocolos dos Sábios de Sião*, antes de serem uma ameaça, eram tidos pelos nazistas como um “exemplo” de estratégia, e por essa razão serão analisados mais detidamente. Arendt aborda esse mecanismo em *As Origens do Totalitarismo*, cujo último capítulo, acerca da substituição da moral pelo terror, igualmente será utilizado como base teórica.

Ao lado de Arendt, a engenharia para que o sucesso do pensamento genocida fosse possível é estudada por Norbert Elias em *Os Alemães*, sobretudo no capítulo “O colapso da civilização” – que, como Arendt, também parte do julgamento do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann em Jerusalém para discutir o colapso moral na Alemanha. Elias argumenta que as condições para o surgimento do nazismo não começaram nem acabaram com ele, o que implica considerar uma predisposição europeia para o totalitarismo em detrimento da democracia:

Muitos eventos contemporâneos sugerem que o nacional-socialismo revelou, talvez de uma forma particularmente clamorosa, condições comuns de sociedades contemporâneas, tendências de agir e de pensar que também podem ser encontradas em outros lugares.²¹

Não é fácil aceitar essa ideia, sobretudo por conta da noção que temos da civilização como algo “natural”, razão pela qual é necessário incluí-la no debate teórico aqui proposto.

O objetivo, com Arendt, Bauman e Elias, é também tentar explicar os efeitos do nazismo como um mal europeu em meio ao colapso dos impérios e como resposta direta ao medo da modernidade e seu conseqüente embaralhamento de valores, representado pelo internacionalismo – cujos

²⁰ KLEMPLENER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 189

²¹ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 271

símbolos mais usados foram o judeu e o comunista. A hostilidade ao Ocidente, e conseqüentemente à sua moral e à sua cultura, aparece na literatura alemã romântica que antecedeu o nazismo. A visão negativa sobre a cultura moderna do século XIX, impregnada da noção de que se tratava de uma arma para destruir as referências de um passado nacional idealizado, nasceu no meio do próprio Ocidente, num processo de autodestruição que resultaria em duas guerras mundiais e na *Shoah*. Esse raciocínio está também no livro *Modernidade e Holocausto*, de Bauman, outro pensador que parte do julgamento de Eichmann para abordar a indiferença moral e também o medo do diferente como parâmetros que nortearam o genocídio dos judeus.

O mais perturbador, diz Bauman, é que o sucesso do nazismo prova que o comportamento considerado “normal” não diz respeito ao valor da ação propriamente dita (o genocídio, por exemplo), mas àquilo que se consagra como “normal” dentro de “senso comum” construído pela propaganda e pelo terror.²² À organização que se propõe a exterminar todo um povo resta fornecer aquilo que Bauman chama de “pílulas de entorpecimento moral”, isto é, o espírito burocrático e a tecnologia que torna o assassinato um empreendimento meramente sanitário.²³

Em contrapartida, neste quadro teórico, é pertinente deixar claro que este trabalho não aceita a ideia segundo a qual o eliminacionismo, isto é, o perfil genocida do antissemitismo nazista, só seria possível na Alemanha, em razão de um suposto traço característico germânico, identificado pelo historiador americano Daniel Jonah Goldhagen em seu polêmico estudo *Os Carrascos Voluntários de Hitler*, de 1997. Tal proposição apresenta vários vícios de origem. Elias, que morreu em 1990 e, portanto, que não conheceu o trabalho de Goldhagen, descartou como “fantasiosos” os argumentos segundo os quais há algo na “natureza” dos alemães que os impeliu à violência extrema contra os judeus.²⁴ Para ele, somente na História, e não na antropologia ou na psicologia, é possível encontrar respostas a esta questão. O ensaísta francês George Steiner, por sua vez, lembra que “observadores da época esperavam que o câncer (*do*

²² BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 38

²³ *Ibid.*, p. 46

²⁴ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 282

antisemitismo eliminacionista) se espalhasse primeiro, e de maneira mais violenta, na França”, um país em que a relação com os judeus era muito mais complicada e hostil do que na Alemanha.²⁵ Logo, é temerário vincular aos alemães, e apenas a eles, um traço antisemita tão violento que os distinguiria do resto da Europa, como faz Goldhagen.

Mas Goldhagen resolveu correr o risco e fez uma espécie de arqueologia do antisemitismo alemão para capturar, em um passado remoto, as raízes do que ele chama de “mentalidade eliminacionista” alemã, considerando o nazismo como continuidade natural dessa particular tendência germânica. Segundo ele,

[...] não é de surpreender, para evitar eufemismos, que durante a administração nazista a vasta maioria dos alemães tenha permanecido antisemita, seu antisemitismo tenha continuado virulento e de bases raciais e a solução eliminacionista permanecido socialmente aceita para a resolução do “problema judeu”.²⁶

Goldhagen dá entender que os participantes do massacre que não se sentissem à vontade no papel de carrascos poderiam declinar e abandonar seus postos, sem que fossem punidos. Ao menos nesse aspecto, Goldhagen tem o apoio de Arendt, para quem que os envolvidos diretamente na matança poderiam não participar, se não quisessem, “sem grandes consequências”.²⁷ Ou seja: de acordo com essa tese, ninguém era realmente obrigado a atuar no genocídio, e quem o fez não foi graças a constrangimento hierárquico ou por medo de ser punido – o que, para Goldhagen, é prova suficiente do antisemitismo eliminacionista atávico dos alemães comuns. No entanto, para Christopher Browning, autor de *Ordinary Men*, estudo pioneiro sobre a participação de alemães comuns no genocídio, Goldhagen exagera ao considerar todos os antisemitas do país como eliminacionistas e ao entender o antisemitismo como um traço absolutamente sólido e generalizado da

²⁵ STEINER, George. *In Bluebeard's Castle – Some Notes Towards the Redefinition of Culture*. New Heaven: Yale University Press, 1971, p. 36

²⁶ GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 100

²⁷ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 107

sociedade alemã.²⁸ O centro da tese de Browning é justamente a tentativa de demonstrar que o nazismo de fato contou com a apatia e a omissão da sociedade alemã, mas que o antissemitismo não era um traço particularmente marcante no país, pelo menos não ao ponto de ser possível antever o genocídio, e que, ademais, não havia um único tipo de antissemitismo na Alemanha. A violência generalizada contra os judeus e a destruição do espírito democrático só foram possíveis graças a uma combinação de mentiras, violência e propaganda, engendrada num momento histórico propício ao fascismo.

A tese de Goldhagen, portanto, confere peso excessivo às particularidades alemãs, e mesmo ao antissemitismo pré-moderno, que teve papel apenas marginal no processo, uma vez que, embora houvesse antipatia de boa parte dos alemães em relação aos judeus, esse sentimento nem de longe autoriza os pesquisadores a aceitar que ele pudesse ser transformado em ânsia assassina; isso só foi possível, como veremos, graças a uma combinação de fragilidade política e excelência burocrática, que criaram tanto a liderança carismática necessária ao projeto eliminacionista quanto o sistema técnico que possibilitou o genocídio sem que isso causasse qualquer problema de consciência para os alemães. Ao ignorar esses fatores, evidentes em quase todas as pesquisas recentes, Goldhagen limitou em demasia a interpretação do fenômeno nazista, reduzindo-o a uma questão de ódio antissemita especificamente alemão – que nunca existiu no nível que ele alega, razão pela qual os líderes nazistas, para insuflar os alemães contra os judeus, tiveram de investir pesadamente em propaganda, nem sempre com sucesso, e coibiram a violência antissemita de seus militantes uniformizados para não desagradar aos muitos alemães que gostavam de seus vizinhos judeus. Como adverte Bauman, “esse exercício de explicar o crime por sua germanidade é um exercício que absolve todos os demais e, em particular, tudo o mais nele envolvidos”.²⁹

Outro aspecto teórico importante que permeia este trabalho aparece no último capítulo de *As Origens do Totalitarismo*, de Arendt. Trata-se da noção de aceleração da História. Segundo essa ideia, o Líder é portador da verdade

²⁸ BROWNING, Christopher R. *Ordinary Men – Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. Nova York: HarperCollins, 1998, p. 194

²⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.

histórica e, por conhecer o futuro, coloca o projeto nazista acima de qualquer outra consideração moral, abrindo caminho para o extermínio do inimigo que é visto como obstáculo a esse projeto. Escreve Arendt que

[...] a legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na Terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiem a conduta individual. Aplica a lei diretamente à humanidade, sem atender à conduta individual. Espera que a lei da Natureza ou a lei da História, devidamente executada, engendre a humanidade como produto final.³⁰

Para o nazismo, a História caminhava inexoravelmente para a destruição do mundo contaminado pela modernidade e pela degradação racial. Assim, era necessário acelerar essa depuração, preparando o mundo para a “raça superior”, processo que, por definição, opunha-se a qualquer consideração de caráter democrático e mesmo a qualquer padrão moral tradicional. Um dos pilares da vanguarda desse projeto era, de novo, a Juventude Hitlerista, organização que resume o esforço nazista de doutrinar a geração de jovens sob o Reich sobre seu papel no futuro – a maioria dos grupos juvenis alemães que precederam a Juventude Hitlerista já demonstrava inclinação para hostilizar a República e a modernidade e defender a “pureza moral” que seria a alma da estrutura ideológica nazista.³¹

Nesse cenário de tudo ou nada, os alemães comuns aceitaram, praticamente sem resistência, o discurso segundo o qual a democracia e as liberdades individuais não só eram indesejáveis como eram vistas como uma arma do inimigo para desestruturar a sociedade. A resposta a isso devia ser a emergência de um Líder de autoridade incontestável, capaz de conduzir a Alemanha a sua glória, uma demanda dos conservadores desde antes da Primeira Guerra.

³⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 514

³¹ MERKL, Peter H. *Political Violence under the Swastika: 581 Early Nazis Papers*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1975, p. 230

Um resumo desse sonho antidemocrático aparece na literatura de Ernst Jünger, o autor que personifica o elogio à guerra: para ele, a Alemanha precisava de um Líder adequado à “era da máquina”, um homem de “inteligência incomum” e que estivesse “acima de partidos e divisões ideológicas”.³² “Ele (*o Líder*) deve se comunicar com seus ouvintes numa fé apodíctica”, escreveu Rudolf Heß, que simboliza a devoção a Hitler em seus primeiros anos como político e orador e que viria a ser o número dois do Führer em sua trajetória rumo ao poder. “Só então a massa de seguidores será levada para onde tem de ser conduzida. Dessa forma, eles vão seguir o Líder mesmo se obstáculos forem encontrados, porque a comunicação se deu em termos de crença incondicional na autenticidade absoluta da missão do Führer e de seu próprio povo”.³³

Nesses termos, o Líder e seu movimento são os únicos capazes de lutar contra um inimigo que, na visão nazista, provoca e explora o caos da modernidade, que representa a fragilização social, por meio da destruição de valores culturais e da revolução política – a República de 1918 é assim, de certa maneira, a materialização desse estado tumultuado de coisas, e a aniquilação dos judeus é apresentada, pelos teóricos nazistas, como um meio de enfrentar a modernidade. É um confronto de tudo ou nada, de vida ou morte, como o próprio Hitler declararia já em 1924, quando escreveu que a “nova” Alemanha tinha como missão aniquilar o comunismo e, desse modo, “nosso inimigo moral, o judeu”.³⁴ Essa luta não poderia se escorar em instituições comuns, mas em violência oficializada e em liberdade de ação irrestrita do Líder e da estrutura de poder. “Era uma mentalidade que não apenas contribuiu para a ascensão do nazismo, mas também para a indiferença moral em relação à violência que foi tão generalizada no Terceiro Reich”, argumenta Kershaw.³⁵ As decisões de Hitler que provocaram a guerra foram tomadas segundo a certeza irracional de

³² SCHOLDT, Günter. *Autoren über Hitler. Deutschsprachige Schriftsteller, 1919-1945, und ihr Bild vom “Führer”*. Bonn: Bouvier, 1993, p. 34

³³ TYRELL, Albrecht. *Führer befehl... Selbstzeugnisse aus der “Kampfzeit” der NSDAP*. Dusseldorf: Bindlach, Gondrom, 1969, p. 212

³⁴ JÄCKEL, Eberhard; KUHN, Axel (eds.). *Hitler. Sämtliche Aufzeichnungen 1905-1924*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1980, p. 646

³⁵ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 170

que a única alternativa à vitória alemã era a destruição da Alemanha, inaugurando uma era de “diplomacia suicida” na Europa.

A sensação de “ordem”, advinda da brutalidade do Estado contra qualquer manifestação de dissenso, é encarada positivamente por uma classe média apavorada pela perspectiva do caos, provocada majoritariamente pelo próprio regime, mas atribuída ao inimigo oculto, como forma de justificar sua reação e suas leis *ad hoc*. O caso da Noite dos Longos Punhais, nome dado à repressão promovida por Hitler contra a cúpula da SA (*Sturmabteilung*), a tropa de assalto nazista, que estava lhe causando problemas, foi exemplar disso e será extensivamente estudado aqui. Embora Hitler tenha evidentemente cometido um crime bárbaro, ao mandar matar várias pessoas em vez de levá-las a julgamento, a classe média alemã elogiou os esforços do governo em manter a “ordem” contra os baderneiros. Luise Solmitz, uma professora primária de Hamburgo cujos diários serão discutidos aqui, considerou o episódio uma prova da “coragem pessoal” e da “efetividade” de Hitler.³⁶

Além disso, a onda de repressão a criminosos “comuns”, vistos pelo regime como racial e socialmente irre recuperáveis, também não enfrentou nenhum tipo de oposição significativa. Pelo contrário: Hitler foi festejado como o governante que “limpou as ruas” da Alemanha. Como resultado disso, milhares de pessoas foram atiradas em campos de concentração sem o devido processo legal, com o objetivo de simplesmente eliminá-las do cotidiano do país. O termo “antissocial” se tornou amplo o bastante para atender às necessidades arbitrarias do regime e, como consequência, criou-se um clima de insegurança social generalizado: afinal, qualquer um podia virar “inimigo do regime”, e não somente os subversivos. A sociedade inteira passou a ser vista como inimiga em potencial não apenas do governo, mas da “raça germânica”.³⁷ Os campos de concentração, para onde eram atirados os “inimigos da raça”, eram cercados de segredo – o único sintoma do seu cotidiano de violência sem limites era o estado lastimável dos prisioneiros eventualmente liberados. Era o terror institucionalizado, substituto implacável das instâncias democráticas.

³⁶ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 39

³⁷ *Ibid.*, p. 87, 88

Nesse cenário, o contraditório não pode existir. Não pode haver simpatia por quaisquer formas de oposição. Não pode haver liberdade de nenhuma espécie. Para Arendt, é justamente a liberdade que “interfere” no livre curso da História e da Natureza, conforme a visão nazista. A liberdade em sua forma mais aguda é a do nascimento: a cada novo homem que nasce, renovam-se as esperanças de liberdade – e atrasam-se as supostas “forças da Natureza”.³⁸ Por essa razão, no regime totalitário nazista, era necessário interferir na vida humana até o limite do útero.

A intenção, aqui, será mostrar os pilares dessa espécie de “filosofia da História” nazista e sua relação com a história alemã, com o objetivo de questionar a conclusão de que o nazismo foi uma manifestação extemporânea, fruto da loucura de um grupo de agentes aparentemente não históricos. Para isso, será preciso observar mais de perto a ligação entre a “filosofia da História” nazista com a chamada ideologia *völkisch*, criada no século XIX e que penetrou profundamente no establishment educacional alemão, encorajando os jovens a preparar o corpo para lutar contra o “estrangeiro” pela manutenção da “cultura alemã” – considerando-se aí o “estrangeiro” como aquele que não integrava a *Volk*, que significa muito mais do que “povo”: é a comunidade restritíssima de genuínos depositários das tradições medievais germânicas. A grande queima de livros promovida pelos nazistas em 10 de maio de 1933, símbolo da hostilidade contra o que vem de fora da *Volk*, encontra um paralelo retrospectivo em 18 de outubro de 1817, quando fraternidades juvenis fizeram uma grande fogueira no castelo de Wartburg, na Turíngia, para queimar livros “estrangeiros” que “envenenavam a autêntica cultura alemã”.³⁹ Esse é apenas um entre tantos elos entre o nazismo e a ideologia *völkisch*, razão pela qual essa continuidade tem de ser explorada, de modo a questionar a conclusão de que o nazismo foi uma manifestação extemporânea, fruto da loucura de um punhado de arruaceiros nazistas e da mente pervertida de Hitler.

Esta pesquisa, em resumo, baseia-se na hipótese de que é possível destruir deliberadamente o espírito democrático de nações desenvolvidas por

³⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 518

³⁹ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 5

meio da inversão moral. Nessa inversão, o padrão sobre o certo e o errado é alterado substancialmente de modo a permitir, no limite, a eliminação física dos inimigos de um projeto histórico, como ocorreu no nazismo. Assim, pessoas comuns, sem particular apego à violência, aderem à lógica, lastreada em certezas científicas e em necessidades burocráticas, segundo a qual a destruição do contraditório é necessária ante o projeto de “melhorar” a sociedade.

Para que esse processo se desenvolva, temos, como hipótese secundária, a necessidade da construção fictícia de um inimigo oculto, que articula nos subterrâneos a desestruturação da sociedade e ameaça seu futuro. Por meio dessa retórica, um Líder carismático busca a mobilização unânime da sociedade e, em nome do combate a esse inimigo oculto, usa a violência, o terror e mentira como ferramentas legítimas. Ademais, em outra hipótese secundária, a visão sobre o processo histórico dos militantes dedicados à destruição da democracia tem de ser eminentemente messiânica. A leitura da História é feita de modo a fornecer a lógica que vai presidir as ações dessa militância. Formulam-se “leis históricas” que substituem os fatos e suas implicações na elucidação do tempo presente e na projeção do futuro.

Assim, o objetivo será mostrar que a construção do ideário nazista para a destruição da sociedade democrática alemã não se deu apenas, ou não basicamente, por fatores circunstanciais, muito menos psicológicos. Ela se deu sobretudo pela estimulação de parte considerável da sociedade alemã e de seus associados, por meio da propaganda e do terror, a aceitar a violência e o fim das liberdades como instrumentos legítimos, se isso significasse superar seus impasses econômicos e sociais – reais e imaginários – e devolver o orgulho ferido por supostas humilhações internacionais.

A ideia é demonstrar a fragilidade permanente dos princípios democráticos e morais, mesmo em sociedades sofisticadas e orgulhosas de sua civilização, ante a retórica de líderes carismáticos e ante a dinâmica de movimentos que usam a democracia para destruí-la por dentro. A justificativa está também na identificação e no estudo detalhado do processo de construção e de aceitação do discurso segundo o qual, em resumo, a salvação do país reside

na aniquilação completa do “inimigo” e da própria estrutura social que o sustenta.

Assim, o primeiro capítulo servirá para expor os fundamentos da moral sobre os quais esta pesquisa se sustenta. Vai também elaborar os parâmetros conceituais do que estamos chamando de “moral nazista” e compreender o alcance da *Volksgemeinschaft*, a comunidade nacional que justificou essa moral. O capítulo vai se dedicar ainda a discutir os entraves à capacidade de julgar e à aniquilação da consciência no Terceiro Reich, que atingiram não apenas os nazistas e a classe média alemã, mas as vítimas desse processo. Por fim, nessa parte, observaremos o papel desempenhado pela religião, principalmente a negação da Lei revelada aos judeus – tidos como a encarnação da moral que os nazistas queriam ver destruída. Nesse processo de reinterpretação religiosa, como veremos, Hitler aparece como um “novo Cristo”, um messias que salvará a Alemanha.

O segundo capítulo mostrará como se deu, na prática, a inversão moral na Alemanha nazista, isto é, a transformação de crime em virtude e da violência em valor positivo. Para isso, será necessário observar como a moral da raça se impôs como dominante na sociedade alemã e de que maneira o crime foi tornado legal – e, mais que isso, passou a ser um dever. Essa metamorfose consolidou-se no momento em que houve um divórcio entre moral e conhecimento, isto é, quando os principais pensadores jurídicos alemães não só aceitaram como defenderam a concepção segundo a qual a lei não era mais o conjunto de normas jurídicas escritas, dentro da ideia de contrato social, mas sim a vontade do *Führer*. O capítulo mostrará que tal inversão só foi possível graças à adesão entusiasmada da classe média à criação de um inimigo interno – de cujas desumanização e conseqüente destruição dependia a redenção da comunidade nacional. Aqui entra a visão do movimento *völkisch* e sua defesa do “espírito germânico” contra os judeus.

Por fim, o terceiro capítulo servirá para mostrar como essa ideologia resultou na *Shoah*, isto é, como o extermínio dos judeus foi organizado pelos zelosos burocratas nazistas como um empreendimento técnico, destinado a responder à demanda de aniquilar o grande inimigo da Alemanha nazista, o

judeu, sem que isso fosse considerado um crime – ao contrário, pois tornara-se um imperativo moral.

1.2 Metodologia e fontes documentais

A metodologia desta pesquisa está baseada na análise de diários e de relatos pessoais de alemães, que servem como uma importante janela para observar de que modo a linguagem nazista e as ideias que levaram ao genocídio eram tratadas no cotidiano – e de que maneira afetavam a moral da gente comum. Um desses documentos é o diário de Luise Solmitz, uma professora primária de Hamburgo. Luise era casada com Frederik Solmitz, um major da reserva e piloto condecorado, que lutou pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Freddy, como era chamado, era judeu de nascimento, tendo se convertido ao cristianismo. Mesmo assim, o casamento dele com Luise era considerado “misto”, e a filha do casal, Gisela, foi classificada de “não ariana” pelas leis raciais nazistas.⁴⁰ Luise e Freddy Solmitz eram fortemente nacionalistas e ambos se sentiram “inebriados de entusiasmo” (“*berauscht vor Begeisterung*”) com a procissão de tochas dos nazistas após a nomeação de Hitler para o cargo de chanceler (primeiro-ministro) da Alemanha, em janeiro de 1933, a despeito de ambos certamente conhecerem o que ele pensava a respeito dos judeus.⁴¹ O que importava, na verdade, era a oposição feroz de Hitler aos comunistas, que, como veremos, era compartilhada pela maioria da classe média alemã, da qual Luise e Freddy Solmitz são excelentes representantes.

Outro relato central é o de Melita Maschmann, militante da Juventude Hitlerista. Com 15 anos de idade quando Hitler subiu ao poder, e sem ser adepta da violência, ela considerava “imoral” fazer qualquer julgamento moral sobre o

⁴⁰ MATTHÄUS, Jürgen; ROSEMAN, Mark. *Jewish Responses to Persecution: Volum 1, 1933-1938*. Lanham (Maryland): AltaMira Press, 2009, p. 34.

⁴¹ JOCHMANN, Werner (org.). *Nationalsozialismus und Revolution – Ursprung und Geschichte der NSDAP in Hamburg – 1922-1933 – Dokumente*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1963, p. 423

regime nazista ante as necessidades da Alemanha e os projetos redentores de Hitler. Melita diz que se juntou aos nazistas porque queria deixar de ser criança e porque queria “se ligar a algo grande e fundamental”, sentimento que ela “compartilhava com incontáveis contemporâneos”.⁴² Sua dedicação incondicional a fez subir na hierarquia do grupo – ela alcançou a chefia do Departamento de Imprensa do Bund Deutscher Mädel, a seção feminina da Juventude Hitlerista.

Suas memórias foram escritas nos anos 50, quando ela finalmente entendeu a enormidade dos crimes que ajudou a perpetrar. Até 1950, Melita ainda não aceitava as acusações feitas ao regime de Hitler e, segundo seu relato, dizia acreditar que o nazismo era uma forma de “ajudar os membros socialmente prejudicados de nossa nação, isto é, era um impulso de amor”.⁴³ Melita não se sentia antissemita – sua melhor amiga era judia – e, para ela, a propaganda de Hitler contra os judeus não dizia respeito a seus conhecidos, mas ao “Judeu”, esse personagem malvado que personificava o vilão na mitologia europeia havia séculos. Mais relevante do que isso é o fato de que, para Melita, seu trabalho importava mais do que ela própria, isto é, nenhuma de suas considerações morais pessoais poderia interferir na tarefa de ajudar a Alemanha a alcançar a glória que a Providência lhe havia reservado na História.

O terceiro relato central é o do romancista Friedrich Percyval Reck-Malleczewen, ou simplesmente Fritz Reck, um “arquiprussiano” típico nascido numa família *junker* protestante na segunda metade do século XIX: altamente educado, conservador, moralista, com pedigree aristocrata e francamente hostil ao que chamava de *canaille* – a massa, a pequena burguesia e os trabalhadores que passaram a ter direito de votar após a Unificação da Alemanha, em 1871. Com esse perfil, ele não tolerava a vulgaridade nazista e foi assim até que a Gestapo o capturasse e o fuzilasse, com um tiro na nuca, no campo de concentração de Dachau, em 1945. Experiente, com 52 anos quando começou a escrever seu diário, em maio de 1936, era, portanto, um homem genuinamente atento ao que estava acontecendo na Alemanha com a ascensão de Hitler ao

⁴² MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 12

⁴³ *Ibid.*, p. 211

poder. Seu testemunho é o de alguém que está vendo seus conterrâneos perderem o senso crítico e embarcarem na vaga nazista por irrefreável desejo de “ordem”. Como autêntico nobre, que repelia, de coração, o poder concedido subitamente à rale, ele não poupava sequer as mulheres dos nazistas,

[...] essas ex-garçonetes, a maioria das quais passou por várias mãos e que agora estão coalhadas de joias roubadas das famílias nobres, e mesmo assim não conseguem se livrar da aura de seu ambiente nativo, a cozinha.⁴⁴

Em uma de suas tiradas irônicas a respeito da degradação moral capitaneada pelo nazismo, Reck-Malleczewen diz que o regime “simplesmente se desfez da decência como se fosse excesso de bagagem”.⁴⁵ Ele estava preocupado com o “homem-massa”, o mesmo que Arendt localizará, como veremos, no núcleo da sociedade totalitária. A páginas tantas de seu diário, ele desabafa:

O que eu vejo chegando [à Alemanha] não é basicamente um fenômeno cósmico, mas histórico: a rendição catastrófica ao pensamento-massa e daí ao homem-massa, o qual está sendo gestado aqui e que eu agora vejo no horizonte e toda a sua depravação e toda a sua garantia.⁴⁶

Outros documentos importantes que servirão para nortear o trabalho incluem as anotações do linguista judeu Victor Klemperer, que decidiu permanecer na Alemanha mesmo com a perseguição nazista, tornando-se, portanto, um observador raro. Tanto em seu diário quanto no ensaio sobre a linguagem do Terceiro Reich (*Lingua Tertii Imperi*, em latim, ou simplesmente “LTI”), Klemperer, que se orgulhava de ser alemão, detalha a transformação de seus conterrâneos em massa moldável, desprovida dos encargos morais

⁴⁴ RECK-MALLECWZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 62

⁴⁵ *Ibid.*, p. 26

⁴⁶ *Ibid.*, p. 55

essenciais à civilização. O vocabulário cotidiano do Terceiro Reich, mostra Klemperer, expressava esse colapso. Um exemplo é a palavra “fanático”, que, em alemão, tem conotação exclusivamente negativa, mas que, sob o nazismo, ganha enorme valor.⁴⁷ De acordo com essa mensagem, somente os que se entregassem fanaticamente aos ideais nazistas teriam lugar nessa nova sociedade. De certa forma, como analisa Klemperer, os nazistas eram herdeiros do romantismo alemão e de sua utopia de uma ação sem limites, da destruição da razão e da louvação ao Poder, traços que prepararam a Alemanha para o colapso moral empreendido por Hitler.

Há também a correspondência da família do burocrata Friedrich Karl Gebensleben, que mostra como a propaganda estimulou ou tornou moralmente correto o antissemitismo entre alemães altamente preparados. Essa documentação mostra especificamente que o anticomunismo de Hitler, aliado à sensação de que ele impôs a ordem e evitou o caos bolchevique, deu-lhe superioridade moral e conferiu “lógica” a todas as suas decisões, mesmo aquelas flagrantemente criminosas. “A era em que estamos vivendo só será julgada apropriadamente pela posteridade”, escreveu numa carta Elisabeth Gebensleben, mulher de Kurt, então vice-prefeito de Braunschweig, e entusiasmada defensora do nazismo.⁴⁸

Elisabeth chegou a se juntar à organização feminina nazista, e seu filho, Eberhard, alistou-se nas SA, a tropa de assalto nazista, e depois se tornou advogado no Ministério da Economia. Era, portanto, uma família envolvida com os novos tempos. Elisabeth só não contava com uma armadilha do destino: Eberhard apaixonou-se por uma pianista, Herta Euling, cuja avó era judia e acabou sendo expulso do Partido Nazista, sem apelação. A família, claro, vetou o casamento, mas o partido não recuou da expulsão, deixando claro que só era possível casar-se com a ideologia e que o regime não toleraria desvios, como o

⁴⁷ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 114

⁴⁸ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denke so viel an Euch : ein deutsch-holla ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 189.

amor. Eberhard, um nazista convicto apesar de tudo, morreria no front belga, em 1944.⁴⁹

O casal Gebensleben, como muitos outros alemães, havia apoiado a monarquia e opusera-se com vigor à República de Weimar, aderindo ao nazismo no início dos anos 30 – o nacionalismo deles era fervorosamente antirrepublicano e patriota. Hitler era, para Elisabeth Gebensleben, um “homem simples que lutou nas trincheiras e que agora está sentado onde Bismarck sentou”, referindo-se ao chanceler Otto von Bismarck, o grande articulador da Unificação alemã. Tratava-se, pois, de uma esperança de que os tempos modestos, antimodernos, prevaleceriam sobre a insanidade da democracia e dos riscos correspondentes a ela, sobretudo o comunismo.⁵⁰ A correspondência da família é repleta de menções à política da época, o que mostra que se tratava de pessoas com considerável grau de consciência a respeito do que se passava na Alemanha.

Como diz Kershaw, Hitler resumia as expectativas sociais de seus seguidores e simpatizantes – ou seja, suas ações estavam lastreadas na colaboração de todos. “Para explicar o poder de Hitler, devemos olhar primeiro para os outros, e não para o próprio Hitler.”⁵¹ É o que este trabalho pretende fazer.

1.3 Periodização

O período que interessa para dimensionar a natureza da inversão moral provocada pelo nazismo é compreendido entre 1933 e 1939, quando o projeto nacional-socialista de coordenação (*Gleichschaltung*) da massa alemã foi

⁴⁹ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 30

⁵⁰ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-holla□ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 99, 160

⁵¹ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. XXVI

construído, em que o país foi submetido a violentas mudanças sociais e culturais. É nesse período que a inversão moral se configura de modo efetivo – o Estado alemão é desmontado e, em seu lugar, surge uma teia de pequenos poderes que tornará obsoletas as referências tradicionais de Justiça e administração pública, e os alemães, em sua maioria, lutarão para se adaptar o mais rapidamente possível a esse projeto, em vez de obstar-lhe o caminho.

Em razão do foco na ideologia *völkisch*, a periodização da pesquisa também levará em conta a unificação política da Alemanha, em 1871. Esse processo gerou grandes expectativas no país, sobretudo numa juventude ansiosa por uma “coesão cultural” que, em sua visão, Napoleão e outros líderes estrangeiros, ao longo da história, tentaram evitar a todo custo. No entanto, como a Unificação gerou um país engajado na exuberância material e na força da modernidade, essa juventude frustrada abraçou a nascente ideologia que identificava a *Volk* muito mais do que uma simples unidade nacional: era um elo da alma germânica com a Natureza, que os “estrangeiros” (sobretudo os judeus) jamais alcançariam – pelo contrário, estavam tentando destruir com a sedução do progresso material. A Unificação, para os seguidores da ideologia *völkisch*, deveria se dar em termos de proteção aos aspectos homogêneos da sociedade germânica ideal. Todos os indivíduos tinham de se submeter a uma “realidade superior” – que, embora anulasse esses mesmos indivíduos enquanto atores com livre arbítrio, concedia-lhes o conforto dos referenciais que a modernidade, em sua visão, estava sorratamente destruindo. O inimigo a ser combatido é justamente o que, nessa visão extremista germânica, se apossa das raízes da árvore *Volk*, essenciais para manter a árvore nacional saudável, e as contamina.

A Primeira Guerra Mundial é também marco temporal fundamental, porque a derrota no conflito flagra a Alemanha em meio a uma inebriante sensação de unidade e força. É um choque de realidade que terá efeitos trágicos e cultivará a força e o rancor como padrão de reação. A derrota na guerra, como lembra Elias, foi um “choque traumático” para a chamada “boa sociedade”, formada pela nobreza e pelos burgueses nacionalistas, “unidos por um código de honra obrigatório para todos e que os colocava acima dos não membros”. Seu

desejo de supremacia europeia se desfez num só golpe, razão pela qual o nazismo aparecerá como um veículo de redenção nacional, cuja missão, plenamente anunciada, não poderia sofrer nenhuma espécie de óbice, a começar pela moral.⁵²

⁵² ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 169

2. A INVERSÃO MORAL

2.1 Fundamentos de moral

Antes de estabelecer os elementos que engendraram a inversão moral verificada na sociedade alemã sob o nazismo, é preciso compreender, em nível teórico, as linhas gerais dos fundamentos da moral ocidental sobre as quais atuaram as forças ideológicas do Terceiro Reich. O centro dessa análise será a concepção de moral em Hannah Arendt, pois este trabalho, como já foi dito, parte da visão da pensadora alemã acerca da elaboração nazista sobre dos parâmetros de conduta dos indivíduos ante as considerações de caráter transcendental oferecidas pela liderança hitlerista. A meta é, a partir disso, compreender a transformação de indivíduos livres e moralmente saudáveis em integrantes de um mecanismo de destruição jamais visto na História.

Uma possível definição de moral, a partir da leitura de Arendt, é a que remete à “consciência”, isto é, o conhecimento arraigado sobre o que é o certo e o que é errado. Pode-se considerar que a moral seja o conjunto de comportamentos regulares de uma determinada sociedade que são impostos por pressão social, mas essa conclusão não é um consenso, sobretudo porque há quem defenda, como Arendt, que a verdadeira moral muitas vezes independe das regras sociais impostas em determinado período histórico. Logo, num conceito mais depurado, a moral pode ser um conjunto de restrições à ação dos indivíduos que não é, obrigatoriamente, coincidente com o conjunto de restrições legais. A aceitação do código moral, tal como o estamos definindo aqui, é aparentemente consuetudinária, mas vai além. Está no campo da consciência coletiva, que pode dirigir a legislação ordinária, embora não necessariamente o faça.

Mas a moral, que define o bom e o mau, o certo e o errado, deve, para isso, estabelecer sanções para o caso de indivíduos que não fazem as escolhas

consideradas corretas pelo conjunto da sociedade. A maior sanção é a indignação gerada pelo ato imoral, e a indignação se dá, em primeiro lugar, na própria consciência do infrator, na forma de sentimento de culpa. Assim, o indivíduo segue o código moral não apenas, ou não primeiramente, em razão da pressão social, tampouco por altruísmo, mas porque acredita ser correto, em virtude da expectativa de reciprocidade – como na Oração de São Francisco, segundo a qual “é dando que se recebe” e “é perdando que se é perdoado”.

Pode-se argumentar que, mesmo sendo estritamente pessoal, uma decisão de caráter moral está impregnada das condições sociais do ambiente em que vive o indivíduo. Existe, é claro, uma estrutura moral autoritária, que emana da religião ou da família do indivíduo. No caso da religião, o pressuposto é que haja fé, isto é, que se acredite num Deus e que se aceite como válidos os Seus Mandamentos, pois eles existem no âmbito da identidade comum estabelecida entre todos os “filhos de Deus”; ainda assim, trata-se de uma decisão exclusivamente pessoal, que reconhece em “Deus” (ou outro nome qualquer) a autoridade que, na verdade, está na própria consciência do sujeito. Existem aqueles que acreditam que o Mandamento divino seja correto e deva ser seguido simplesmente porque Deus assim ordenou, mas estes são os fanáticos religiosos, cujo código moral se esvai no momento em que a religião que professam acaba, como há inúmeros exemplos na História. Já as pessoas que não são fanáticas acreditam que os mandamentos sejam corretos por princípio, razão pela qual Deus os decretou – isto é, Deus é apenas a confirmação de um conceito moral que pode ser justificado pela consciência do sujeito moral. Portanto, se aceitamos esse princípio como verdadeiro, a moral, mesmo tendo alguma relação com a religião, deve ser vista como resultado de um exercício racional independente e cujos valores são aceitos reciprocamente, de modo que não existe “uma” moral, relativa à autoridade que a enuncia, de acordo com os padrões de sua época, mas “a” moral, válida universalmente.

Seja como for, a justificação moral tem de ser autônoma para não depender de fragilidades contratuais temporárias. Portanto, vamos aqui explorar o pressuposto, defendido por Arendt a partir de Kant, de que a consciência é autônoma na hora da tomada de decisões e que ela respeita um

conjunto de normas tendentes à universalização, isto é, aceita por todos aqueles com os quais o sujeito tende a interagir socialmente, independentemente da religião que professem, da família que tiveram ou das regras ordinárias da sociedade em que vivem – pois é isso o que garante a longevidade e a solidez do código moral. Como argumenta o filósofo alemão Ernst Tugendhat, a reciprocidade é a base de um sistema moral, e esse traço é sempre autônomo – cada um confere à posição dos demais a mesma importância que dá à sua própria; do contrário, reinaria o egoísmo absoluto, e a própria existência da sociedade, como tal, ficaria inviabilizada:

Se não nos compreendemos como membros da comunidade moral [de qualquer que seja], desaparece a possibilidade de aprovação e da crítica, e, com isso, também, dos sentimentos morais.⁵³

A decisão de cometer um crime – que contraria as normas legais comuns e também os mandamentos morais, pois infligiu dano ao “Outro”, a quem se deve respeito em nome da dita reciprocidade – é tomada de modo consciente, pois, como veremos adiante, todo indivíduo sabe intuitivamente o que é o certo e o que é errado, e a primeira pessoa a quem o criminoso deverá prestar contas, se não for um criminoso patológico, é a si mesmo. Em seguida, o criminoso será punido, ainda no sistema moral, por granjear o desprezo do resto da sociedade. Por outro lado, esse mesmo sistema moral pressupõe que o indivíduo que respeita as normas seja estimado como um homem “bom”. Desse modo, querer ser elogiado como um indivíduo moralmente correto é um estímulo que se internaliza na consciência e reforça suas certezas morais, para justificar, de modo redobrado, seus méritos dentro de uma comunidade que se alimenta de expectativas recíprocas.

Vista desse modo, a moral pode ser definida como um sistema de deveres para com o “Outro”, obrigações que obviamente limitam a liberdade do indivíduo e que, por essa razão, necessitam de constante e sólida justificativa,

⁵³ TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre Ética*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 92

que é (ou deve ser) compartilhada por todos. Portanto, a moral é autônoma, pois diz respeito à liberdade racional do indivíduo de aceitar aquele sistema, e é também social, pois o sistema se sustenta graças ao mecanismo de justificativas e exigências mútuas entre todos os integrantes da sociedade – é o que a sociologia chama de “consciência coletiva”.

A etimologia da palavra consciência, em latim, ajuda a entender sua amplitude: *con* (com) e *scientia* (conhecimento). A partir da Renascença, a consciência passou a ser vista mais ou menos como é hoje, isto é, como um conjunto de regras de conduta exemplar, que pode ser fornecido por um deus, no caso das sociedades religiosas, ou pela razão, quando se trata de grupamentos seculares. No entanto, a consciência pode ser mais precisamente entendida como “consciência de si”, e isso é o bastante para considerar que ter consciência é, de fato, ser capaz de aceitar os códigos morais como se tivessem sido elaborados por si próprio, naturalmente e desde sempre. As proposições morais seriam, desse modo, evidentes por si mesmas, sem necessidade de argumentos ou mesmo provas adicionais. É suposto, ainda, que todo homem seja capaz de entender e aceitar isso dentro da sociedade que elaborou o código moral para defender sua integridade, isto é, para eventualmente punir impulsos egoístas e irracionais de integrantes dessa sociedade.

Sem esse filtro normativo, a sociedade civilizada, cuja constituição é frágil, se desfaz e recua à época da barbárie. A obrigação, nesse caso, é desnecessária – a lei está dentro de cada um, como elaborou Kant, e só há uma forma de agir, isto é, a certa, em determinadas circunstâncias. No entanto, como a obrigação não é evidente, pelo menos não no âmbito da razão, então é necessário fazer com que a vontade (tentação) não prevaleça em relação à razão. Assim, como vimos, há a ameaça de sanção, quer de um deus vingativo, quer da comunidade, quer de si mesmo – e é aqui que entra a “consciência” tal como se conhece hoje.

No caso do nazismo, como veremos a seguir, muitos alemães consideraram que Hitler havia tomado o lugar da consciência. “As pessoas contentavam-se em deixar às autoridades do Estado a decisão sobre o que fazer

e o que não fazer, sobre o que era certo e o que era errado”, comenta Elias.⁵⁴ A dificuldade de desvincular a consciência pessoal da vontade do Führer era tanta que houve uma única tentativa séria de matá-lo por parte de oficiais do Exército que se consideravam “bons alemães”. E a tentativa fracassou, o que, para Elias, talvez não tenha sido um acidente, sugerindo que, de fato, os oficiais não queriam mesmo assassinar Hitler e, por extensão, liquidar o conforto moral que ele representava.⁵⁵

⁵⁴ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 339

⁵⁵ *Ibid.*, p. 342

2.2 O conceito nazista de moral

Até o advento do nazismo, recorde-se, a moral poderia ser definida, segundo Arendt, como

[...] conduta e comportamento individual, as poucas regras e padrões segundo os quais os homens costumavam distinguir o certo do errado e que eram invocadas para justificar ou julgar os outros e a si mesmo, e cuja validade supunha-se ser evidente para toda pessoa mentalmente sã como parte da lei divina ou natural.⁵⁶

O nazismo fez desmoronar esse conceito, resgatando o significado original da palavra “moral”: *mores*, isto é, o conjunto de costumes, que pode ser trocado sem grande dificuldade, como se trocam os padrões de comportamento social e os modismos. Dessa maneira, o nazismo anunciava um novo conjunto de valores e construiu um sistema legal e filosófico completo para sustentá-los. Por essa razão, é complexa a tarefa de “legitimar o veredito de imoralidade formulado contra as ações de um grande número de pessoas que fielmente seguiram as normas morais de sua sociedade”, como argumenta Bauman.⁵⁷ Ou seja: o comportamento dos nazistas, de seus simpatizantes e mesmo dos alemães que apenas não reagiram ao nazismo estava de acordo com as normas morais em vigor no país naquela ocasião, normas estas construídas com o objetivo explícito de desafiar a própria ideia de moral como a concebida pela tradição judaico-cristã ocidental.

Steiner argumenta que, “ao matar os judeus, a cultura ocidental queria erradicar aqueles que ‘inventaram’ Deus, aqueles que, embora de modo imperfeito, têm sido os declarantes de Sua insuportável Ausência”.⁵⁸ A *Shoah*, segundo o ensaísta francês, seria uma forma de acabar com a “natureza

⁵⁶ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 113

⁵⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 205

⁵⁸ STEINER, George. *In Bluebeard's Castle – Some Notes Towards the Redefinition of Culture*. New Heaven: Yale University Press, 1971, p. 41

infeciosa da moralidade”, que se insinua por todos os desvãos da consciência.⁵⁹ Hilberg corrobora essa visão, ao dizer que havia uma sensação de incômodo com o processo de extermínio em todos os setores da burocracia alemã: “Esse incômodo foi produto de escrúpulos morais, o duradouro efeito de dois mil anos de moralidade e ética ocidental”. Mas, diz Hilberg, os tecnocratas alemães, que “não eram diferentes, em termos morais, do resto da população do país, [...] resolveram esse problema [dos escrúpulos] e passaram pelo teste”.⁶⁰

O escritor Reck-Malleczewen, em seu diário, ironizou essa transformação moral na Alemanha. Em outubro de 1940, ele escreveu: “É claro que IG Farben [que monopolizou a produção química na Alemanha nazista] festejou a chegada de Hitler – ele providenciou à sua fábrica venenosa a aura de uma filosofia!”.⁶¹ Ninguém tinha de ser nazista convicto; bastava esquecer as certezas morais que acompanhavam sua posição social, da qual não precisava nem sequer abrir mão. Por essa razão, os nazistas tiveram a colaboração inclusive dos que não se identificavam com o partido, isto é, a velha elite aristocrática. Reck-Malleczewen se queixa de que aristocratas como ele aceitam participar do governo hitlerista “sem pensar na desgraça que eles causam aos nomes famosos que ostentam e a seus ancestrais”.⁶²

Na Alemanha, conforme Arendt, os poucos que não se renderam ao colapso moral optaram pelo distanciamento em relação aos crimes óbvios que estavam sendo cometidos sob o manto da legalidade. “Isso eu *não posso* fazer”, diziam, numa reação diferente de “isso eu *não devo* fazer”, que indica uma interdição. O “não posso” revela a evidência da proposição moral – se não posso, é porque está errado em princípio, e não porque consta da lei.⁶³

Desse modo, o mal pode ser ilimitado, se não for contido por alguma forma de arrependimento, que só se dá quando a memória do crime não é

⁵⁹ STEINER, George. *In Bluebeard's Castle – Some Notes Towards the Redefinition of Culture*. New Heaven: Yale University Press, 1971, p. 46

⁶⁰ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 277

⁶¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 121

⁶² *Ibid.*, p. 86

⁶³ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 142

apagada. A lembrança – que aqui pode ser entendida também como registro histórico, no caso das sociedades – é efetivamente o elemento capaz de derrotar o mal sem raízes. Portanto, o grande cúmplice do mal é o esquecimento, que se alimenta da incapacidade de pensar. Como mostra Arendt, Adolf Eichmann, um dos principais burocratas da *Shoah*, não era um ser demoníaco, mas um homem comum. Sua grande característica, no entanto, era sua total incapacidade de pensar – ou antes, conforme demonstra Bauman, sua incapacidade de deixar de pensar exclusivamente no cumprimento tarefas burocráticas, sem refletir moralmente sobre o resultado final delas.⁶⁴ Ele, como outros na Alemanha, era desobrigado de refletir sobre o que fazia graças à série de clichês inventados pela propaganda doutrinária nazista para justificar os crimes que ajudava a perpetrar. Isso não significa que Eichmann e seus associados na tarefa de exterminar os judeus fossem estúpidos – pelo contrário: nas fileiras nazistas havia pessoas muito inteligentes, mas que simplesmente se recusavam a pensar. Confrontada com a monstruosidade dos crimes nazistas e com o questionamento das ideias que foram as “fundações do novo mundo” que ela pretendia ajudar a construir, Melita Maschmann, que foi da Juventude Hitlerista, disse que só tinha uma defesa: “Parar de pensar”. Segundo ela, bastava decorar um punhado de slogans.⁶⁵

No vácuo criado por essa incapacidade de refletir, os criminosos nazistas precisavam instalar algum conjunto de regras de conduta. O conteúdo dessas regras é irrelevante, porque o que importa é a existência de uma regra, e não o que ela expressa. Esse conjunto foi fornecido pelos ideólogos nazistas, municiados por décadas de pensamento conservador “científico” e romântico acerca das qualidades da *Volk* ante os demais povos do mundo. Em pouco tempo, velhos valores morais foram substituídos por novos, sem que houvesse necessidade de provar que esses novos eram melhores que os anteriores.

O importante, aqui, é observar não os criminosos que conseguem conviver com sua consciência após cometer o mal, pois estes são essencialmente maldosos e constituem uma minoria doentia. Ao contrário da imagem que se

⁶⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 181

⁶⁵ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 189

construiu do nazismo, sobretudo no cinema, a maior parte dos nazistas e de seus colaboradores dentro da Alemanha era formada por indivíduos que não eram celerados patológicos e, portanto, não conseguiam lidar com a lembrança do crime cometido, de modo que, como vimos, evitavam pensar no assunto, como se o crime simplesmente não tivesse sido perpetrado. Esses indivíduos são capazes daquilo que Arendt chama de “mal infinito”.⁶⁶

Para esse propósito, portanto, os nazistas considerados “ideais” não eram os raivosos assassinos, mas eram os “gelatinosos” – isto é, possuidores de um estado de espírito mutável. Poderiam ser bons pais de família e carinhosos amantes depois de cometer a mais impressionante brutalidade, respeitando a norma – comum até hoje – segundo a qual é preciso separar o trabalho da vida privada; afinal, o extermínio dos judeus pode ser visto como uma espécie de empreendimento empresarial e burocrático, e, como se sabe, no mundo dos negócios não há espaço para escrúpulos ou considerações morais, muito mais apropriadas para o ambiente familiar, tendo em vista a necessidade de cumprir metas e atingir objetivos. Objeções humanitárias, nesse ambiente, são tratadas como inadmissíveis sinais de fraqueza.

Na introdução da edição inglesa do diário de Melita Maschmann, o barão Russell de Liverpool, um dos conselheiros legais do julgamento de criminosos de guerra em Nuremberg e em Tóquio, conta que muitos dos líderes nazistas eram um misto de “ternura e tirania, sadismo e sentimentalismo”. Cita o caso de Ludwig Ramdohr, que interrogava prisioneiras no campo de Ravensbruck, conhecido como “o inferno das mulheres”. Amigos de Ramdohr enviaram cartas a Liverpool para lhe dizer que o réu

[...] jamais poderia fazer mal a qualquer animal, amava a natureza, e quando andava pelos campos às vezes saltava rapidamente para o outro lado para evitar pisar numa lesma ou numa lagartixa; quando o canário de sua sogra morreu, ele o

⁶⁶ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 256

colocou com ternura numa caixa, cobriu-o com rosas e o enterrou no jardim.⁶⁷

A própria Melita recorda que, já no final da guerra, questionava-se sobre quem eram aqueles homens que tiveram participação direta no extermínio dos judeus. “Aprendi, no diário de um dos comandantes de Auschwitz, que esse homem era, ao mesmo tempo, um assassino em massa e um pai amoroso, um amante dos animais e um jardineiro caprichoso”. Para ela, era impossível determinar, na Alemanha do pós-guerra, quem havia e quem não havia participado do genocídio, pois todos pareciam “camaradas decentes”.⁶⁸ Para ela, tornou-se impossível distinguir quem era bom de quem era mau. Os assassinos e aqueles que os auxiliaram não eram pessoas diabólicas, mas assustadoramente “normais”.⁶⁹ A própria Melita, ao lembrar um episódio no campo de prisioneiros onde ficou detida depois da guerra, reconhece que poderia se transformar em uma assassina, se fosse o caso:

Um dia, o interrogador-chefe me perguntou: “O que você faria se eu mandasse você dormir com um judeu?”. Minha resposta foi instantânea: “Eu o estrangularia”. Os estudantes que estavam à minha volta riram. Mas minha intenção não era fazer uma piada.⁷⁰

A disseminação generalizada do espírito criminoso como algo comum, aceitável e até mesmo impositivo foi registrada por Reck-Malleczewen, em outubro de 1940, quando ele afirma que, com o nazismo, todos se dedicam a fazer “negócios”: vendem-se pinturas roubadas, compram-se fábricas “sem dono” na França, oferecem-se “colheres de sopa, sabonetes, artigos de borracha” pilhados de judeus. Ou seja, “em Berlim, absolutamente todo mundo ‘negocia’”, da forma mais natural possível, tanto “senhoras de nobres famílias prussianas”

⁶⁷ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 3

⁶⁸ Ibid., p. 172, 173

⁶⁹ Ibid., p. 220

⁷⁰ Ibid., p. 186

quando “as garçonetes, os balconistas de farmácias, os estudantes secundaristas...”.⁷¹

É aqui que começa a entrar o conceito de “banalidade do mal” em Arendt. Para ela, o mal é “banal” quando aquele que o comete é incapaz de julgar o que fez. Trata-se do fim institucional do remorso. O mal “banal”, assim, é o mal cometido dentro de um sistema tecnocrático, no qual indivíduos morais são levados a cometer atos imorais, muitas vezes de forma consciente, simplesmente porque esses atos foram recomendados por “especialistas”, isto é, por alguém que detém um saber de que o burocrata não dispõe. E esses “especialistas”, por sua vez, também são pessoas morais. Mas a ciência, em nome da qual eles atuam, não é moral, é puramente racional e impessoal, ou seja, mede o mundo não segundo valores, mas levando em conta apenas as relações entre meios e fins, de modo a otimizar o processo no qual ela está envolvida. Hilberg descarta a tese de que os zelosos burocratas não soubessem que a finalidade do que faziam era o extermínio, pois todos os documentos disponíveis indicam que o trabalho dos funcionários estava voltado para um “processo de destruição em massa”.⁷² No entanto, se esse processo resultasse, como resultou, na morte de milhões de seres humanos, isso não tinha importância fundamental para os burocratas e os “especialistas”, em princípio.

Arendt diz que a essa banalidade “desafia as palavras e os pensamentos”, como lição do “longo curso de maldade humana” que foi o nazismo.⁷³ Pode-se concluir que o mal se materializou na forma de uma rotina tão enfadonha quanto macabra, sem que se refletisse sobre ele, em qualquer perspectiva. Não é o mal realizado como missão, pois isso pressupõe que quem comete o mal admite que se trata do mal; na verdade, é o mal executado como um gesto tão entranhado, tão *banal*, que não suscita nenhuma ponderação.

Arendt adverte, apesar disso, que não se pode confundir o banal com o lugar-comum. O lugar-comum pressupõe algo frequente, trivial, e o banal não é,

⁷¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 117

⁷² HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers, 1985, p. 263

⁷³ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 274

necessariamente, frequente, muito menos trivial. O banal, na verdade, ocupa o lugar do que é comum, e o mal banal recebe essa denominação, portanto, porque é cometido de tal maneira irrefletida que, no limite, aparenta ser trivial.⁷⁴ Tendo essa observação em mente, Arendt considera também que não se pode deduzir que, por ser “banal”, a possibilidade desse mal nos transforma, a cada um de nós, em “Eichmanns em potencial”. Para ela, aceitar que todos somos criminosos em potencial dilui a responsabilidade real de quem comete o mal.⁷⁵

No entanto, o mal banal prescinde até mesmo da existência de maldade, propriamente dita, no agente. “O problema com Eichmann”, escreve Arendt, a propósito do julgamento do criminoso nazista em Jerusalém, “era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais”. Os criminosos “cometem seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado”.⁷⁶ O fanatismo do regime totalitário se explica pelo fato de que os membros do movimento colaboram inclusive com sua própria destruição, desde que a história registre que eles se mantiveram fiéis ao movimento. E não se trata de convicção política, mas da aniquilação absoluta da capacidade de sentir.⁷⁷

Ao ouvir da boca de tão graduados funcionários do Terceiro Reich os planos para o extermínio dos judeus da Europa, durante a Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942, Eichmann disse que se sentiu como Pilatos, “livre de toda a culpa”.⁷⁸ A razão é simples. Se a autoridade avalia como corretas determinadas atitudes, que do ponto de vista moral seriam reprováveis, então o agente do mal se tranquiliza e, embora saiba que está cometendo um crime, dedica-se a fazer exatamente o que lhe foi ordenado, senão melhor, pois o que está em jogo é algo que está além de considerações éticas – está no domínio da

⁷⁴ ASSY, Bethânia. “Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt”. In: MORAES, Eduardo Jardim de. (org) *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Humanitas, 2001, p. 143, 144

⁷⁵ *Ibid.*, p. 144

⁷⁶ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 299

⁷⁷ *Idem.* *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 358

⁷⁸ *Idem.* *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 130

História ou da Natureza, forças sobre as quais os indivíduos e suas eventuais preocupações morais não têm o menor controle.

No código moral nazista, a lealdade e a obediência, no cumprimento do dever, estavam acima de sentimentos como solidariedade e compaixão. A moral deixava de ser a consciência individual sobre o certo e o errado e passava a emanar de um ente externo ao sujeito: a autoridade messiânica, detentora da “verdade”.

Quando Hitler assumiu a responsabilidade total pelo que estava acontecendo, e reiterou isso diversas vezes, sendo que ele próprio dizia agir não de acordo com seu livre arbítrio, mas em obediência à autoridade máxima, a Natureza, ele isentou todos os demais de qualquer peso na consciência – e, portanto, aptos a cometer toda sorte de barbaridades:

Como fator final, devo descrever minha pessoa, com toda a modéstia: insubstituível. Nem um militar nem um civil poderiam estar no meu lugar. Tentativas de assassinato devem se repetir. Estou convencido dos meus poderes intelectuais e de decisão. Guerras só terminam com a aniquilação do oponente. Quem quer que acredite no contrário disso é irresponsável. [...] O destino do Reich depende exclusivamente de mim.⁷⁹

Desse modo, o que Hitler oferecia à classe média alemã, que encontrou justificativa para aderir a seu projeto eliminacionista, ou pelo menos omitir-se a respeito dele, era justamente um mundo estável, do ponto de vista da consciência – sem pensamento e, portanto, sem História. Muito apropriadamente, o escritor Reck-Malleczewen descreveu em seu diário essa implosão moral na Alemanha, baseada na equalização de todos os seres humanos e na submissão total ao Líder. Em 9 de setembro de 1937, citando o personagem Piotr Stiepánovich, um dos “demônios” descritos na obra *Os Demônios*, em que Dostoiévski antecipa o totalitarismo, Reck-Malleczewen reproduz trechos significativos para ilustrar aquilo que ele vê como a

⁷⁹ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler*. 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, p. 1.887

desmontagem progressiva da civilização alemã, a partir da destruição do pensamento:

Cada um pertence a todos, e todos a cada um. Todos são escravos e iguais na escravidão. Nos casos extremos recorre-se à calúnia e ao assassinato, mas o principal é a igualdade. A primeira coisa que fazem é rebaixar o nível da educação, das ciências e dos talentos. O nível elevado das ciências e das aptidões só é acessível a talentos superiores, e os talentos superiores são dispensáveis! Os talentos superiores sempre tomaram o poder e foram déspotas. Os talentos superiores não podem deixar de ser déspotas, e sempre trouxeram mais depravação do que utilidade; eles serão expulsos ou executados. A um Cícero corta-se a língua, a um Copérnico furam-se os olhos, um Shakespeare mata-se a pedradas [...]. Não precisamos de educação, chega de ciência! Já sem a ciência há material suficiente para mil anos, mas precisamos organizar a obediência. No mundo só falta uma coisa: obediência. A sede de educação já é uma sede aristocrática. Basta haver um mínimo de família ou amor, e já aparece o desejo de propriedade. Vamos eliminar o desejo: vamos espalhar a bebedeira, as bisbilhotices, a delação; vamos espalhar uma depravação inaudita; vamos exterminar todo e qualquer gênio na primeira infância. Tudo será reduzido a um denominador comum, é a plena igualdade. [...] Mas hoje precisamos da depravação por uma ou duas gerações; de uma depravação inaudita, torpe, daquela em que o homem se transforma num traste abjeto, covarde, cruel, egoísta – eis do que precisamos! [...] Haverá uma desordem daquelas que o mundo nunca viu... A Rússia ficará mergulhada nas trevas, a terra haverá de chorar os velhos deuses.⁸⁰

Nessa equalização, citada por Reck-Malleczewen, os antigos conceitos de mérito e valor pessoal são subvertidos de tal modo que atos de banditismo são confundidos com atos de coragem, e pessoas de caráter duvidoso, mas fieis ao regime, eram alçadas com facilidade ao olimpo do poder, em detrimento dos mais preparados. “Na Alemanha agora, você só precisa ser um veterano de cervejaria para obter o mesmo título de marechal que foi dado a Moltke pela vitória em Sedan”, ironiza Reck-Malleczewen, citando o marechal Helmuth von

⁸⁰ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 59-60. A tradução aqui usada, de Paulo Bezerra, está na edição brasileira de *Demônios*, da Editora 34, e os trechos citados por Reck-Malleczewen estão nas páginas 407 e 411.

Era como se a moralidade, no exato momento de seu total colapso dentro de uma nação antiga e altamente civilizada, se revelasse no significado original da palavra, como um conjunto de costumes, de usos e maneiras que poderia ser trocado por outro conjunto sem dificuldade maior do que a enfrentada para mudar as maneiras à mesa do povo.⁸⁵

Ou seja: a moral, embora anteceda a própria sociedade, pode ser manipulada drasticamente por ela – a ideologia *völkisch* foi o ponto inicial dessa mudança, ao estabelecer que as obrigações morais só se aplicavam a quem fosse da *Volk*. O sentimento de culpa pode ser despertado por um conflito entre antigos hábitos e novos costumes. Se essa “nova moralidade” estabelecer que “matar” é o hábito, “não matar” significa ser culpado. Mas aí, diz Arendt, não é mais moralidade: trata-se de conformidade e de não conformidade a um conjunto arbitrário de normas. Os conceitos de culpa e inocência perdem o sentido tradicional, já que “culpado” não é quem comete crime, mas quem atrapalha o processo histórico – que, no caso da Alemanha nazista, significava o extermínio dos seres considerados racialmente inferiores.

Nesse aspecto, um crime cometido para supostamente contornar uma situação que envolva risco de vida do agente, que é o caso da legítima defesa, pode até ter uma justificativa legal, mas não é um ato moral. No entanto, a sociedade teme julgar, e isso se expressa em frases profundamente arraigadas como o ditado bíblico “Não julgueis, para que não sejais julgados” (Mateus 7:1). Esse receio de julgar, que mal esconde o medo da própria liberdade, é uma espécie de nivelamento por baixo: parte da suposição de que ninguém é livre para escolher fazer o bem, como propugnava Kant, e coloca todos no mesmo patamar, de modo que não existem culpados por absolutamente nada. Tudo é fruto das “circunstâncias históricas” ou da dialética, dependendo da ideologia de quem justifica o crime.

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34

Do mesmo modo, há uma tentativa de equalizar a própria moral como sendo algo universal. Essa intenção foi materializada justamente depois da Segunda Guerra Mundial, em meio às evidências da barbárie nazista. “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, diz o Artigo I da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e “são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.⁸⁶ Ou seja, a declaração supõe que todas as pessoas, em todas as partes do mundo, compreenderão, por terem “razão” e “consciência”, que não podem fazer mal ao “Outros”. O problema é o que as sociedades entendem por “Outro” – normalmente, e a História é grávida de exemplos disso, o “Outro” a ser levado em conta não é o desconhecido, o de fora, o estrangeiro, e sim aquele que já faz parte da comunidade em questão. Logo, não basta declarar a intenção de inspiração moral, é preciso colocá-la na lei ordinária, quando é o caso de proteger minorias, porque não se trata de algo universalmente aceito.

O pai da psicanálise, Sigmund Freud, foi o primeiro pensador contemporâneo a perceber que o código dito “universal” não funciona porque o “Outro” nem sempre pode ser amado. O “Outro” desconhecido geralmente é alvo de hostilidade, e não de amor. Então, Freud conclui que a moral não é universal, ela diz respeito à comunidade – e essa teoria foi divulgada em 1929, momentos antes da ascensão do regime que desgraçadamente lhe daria razão:

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio [de energia]. Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. O interesse pelo trabalho em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas.⁸⁷

⁸⁶ Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 20 ago. 2010.

⁸⁷ FREUD, Sigmund. *Mal-Estar da Civilização*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1978, p. 167, 168

Para salvar o “organismo” social da decadência derivada dessa situação de degradação moral, os nazistas consolidaram um conjunto de normas (etos) que reforçavam a ideia de que o respeito mútuo só era devido a quem pertencesse à “comunidade nacional” (*Volksgemeinschaft*). A propaganda nazista explorou ao máximo esse conceito, que igualava todos os alemães por sua natureza e os distinguia dos demais povos, criando necessariamente uma solidariedade que se provaria destrutiva.

Graças às Leis de Nuremberg, decretadas em 1935 para definir quem seria considerado judeu e, assim, estabelecer os limites de sua participação na sociedade do país, os alemães se viram na obrigação de procurar documentos que provassem que não tinham judeus na família. “Aqueles que passavam a prova”, explica Arendt, “sentiam pertencer a um grupo de incluídos que se destacava contra uma multidão imaginária de inelegíveis.”⁸⁸ Para Bauman, as Leis de Nuremberg criaram uma categoria de cidadãos “limpos” do Reich, o “puro-sangue alemão”.⁸⁹ Já Elias, sem se referir especificamente à *Volksgemeinschaft*, alude a ela quando comenta que os mais jovens procuravam compensar a ausência de oportunidades no mundo político tradicional por meio da vida comunitária e das demonstrações de massa, que “proporcionam aos participantes não só um sentimento de solidariedade, mas também o sentimento de se possuir um propósito significativo, um sentimento de poder e uma excitação feliz e prazerosa”.⁹⁰

O conceito era obviamente útil aos nazistas, mas, do ponto de vista ideológico, a *Volksgemeinschaft* do Terceiro Reich não se limitava à Alemanha ou às pessoas de fala alemã, nem era um mero contraponto à utopia comunista do fim do conflito de classes. A ideia de Hitler, diz Arendt, era atrair os “arianos”

⁸⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 427

⁸⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 151

⁹⁰ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 183

de todo o mundo para formar uma sociedade racial “pura”, que destruiria todas as demais – inclusive os alemães.⁹¹

A jovem militante nazista Melita Maschmann – que diz que a primeira coisa que a fascinou no nazismo foi a ideia de *Volksgemeinschaft* – celebrou o fim das diferenças de classe, prometida por Hitler, num mundo “em que as pessoas de todas as classes vivem juntas como irmãos e irmãs”.⁹² Eis o que se pode chamar, genericamente, de “moral nazista”. Nela, somente o companheiro “étnico” era digno de amor, como enunciou Joseph Goebbels, o mentor da máquina de propaganda nazista: “Qual é o primeiro mandamento de todo nacional-socialista? Ame a Alemanha acima de tudo e nossos camaradas étnicos [*Volksgenosse*] como a si mesmo”.⁹³

Como a sociedade alemã foi organizada pelo nazismo segundo o princípio de solidariedade absoluta – quem não está conosco está contra nós –, eliminam-se, por definição, todas as diferenciações comuns no interior de sociedades complexas. Aqueles que não se enquadram no movimento são imediatamente descartados, de modo que tudo o que não estiver dentro do movimento é considerado “morto” por definição – e a *Shoah* foi a realização prática desse conceito. Para ajudar os alemães a saber quem era digno de seu amor, havia a respeitável “ciência” – que foi capaz de estabelecer verdadeiros tratados sobre a “ameaça judaica” em relação à “raça germânica”.

Neste momento, é necessário discutir o conceito de “mal radical”, geralmente aplicado aos nazistas. Para Kant, a conduta moral não é algo natural – ou seja, o homem não é naturalmente bom. Mas o conhecimento moral, este sim, é natural – o homem *sabe* o que é certo e o que é errado. Quando um ladrão rouba algo, ele sabe que está cometendo um crime. Eis o imperativo categórico de que fala o filósofo alemão: não há necessidade de ciência nem da filosofia para saber distinguir o certo do errado. O indivíduo é livre para agir “não em virtude de qualquer outro motivo prático ou de qualquer vantagem

⁹¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 409, 410

⁹² MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 10-11

⁹³ GOEBBELS, Joseph. *Der Angriff - Das kleine abc des Nationalsozialismus*. Berlim: Kampf-Verlag, 1929, p. 3

futura, mas em virtude da ideia de dignidade de um ser racional que não obedece outra lei senão aquela que ele mesmo simultaneamente se dá”.⁹⁴

Como o homem não é apenas racional, ele pode ser tentado ou se inclinar a fazer o mal – o que Kant chama de “mal radical”, conceito questionado por Arendt quando ela aborda a superfluidade do homem no processo que engendrou o nazismo. Essa ambiguidade se explica, diz o filósofo, pelo choque entre a lei do dever moral e a lei da satisfação sensível, isto é, entre a razão, que é a porção divina do homem, e o impulso irracional, que é a porção animal. Por ser livre, o homem pende ora para um lado, ora para outro, sendo que o apelo ao sensível é o desafio à razão, levando o homem a eventualmente desafiar a lei moral. Kant sugere que o homem que transforma o desejo e o impulso em vetor absoluto, sem a contrapartida racional, está incorrendo em desvio moral, gerando o que chamamos de egoísmo.⁹⁵ É, pois, o egoísmo que está na determinação da qualidade de “radical” que a acepção kantiana dá a essa expressão do mal, isto é, algo que está limitado, fixo, como uma raiz presa à terra, voltada para si mesmo.

Para Kant, porém, o homem parte do mal, mas pode se “endireitar”, por meio da sociabilidade.⁹⁶ Essa recusa a aceitar o “mal radical” – embora o luterano Kant admita, inspirado no Cristianismo, que o homem não pode se livrar do mal, dado que é parte dele (como o “pecado original”, que, para Kant, marca a passagem humana do instinto para a razão) – segue a tradição filosófica ocidental. Kant diz que nenhum homem realmente quer o mal – o mal seria exceção, isto é, seria movido por “rancor pervertido”, como explica Arendt.⁹⁷ Quem comete o mal recusa a liberdade de escolher o bem, recusa o pendor originário para o bem, entendendo-se “originário” como sendo o fundamento moral objetivo do uso dessa liberdade. Quem comete o mal, portanto, contenta-se somente com a satisfação de suas necessidades imediatas, como fazem os seres que não pensam e como fizeram os alemães que ajudaram Hitler.

⁹⁴ KANT, Immanuel. “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 16.

⁹⁵ PEGORARO, Olinto A. *Ética é Justiça*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 57

⁹⁶ SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 20

⁹⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 510

No contexto do Terceiro Reich, a lei transformou o Mandamento “Não matarás” em “Matarás”. Enquanto em sociedades civilizadas o Bem é aquilo que é legal e moralmente correto e o Mal é sua violação, no nazismo acontecia o exato oposto. O Terceiro Reich retirou do Mal sua qualidade de “tentação” – isto é, em condições normais, os homens são tentados a fazer o Mal, mas resistem; já no nazismo, os homens eram tentados a deixar de fazer o Mal, pois sabiam que o assassinato era crime, mas resistiram a essa tentação, por diversas razões. “Deus sabe como eles [os nazistas] tinham aprendido a resistir à tentação”, ironiza Arendt.⁹⁸ Esse homem cai, portanto, num absurdo moral – algo que Kant diz ser impossível, dada sua rejeição filosófica ao “mal radical” – e, por essa razão, deve sentir desprezo por si mesmo, o que seria uma forma de evitar a manutenção do comportamento maléfico – ou seja, uma forma de garantir a legalidade. No entanto, o desprezo por si mesmo pode ser contornado pela mentira, que, neste caso preciso, significa mentir para si mesmo.

Arendt é a primeira pensadora que vai enfrentar a questão do “mal radical” no âmbito da política, tornando-se o eixo de suas formulações teóricas acerca do totalitarismo. Ela diz que esse mal surgiu ante um sistema que tornou todos os homens supérfluos, tanto os que estão à frente do sistema quanto os que são vítimas dele, “e os assassinos totalitários são os mais perigosos porque não se importam se estão vivos ou mortos, se jamais viveram ou se nunca nasceram”.⁹⁹

Arendt questiona Kant ao argumentar que “o maior mal não é radical”, no sentido de que não possui raízes (memória) e, portanto, não tem limitações, de modo que “pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo”.¹⁰⁰ O mal banal é algo sem raízes na tradição ocidental. Sem essas raízes, foge completamente ao campo da razão, tornando muito difícil refletir sobre ele. O mal é apenas “extremo”, cometido por pessoas que, por terem embotada sua capacidade de reflexão, não conseguem ir além da superfície.

No mal que não é radical, continua Arendt, não há quem se possa perdoar, porque só é possível perdoar não os crimes, mas as pessoas que os

⁹⁸ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 167

⁹⁹ Idem. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 510

¹⁰⁰ Idem. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 160

cometeram, isto é, aqueles que são mais que simples seres humanos porque são capazes de manter diálogo consigo mesmos e ter ao menos consciência do que fizeram. Aqui, a mentira joga um papel fundamental.

Arendt expõe o problema da mentira sugerindo que, num universo em que todos mentem para si mesmos, cria-se a harmonia necessária para cometer crimes em escalas nunca vistas, como na Alemanha e sua sociedade de 80 milhões de pessoas, que se protegeram “contra a realidade e os fatos exatamente da mesma maneira, com os mesmos autoengano, mentira e estupidez” que impregnavam a mentalidade de Eichmann, seu objeto de estudo – e “é difícil às vezes não acreditar que a hipocrisia passou a ser parte integrante do caráter nacional alemão”.¹⁰¹

Os alemães que conseguiram um emprego melhor ou obtiveram um negócio melhor em razão da eliminação de judeus certamente tinham consciência do crime cometido e, por isso, defenderam o regime até as últimas consequências, pois disso dependia a manutenção de sua consciência tranquila. Além disso, era mais fácil acreditar nas mentiras do regime do que nos relatos monstruosos sobre a barbárie nos campos de extermínio – conforme lembra Arendt, mesmo os sobreviventes tinham dificuldade em compreender o que seus olhos haviam visto, entendendo que aquilo havia sido apenas um pesadelo do qual acordaram.¹⁰²

Em meio a esse processo, a verdade que havia apenas no plano ideológico estava sendo transformada em verdade real. Quando se dizia que todos os judeus eram inferiores e que, por essa razão, pereceriam, então a elite do movimento entendia imediatamente que os judeus deviam ser eliminados. Por isso, a virtude mais cultivada no nazismo era a lealdade ao Líder, pois era da existência de sua liderança incontestável que dependia o triunfo concreto da ficção sobre a realidade. O homem ideal do regime totalitário é aquele que não distingue mais a realidade da ficção, o verdadeiro do falso.

A mentira era tão onipresente que, quando Hitler dizia a verdade, isto é, que pretendia eliminar os judeus, o público alemão não percebia, porque não

¹⁰¹ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 65

¹⁰² Idem. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 490

estava preparado “para tamanho despropósito”, segundo Arendt.¹⁰³ Só os simpatizantes remotos do nazismo acreditaram em Hitler quando ele jurou respeitar a legalidade ao assumir o poder. Os militantes sabiam que ele estava mentindo e esperavam isso dele. A admiração dos nazistas por Hitler crescia à medida que ele fosse capaz de contar mentiras cada vez maiores e de enganar cada vez mais pessoas.

Essa hipocrisia orgânica, transformada em uma série de clichês, explica por que Eichmann foi capaz de admitir seus crimes no tribunal em Jerusalém como se contasse algo corriqueiro, de conhecimento geral, inclusive, e a começar, pelos próprios alemães. As mentiras mais importantes, capazes de mobilizar toda a sociedade, tinham aspectos nitidamente políticos: acreditava-se que a guerra havia sido iniciada pelos “inimigos do Reich”, isto é, os judeus; e que a guerra em curso era existencial, isto é, uma derrota significaria a extinção dos alemães, de modo que a vitória só podia significar a extinção dos “inimigos do Reich”.

A mentira desempenhou papel central também na mecânica do genocídio. Embora todos os departamentos do Partido nazista e do Estado tivessem sido informados da “Solução Final”, nos mais básicos e claros termos, o plano do massacre dos judeus era tratado como “altamente confidencial” – e quem dele tinha conhecimento não era apenas “portador de ordens”, mas “portador de segredos”. Hilberg mostra que essa era uma das formas de superar as objeções morais: quem não participava do extermínio não tinha de saber; já quem sabia tinha de participar, de modo a criar uma rede de cumplicidade.¹⁰⁴ Esses “portadores de segredos” tinham de aprender “regras de linguagem” – que, trocando em miúdos, significava mentir – para quando fossem falar com aqueles que desconheciam os planos de extermínio. Assim, a “regra de linguagem” mandava dizer à Cruz Vermelha que os judeus massacrados estavam morrendo de “tifo”.

¹⁰³ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 392

¹⁰⁴ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 279

As “regras de linguagem” eram mais do que mentira: era uma forma de fazer com que os executores das ordens não interpretassem os assassinatos que estavam cometendo como crimes.¹⁰⁵ A “regra de linguagem” de ouro do nazismo foi a que transformou “assassinato” em “dar uma morte misericordiosa”, como previsto no decreto de Hitler que autorizou a eutanásia dos alemães considerados mentalmente incapazes – e que seria o modelo do genocídio dos judeus, inclusive com morte por gás em salas disfarçadas de casas de banho. Pecado não era matar, era causar sofrimento desnecessário, diz Arendt.¹⁰⁶ O departamento da SS encarregado da Solução Final era a “Seção de Administração e Economia”. Como enfatiza Bauman, embora estivesse dentro das regras de linguagem do nazismo, o nome do departamento seguia fielmente o significado de sua atividade para os nazistas.¹⁰⁷

Na Conferência de Wannsee, que, como vimos, selou o destino dos judeus da Europa porque estabeleceu os detalhes do extermínio sistemático, a palavra “assassinato” não foi usada uma única vez. Em vez disso, usou-se o eufemismo “evacuação dos judeus”, mas Eichmann, em seu julgamento, confessou, embora sem dizer diretamente ou mesmo se importar com isso, que aquele era apenas mais um entre tantos embustes linguísticos para esconder o genocídio. Ele ouviu os “papas do Terceiro Reich” discutirem a extinção dos judeus e acrescentou que não encontrou absolutamente ninguém contrário à Solução Final.¹⁰⁸ A mentira fora incorporada como discurso real, para efeitos práticos e, muito provavelmente, para aliviar consciências entre aqueles que eram apenas simpatizantes do nazismo.

Era muito difícil resistir a essa visão orgânica da ética – como se todos fizessem parte da mentira criada pelos nazistas, algo que é simbolizado pelo gesto obrigatório com o braço direito e a saudação “Heil, Hitler”, que permeia todos os cantos da vida cotidiana alemã. Mas tal concepção não é nazista, em princípio. Ela aparece primeiro, mais claramente, nas manifestações de Moritz

¹⁰⁵ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 100, 101. Ver também BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 44

¹⁰⁶ ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 125

¹⁰⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 33

¹⁰⁸ ARENDT, Hannah. Op. cit., 130 e 133

von Egidy, um dos expoentes do pensamento *völkisch*, ideologia sobre a qual ainda falaremos mais detidamente. Von Egidy considerava a essência humana como um “corpo secreto” – o homem é impulsionado a fazer a coisa certa, isto é, a cumprir seu potencial ético, de modo evolutivo, segundo um “plano de vida”. Resistir a esse plano era considerado uma violência.¹⁰⁹ Em sua visão, que deve muito a Kant, uma vez vitoriosa sua expectativa de uma “sociedade ética”, não haveria mais necessidade de um Estado coercitivo, pois surgiria do meio da *Volk* um Líder capaz de executar os desejos de seus pares.

Apesar da visão “científica”, o pensamento *völkisch*, em sua determinação moral, desprezava frontalmente a razão, primeiro e mais essencial passo para o mal sem limites, segundo a visão de Arendt. Como escreveu Paul Lagarde, outro ideólogo *völkisch*,

o centro do homem não é sua razão, mas sua vontade... Pois, como tudo o que é bom, o conhecimento se introduz também por meio da vontade, cujas asas são a sensibilidade e a imaginação e cuja força determinante é o amor.¹¹⁰

Esse conjunto ideológico movido à paixão respeita a estrutura das “ideias-força” do filósofo francês Alfred Fouillée (1838-1912), contemporâneo dos pensadores nacionalistas alemães do século XIX. O conceito de Fouillée traduz a suposta unidade entre imaginação e vontade, de modo que o impulso se torna o próprio vetor da realidade – isto é, a vontade legítima e autêntica, embebida de certezas morais, é o que faz a ideia se converter em real. Melita Maschmann, em seu relato sobre a Juventude Hitlerista, diz que os militantes do grupo jamais relaxavam, numa “incansável atitude impulsiva”, isto é, num movimento perpétuo de criação do real conforme as diretrizes ideológicas do nazismo.¹¹¹ Os movimentos totalitários, de um modo geral, só permanecem no poder quando estão em movimento e “transmitem movimento a tudo que os

¹⁰⁹ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 47, 48

¹¹⁰ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 28

¹¹¹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 142

rodeia”, conforme explica Arendt.¹¹² As “ideias-força” foram aceitas por respeitáveis alemães muito antes de Hitler, enfraquecendo a democracia desde seu nascedouro, porque alimentaram a rejeição da modernidade e da sociedade ocidental, repletas de defeitos e imprevistos que a ideologia *völkisch* pretendia corrigir. A intenção, ademais, era criar uma forma de “realidade” da qual todos da “comunidade étnica” germânica pudessem participar. Eis a semente do totalitarismo.

Essa espécie de “pragmatismo moral” *völkisch* está expressa no pensamento de Arthur Moeller van den Bruck, o intelectual alemão que cunhou a expressão “Terceiro Reich” em 1923 – e que, apesar disso, foi um crítico veemente dos nazistas. Para ele, a moralidade deve mudar enquanto se desenvolve o processo evolutivo. Trata-se de respeitar “uma fórmula em que o verdadeiro, o bom e o belo [...] é tudo o que serve à evolução, e o mal, o falso e o feio a fere, adiando a formação da nossa cultura”.¹¹³

A partir dessa visão, Moeller cria um conceito de “darwinismo moral”, em que o único valor importante realmente é a luta pela sobrevivência. Ele expôs essa teoria numa curiosa correspondência com o comunista Karl Radek, que em 1923, em meio à grande inflação e à humilhação da ocupação da região do Ruhr pelos franceses e belgas, sugeriu publicamente, por orientação do Partido Comunista Alemão (KPD), uma aliança entre o proletariado e os nacionalistas do movimento *völkisch*. Radek entendia que ambos tinham um inimigo comum, isto é, o grande capital. Os nazistas imediatamente rejeitaram a oferta, vista por eles como uma forma dissimulada de levar o movimento *völkisch* para uma armadilha “judaico-nacional-bolchevique”. Moeller, por outro lado, concordou que a Alemanha devia procurar apoio na Rússia soviética, mas descartou a aliança por vê-la apenas como parte da “luta de classes”. No entanto, o que importa aqui é que, na resposta aos comunistas, Moeller expôs seu modelo de “novo homem”, aquele que conciliava certeza moral e realidade – ou seja, se a realidade não traduz a certeza moral, então muda-se a realidade:

¹¹² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 356

¹¹³ MOELLER, Arthur van der. *Die Zeitgenossen – Die Geister, die Menschen*. Mindens: J.C. Bruns, 1906, p. 27.

A realidade é nossa única certeza e inalienável propriedade. “Verdade”, no entanto, teve o mesmo destino de “liberdade” e de “justiça”. O conceito de verdade sofreu tanto abuso que apenas trapaceiros se aproveitam dele e os tolos se deixam enganar por ele. A verdade, que já foi uma certeza cristã, segundo a qual um homem age ou não age, tornou-se uma demanda moral do Iluminismo, que humanizou – e portanto destruiu – o divino. Para o homem ocidental, o que lhe é útil é verdadeiro. O alemão ainda está ocupado com a perigosa inclinação à verdade “em si”. O novo homem voltará a divinizar a verdade “em si”, mas irá procurá-la e a encontrará na realidade.¹¹⁴

A distorção do real com o objetivo de nele encaixar a “verdade”, vista aqui como princípio do pensamento *völkisch*, é o passo necessário para destruir as categorias por meio das quais se compreendem a lei, a política e a moral, ou seja, “o tecido inteligível da experiência humana”, como explica Arendt.¹¹⁵ Há exemplos práticos de como funcionava essa lógica. Os nazistas empreenderam a eliminação física da intelectualidade polonesa porque, segundo sua doutrina, os poloneses não tinham capacidade intelectual; logo, para que a doutrina fosse verdadeira, era preciso acabar com as provas em contrário. Abre-se caminho para o empreendimento da inversão total da legalidade: todos os atos do regime nazista eram criminosos, de modo que o crime de Estado, plenamente justificado para assegurar a sobrevivência desse mesmo Estado, deixa de ser exceção e passa a ser regra. A exceção, por sua vez, passou a ser o ato não criminoso, e os nazistas agiam seguindo a máxima de que os atos morais eram ilegais e os atos legais eram criminosos. Essa estratégia foi percebida pelo escritor Reck-Malleczewen, que escreveu em seu diário em 11 de agosto de 1936, ao relatar que ouviu Hitler discursar em Munique:

Foi graças ao maquiavelismo daquele ano que a política externa da Alemanha se tornou uma série de assaltos legalizados, e a atividade de seus líderes, uma sucessão de fraudes, falsificações e rompimentos de acordos, tudo feito para torná-lo apelativo a uma coleção de professorinhas, burocratas e estenógrafos que desde então se tornaram o apoio e o bastião

¹¹⁴ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 245

¹¹⁵ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 101

verdadeiro desse regime e de seu fabuloso camarada, o Gengis Khan da política.¹¹⁶

Os nazistas sabiam que estavam fazendo algo que nem seus piores inimigos esperavam que fizessem, razão pela qual os alemães chamavam Auschwitz de *Arschloch der Welt* – literalmente, o “cu do mundo”.¹¹⁷ O sucesso da empreitada residia justamente no fato de que ninguém acreditaria que fosse verdade. Primo Levi, o químico e escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz e se dedicou posteriormente a preservar a memória do que viu e sofreu, entendeu perfeitamente esse sistema de destruição total da humanidade. Convenceu-se, ainda que de maneira incompleta, cética e reticente, de que a única forma de resistência era lembrar-se, permanentemente, da condição humana:

Porque o campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma de civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento.¹¹⁸

O “consentimento” a que se refere o texto de Levi, cuja negação é a forma mais primitiva de resistência, é um ato estritamente racional, o último bastião da humanidade em meio ao terror. Ao negar-se o consentimento, abre-se a possibilidade de ruptura histórica, da inauguração de algo novo, ato no qual reside a liberdade humana. A esperança de que o mundo se renove, presente em cada ser humano que nasce, é o grande pavor do totalitarismo, pois reafirma a natureza eternamente indeterminada do futuro. Pensar, então, conclui Arendt, torna-se um ato eminentemente político: “Quando todos se deixam levar impensadamente pelo que os outros fazem e por aquilo em que creem, aqueles

¹¹⁶ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 36

¹¹⁷ STEINER, George. *In Bluebeard's Castle – Some Notes Towards the Redefinition of Culture*. New Heaven: Yale University Press, 1971, p. 54

¹¹⁸ LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 43

que pensam são forçados a aparecer, pois sua recusa a aderir fica patente, tornando-se uma espécie de ação”.¹¹⁹

Em Levi está, portanto, o que Arendt elaborou como o fundamento da política, que não pode prescindir da relação entre os homens e tampouco pode ser regulada exclusivamente pela necessidade animal de sobrevivência. O que o escritor enfatizou, embora sempre como um triunfo incerto ou mesmo quase impossível da liberdade ante o totalitarismo, é que a humanidade pode sim ser resgatada do mais profundo terror, desde que mantenha em sua alma algo além do sentido de autopreservação e que sustente a chama da possibilidade de recomeçar – o que, na opinião de Arendt, expressa em diversos textos, constitui um verdadeiro milagre.¹²⁰ Os campos de concentração e extermínio visavam realizar a terrível experiência de eliminar totalmente o espaço público da mediação política civilizada, sem o qual a liberdade é impossível. Segundo Arendt, é nesse espaço, que o totalitarismo trata de extirpar, que

[...] a liberdade constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos e em eventos que são comentados, lembrados e transformados em estórias antes de se incorporarem por fim ao grande livro da história humana.¹²¹

Assim, como Levi também notou, o horror, por ser inenarrável, levava ao esquecimento, e é justamente essa característica dos campos de extermínio que os alçaram à categoria de laboratório para o futuro do mundo sob o domínio nazista, em que nem o indivíduo não é dono mais nem da própria morte, que ocorre sem deixar qualquer vestígio para ser lembrada. É nos campos que a mentira, o mundo ficcional totalitário, se realiza completamente, por meio do extermínio da realidade, em que seres humanos totalmente inocentes, mas cuja mera existência constituía um obstáculo ideológico, pois servia como a

¹¹⁹ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 167 e 168

¹²⁰ BIGNOTTO, Newton. “Totalitarismo e Liberdade no Pensamento de Hannah Arendt”. In: MORAES, Eduardo Jardim de. (org) *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Humanitas, 2001, p. 116

¹²¹ ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 201

lembrança permanente do mundo real, eram aniquilados de tal modo que sua passagem pela Terra deixava de ter qualquer rastro. Para não ser enviado aos campos de extermínio, segundo essa experiência, era necessário ser cúmplice dos crimes do regime e absolutamente leal ao Líder. Dentro dos campos, os criminosos reais eram alçados à categoria de administradores, responsáveis por infernizar a vida dos inocentes, que constituíam a maioria absoluta dos prisioneiros e sobre quem recaíam todas as punições. É o crime elevado à categoria de virtude primária, como forma de sobrevivência – a inversão moral caracterizada pelo fato de que os alemães, no conforto da cumplicidade em escala nacional, optaram por fazer o mal em vez de preservar sua consciência e sua pessoa moral, pois eram recompensados por isso – e, ademais, eles temiam mais a responsabilidade que a consciência, de modo que não demonstraram, depois da guerra, nenhum arrependimento.¹²² Almejavam ser “cidadãos exemplares”, destituídos de iniciativa própria e totalmente sujeitos aos estímulos do sistema, que funcionava de modo a padronizar e tornar previsíveis todas as reações de todos os indivíduos. É o que Arendt chama de “morte moral” do homem, a corrupção de todo o sentido de solidariedade, e que se aplicou também às vítimas de um modo geral.¹²³

A colaboração das vítimas passou longe de ser meramente eventual – e resultou, em primeiro lugar, do total isolamento dos judeus promovido pelos nazistas, com a omissão generalizada da sociedade alemã, de modo que aos judeus restou tentar adaptar-se às regras do jogo, entregando-se à lógica nazista. Franz Stangl, que comandou dois campos de extermínio, disse, depois da guerra, que os judeus de Treblinka lembravam lemingues, pequenos ratos que, de tão dóceis, são úteis como cobaias de laboratório.¹²⁴ Esse mecanismo é importante para notar a extensão da inversão moral operada na Alemanha.

Arendt aponta o “colapso moral da respeitável comunidade judaica” alemã quando esta aceitou “categorias privilegiadas” de judeus, que seriam poupados dos nazistas: “judeus alemães acima de judeus poloneses, judeus veteranos de guerra e condecorados acima de judeus comuns, famílias cujos

¹²² ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 270

¹²³ Idem. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 502

¹²⁴ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers, 1985, p. 299

ancestrais eram nascidos na Alemanha acima de cidadãos naturalizados recentemente” e assim por diante.¹²⁵ Para Arendt, “há uma tendência a relegar esses temas como se houvesse uma lei da natureza humana que levasse todo mundo a perder a dignidade em face do desastre”.¹²⁶ Trata-se de um juízo de valor contestável, porque, em face do absoluto colapso moral empreendido pelos nazistas, é possível argumentar que não havia opção disponível para os líderes judeus que, de qualquer modo, não servisse aos propósitos alemães. Para Emanuel Ringelblum, o grande historiador e cronista do Gueto de Varsóvia, essa questão é crucial: “Por que não resistiram quando 300 mil judeus estavam sendo evacuados de Varsóvia? Por que tudo se tornou tão fácil para o inimigo? Por que não houve uma só vítima entre os carrascos?”.¹²⁷ Arendt e Ringelblum esperavam uma reação humana de indignação e de resistência, por parte dos prisioneiros judeus, em face da violência a que estavam sendo submetidos, em lugar da trágica marcha para o matadouro, como carneiros, mas ambos admitem, cada um à sua maneira, que a mecânica burocrática nazista, que apagou qualquer vestígio de senso moral tanto dos carrascos quanto das vítimas, inviabilizou essa resistência por completo – ela só ocorreu quando já não havia mais nada a “negociar”, como no caso do Levante do Gueto de Varsóvia.

O colapso moral dos judeus segregados tornou-se evidente quando seus líderes, ao pedir aos nazistas que abrissem “exceções”, legitimavam a regra – e os nazistas, de fato, não se importavam com judeu nenhum, mas aceitavam essa encenação porque lhes facilitava o extermínio, ao dar esperança de salvação às vítimas até que estivessem no último degrau do cadafalso. No dizer de Bauman, os judeus, no afã de sobreviver, aceitaram o cálculo tecnocrático que leva em conta perdas e ganhos (de vidas humanas, neste caso) e tornaram-se “parte do arranjo que iria destruí-los”.¹²⁸ Seus líderes aceitaram até mesmo o discurso “racional” do opressor, segundo o qual era preciso sacrificar um membro para salvar o corpo, isto é, entregar alguns judeus para salvar outros – tarefa que

¹²⁵ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 148

¹²⁶ *Ibid.*, p. 148

¹²⁷ GUTMAN, Israel. *Resistência*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 135

¹²⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 147

alguns dirigentes comunitários judeus viam como obrigação moral.¹²⁹ Desse modo, os *Judenräte*, os Conselhos Judeus que organizavam a vida nos guetos a mando dos nazistas, tornaram-se parte da própria hierarquia administrativa do Reich. Bauman considera que os nazistas apostavam na racionalidade dos judeus e exploraram essa característica a seu favor, mantendo sob sigilo absoluto o funcionamento das câmaras de gás e induzindo os judeus a acreditar que era possível negociar a sobrevivência – quando, na verdade, a Solução Final, por definição, não admitia sobreviventes. Trata-se, nas palavras de Arendt, de uma “involuntária cumplicidade”, que ademais convencia os assassinos de que o que estavam fazendo era legal e legítimo, eliminando qualquer constrangimento, mesmo o de fundo religioso.¹³⁰

A esse propósito, pode-se dizer que a moral religiosa não desempenha papel relevante no processo de inversão patrocinada pelo nazismo porque, no mundo moderno, não se pode mais considerar relevante o medo de um Deus vingador ou de punição após a morte. No caso do Terceiro Reich, porém, mesmo que tivesse esse medo teológico, o militante nazista era forçado a suprimi-lo como forma de sobrevivência, conforme explica Melita Maschmann, ao relatar sua doutrinação na Juventude Hitlerista:

Como se deveria reagir [a respeito da existência de Deus e de sua justiça] quando se entrava em contato com a violência do regime? O perigo de reconhecer a injustiça em tais atos de violência cometidos por nós [e, desse modo, ser curado do nazismo] teria sido intenso se eu não tivesse, à vista desses infelizes judeus, furiosamente suprimido qualquer tipo de consideração metafísica.¹³¹

Justamente pelo motivo exposto por Melita, Arendt considera que o julgamento de Eichmann fornecia uma resposta precisa à questão sobre “quanto tempo leva uma pessoa mediana para superar sua repugnância inata pelo crime,

¹²⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 168

¹³⁰ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 149

¹³¹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 50

miseráveis. “Naquele dia eu encontrei o diabo em mim mesma, sem sabê-lo”, recorda Melita:

O que era particularmente maligno era a minha falta de sentimentos em relação àquela gente infeliz. Eu vi o medo e a tensão delas como num filme: aquilo de forma alguma me tocou. Eu queria observar precisamente como uma pessoa desesperada age numa situação com aquela [...]. E então eu conduzi aquela gente forçando-as com um porrete (que visão deve ter sido esta!). Eu estava cheia de um sentimento frio e quase tóxico de superioridade.¹⁴²

Melita admite que só sofreria por alguém que “pertencesse à grande família da minha *Volksgemeinschaft*”, isto é, à sua comunidade nacional idealizada. Os excluídos dessa comunidade estavam, automaticamente, excluídos do “reino do dever moral”, na expressão de Bauman, isto é, deixavam de ser objeto de responsabilidade.¹⁴³ “Os poloneses cujas casas se incendiaram eram meus inimigos.”¹⁴⁴ A crueldade era parte da missão que os líderes nazistas e seus fanáticos seguidores se impuseram, como se o contrário, a bondade ou a compaixão, fosse algo próximo da traição. “Ao longo dos anos, selamo-nos com uma grossa camada de cimento contra as tentativas de nos perturbar que saltavam de nossa consciência”, explica Melita.¹⁴⁵

Por outro lado, embora a filosofia e a religião, como vimos, considerem que é impossível o homem praticar deliberadamente atos cruéis, isto é, querer o mal pelo mal, Tomás de Aquino, citado por Nietzsche, diz que a contemplação dos sofrimentos do inferno era um dos “prazeres” a serem esperados no Paraíso, como prova da justiça de Deus: “Os abençoados no reino dos céus verão as penas dos danados, para que a beatitude lhes dê maior satisfação”.¹⁴⁶ Eis o sentimento de superioridade moral de que falava Melita Maschmann. E Arendt

¹⁴² MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 106

¹⁴³ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 220

¹⁴⁴ MASCHMANN, Melita. *Op. cit.*, p. 107

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 163

¹⁴⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma Polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 37

um silêncio dentro de mim e, então, a voz respondeu: “Quando você está morto, você não tem nada mais a temer – tem?” “Não”, eu disse, “não tenho”. “Bem, para você mesma, você está morta”. Tudo o que era Eu havia sido absorvido na Totalidade.¹⁴⁹

Ou seja: no totalitarismo, o indivíduo perde a capacidade de perceber seus erros porque, como notou Melita, na guerra empreendida por esse projeto de dominação, a consciência está “morta”. O que nos distingue dos animais é justamente esse diálogo interior. É a fala, não para os outros, mas para si mesmo. Quando perdemos essa capacidade, agimos como animais. Com base nesse pressuposto, diz Arendt, os nazistas encaravam os campos de concentração e de extermínio como laboratórios do “modelo social perfeito”, em que tudo passava a ser possível, em que nada tinha nenhuma utilidade imediata, em que nem mesmo os crimes podiam ser compreendidos à luz de qualquer padrão existente. Neles, os prisioneiros – como cobaias dessa experiência social nazista, um teste para o futuro do mundo inteiro sob o domínio do Terceiro Reich – tinham sua personalidade transformada em “coisa” e suas reações passavam a ser totalmente homogêneas, controláveis e previsíveis.¹⁵⁰

O ato de pensar como diálogo de si para si mesmo, isto é, a filosofia moral, é a condição da própria filosofia. Com base nisso, é possível dizer que a maneira mais segura para um criminoso nunca ser descoberto e escapar da punição é esquecer o que fez e não pensar mais no assunto. Arrepende-se é voltar ao problema, ou seja, é ter de encará-lo. Na literatura, o personagem que melhor representa essa crise é Raskólnikov, o protagonista de *Crime e Castigo*, de Dostoiévski.

Na narrativa, Raskólnikov mata a velha usurária que o explorava e, como justificativa, considera haver dois tipos de criminosos: os ordinários, isto é, aqueles que têm sentimento de culpa, e os extraordinários, aqueles que cometem crimes com a certeza de que não serão punidos, porque mandam às

¹⁴⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 61. Grifos no original.

¹⁵⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 489. Ver também ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 267

a memória. “Não posso tê-lo feito”, sustém o meu orgulho que é inexorável. Finalmente cede a memória.¹⁵²

Tal mecanismo mental, conforme entendeu Sócrates e como demonstra Dostoiévski, não depende de regras objetivas, formuladas segundo seu tempo, porque a questão acaba girando em torno de determinar com quem desejo estar junto, isto é, se aceitaria conviver comigo mesmo após fazer o mal.

Os maiores assassinos do nazismo eram, muitos deles, respeitáveis homens cultos da classe média alemã, o que mostra que a capacidade de apreciar algo (obras de arte, por exemplo) nada tem a ver com capacidade de reflexão, porque, ao contrário do pensamento, essa observação é meramente passiva. O pensamento, pelo contrário, demanda esforço, atividade, memória, lembrança. “Todos os padrões objetivos – a verdade, recompensas e punições numa vida futura etc. – cedem a primazia ao critério ‘subjetivo’ do tipo de pessoa que desejo ser e com quem desejo viver”, enuncia Arendt.¹⁵³ Ou seja, no limite, como vimos, o que importa, para estabelecer a natureza do mal, não é o crime cometido, por maior que seja, mas o agente do crime e o modo como ele agiu. Para Arendt, “o problema com os criminosos nazistas foi precisamente que eles renunciaram voluntariamente a todas as qualidades pessoais, como se não restasse ninguém a ser punido ou perdoado”.¹⁵⁴

Os nazistas sempre disseram que nunca haviam feito nada senão “cumprir ordens” e, ao renunciar ao pensamento, confortavelmente renunciaram à qualidade de pessoa. “Em outras palavras”, explica Arendt, “o maior mal perpetrado é o mal cometido por *Ninguém*, isto é, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa” (*grifo nosso*).¹⁵⁵ Eis a grande qualidade de Eichmann, que, em seu julgamento em Jerusalém, enfatizou, sempre que possível, essa condição de *Ninguém*.

¹⁵² NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal – Prelúdio de uma Filosofia do Futuro*. Curitiba: Hemus, 2001, p. 51 e 77

¹⁵³ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 176

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 177

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 177

Era o escritor que dizia que a Alemanha de Hitler era um país que “a todos tolerava”, uma criação “do amor e do bem” e que “deveria estar perto do Jardim de Deus”. Ela lia esses versos junto com os colegas da Juventude Hitlerista e “sonhava com essa utopia” enquanto “ajudava a expulsar os poloneses de suas fazendas”. Melita confessa que não percebia a contradição “em nenhum momento”¹⁵⁹, pois se tornara nazista por um “impulso de amor”, isto é, para ajudar os alemães desprivilegiados – mas apenas os alemães, parte de sua “comunidade nacional”.¹⁶⁰

Mesmo aqueles que se opuseram ao regime hitlerista, como os conspiradores que participaram do complô para matar o Führer em 1944, nunca consideraram o extermínio dos judeus pelo aspecto moral. O problema, para eles, era que o extermínio minava a posição política da Alemanha no pós-guerra, dificultando negociações e “manchando o bom nome” do país. Eles não imaginavam que a exigência de rendição incondicional feita pelos Aliados era resultado das atrocidades – que eles simplesmente não entendiam como tal. Esses militares acreditavam que, mesmo após o genocídio, seria possível negociar uma “paz justa”. Ou seja: eles simplesmente não entendiam o genocídio como crime.¹⁶¹ Houve quem se opusesse a Hitler dentro da Alemanha desde o princípio, e muitos deles pagaram com a vida ou com o exílio por sua ousadia. Mas é possível dizer que se tratava de uma minoria – Arendt calcula que possam ter sido talvez 100 mil alemães, muito pouco num universo de 80 milhões de pessoas.

O exercício de destruição do indivíduo capaz de refletir sobre seus atos era uma decisão consciente desse mesmo indivíduo, o que exigia disciplina e entrega ideológica total. Como Melita Maschmann se recorda, ao unir-se à Juventude Hitlerista ela diz ter aprendido como deixar de ser ela mesma para assumir as tarefas impostas pela nova ordem:

¹⁵⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 209

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 211

¹⁶¹ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 117

Eu descobri a habilidade de desviar o olhar de mim mesma, de parar de contemplar minha própria infelicidade e então servir ao povo da minha nação. [...] Agora a vida tem um significado que independe de você mesmo”.¹⁶²

Mais adiante, Melita comenta que havia aprendido, desde cedo, que qualquer sacrifício pessoal pela Alemanha era insuficiente e que, nesse contexto, ignoravam-se “sentimentos pessoais” e o “impulso individual para a pureza moral”.¹⁶³ Em outra passagem, ela refina essa ideia: “Eu considerava ser meu dever suprimir meus sentimentos pessoais se eles conflitassem com a necessidade política”.¹⁶⁴ Segundo definição da própria Melita, a obediência absoluta era, assim, um “valor moral”, e “o fato de que isso levou [os militantes da Juventude Hitlerista] a lutar por uma causa perversa foi uma tragédia a qual muitos deles ainda não foram capazes de superar”.¹⁶⁵

A moralidade, dessa forma, é uma questão do indivíduo singular, ponto no qual o pensamento arendtiano se aproxima do kantiano. As conclusões sobre o certo e o errado dizem respeito a uma decisão pessoal, com cujas consequências o indivíduo deverá ser capaz de conviver. Nada mais, nem os costumes da sociedade, nem mandamentos divinos, interferem na ação humana e na subsequente responsabilização tanto quanto essa capacidade de reflexão sobre os atos. É por essa razão que as poucas vozes dissonantes na Alemanha nazista, como a de Reck-Malleczewen, ainda acreditavam que, nas profundezas da consciência individual dos homens condenados “a ter Deus apenas no subterrâneo”, porque “Deus fora banido pelos nazistas”, poderia ter restado um mínimo de humanidade capaz de obstar o caminho de Hitler:

Em cada um de seus discursos, vocês [nazistas] pilheriam o Espírito [a razão], que vocês silenciaram, mas vocês esquecem que o pensamento privado, o pensamento nascido na dor e na

¹⁶² MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 24

¹⁶³ Ibid., p. 45

¹⁶⁴ Ibid., p. 70

¹⁶⁵ Ibid., p. 144

vida sem exame não é digna de um ser humano”.¹⁶⁹ O nazismo será o auge da negação da consciência da humanidade, e a retórica religiosa tem função essencial nesse processo.

Tal retórica é elemento central, por exemplo, na construção da imagem de Hitler como uma entidade divina, cuja vontade deveria ser tomada em conta acima de qualquer outra consideração. Para Victor Klemperer, isso explica definitivamente o poder de convencimento de Hitler sobre os alemães: “Quem se dispuser a ler as receitas para suggestionar as massas, ensinadas pelo próprio Hitler em *Mein Kampf*, não terá dúvidas sobre a sedução deliberada, baseada no registro religioso”.¹⁷⁰

Hitler frequentemente se disse um enviado da Providência, quase um títere de Deus. Num discurso em Würzburg, em 27 de junho de 1937, ele falou da “ressurreição” da Alemanha, um termo especificamente religioso, afirmou que a Providência “guiou” seus passos e declarou: “Ninguém pode fazer a história de uma nação ou do mundo se seus intentos e suas habilidades não são abençoados pela Providência”.¹⁷¹

Entre os alemães comuns, porém, instigou-se a adoração a Hitler como se ele fosse não apenas um enviado da Providência, mas como uma espécie de sucessor de Deus em pessoa. Crianças em organizações nazistas eram instruídas a recitar, antes e depois das refeições, duas orações de agradecimento adaptadas para celebrar a nova divindade, nas quais o Deus judaico-cristão era mero coadjuvante:

Antes das refeições:

Führer, meu Führer, que foi dado a mim pelo Senhor,
 Proteja-me e preserve-me enquanto eu viver!
 Por ter resgatado a Alemanha do mais profundo sofrimento,
 Eu Lhe agradeço hoje pelo meu pão de todo dia.
 Permaneça comigo, não me abandone,

¹⁶⁹ SÓCRATES. “Apologia de Sócrates”. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 2000, p. 67

¹⁷⁰ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 189

¹⁷¹ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 907

identificar os judeus, isto é, o “Judeu”, a ideologia *völkisch* ajudava a desumanizá-los – num processo que começava por negar uma “alma” aos judeus, por considerar sua religião um “fóssil” sem ética.

A força desse mito era tão irresistível na época que mesmo alguns judeus, sobretudo lideranças comunitárias, exortaram seus pares a se reformar e a buscar ligação com a terra e o trabalho, de modo a se afastar dos desvios morais de que eram acusados, e isso incluía a intelectualidade, o dinheiro e o cosmopolitismo urbano. Ou seja: a própria vítima acreditava no estereótipo.¹⁷³

O certo, segundo essa visão, é que a relação com o mundo não se desse nos termos da moralidade judaico-cristã, mas em termos sentimentais, espirituais e instintivos, mediados pela *Volk*. Era por meio da espontaneidade da fé, segundo Lagarde, e não em razão de uma imposição política, que a *Volk* seria capaz de construir sua unidade inabalável, como expressão autêntica de suas maiores qualidades espirituais.

A tríade do pensamento *völkisch* – Lagarde, Moeller e Julius Langbehn – já oferecia, por meio da doutrina da “nova religião”, suas soluções para a “decadência moral”. Langbehn, por exemplo, defendia justamente uma revolução moral e política para restaurar a pureza e a unidade alemãs – aliás, ele defendia o fim da política, e sua substituição pelo carisma de um líder. Langbehn buscava a restauração de valores idealizados, tendo como referência o caráter imaginado dos antigos alemães, razão pela qual ele é conhecido de seus contemporâneos como “professor moral”.

Lagarde, por sua vez, via o mundo e os homens essencialmente em simples termos morais. Para ele, embora os alemães de sua época tenham sucumbido a todo tipo de desvios e tentações, o povo (*Volk*) tinha uma singular inclinação para uma vida heroica e moral. Lagarde foi o maior profeta do Germanismo que se formava e que influenciaria Hitler e aqueles que o seguiram. Profundamente religioso, ele rompeu com o cristianismo e com as igrejas protestantes. Como patriota, denunciou a decadência popular. Sem ter em que acreditar, Lagarde dedicou sua vida a encontrar uma comunidade nova,

¹⁷³ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 144, 145

uma nação alemã de fieis. Só uma nova religião, o já citado “cristianismo germânico”, poderia regenerar espiritualmente a Alemanha. Langbehn, por sua vez, deu a entender, em seus comentários, que os alemães precisavam adotar um cristianismo mais “viril”, termo que o próprio Hitler usaria posteriormente.

O consagrado mito bíblico, de um modo geral, está assentado no tripé formado pela “culpa”, pelo “arrependimento” e pela “graça”, mas, na ideologia *völkisch*, esse mito sofreu transformações decisivas que o tornariam refratário à misericórdia. Era preciso, então, “germanizar” o cristianismo, para que o indivíduo pudesse manifestar seu “potencial ético”, limitado pelo dogma da culpa e do pecado original, que se transmite por geração, e não por imitação. Ou seja: o dogma judaico-cristão indica que somos culpados ao nascer. A ideologia *völkisch* atribuiu esse dogma ao judeu São Paulo e propôs sua revisão.

A partir dessa ideia, não existe “certo” e “errado”; o que existe é simplesmente determinado pelo mito e aceito por gerações, indo além da razão. A legalidade totalitária nazista vai retomar esse conceito, ao pretender servir como instrumento da execução das leis da Natureza e da História, razão pela qual os conceitos de “certo” e “errado” simplesmente não se aplicam aos indivíduos, mas a algo superior e externo a eles.

O pensamento *völkisch* elevou Nietzsche – que, ironicamente, tratava esses ideólogos com desdém – ao degrau de herói do novo mundo germânico, por ter, segundo a interpretação desses ideólogos, rejeitado as coisas como elas eram e estabelecido a vontade como parâmetro de poder. Segundo Nietzsche, ecoando a noção de que a moral tradicional judaico-cristã era perniciosa, “a história do combate da moral contra os instintos fundamentais da vida é, ela mesma, a maior imoralidade que já existiu sobre a Terra...”¹⁷⁴ Os valores estão no futuro, e não no passado, isto é, devem ser construídos por quem tem poder, e não aceitos como um dado da vida, porque isso é submissão que não condiz com a ideia de grandeza, diz o filósofo:

¹⁷⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *A Vontade de Poder*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008, p. 160

ouvido falar. “A alma germânica fala à humanidade germânica em suas palavras. A partir daquele dia, eu nunca mais pude violar meu voto de lealdade a Hitler”, disse um militante do Partido Nazista em 1926.¹⁸⁰ Esse fenômeno não escapou ao olhar melancólico do escritor Reck-Malleczewen. Em seu diário, em 11 de agosto de 1936, ele escreveu:

Eu torturo meu cérebro a respeito do perpétuo enigma de como esse mesmo povo que tão zelosamente defendeu seus direitos há alguns anos tenha naufragado neste estupor, no qual não apenas se permite ser dominado por antigos vagabundos de esquina, mas, de fato, cúmulo da vergonha, tornou-se *incapaz de perceber a vergonha por não saber mais o que é a vergonha* [grifo do autor].¹⁸¹

O “renascimento moral” da Alemanha era uma promessa explícita de Hitler, como ficou claro em seu discurso de 10 de fevereiro de 1933:

Para fazer justiça a Deus e à nossa própria consciência, devemos nos voltar mais uma vez à *Volk* germânica. [...] Vamos fazer o que for necessário para evitar que a Alemanha continue a se degenerar. [...] Eu não faço isso por salário ou ganhos; eu faço isso por causa de vocês!.¹⁸²

Para gente como Rudolf Hess, o adjunto de Hitler, o culto ao Führer era uma necessidade psicológica. A elaboração era clara: a “democracia germânica”, em vez de justificar-se pelas instituições livres, era baseada simplesmente na autoridade incondicional. Hess, como outros o fizeram, comparou o Führer com o fundador de uma religião, e sua função era não permitir a liberdade para que se produzissem opiniões alternativas às suas. Em carta a Walter Hewel, um veterano seguidor de Hitler que depois entraria para o Ministério das Relações

¹⁸⁰ ABEL, Theodore. *Why Hitler Came to Power*. Cambridge: Harvard Press University, 1986, p. 70

¹⁸¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 34

¹⁸² DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 249

luta de classes não tinham mais nenhuma validade, restando somente as “leis eternas”. Muito apropriadamente, ele encerrou esse discurso com um “Amém”.¹⁸⁷

A grande unidade nacional era simbolizada pelos desfiles militares, pelas procissões de tochas e pela onipresença da suástica, tudo potencializado pelo rádio e pelo cinema. Elisabeth Gebensleben entusiasmou-se com o caráter metafísico daquele movimento: “É possível que um único homem tenha sido capaz de unir um povo que estava dividido e empobrecido?”.¹⁸⁸

Foi o culto a Hitler que salvou o movimento nazista e, antes dele, o movimento *völkisch* da fragmentação e, provavelmente, do desaparecimento. Esse modelo de liderança carismática foi importado do fascismo italiano. Em 28 de outubro de 1922, ocorreu a chamada “Marcha sobre Roma”, liderada por Benito Mussolini. A narrativa da marcha, na verdade, foi uma invenção teatral dos fascistas, porque os militantes que “marcharam” sobre Roma eram uma multidão de famintos que portavam armas velhas e que nem sequer chegaram mesmo à capital italiana. Mussolini foi convidado no dia seguinte a formar o governo pelo rei Emanuel III, sob a aura da “tomada heroica” do poder, uma farsa completa. Para os nazistas, porém, o que importava era a imagem deixada por Mussolini, que lhes serviria de modelo – Hitler seria apontado, na ocasião, como o “Mussolini alemão”. Essa estratégia correspondia ao reconhecimento, mais ou menos generalizado na sociedade alemã, de que o país necessitava de um dirigente que encarnasse a autoridade suprema. Mesmo um ferrenho opositor dos nazistas, o escritor Reck-Malleczewen, apontou em seu diário essa realidade, ainda que crítica a Hitler. Escreveu ele, em julho de 1936: “Os alemães, tais como são hoje, precisam de um senhor. E com isso não quero dizer certamente que esse líder seja aquele cigano topetudo [Hitler] que nos foi dado para nos liderar em nossa hora de necessidade”.¹⁸⁹

¹⁸⁷ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 248

¹⁸⁸ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-holla□ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 182

¹⁸⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 29

resseque a minha mão direita”.¹⁹⁵ Mas é uma ironia amarga, a do linguista judeu que testemunhou o desmoroamento moral da Alemanha.

¹⁹⁵ KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 196

assassinar adversários políticos era correto e oportuno parecia ser axiomática”.²⁰²

Foi por meio dessa brutalidade – que, registre-se, também era cultivada entre os comunistas, ainda que de forma bem menos organizada – que Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, líderes comunistas, foram espancados até a morte após uma tentativa frustrada de levante. Os Freikorps protagonizaram também atrocidades no Báltico ao final da Primeira Guerra, ignorando a ordem de cessar-fogo dada após a rendição alemã, atrocidades das quais seus integrantes se orgulhavam, pois eram, para eles, o símbolo da rejeição absoluta aos valores morais burgueses. Ernst von Salomon, que descreveu a campanha no Báltico, da qual participou, no livro *Die Geächteten (Os Proscritos)*, relata o zênite da fúria desumana que se apossou dos Freikorps:

Já não tínhamos qualquer sentimento humano em nossos corações. [...] Tínhamos acendido uma pira fúnebre onde mais do que matéria morta estava ardendo, aí ardiam também nossas esperanças e nossos anseios; aí ardiam também as tábuas burguesas, as leis e os valores do mundo civilizado; ardia tudo o que ainda arrastávamos conosco como sucata empoeirada do vocabulário e das crenças nas coisas e ideias do tempo que ora nos excluía e rejeitava.²⁰³

O nazismo foi a culminação desse espírito, e não é coincidência que muitos altos dirigentes nazistas tenham sido membros dos Freikorps, como Martin Bormann, que foi secretário de Hitler; Wilhelm Canaris, chefe da espionagem militar nazista; Hans Frank, governador da Polônia ocupada; Reinhard Heydrich, o supervisor da “Solução Final”; Heinrich Himmler, o poderoso chefe da SS; Rudolf Heß, o número dois do regime nazista; Wilhelm Keitel, o chefe do comando supremo das Forças Armadas alemãs sob o nazismo; e Ernst Röhm, chefe das SA, as tropas de assalto de Hitler.

Pode-se dizer que os Freikorps anteciparam, em larga medida, o programa destrutivo de governo hitlerista, mas havia uma diferença importante,

²⁰² ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 173 e 180

²⁰³ *Ibid.*, p. 180

admitir que haviam participado dos crimes do regime nazista e que, agora, precisavam ir até as últimas consequências, para que o futuro não lhes reservasse o opróbrio da História.

Ser radical, ademais, tornou-se arma (e oportunidade) para os alemães enfrentarem a crise em meio à economia de guerra. As minorias se tornaram o alvo preferencial nessa atmosfera progressivamente sufocante, sem que houvesse necessidade de ordem direta e explícita de Hitler ou de outras altas autoridades do Reich. Nenhuma forma de objeção a esse fanatismo era tolerada pelos nazistas, nem mesmo a ironia: “Como inimigos do riso dos homens, os nazistas têm mais medo do humor do que de uma declaração de guerra”, escreveu Reck-Malleczewen.²⁰⁷

A visão moralista de um povo tão virtuoso, o ariano, e de um inimigo tão vilão, o judeu e o comunista, só poderia resultar num confronto de vida ou morte, algo considerado natural pelos nazistas. Melita Maschmann relata, a esse respeito, que “estava firmemente convencida de que não sobreviveria ao Terceiro Reich” e que, se aquele regime estivesse fadado à destruição, ela também estaria: “Uma coisa se sucederia automaticamente à outra, sem que eu pudesse fazer nada a respeito”.²⁰⁸

O caminho para esse enfrentamento, no campo das ideias, começou a ser trilhado muito antes do nazismo. O marco mais importante é o livro *Foundations of the Nineteenth Century (Os Fundamentos do Século XIX)*, do já mencionado Houston Stewart Chamberlain. Com formação em ciências, o inglês Chamberlain desenvolveu na Áustria suas ideias acerca da supremacia germânica, dizendo-se inspirado no compositor Richard Wagner, com cuja viúva, Cosima, manteve correspondência, e com cuja afilhada, Eva von Bülow, casou-se. Sua obra não se resume a *Foundations*, mas é certamente seu trabalho de maior impacto. Por causa dele, tornou-se um modelo do pensamento *völkisch*, sendo elevado à categoria de intelectual exemplar pelo Kaiser Wilhelm

²⁰⁷ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 127

²⁰⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 163

Num concurso promovido em 1900 pelo industrial Alfred Krupp para premiar ensaios que mostrassem como aplicar o darwinismo também à política, o vencedor, Wilhelm Schallmeyer – que viria a ser um dos principais nomes da “ciência” da Alemanha por seus estudos eugênicos –, via tudo, inclusive a moral, como parte da luta pela sobrevivência. Para ele, ser o mais apto era, portanto, ser moralmente superior. Schallmeyer escreveu que qualquer falha na preservação da boa condição hereditária da população, como a adoção de leis e costumes que não estivessem voltados para esse fim, levaria inevitavelmente à destruição do Estado. Logo, esse Estado tinha o dever moral de proteger sua vitalidade biológica.²¹⁶

Uma produção literária exemplar dessa ideologia é *Helmut Harringa*, livro publicado em 1910 e que em 1923 já havia vendido mais de 300 mil cópias, em 49 edições. Escrita por Hermann Popert, que não era um dos expoentes do pensamento *völkisch*, a obra refletia os projetos de seu autor, fundador da *Vortrupp* (vanguarda), um grupo muito ligado aos movimentos jovens e cujo objetivo era promover a transformação da Alemanha numa nação de pessoas bonitas, fortes e saudáveis, começando por proibir bebida e fumo e por estimular o nudismo, para que as pessoas pudessem julgar as qualidades e os defeitos de parceiros em potencial antes de começar a se relacionar.²¹⁷ O personagem central de Popert, Harringa, é um jovem juiz de Hamburgo que representa o mais brilhante espécime desse “novo homem” alemão: é belo, louro, forte e determinado. Seus inimigos são o alcoolismo, o sexo antes ou fora do matrimônio e a contaminação da raça germânica, além da imprensa sensacionalista e, claro, dos franceses, porque bebiam muito. Tudo o que fosse germânico e nórdico era objeto de sua admiração, porque significava os ideais de lealdade e heroísmo. O livro termina com uma batalha apoteótica contra o mal, que os alemães obviamente vencem, levando à conclusão de que “o mundo deve a ideia de liberdade aos povos nórdicos, aos alemães”.²¹⁸

²¹⁶ WEISS, Sheila Faith. *Race Hygiene and National Efficiency – The Eugenics of Wilhelm Schallmayer*. Berkeley: University of California Press, 1987, p. 75

²¹⁷ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 105

²¹⁸ LAQUEUR, Walter. *Young Germany – A History of the German Youth Movement*. Nova Jersey: Transaction Publishers, 1984, p. 45

Graças a esse pensamento, Melita Maschmann confessa que os nazistas em geral, ela entre eles, se sentiam de certo modo “infalíveis”. Para ela, esse foi “o núcleo dos mais variados tipos de excessos (*hubris*) nacional-socialistas”.²³⁰ “Ultrapassar limites” é a “atitude básica do homem romântico”, em qualquer atividade, mesmo no crime e na moralidade.²³¹ Klemperer acreditava, por exemplo, que Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), um dos principais teóricos do racismo, “foi decisivamente influenciado – ou melhor, desencaminhado – pelo romantismo alemão” e que esse movimento “aspira à falta de limites, ultrapassa e elimina fronteiras, joga com símbolos e também libera a especulação nas ciências naturais”.²³² Ou seja, o romantismo e sua apropriação política e social dispensam a realidade, de modo que ela é substituída paulatinamente pelo discurso “lógico”. Desse modo, a doutrina surgida desse processo ganha a condição de verdade absoluta, reforçada pela violência e pela propaganda.

Um dos episódios marcantes dessa metamorfose moral empreendida pelos românticos *völkisch*, e cujo resultado foi posteriormente apropriado pelos nazistas para glorificar a violência e o cinismo, foi a chamada Noite dos Cristais, em que lojas pertencentes a judeus e sinagogas foram destruídas num pogrom moderno na Alemanha e na Áustria, articulado pela liderança nazista, em 9 de novembro de 1938.

A onda de depredações foi uma “reação” ao assassinato de Ernst vom Rath, um diplomata alemão que trabalhava na França, cometido por Herschel Grynszpan, um judeu alemão cujos pais, poloneses, haviam sido deportados para a Polônia pelo governo nazista. O crime foi uma vingança do jovem Grynszpan, mas acabou servindo de pretexto para comprovar que os judeus estavam em “guerra” contra a Alemanha e que era necessário reagir. Essa lógica foi manifestada expressamente por Hermann Göring, um dos mais poderosos dirigentes nazistas, em decreto de 12 de novembro. O responsável pela implantação da economia de guerra na Alemanha tentou fazer crer, na

²³⁰ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 100

²³¹ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, 215, 216

²³² *Ibid.*, p. 226

justificativa do texto legal, que o pogrom era uma forma de “defesa” contra uma agressão: “A atitude hostil dos judeus contra o povo alemão e o Reich, atitude que não exclui nem mesmo o assassinato covarde (*de Vom Rath*), torna necessária uma ação defensiva decisiva e uma dura indenização”.²³³

Foi a senha para a série de ataques – que, embora tenham sido classificados de “espontâneos” pela propaganda do regime, foram claramente coordenados pelo Partido Nazista e pelas SA, as tropas de assalto nazistas, como provam documentos apresentados no Tribunal de Nuremberg, que julgou os criminosos de guerra alemães.

Segundo a acusação apresentada ao júri de Nuremberg, a violência contra judeus, suas propriedades e seus templos religiosos “não foi uma manifestação antissemita localizada, mas dirigida e ordenada a partir de um quartel-general em Berlim”.²³⁴ Embora o objetivo fosse caracterizar a agressão como um pogrom, isto é, como uma manifestação popular incontrolável contra os judeus, era preciso impor algum senso de organização, conforme os manuais nazistas. A prova disso seriam telegramas da polícia secreta “que continham instruções pertinentes às manifestações arranjadas”.²³⁵

Um desses telegramas, datado de 10 de novembro de 1938, é assinado por Reinhard Heydrich, líder do *Reichssicherheitshauptamt*, o Escritório Central de Segurança do Reich, vinculado à SS e que controlava a segurança na Alemanha. Heydrich orientava seus comandados sobre o que fazer depois da tentativa de assassinato de Vom Rath. A primeira ordem dizia respeito à proteção da vida e da propriedade de alemães. A instrução era clara: “Sinagogas só podem ser queimadas se não houver risco para os prédios ao redor”. Depois, há ordens específicas sobre como atacar as propriedades de judeus: “Negócios e apartamentos de judeus podem ser destruídos, mas não saqueados. A polícia está orientada a supervisionar a execução dessa ordem e a prender os

²³³ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 225

²³⁴ Office of the US Chief of Counsel for Prosecution of Axis Criminality, *Nazi Conspiracy and Agression*, volume 3, Washington DC: US Government Printing Office, 1946, p. 545-7, doc. 765-PS.

²³⁵ *Ibidem*

saqueadores”.²³⁶ Parece claro que essa ordem não embutia nenhum tipo de consideração pelos bens dos judeus; na verdade, Heydrich não queria que o governo tivesse concorrentes em sua tarefa de aproveitar o pogrom para saquear esses bens.

A orquestração para a agressão especificamente contra judeus aparece em diversas passagens. Numa delas, Heydrich diz que, “em ruas comerciais, é preciso cuidado especial para que os estabelecimentos de não judeus sejam protegidos a todo custo contra a depredação”.²³⁷ Era preciso proteger também os arquivos guardados nas sinagogas – nesse caso, a ordem era confiscá-los antes que os templos fossem incendiados. O interesse nessa documentação era óbvio: era importante, para os nazistas, pôr as mãos em registros dos membros da comunidade judaica, para facilitar o trabalho de perseguição e de segregação que estava apenas começando.

Ademais, Heydrich deixou claro que os agressores “não devem ser impedidos [de atacar os judeus], apenas supervisionados no que diz respeito ao cumprimento dessas diretivas” – ou seja, eles só sofreriam algum tipo de sanção se atacassem propriedades de não judeus. A diretiva expressa também alguma preocupação com a opinião pública internacional, ao estabelecer que “súditos de países estrangeiros não devem ser molestados, mesmo que sejam judeus”.²³⁸

Adiante, Heydrich revela que o governo alemão usaria a oportunidade para prender tantos judeus quantos as prisões pudessem abrigar, “especialmente os saudáveis”, e eles seriam encaminhados para os campos de concentração.²³⁹ Esses judeus não deveriam ser maltratados – a intenção, àquela altura, era iniciar o vasto trabalho de transformar cidadãos alemães em escravos, razão pela qual eles deveriam ter força suficiente para trabalhar.²⁴⁰ Como se observa, a Noite dos Cristais foi organizada pelos nazistas de modo a que o regime pudesse auferir o maior lucro possível com o pogrom.

²³⁶ Office of the US Chief of Counsel for Prosecution of Axis Criminality, *Nazi Conspiracy and Agression*, volume 3, Washington DC: US Government Printing Office, 1946, p. 545-7, doc. 765-PS.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Ibidem.

A violência da Noite dos Cristais mostra que os cinco anos de doutrinação da Juventude Hitlerista tiveram seus efeitos. Estava claro também que a violência não estava entranhada somente nas notórias tropas de assalto, mas também entre cidadãos comuns, sobretudo nos jovens. Os maus modos e a violência desses jovens “não têm nada a ver com juventude”, escreveu Reck-Malleczewen em seu diário, em abril de 1939. “É o semblante típico desta geração, o reflexo imediato de uma selvageria primitiva e completamente histórica.”²⁴¹

A ambiguidade e a apatia dos alemães se tornaram evidentes nesse que foi o grande marco da perseguição aos judeus que resultaria no genocídio – a esse propósito, o jornal da SS, *Das Schwarze Korps*, perguntou em editorial, dias após o pogrom: “Judeus, e agora?”, e a resposta era:

Quando atingimos esse estágio, temos de encarar a necessidade de exterminar o submundo judeu como exterminamos todos os criminosos no nosso Estado, em que se cumpre a lei: com fogo e espada! O resultado será a total e final extinção dos judeus na Alemanha, sua completa destruição.²⁴²

Houve quem manifestasse silenciosamente sua indignação, por meio de diários; houve quem se horrorizasse e, apesar disso, nada fez para impedir a violência ou mesmo para criticá-la em público; e houve uma minoria que ousou denunciar os agressores e acabou presa por isso, demonstrando que a cautela talvez fosse a reação mais óbvia diante de tamanha violência. Vários documentos dão conta dessa crise moral alemã, provocada pela “revolução” criminosa em curso no país. No geral, porém, o que houve foi uma notável indiferença, passo fundamental para o sucesso da posterior política organizada de genocídio dos judeus. Se a intenção de Hitler era testar o ânimo dos alemães comuns na eventual defesa dos judeus contra seus planos de extermínio, a prova foi útil.

²⁴¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 85

²⁴² FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 139

A professora Luise Solmitz, de Hamburgo, por exemplo, relatou em seu diário que, na manhã seguinte ao pogrom, encontrou nas ruas “pessoas silenciosas, atônitas e que aprovavam” a violência. Era uma “atmosfera de ódio”, após um “dia terrível, terrível”, e ela conclui: “Agora atingimos o pior ponto, mas isso foi apenas o prelúdio do que está por vir” – dois dias depois, a Gestapo entraria na sua casa em busca do marido, Freddy, que era judeu.²⁴³ Luise relata o que ouviu de uma senhora: “Se eles [os judeus] assassinaram um dos nossos por aí, então esta ação [a Noite dos Cristais] tinha de ser deflagrada mesmo”.²⁴⁴

O cônsul americano em Leipzig, David Buffum, produziu um relatório sobre o pogrom que dá conta da indignação de vários alemães com o episódio:

Ao observar as ruínas e perceber os métodos empregados na destruição, a multidão local que observamos estava obviamente entorpecida, mas agastada com a fúria dos atos nazistas que tiveram lugar com impressionante velocidade por toda a cidade.²⁴⁵

Buffum disse que não houve saques posteriores, apesar de haver muitos bens a serem pilhados, como se quisesse enfatizar que os cidadãos comuns não se aproveitaram da situação. No entanto, ele relata também que os bombeiros não se dedicaram “de nenhuma maneira” a apagar os incêndios nas sinagogas, preferindo atuar nos prédios vizinhos, que eram de “arianos”. Buffum constatou ainda que havia um “silêncio eloquente” por parte de uma “aturdida multidão”.²⁴⁶ Mais adiante, ele descreve a cena da expulsão de judeus para campos de concentração, organizada por integrantes das tropas de assalto em trajes civis:

²⁴³ MATTHÄUS, Jürgen; ROSEMAN, Mark. *Jewish Responses to Persecution: Volum 1, 1933-1938*. Lanham (Maryland): AltaMira Press, 2009, p. 352, 353

²⁴⁴ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 586

²⁴⁵ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 361

²⁴⁶ Ibid. P. 361

Os perpetradores sádicos e insaciáveis atiraram muitos dos apavorados prisioneiros em um córrego que passa pelo Jardim Zoológico, ordenando a espectadores horrorizados que cuspissem neles, que os sujassem de lama e que os humilhassem.²⁴⁷

Segundo Buffum, mais de uma testemunha lhe relatou cena semelhante, sempre “nauseada” ao fazê-lo. Ele escreveu que “a menor manifestação de simpatia” por parte daqueles que presenciaram essa covardia resultava em “fúria categórica” por parte dos agressores, e que a multidão “estava impotente e só podia desviar os olhos horrorizados dessa cena de abuso, ou então deixar o local”.²⁴⁸ Ou seja: embora em franca maioria, as pessoas comuns se sentiam suficientemente intimidadas pela violência, de modo que aceitavam colaborar ou não interferiam de maneira nenhuma. As vítimas eram, indistintamente, homens, mulheres e crianças. Buffum registra também, numa clara tentativa de mostrar que a resistência era inútil e perigosa, que “três professores arianos da Universidade de Jena foram presos e levados a campos de concentração porque expressaram desaprovação a essa agressão insidiosa contra a humanidade”.

A militante da Juventude Hitlerista Melita Maschmann, em seu relato posterior à guerra, descreve o que viu em Berlim no dia seguinte ao pogrom, revelando a eficiência da doutrinação nazista sobre os jovens como ela. Depois de observar vitrines de lojas destruídas, Melita perguntou a um policial o que havia ocorrido. “Nesta rua eles são quase todos judeus”, respondeu o policial. Ela não entendeu a resposta e pediu que ele esclarecesse. “Você não lê os jornais? Na noite passada, a alma nacional ferveu”, retorquiu ele, para deixar claro que achava muito justa a agressão aos judeus. Melita, então, faz sua reflexão sobre a reação do policial:

Eu só me lembro do sentido, mas não das exatas palavras daquela declaração, que tinha um tom subjacente de raiva oculta. Segui meu caminho balançando a cabeça. No intervalo de um segundo, eu percebi claramente que algo terrível havia

²⁴⁷ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 362

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 362

acontecido lá. Algo pavorosamente brutal. Mas, quase ao mesmo tempo, eu mudei de ideia e aceitei que o que havia acontecido evitando uma reflexão crítica. Eu disse a mim mesma: os judeus são os inimigos da nova Alemanha. Na noite passada, eles tiveram um exemplo do que isso significa. Esperemos que a Judiaria Internacional, que quer impedir que a Alemanha dê “novos passos rumo à grandeza”, tome os eventos da noite passada como um aviso. Se os judeus semearém ódio contra nós pelo mundo, eles devem saber que nós os temos como reféns em nossas mãos.²⁴⁹

Melita acrescenta, como a comprovar claramente o processo de inversão moral de que trata este trabalho, que ela havia construído uma justificativa consciente para o pogrom:

Eu me esforcei para apagar a lembrança daquilo que estava em minha consciência o mais rápido possível. À medida que os anos passaram, eu aprendi cada vez mais a “desligar” [a consciência] dessa maneira em várias ocasiões. Era a única maneira, quaisquer que fossem as circunstâncias, de prevenir a ocorrência de dúvidas sobre a correção do que havia acontecido. Eu provavelmente sabia, abaixo do nível da consciência diária, que sérias dúvidas teriam destruído as bases da minha existência, não do ponto de vista econômico, mas existencial.²⁵⁰

Nem todos tentaram esconder o que sentiam. Um jovem de 17 anos, Hermann Bremser, provou que era possível resistir, pelo menos no nível da consciência. Ele escreveu em seu diário, em 10 de novembro:

Cultura no Terceiro Reich! A opinião estrangeira em todo lugar é de nojo. A História lembrará deste dia como um dia de comportamento bárbaro da população alemã. A ordem para a destruição e os assassinatos veio dos círculos oficiais.²⁵¹

²⁴⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 56

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 56, 57

²⁵¹ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 363

Também em seu diário, o escritor Reck-Malleczewen, que tinha profundo horror dos nazistas, comentou, a propósito da Noite dos Cristais, que não conseguia entender a razão daquilo tudo: “Estou torturando meu cérebro para descobrir o significado dessa perseguição aos judeus que Goebbels instigou”.²⁵² Ou seja: quem conseguia manter a sobriedade racional em meio à transformação integral da realidade por parte do regime tinha dificuldade autêntica de fazer uma leitura coerente dos acontecimentos:

Num momento em que este regime precisa urgentemente de paz, certamente isso [a Noite dos Cristais] vai atrair a inimizade mortal de todo o mundo e tornar a guerra algo inevitável. Não consigo encontrar o motivo, nem mesmo quando eu tento me imaginar como um nazista e seguir a trilha de pensamento que imagino ser a deles.²⁵³

Reck-Malleczewen escreve com menos ironia do que parece – ele realmente não conseguia compreender a lógica por trás daquela violência. O escritor não conteve seu desgosto e chamou a Noite dos Cristais de “incomensurável vergonha”.

Cidadãos comuns, e mesmo aqueles que eram os mais destacados da comunidade, aderiram em vários casos ao pogrom. Médicos de um hospital em Düsseldorf participaram das agressões; fazendeiros respeitados de Gaukönigshofen destruíram rolos da Torá, o livro sagrado dos judeus, e outros objetos religiosos, além de saquear as casas dos judeus atacados; e crianças, em muitos lugares da Alemanha, cuspiam em judeus que estavam sendo presos e participavam de apedrejamento desses indesejados.²⁵⁴ Essa violência, que agora se espalhava pela sociedade alemã, não surgiu de uma hora para outra: era característica da ação dos milicianos nazistas e de seus simpatizantes mesmo antes da chegada de Hitler ao poder. Naqueles anos, assim como em seu

²⁵² RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 80

²⁵³ Ibid. p. 80

²⁵⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 142

juízo, em 1924, Hitler considerava esses criminosos como “patriotas” que praticavam atos de “coragem”.²⁵⁵

Ironicamente, os nazistas, vistos por boa parte dos alemães como aqueles que trariam a ordem, eram os que mais promoviam a violência. Para a campanha eleitoral de 1933, por exemplo, Göring deu instruções verbais claras às forças paramilitares nazistas sobre como proceder contra as “organizações hostis ao Estado”: com o “necessário uso impiedoso de armas de fogo”. Aqueles que falhassem no dever em razão de “falso senso de consideração” sofreriam punições disciplinares. Já as tropas de assalto nazistas, responsáveis pela violência brutal, deveriam ser tratadas como “associações patrióticas”, formadas pelas “mais construtivas forças do Estado” – ou seja, estavam totalmente liberadas para cumprir seu dever, que era intimidar quem não estivesse perfeitamente alinhado ao projeto nazista.²⁵⁶ Nesse clima, a violência contra opositores do regime e contra os judeus se tornou descontrolada, prenunciando o colapso da civilização que caracterizaria o Terceiro Reich.

Quer porque estivessem com medo, quer porque estivessem hipnotizados pela propaganda, quer porque aprovassem a violência, o fato é que o número de alemães que tentaram se interpor entre os nazistas e seu objetivo de tornar a vida dos judeus da Europa um inferno é insignificante. Houve desaprovação e genuíno sentimento de ultraje de muitos alemães em relação aos pogroms, como registrado em relatórios de informantes para os políticos socialdemocratas que estavam no exílio. Os diários e outros documentos mostram, no entanto, que os alemães que se sentiam desconfortáveis com a situação preferiram optar quase sempre pela omissão, e vários deles se incomodavam não exatamente por causa dos judeus, mas porque a destruição não condizia com a “civilização germânica”.

Essa omissão generalizada incluiu as lideranças cristãs, a despeito do mandamento de Cristo “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus, 22:35-38), e os generais que detestavam o arrivista Hitler e os excessos dos

²⁵⁵ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 31

²⁵⁶ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 1: The Rise to Power – 1919-1934*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 136

paramilitares nazistas. Nenhum líder das igrejas cristãs alemãs se manifestou contra a destruição de templos judaicos na Noite dos Cristais. Como relata o historiador alemão Fritz Stern, em livro de memórias, “a indiferença generalizada e a subserviência expressavam uma total e quase inacreditável falência moral”.²⁵⁷ Logo em seguida à Noite dos Cristais, o governo nazista começou a baixar uma série de leis para tornar inviável a vida dos judeus no país, espoliando-os, cassando seus direitos, humilhando-os, impedindo-os de ir a qualquer lugar público. Haviam se tornado párias e, portanto, à mercê da brutalidade oficializada, sem que nenhuma voz representativa se levantasse contra isso.

Essa mentalidade preparada para a violência, moralmente anestesiada, permitiu que, a partir de 1939, com a eclosão da guerra, toda a fúria destrutiva do nazismo pudesse ser deflagrada contra os inimigos em geral – e os judeus, em particular – sem que nenhuma resistência representativa fosse organizada para impedir a barbárie ou sequer denunciá-la de alguma maneira. Quando os alemães invadiram a Polônia e cometeram toda sorte de atrocidades, num sombrio preâmbulo do que ainda estava por vir, a opinião pública da Alemanha, isto é, sua classe média, não pareceu especialmente abalada – talvez porque já estivesse preparada desde os anos 20, quando leu *Stahlgewittern* (*Tempestade de Aço*), o já mencionado diário de guerra em que Ernst Jünger faz o elogio do horror nas trincheiras, em que a violência é romantizada e no qual matar o inimigo sem hesitação era como se fosse uma “segunda natureza” dos verdadeiros alemães, segundo Elias.²⁵⁸

O escritor Reck-Malleczewen, descreve em seu diário, no dia 20 de setembro, a atmosfera predominante, equivalente a “alguém que faz aniversário todo dia”²⁵⁹: “Sim, os nazistas estão conquistando terreno, e talvez internamente mais do que no campo de batalha. Os editores exultam com sede de sangue nos jornais, nos quais nossas florestas estão sendo convertidas”.²⁶⁰ O jornalista

²⁵⁷ STERN, Fritz. *Five Germanys I Have Known*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2006, p. 135

²⁵⁸ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 191

²⁵⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 138

²⁶⁰ Ibid. p. 96

americano William Shirer, que estava em Berlim na ocasião, também comenta em seu diário:

Eu ainda tenho de encontrar um alemão, mesmo entre aqueles que não gostam do regime, que veja algo errado com a destruição da Polônia. Todas as reprovações morais do mundo exterior a respeito da agressão contra a Polônia encontram pouco eco entre as pessoas aqui. Pessoas de todas as classes, tanto homens quanto mulheres, se reúnem em frente às vitrines em Berlim e aprovam, fascinados, os mapas nos quais aparecem pequenos pinos vermelhos que mostram o vitorioso avanço das tropas alemãs na Polônia.²⁶¹

Entre os alemães que foram expulsos na Polônia no início da guerra, o sentimento de ódio profundo era ainda mais agudo. Embora ficcional, o livro *Der Tod in Poland (Morte na Polônia)*, de Edwin Erich Dwinger, publicado em 1940, retrata a sede de vingança dos alemães, alimentada pela propaganda nazista que estimulava a violência extrema. Um dos personagens do livro diz que, o que quer que aconteça à Polônia na guerra, mesmo que todas as suas cidades sejam destruídas, mesmo que toda a elite intelectual polonesa pereça, mesmo que um terço da população morra, não será demais, pois não é possível imaginar “uma única consequência da guerra [contra os poloneses] que pareça injusta”.²⁶²

Muitos alemães realmente se viam como vítimas, embora fossem os agressores, e se consideravam ameaçados de modo iminente por diversos “inimigos” – comunistas, judeus, poloneses e os europeus ocidentais. Uma carta escrita por um soldado alemão estacionado perto de Kiev, na Ucrânia, informa aos familiares sobre o massacre de judeus em Babi Yar – em que 92.771 judeus ucranianos foram eliminados, em setembro de 1941 – nos seguintes termos:

²⁶¹ SHIRER, William L.. *Berlin Diary: The Journal of a Foreign Correspondent – 1934-1941*. Nova York: Rosetta Books, 2011. Kindle Edition. Loc. 3356 de 11351

²⁶² FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 2

As minas que foram deixadas ainda tornam o local perigoso. Em Kiev, por exemplo, houve uma explosão atrás da outra. Durante oito dias a cidade queimou – e tudo isso é obra dos judeus. Como resultado, homens judeus entre 14 e 16 anos foram mortos, e mulheres também; do contrário, eles nunca parariam de fazer isso.²⁶³

As mulheres, o soldado disse, tinham de ser mortas para impedir que os judeus se reproduzissem, e os civis tinham de ser punidos de modo geral como se fossem partisans e tratados como inimigos, a respeito dos quais não cabia nenhum tipo de condescendência. Os soldados alemães, por sua vez, tinham de se acostumar ao genocídio, já que se tratava de “homens da nova Alemanha”. Em carta a um oficial superior, com quem discutira a moralidade do genocídio, um deles reconhece que o extermínio “não seria possível se seguissemos o curso regular de uma ação legal”, mas era necessário “limpar o terreno sem peso na consciência, e então o mundo ficará em paz”.²⁶⁴

A truculência desenfreada empregada pelas forças do país, com amplo apoio da opinião pública, era uma forma de antecipar a violência que, segundo dizia a propaganda, estava sendo cultivada pelos inimigos para destruir os alemães. A guerra, portanto, segundo essa visão, nada mais era do que uma forma de defesa contra essa intenção. Diante dessa urgência, parece natural que os alemães tivessem se libertado da moral convencional.

Um ano mais tarde, em outubro de 1940, Reck-Malleczewen voltaria a tocar no assunto, de modo ainda mais deprimente, pois o avanço nazista não encontrava resistência alguma e parecia enlouquecer os alemães de orgulho nacionalista:

Vejo tudo de novo, toda essa gente embriagada pelo sucesso de uma série de roubos políticos, aprovando ruidosamente nos cinemas quando os cinenoticiários mostram homens em

²⁶³ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 152

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 202

chamas: uma multidão sedenta de sangue rugindo insaciável ante a visão de tochas humanas saindo de tanques detonados.²⁶⁵

O alemão médio, escreve Reck-Malleczewen, habituara-se às vitórias e brutalizara-se. Antes da guerra, porém, a maioria dos alemães era contra o início das hostilidades, tendo ainda muito frescas na memória as imagens tenebrosas do sofrimento da Primeira Guerra, que tanta destruição trouxe para o país, sem falar da humilhação imposta pelos vencedores. Por essa razão, num encontro secreto em novembro de 1938, Hitler instruiu os jornalistas alemães a preparar a Alemanha para a guerra. Num discurso revelador, ele admitiu ter passado todos aqueles anos mentindo quando dizia que não queria o conflito:

Durante décadas, as circunstâncias me fizeram falar quase exclusivamente de paz. Só enfatizando constantemente o desejo do povo [Volk] germânico por paz e suas intenções pacíficas eu pude recuperar a liberdade do povo, passo a passo, e então dar a ele o armamento necessário como pré-requisito para alcançar o segundo passo.²⁶⁶

O “segundo passo”, entenda-se, era estar em condições de rasgar o Tratado de Versalhes e ditar os rumos da diplomacia europeia. Ele dizia, no entanto, temer que os sentimentos da população alemã contrários aos combates, reforçados por anos de discursos pacifistas, enfraquecessem o espírito da nação e gerassem “derrotismo”, que seria fatal para o regime no futuro. Para ele, era essencial representar as questões de política externa e as supostas agressões aos interesses alemães de tal modo que a “voz interior do povo lentamente comece a exigir o uso da força” contra os inimigos. Ou seja: Hitler sabia que a violência, uma vez justificada como um instrumento de afirmação e de defesa nacional, seria introjetada na população alemã em geral – salvo, como diz Hitler jocosamente, os “intelectuais hipersofisticados que não têm ideia do que é

²⁶⁵ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 115

²⁶⁶ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 1.245 e 1.246

mobilizar o povo” – e passaria a ser considerada não apenas legítima, mas imperativa.²⁶⁷

Melita Maschmann recorda esse momento e como os jovens nazistas tentavam conciliar o suposto “pacifismo” de Hitler com a realidade da guerra: “Nenhum de nós duvidava que Hitler teria evitado a guerra se tivesse a possibilidade de fazê-lo”. Melita diz que, para todos os efeitos, a culpa pela guerra era dos outros países, e não da Alemanha.²⁶⁸ “Quando a guerra começou, eu estava totalmente convencida da nossa posição moral superior.”²⁶⁹

A reação de quem ainda conseguia refletir sobre o que estava acontecendo foi contundente, como fez Reck-Malleczewen em seu diário, em 20 de março de 1938, ao comentar a anexação da Áustria e a participação de oficiais prussianos nessa empreitada vergonhosa: “É essa supressão do sentimento de honra, esse defeito ético, essa negação antidivina de que há limites entre o certo e o errado é o que me faz acreditar no ignominioso final do espírito germânico”.²⁷⁰

O sentimento de que a Alemanha estava sendo agredida por inimigos manipulados pelos judeus e apenas respondia a essa violência era senso comum mesmo entre respeitados intelectuais. O eminente jurista Carl Schmitt, em palestra proferida em 1936 a propósito da “desjudaização” em curso na Alemanha, deixou clara essa falência moral: “Ao me defender do judeu, estou fazendo o trabalho de Deus”.²⁷¹ Há, portanto, até mesmo uma “teologia” a guiar os “justos alemães” em sua tarefa histórica e moral, qual seja, a de “salvar o mundo” dos judeus.

A lei moral nazista, que enterra a moral ocidental tal como era conhecida até então, poderia ser enunciada assim: “Faça com os outros [os judeus] o que você imagina que eles tenham feito com você”. Klemperer percebeu a natureza

²⁶⁷ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 1.245 e 1.246

²⁶⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 58

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 59

²⁷⁰ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 69

²⁷¹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 208

desse discurso, ao escrever que “qualquer coisa que se faça passa a ser desde o primeiro momento uma medida defensiva contra essa guerra imposta, a guerra judaica” – ou seja, os alemães são “forçados” a ir a uma guerra que não desejam e que é “imposta” pelos judeus, de modo que a única atitude a tomar é “defender-se” dos judeus, segregando-os e, no limite, exterminando-os.²⁷²

Esse estratagema de transformar a vítima em algoz foi usado pelos nazistas para arranjar um pretexto para dar início à tão desejada guerra. Heydrich organizou a farsa, mandando soldados da SS inventarem um incidente na fronteira. Em 31 de agosto de 1939, vestidos como soldados poloneses, eles invadiram e quebraram uma rádio alemã em Gleiwitz, na Alta Silésia, fronteira com a Polônia. A farsa foi complementada com o uso de dois prisioneiros do campo de concentração de Sachsenhausen, assassinados com injeção letal e deixados na estação de rádio para serem fotografados como se fossem alemães assassinados pelos poloneses – imagem que foi fartamente divulgada pelos jornais alemães. A operação foi autorizada pelo próprio Hitler e serviu de argumento para que, na manhã do dia seguinte, 1º de setembro, a Alemanha bombardeasse a Polônia.

Sabendo que tudo era uma mentira, Hitler discursou para o Reichstag justificando a guerra como uma reação à “desumanidade” do inimigo: “Bombas serão vingadas com bombas. Aquele que luta com veneno será combatido com gás venenoso. Aquele que se distancia das regras da conduta humana na guerra só pode esperar de nós o mesmo passo”.²⁷³

Além dessa farsa, os nazistas usaram como pretexto para a guerra o massacre da minoria alemã na cidade polonesa de Bydgoszcz (Bromberg, para os alemães). O problema é que o episódio ocorreu em 3 de setembro de 1939, portanto dois dias após a invasão da Polônia, de modo que não podia servir como justificativa. Melita Maschmann, em seu depoimento, usa esse caso como exemplo de como os nazistas mentiam sistematicamente para lidar com questões morais envolvidas em seus crimes.

²⁷² KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 275

²⁷³ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler – 4 volumes*. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.754

Minha lembrança muito clara era que nós só havíamos feito o ataque à Polônia *depois* [grifo da autora] que as notícias sobre o “Domingo Sangrento” [termo criado pela propaganda nazista] chegaram a Berlim. De fato, os acontecimentos haviam se dado em ordem inversa. Mas a minha versão, que eu mantive até alguns meses atrás [muito depois do fim da guerra], era muito melhor para aliviar nossa má consciência política.²⁷⁴

Nessa luta, que era, em essência, um enfrentamento do que os nazistas chamavam genericamente de “bolchevismo judaico”, não podiam caber considerações jurídicas ou formalidades processuais – isto é, a luta não poderia ser obstaculizada por nenhuma forma de interdição. Hitler deixa tal disposição muito clara no memorando em que se posicionou a favor do Plano de Quatro Anos, o plano econômico apresentado por Göring em 1936. Trata-se de um dos documentos mais significativos produzidos pelo Terceiro Reich, e crucial para os propósitos deste trabalho. No memorando, que só foi distribuído para um punhado de colaboradores, Hitler descreve a luta de vida ou morte:

Uma vitória do bolchevismo sobre a Alemanha levará não a um [novo] Tratado de Versalhes, mas à destruição final, à aniquilação de fato, do povo alemão. A extensão de tal catástrofe não pode ser estimada. A totalidade da densamente povoada Europa Ocidental [incluindo a Alemanha], depois do colapso ante o bolchevismo, viveria provavelmente a mais terrível catástrofe ocorrida na humanidade desde a queda dos impérios da Antiguidade. Diante da necessidade de evitar esse perigo, todas as demais considerações devem ser ignoradas e tornadas completamente irrelevantes.²⁷⁵

Do mesmo modo, a justificativa de Hitler para a guerra contra a URSS, a partir de 1941, foi a de que se tratava de uma ação “preventiva” contra as lideranças judaico-bolcheviques que, segundo suas advertências, tramavam a

²⁷⁴ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 60

²⁷⁵ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 88

destruição da Europa.²⁷⁶ A maioria dos alemães, inclusive os que não eram simpáticos ao nazismo, aceitou essa versão. Tal atmosfera deixou óbvio caminho aberto para o genocídio, posto que, como disse Hitler, na guerra total que a Alemanha estava travando, “já não é mais questão de certo e errado, mas de ser ou não ser”.²⁷⁷

Nesse processo de inversão moral, Hitler, contudo, procurou não se identificar diretamente com a violência cometida pelos paramilitares de seu partido, embora tenha sido diretamente inspirada por ele e, muitas vezes, fruto de suas ordens. Hitler, de certa forma, “desnazificou-se”, num sofisticado processo de blindagem de sua imagem – enquanto a Alemanha caminhava para a barbárie, ele surgia como o elemento modesto, sóbrio e distante. Era um “farol” para o resto da sociedade.

Hitler não permitia que seu nome fosse diretamente associado à violência contra os judeus. Mas a violência era feita em seu nome, ou em nome da “missão nazista”, como se os agressores estivessem “trabalhando na direção do Führer” – e muitas vezes trabalhavam, na verdade, por seus próprios interesses, como os comerciantes que lucravam com a “arianização” das empresas pertencentes a judeus.

Esse cenário só foi possível porque a violência política da Alemanha no entre-guerras encontrava uma grande aceitação. A disposição da sociedade para a brutalidade, como já vimos, foi engendrada pela combinação de diversos fatores imediatos: a Primeira Guerra e seus efeitos devastadores; o tumulto causado pela revolução de 1918; e a subsequente possibilidade, cada vez mais real, de uma conflagração civil. Desse modo, a violência foi tolerada e vista como uma forma de fazer a “normalidade” e a “ordem” retornarem, o que constitui um óbvio paradoxo – facilmente compreensível quando se constata que os anos do nazismo no poder foram aqueles em que os alemães se sentiam tranquilos para sair às ruas, sem medo de serem assaltados. Foi essa mentalidade que contribuiu decisivamente para que a marcha do nazismo ao poder não fosse

²⁷⁶ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 4, p. 2.446

²⁷⁷ Idem. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.620

interrompida. O Terceiro Reich nasceria sob o signo da indiferença moral, um lugar em que a leniência seria transformada em crime, e a brutalidade, em norma, tudo em nome do “desejo do Führer”.

Essa violência política e o conseqüente fim das liberdades individuais, cuja melhor tradução foi o decreto emergencial de 28 de fevereiro de 1933, intitulado “Pela Proteção do Povo e do Estado”, foram bem recebidos pelo alemão médio. O decreto foi emitido por Hitler como resposta ao incêndio do Reichstag (Parlamento) ocorrido no dia 27 de fevereiro, menos de um mês depois da posse do novo chanceler. O incidente foi atribuído aos comunistas, embora isso nunca tenha ficado provado – e há suspeitas de que os próprios nazistas tenham auxiliado o incendiário, um jovem holandês chamado Marinus van der Lubbe, que havia sido membro do Partido Comunista.

Hitler não esperou nem o incêndio ter sido debelado para fazer o que já tinha em mente: acabar com os direitos elementares dos alemães. Com base na própria Constituição de Weimar, que em seu artigo 48, seção 2, previa que, “no caso de a segurança pública ser seriamente ameaçada ou perturbada”, o chanceler do Reich poderia “tomar as medidas necessárias para restaurar a lei e a ordem”, foram suspensos especificamente os seguintes artigos: 114 (“os direitos dos indivíduos são invioláveis”), 115 (“a casa de cada alemão é seu asilo e é inviolável”), 117 (“a privacidade da correspondência é inviolável”), 118 (“todo alemão tem o direito de expressar livremente sua opinião”), 123 (“todos os alemães têm o direito à assembleia”), 124 (“todos os alemães têm o direito de formar clubes e associações”) e 153 (“a propriedade é garantida pela Constituição”).²⁷⁸ Estava decretada a ditadura, logo no primeiro mês de governo de Hitler, sem que tenha havido a necessidade de revogar a Constituição de Weimar. Ela simplesmente deixou de ter validade, ante a “emergência nacional”.

Mais tarde, a maioria dos alemães aprovaria, em plebiscito, a política ditatorial de Hitler. A pergunta da consulta popular era simples, mas resumia a intenção dos nazistas de envolver toda a sociedade alemã num único corpo

²⁷⁸ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 135

coordenado, sob a liderança inspirada de Hitler: “Você, homem alemão, e você, mulher alemã, aprovam a política do seu governo do Reich e estão dispostos a declarar solenemente que esta é a expressão de seu próprio ponto de vista e de sua vontade própria? Sim ou não?”.²⁷⁹ O “sim” foi aprovado com 95% dos votos, ou 40,5 milhões. Na mesma votação, os alemães escolheram também os deputados do novo Reichstag. No entanto, o único nome na cédula era o do Partido Nazista. Com 39,6 milhões de votos, 661 nazistas ocuparam todas as cadeiras do Parlamento. Estava legitimada a ditadura, com todos os instrumentos “democráticos” que estavam à disposição de Hitler.

Mesmo com toda a propaganda e toda a pressão gerada pela onda de violência nas ruas das principais cidades alemãs, é lícito inferir, a julgar pelas manifestações particulares de pessoas comuns em seus diários, que uma parte significativa dos milhões de eleitores que aceitaram nas urnas o governo nazista o tenha feito não por medo de represálias, mas por acreditar que aquela fosse a decisão certa a tomar.

Como é sabido, os nazistas apostavam na força dos símbolos para a eficiência de sua propaganda. Para “convencer” os alemães eventualmente recalcitrantes de que aos opositores do regime estava reservado um futuro sombrio, as autoridades do Terceiro Reich não fizeram segredo da existência de campos de concentração desde o início da administração nazista. A instalação de Dachau, o primeiro desses campos, ao norte de Munique, logo em 1933, foi anunciada por Himmler numa entrevista coletiva de imprensa e divulgada pelos jornais. A ameaça de prisão dos que ousassem contrariar o projeto nazista pairava no ar. Ainda assim, em Dachau, os relatos indicam aprovação dos habitantes comuns com a inauguração do campo – houve filas ao longo das ruas próximas para ver a chegada dos primeiros prisioneiros. A cidade não era conhecida por apoiar os nazistas, mas não demoraria muito para que a colaboração entre os líderes locais e o partido de Hitler se estreitasse, e os empresários festejavam a possibilidade de ampliar seus ganhos econômicos,

²⁷⁹ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 393

graças ao trabalho forçado e à segregação dos judeus, num padrão que se repetiria por toda a Alemanha ao longo dos 12 anos do nazismo.²⁸⁰

Em seu diário, na entrada de 28 de fevereiro de 1933, ao comentar o incêndio do Reichstag, Luise Solmitz defendeu as medidas autoritárias de Hitler com entusiasmo e observou que era “natural” apoiar o Führer, recém-eleito. “Todos os pensamentos e sentimentos da maioria dos alemães são dominados por Hitler”, escreveu a professora de Hamburgo. “Sua fama sobe para as estrelas, ele é o salvador do triste mundo alemão.” Mais tarde, em 1º de março, ela descreveu o entusiasmo de uma amiga – que, segundo Luise, “nunca teve predileção” por Hitler –, dizendo que o culto ao Führer “tornou-se uma religião”. “Eu perguntei a ela a quem eles vão apoiar [politicamente]”, conta a professora no diário, sobre a amiga, “e ela respondeu, quase ofendida: ‘Hitler, é claro! É preciso agora apoiar a causa [contra os comunistas] por todos os meios’.”²⁸¹ Dois dias depois, Luise reafirmou essa urgência, ao relatar que uma amiga do casal lhe disse que “agora é importante apoiar tudo o que ele [Hitler] está fazendo por todos os meios”.²⁸² E Luise acrescenta: “Todos os pensamentos e sentimentos da maioria dos alemães estão dominados por Hitler”.²⁸³

3.2 A gênese do mal-estar da burguesia alemã

O caminho para a explosão do mal-estar da sociedade alemã que se traduziria no apoio irresistível ao nazismo começou a ser traçado no momento da Unificação da Alemanha, em 1871. Lagarde, o pensador *völkisch* que se notabilizou por suas críticas ao que via como decadência do império alemão

²⁸⁰ MARCUSE, Harold. *Legacies of Dachau – The Uses and Abuses of a Concentration Camp – 1933-2001*. Nova York: Cambridge University Press, 2001, p. 25, 26

²⁸¹ JOCHMANN, Werner (org.). *Nationalsozialismus und Revolution – Ursprung und Geschichte der NSDAP in Hamburg – 1922-1933 – Dokumente*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1963, p. 426

²⁸² *Ibid.*, p. 427

²⁸³ *Ibid.*, p. 426

logo depois da Unificação, deplorava a dissolução do “etos moral” alemão. Ele censurava a abertura que a aristocracia deu à alta burguesia, alijada do processo de Unificação, mas que estava disposta a incorporar o forte etos guerreiro da nobreza, todavia “aburguesado”, para ser aceita na nova sociedade, conforme notou Elias.²⁸⁴

Nesse processo, a tradição familiar, tipicamente nobre, cujos comportamentos derivados, por definição, não deveriam ser objeto de reflexão, daria lugar a uma concepção de poder mais imediata, mais violenta, como era próprio da burguesia. As guerras, embora lideradas pelos nobres, cujos motivos normalmente estavam vinculados a basicamente questões familiares, passaram a ser vistas, nesse contexto, como empreendimentos políticos – e a vitória no campo de batalha, algo corriqueiro para a nobreza, passou a ser elemento de afirmação romântica das possibilidades da burguesia. Nesse cenário, como acentua Elias, a violência é louvada, e a brutalidade contra inocentes constitui um comportamento não apenas aceitável como esperado.²⁸⁵ Em sua ânsia de enobrecer-se, a burguesia eliminou o ideal de identificação entre seres humanos, antes louvado pelos intelectuais burgueses, e o substituiu pelo ideal da identificação nacional – de modo que o inimigo, aquele que não fazia parte dessa comunidade nacional, passou a ser visto como não humano.

No campo de batalha, como vimos, ter qualquer tipo de compaixão pelo inimigo passou a ser visto como fraqueza imperdoável. “Até a moralidade era suspeita”, relata Elias. Com a Unificação e a expectativa de que finalmente a Alemanha se tornaria o Estado mais forte da Europa, todas as considerações humanistas passaram a ser malvistas. “O código humanista-moralista-civilizador foi correspondentemente convertido num contracódigo, com fortes tendências anti-humanistas, antimorais e anticivilizadoras”, diz Elias.²⁸⁶ O desmoronamento moral da Alemanha, portanto, pode ter sua gênese localizada no momento seguinte à Unificação.

Aristocratas esclarecidos, como o escritor Reck-Malleczewen, que, em seu diário, questionava a possibilidade de nacionalismo verdadeiro num ambiente, a

²⁸⁴ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 167

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 168

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 189

seu ver, moralmente degradado – e ele não se referia ao nazismo como causa, mas como consequência disso:

Se o nacionalismo é a verdadeira marca de um povo no âmago de sua juventude e de sua energia, como é que ele está acontecendo numa era de decadência moral e da morte dos antigos costumes – em que os homens são desenraizados, a estabilidade é comprometida, a sobriedade é difamada, os rios são envenenados e as florestas, destruídas?²⁸⁷

Lagarde, na mesma linha, apontava a perda da fé, a desunião do povo, a corrupção da educação e, principalmente, o declínio da moral como fatores-chave. Com Bismarck, a austeridade moral do Reich experimentou, em sua visão, um constante desmoronamento. Essa opinião era compartilhada pela alta aristocracia prussiana, *junker* como Bismarck, mas absolutamente crítica a respeito da sua decisão de ampliar o direito de voto para todos os homens alemães e de permitir a união entre a Prússia protestante e a Alemanha católica.²⁸⁸ “Ultraje! Atrevimento! [*Unerhört! Unverschämt!*]”, bradou Reck-Malleczewen em seu diário. Em sua opinião, não havia nada tão “não prussiano” como os alemães integrados ao Reich unificado: “Polacos! Papistas! Escória proletária!” [*Polaken! Katholen! Proletenjanhagel!*].²⁸⁹

Para tornar as coisas menos palatáveis ainda, a partir dos anos 1880, com a acelerada modernização de Berlim, o poder legislativo começou a pender para o lado do dinheiro dos novos-ricos, isto é, os empresários, muitos deles judeus, que mudaram a paisagem da capital alemã. Reck-Malleczewen não escondeu seu mal-estar. Para ele, a Guerra Franco-Prussiana, que resultou na Unificação, foi “a mais maravilhosa, mas, em seus efeitos, a mais desafortunada de todas as guerras alemãs”, porque a geração de alemães daquela época “aliou-se com a

²⁸⁷ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 122

²⁸⁸ A ampliação do direito de voto, porém, não resultou numa mudança significativa na balança de poder, já que os votos não tinham o mesmo peso no Reichstag, dominado pelos conservadores protestantes prussianos; logo, os protestos eram uma encenação para reafirmar a autoridade da aristocracia da Prússia sobre o resto da Alemanha.

²⁸⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. Op. cit., p. 8

indústria e as finanças, e assim abriu o caminho para que eles influenciassem o governo de maneira jamais vista”.²⁹⁰ E ele concluiu, implacável:

Tudo o que nos aconteceu desde então deriva do tempo em que a oligarquia prussiana tomou o capital industrial como sua concubina. Isso é responsável pela ruptura de todos os laços básicos da sociedade, tão necessários a uma Alemanha saudável, e por fazer desta uma nação politicamente amorfa.²⁹¹

Na mesma passagem, o escritor condena os “banqueiros que se tornaram reprodutores puro-sangue”, os “homens de letras que se tornaram pilotos de corrida” e os “tenentes da Cavalaria que se deixaram absorver por suas ações de empresas industriais”, de modo que não mais se diferenciam da “massa”, na qual não se reconhece o rosto de ninguém e “cuja única bandeira que consegue dar o sentido de conjunto a esse amálgama é o materialismo”.²⁹² Em seguida, ele resume o mal-estar decadente da aristocracia alemã diante desse cenário, algo que, paradoxalmente, ajudou a catapultar Hitler ao poder: “A sociedade está afundando num trogloditismo miserável, o qual, para mim, prenuncia a destruição certa da civilização”.²⁹³

Reck-Malleczewen enxerga na modernidade o mundo ideal do “homem-massa”, cuja existência, segundo ele, é garantida pelo regime de Hitler, e que condena a “grande cultura” a um “estado terminal”; essa situação, em sua opinião, é presságio de que “a tecnologia em si estará ameaçada pela impotência intelectual do homem-massa”.²⁹⁴ Ele escreveu, em 9 de setembro de 1937, prevendo já os efeitos da guerra que estava por vir:

Não creio que esse “Novo Adão” tenha a mais pálida ideia de quão completamente dependente sua existência é dos produtos da tecnologia. [...] A vindoura Segunda Guerra Mundial será o início do fim: o fim de uma época em que o racionalismo era dominante, e o legado da qual, presumindo que este planeta

²⁹⁰ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 48

²⁹¹ *Ibid.*, p. 48

²⁹² *Ibid.*, p. 49

²⁹³ *Ibid.*, p. 49

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 58

seja capaz de se regenerar – será “X”, um novo modo de vida baseado no irracional.²⁹⁵

Quando a guerra enfim chega e se desenrola de maneira irresistível, Reck-Malleczewen volta a atacar a burguesia e suas fantasias, as quais ele responsabiliza pelo desfecho trágico para a Europa. Para ele, aquele momento em nada lembrava a inocência de 1914, quando a Primeira Guerra foi recebida como a libertação da Europa. O momento agora era “malévolo, enganoso, criminoso”. Ele conclui, pesaroso, que “a Alemanha burguesa de 1914 não tinha ideia do jogo de roleta que estava então começando, no qual os generais e os especuladores da indústria apostariam, de maneira frívola, vidas humanas”.²⁹⁶

Para Lagarde, muito mais radical e nacionalista que Reck-Malleczewen, “nunca tivemos uma história alemã, a não ser a do regular e progressivo declínio do caráter alemão”, e a Unificação havia sido, em sua visão, o coroamento desse fenômeno.²⁹⁷ Assim, era preciso responder com força inédita a esse estado de coisas.

O confronto social, religioso e racial deflagrado pelos ultranacionalistas, para evitar que o elemento “estrangeiro” e “degenerativo” se apropriasse da “verdadeira” Alemanha, é um dos aspectos fundamentais para compreender o processo de inversão moral operado na Alemanha, que o nazismo engendrou e que resultou na *Shoah* – movimento que contou com o apoio entusiasmado de uma classe média enamorada da ideologia *völkisch*. O confronto, segundo esse pensamento, deveria se dar nas entranhas sociais, isto é, tanto na superfície e quanto no “subterrâneo” – entendido aqui como o mundo da conspiração, entendido como aquilo que não se vê, mas que apenas se intui e é corroborado pela “lógica” fornecida pelos ideólogos do nazismo. O combate trata o inimigo como algo “invisível”, uma bactéria, uma doença que ameaça o corpo nacional, como já havia antecipado o pensamento *völkisch*.

²⁹⁵ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 58

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 115

²⁹⁷ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 49

Essa renúncia ao real mostra que o nazismo, por instinto de preservação, precisa hostilizar o pensamento sistemático, baseado no mundo real. “Quem pensa não quer ser persuadido, quer ser convencido; é bem mais difícil convencer quem está habituado a pensar sistematicamente”, escreveu Victor Klemperer.²⁹⁸ Por isso, o nazismo detestava a filosofia. Investiu na *Weltanschauung*, isto é, na “visão de mundo”, expressão alemã que permeia insistentemente o discurso nazista. Desdobrando a palavra *Weltanschauung*, temos o verbo *anschauen*, que significa “intuir”, sem o uso dos sentidos, apenas como abstração. Significa “ver além” do mundo concreto, ver “os mistérios” que forjam o real. É uma espécie de iluminação profética, de que Hitler e os demais ideólogos do nazismo se servirão para alertar sobre os riscos daquilo que não se vê e que, portanto, não pode ser objeto do pensamento racional.

O “inimigo”, segundo esse raciocínio, pode ser qualquer um, mesmo o vizinho conhecido há anos e que nunca fez mal a ninguém. Basta que ele seja judeu – encarado como o “estrangeiro”, uma ameaça à saúde do corpo nacional germânico – ou que seja suspeito de estar protegendo judeus. É o aspecto mais importante do terror antissemita, aperfeiçoado pelos nazistas: cidadãos alemães comuns, sem que fossem obrigados a isso, empenharam-se em descobrir o “inimigo” que estava escondido em cada judeu alemão e naqueles que supostamente os protegiam. Na perseguição aos judeus havia uma espécie de “missão histórica” saneadora a cumprir – e quem deixasse de participar disso seria visto como traidor. O crime e a lei se misturavam de modo a confundir valores e abrir caminho para a transformação radical da sociedade.

Os poucos observadores críticos não deixaram de anotar como essa ruína moral entranhara-se na mentalidade dos alemães, e uma peça como a *Ópera dos Três Vinténs (Dreigroschenoper)*, de Bertold Brecht, que fez enorme sucesso em 1928, é uma contundente ironia sobre esse contexto. Nela, o ladrão Mackie Messer (Mackie Navalha), que se descreve como “homem de negócios” em Londres e espera ser reconhecido como um burguês, é poupado pelo chefe de polícia porque foi seu companheiro de trincheira na guerra. Ele acaba preso e condenado à morte, mas é indultado pela rainha Vitória, que o “condena” a

²⁹⁸ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 170

viver numa casa de campo, recebendo uma pensão de 10 mil libras por mês. Já o comerciante Jonathan Jeremiah Peachum, rival de Mackie, é defensor intransigente da moral tradicional e isso o torna um vilão implacável. Eis, portanto, uma total inversão de papéis, que reflete, com sarcasmo, a confusão moral da época.

Arendt diz que a peça de Brecht não foi compreendida nem pelos homens de negócios, que acreditaram tratar-se de uma “visão profunda das coisas do mundo”, nem pela ralé, que a tomou “como a aprovação artística do banditismo”.²⁹⁹ Consta que a plateia delirava ao ouvir certos trechos da peça, como aquele em que Mackie Navalha fala em termos francos sobre a moral, desafiando a burguesia a lhe mostrar se os valores morais eram mais importantes que a “barriga cheia” e mostrando que a verdadeira natureza do homem era, afinal, sua vocação para a destruição:

Como viver sem crime e sem briga,
 Nos dai, senhores, nobre ensinamento;
 Porém, enchei-nos, antes, a barriga,
 Depois falai, é este o seguimento.
 Prezai a vossa pança e a nossa lida,
 Porém, sabeis a regra universal,
 Torcei, virai, mas eis a lei da vida:
 Primeiro, o pão, mais tarde, a moral.
 Que a gente pobre aprenda a simples arte
 De abocanhar do bolo a sua parte
 (Voz atrás do palco) Pois de que vive o homem?
 Pois de que vive o homem? Tão somente
 De maltratar, morder, matar como um animal insano,

²⁹⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 384

infestam Berlim – deixa a prisão, onde cumpriu pena por homicídio. Ele sai como quem é expulso do Éden, pois a perspectiva do caos da liberdade era um pesadelo ante a segurança de sua rotina na prisão. “A pena começa”, ironiza Döblin sobre seu pobre protagonista, que reconhecia na prisão o seu lugar adequado, como um dado da natureza.³¹⁰ A verdadeira liberdade não é ser livre como indivíduo, diz o pensador *völkisch* Paul de Lagarde; é reconhecer os princípios dados por Deus e mediados pela *Volk*, isto é, o lugar da interação suprarracional entre indivíduo e comunidade.³¹¹ Logo, ser livre é aceitar sem discussão o papel que lhe reservou o destino, e Döblin cria um épico para, ao final, demonstrar a inevitabilidade desse pensamento na Alemanha pré-nazismo.

Biberkopf enlouquece após severos revezes e decide que não vai mais se culpar por seus erros – como no *Fausto* de Goethe, a tarefa de transformar o mundo não tem espaço para a culpa. Eis a essência do esvaziamento moral do submundo alemão – o destino de Biberkopf é, assim, o mesmo da Alemanha. Em meio à violenta depressão econômica após a Primeira Guerra Mundial, desastrosa para o país, é esse submundo que protagoniza as múltiplas tramas, com personagens que se devoram uns aos outros por um fiapo de sobrevida e poder. A desconfiança generalizada é a marca daquele início do século. “Maldito seja o homem, diz Jeremias, que confia nos homens”, escreve Döblin a propósito da má sorte de Biberkopf por ter depositado sua fé em seus comparsas de crime. “Parece o homem abandonado nas estepes. Habita na *secura* em solo salobro onde ninguém mora. O coração desconfia e está corrompido; quem poderá conhecê-lo?”³¹²

Biberkopf é “arrastado para o crime” porque é lá que as coisas fazem sentido.³¹³ Gente de classe média que sofre os efeitos da crise adere à gatunagem porque, segundo a lógica, “quem não for esperto hoje em dia dá com os burros

³¹⁰ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 13

³¹¹ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 35

³¹² DÖBLIN, Alfred. Op. cit., p. 241

³¹³ Ibid., p. 359

n'água”.³¹⁴ Biberkopf, aquele que buscava redimir-se de seu crime e levar uma vida reta, rende-se a essa lógica e comenta com uma mulher:

Nada de trabalhar. Tire essa história de trabalhar da cabeça. O trabalho vai provocar bolhas nas mãos, e não dá nada de dinheiro. Além do mais, de trabalhar ninguém ficou rico, é o que estou dizendo. Só trapaceando.³¹⁵

Biberkopf doura sua retórica com o argumento de que o trabalho só serve ao propósito de alimentar um ecossistema no qual os pobres são necessariamente as vítimas, quer como empregados semiescravidados, quer como soldados que lutam guerras cujos verdadeiros propósitos lhes são inalcançáveis. Por isso, ele diz que jamais ficará no torno mecânico para “fazer as granadas” que depois o matarão.³¹⁶ A política, nesse sentido, é vista como uma perda de tempo, um modo de engordar quem já é rico e prolongar a miséria dos trabalhadores. Numa assembleia de anarquistas, à qual Biberkopf comparece, Döblin dá voz a esse imenso ceticismo:

Afinal de contas, não estamos aqui para conversar com as paredes. Isso eles podem fazer lá no Parlamento. Um deles perguntou a um de nossos companheiros uma vez se ele não queria candidatar-se ao Parlamento. Ao Parlamento, com a cúpula de ouro em cima e as poltronas de couro lá dentro. Ele disse: sabe de uma coisa, companheiro, se eu fizer isso de ir ao Parlamento, então lá só iria ter um vagabundo a mais. [...] Os socialistas não querem nada, não sabem nada, não podem nada. No Parlamento, têm sempre a maioria dos votos, mas não sabem o que fazer com isso, ah, sim, sentar nas poltronas de couro e fumar charutos e tornar-se ministros.³¹⁷

E então vem o elogio à violência, como uma reação legítima e mesmo necessária para a “revolução” liderada pelo submundo:

³¹⁴ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 172

³¹⁵ *Ibid.*, p. 280

³¹⁶ *Ibid.*, p. 311

³¹⁷ *Ibid.*, p. 304-305

Companheiros e companheiras, não pegamos nenhuma cédula de voto na mão, não votamos. Para nós, num domingo desses, um piquenique no campo é mais saudável. E por quê? Porque o eleitor fica preso à legalidade. Legalidade, porém, é pura violência, a força bruta dos governantes. As raposas do voto querem nos induzir a fazer uma cara satisfeita, querem encobrir, querem impedir que percebamos o que é legalidade e o que é o Estado, e não podemos entrar no Estado por nenhum buraco e nenhuma porta. No máximo, como asnos do Estado e burros de carga. E esse é o objetivo das raposas do voto. Querem nos engabelar e treinar para sermos asnos do Estado. Conseguiram isso há muito junto à maioria do operariado. Fomos educados na Alemanha no espírito da legalidade. Mas, companheiros, não se pode misturar água e óleo, isso o operário tem de saber.³¹⁸

O crime passou a ser visto então como uma virtude, pois subverteria uma ordem que não só era injusta, como explorava inescrupulosamente a própria tradição germânica de respeito à legalidade. Por esse motivo, o crime, àquela altura, penetrou até mesmo no discurso do amor ao país – como se os criminosos fossem, na verdade, heróis dispostos a enfrentar o “verdadeiro inimigo”, representado pelos ricos judeus e seu alegado poder sobre os destinos da Alemanha.

Biberkopf encarna o sentimento dessa ralé, que se julga “patriota” ante “aqueles que querem ser alemães”, isto é, os judeus, e que tentam “enganar” o país.³¹⁹ Segundo essa visão, que predominaria entre os ideólogos do nazismo, havia a urgência de destruir o mundo para purgá-lo de seus verdadeiros inimigos. Elias explica que a aniquilação era necessária porque o mundo negava a esses homens “qualquer significado e que, portanto, lhes parecia ser ele próprio destituído de significação – merecedor apenas de ser destruído”.³²⁰ A violência seduz irresistivelmente a ralé. “O campo de batalha chama, o campo de batalha!”, exclama Biberkopf. “Vamos para o inferno com timbales e trombetas, nada nos interessa neste mundo, ele que exploda junto com tudo que há em

³¹⁸ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 305

³¹⁹ *Ibid.*, p. 143

³²⁰ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 181

cima, embaixo, em todo lugar.”³²¹ O movimento rumo às ruínas da velha ordem parece incontornável, ameaçando de aniquilação aqueles que não “despertarem” e se interpuserem no seu caminho. Döblin, por meio de Biberkopf, sente o odor da mudança drástica, a partir da emergência irresistível dos valores do submundo:

Ficar desperto, ficar desperto, algo está ocorrendo no mundo. O mundo não é feito de açúcar. Se lançarem bombas de gás, vou morrer sufocado, não se sabe por que foram jogadas, mas isso não vem ao caso, haverá tempo para cuidar disso. Se houver guerra e eles me convocarem e não souber por que, e a guerra acontecer também sem mim, então terei culpa e será bem feito para mim. Ficar desperto, ficar desperto, não se está sozinho. O ar pode lançar granizo e chuva, não há como se defender contra isso, mas contra muitas outras coisas é possível. Então não gritarei mais como antes: o destino, o destino. Não é preciso reverenciar isso como sendo o destino, é preciso olhar, tocar e destruir. Ficar desperto, olhos abertos, atenção, mil pessoas devem estar juntas, quem não despertar será ridicularizado ou aniquilado. O tambor rufa atrás dele. Marchar, marchar. Seguimos para a guerra com passo firme, caminham conosco com tocadores de tambor, aurora, crepúsculo, tu nos ilumina rumo à morte precoce.³²²

Döblin faz menção inclusive ao “tambor” como o anunciador de uma nova era, imagem que Hitler usou já em 1921 para qualificar-se a si mesmo: “Não sou mais do que um tambor e um mobilizador [*Trommler und Sammler*]”.³²³ Os criminosos, ao desafiar a ordem, viam-se assim como apóstolos de um novo mundo – melhor e purificado.

O nazismo, como escreveu Arendt, promoveu justamente a “ralé” à condição de vanguarda revolucionária – o crime, no mundo totalitário, passaria a ser política de Estado, sob o aplauso e o incentivo da burguesia industrial, fascinada com esses bandidos que lhe lembravam, de modo romântico, os

³²¹ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 455

³²² *Ibid.*, p. 521

³²³ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 - Hubris*. W.W. Norton & Company: Nova York, 2000, p. 169.

“piratas de antigamente”.³²⁴ Os burgueses, nesse contexto, não se importam em descer à condição de ralé. Assim, diz Arendt,

[...] para a máquina impiedosa do domínio e do extermínio, as massas coordenadas da burguesia constituíam material capaz de crimes ainda piores do que os cometidos pelos chamados criminosos profissionais, contanto que esses crimes fossem bem organizados e assumissem a aparência de tarefas rotineiras.³²⁵

A explosão do crime como fenômeno histórico e social na Alemanha do entre-guerras é também o elemento central do filme *M - Eine Stadt sucht einen Mörder*³²⁶ (1931), do austríaco Fritz Lang. Assim como Döblin, Lang foi um dos grandes realizadores da arte expressionista da Alemanha, explorando conflitos psicológicos e ambiguidade moral, elementos que retratam com fidelidade os conturbados anos da República de Weimar (1919-1933), em que, como lembra Elias, a ascensão política e econômica de grupos sociais até então marginais, a ralé, “foi sentida por muitos membros da ‘boa sociedade’ alemã como uma insuportável ferida em seus sentimentos de autoestima”³²⁷ – e o principal símbolo dessa humilhação foi a troca do Kaiser Wilhelm II pelo fabricante de arreios Friedrich Ebert, o primeiro presidente da República de Weimar.

Municiado por suas experiências na Primeira Guerra Mundial, na qual lutou pela Áustria contra os russos e perdeu um olho em combate, Lang investe menos na realidade objetiva e mais nas emoções subjetivas, distorcidas em meio ao turbilhão germânico e europeu do início do século XX.

No filme *M*, um assassino de crianças é perseguido pela polícia, que deixa atrás de si um rastro de arbitrariedade. A ação policial coloca tantos homens da lei nas ruas que acaba atrapalhando o crime organizado, que resolve dar cabo do

³²⁴ ARENDT, Hannah. “Culpa organizada e responsabilidade universal”. In: ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 154

³²⁵ Idem. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 387

³²⁶ Tradução livre: “Uma cidade procura um assassino”. No Brasil, o filme ficou conhecido como *M – O Vampiro de Dusseldorf*, embora não esteja claro, no filme, em que cidade a história se passa. A tradução provavelmente levou em conta o fato de que Lang baseou seu filme na história real de um criminoso de Dusseldorf.

³²⁷ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 170

assassino por conta própria, para que seus “negócios” voltem ao normal. Lang mostra que o caso se torna uma sensação. O noticiário policial é consumido avidamente por assustados cidadãos, que, ao mesmo tempo, mal escondem também seu fascínio pelo criminoso. O assassino se apresenta como amigo, e a impressão geral é a de que ele pode ser qualquer um – ou seja, é a transformação de todos em inimigos em potencial, gerando um clima incontornável de terror. “Ninguém o conhece, no entanto ele está entre nós. Pode estar bem junto de nós”, diz um dos moradores. “Qualquer um de nós pode ser o assassino”, declara o policial ao revistar a casa de um suspeito que se queixa da intrusão da polícia em sua vida privada. Outro policial, ao especular sobre o criminoso, confirma: “Deve ser um homem que, quando não mata, tem um aspecto pacato e que dá a impressão de não querer fazer mal a uma mosca”.

Inocentes são tomados por culpados, e cidadãos comuns agem como justiceiros, movidos por mera desconfiança. “Pistas” e “testemunhas” se multiplicam. Parece que todos na cidade têm algo a dizer sobre os crimes. A violência se generaliza e se torna um padrão.

Contra o crime, a polícia usa novíssimas técnicas de investigação para a época. A aposta na “ciência” como chave para a leitura do mundo e de seus mistérios produz, no entanto, monstruosidades interpretativas. Uma análise da grafia do assassino, encontrada numa mensagem, “indica que este homem tem uma patologia sexual muito forte”, diz o investigador, como se um rabisco pudesse, à luz da razão, fornecer as respostas para aqueles crimes hediondos. É a fé nos cientistas, como sabemos, que embasará com vigor todas as teorias que explicarão a subordinação de uma raça a outra, primeiríssimo passo para o genocídio.

Os paralelos com o discurso de saneamento social, encampado pelos tantos grupos políticos conservadores na época, são evidentes. O assassino é chamado de “vampiro” – isto é, aquele que age na calada da noite e consome o sangue inocente – e os criminosos que o perseguem falam em “acabar com os micróbios”. “Esse monstro não tem o direito de viver, ele precisa desaparecer”, diz o chefe da gangue cujos negócios estão sendo atrapalhados pela comoção causada pelo assassino. “Ele precisa ser eliminado sem dó nem piedade.”

Semelhante discurso moral aparece em *Berlin Alexanderplatz*, quando um criminoso comenta: “Não tolero aleijados. Se vejo algum aleijado, digo: seria melhor que tivesse morrido de uma vez”.³²⁸

Expõe-se, desse modo, a “ética” da ralé de que fala Arendt e que subverte totalmente o imperativo categórico formulado por Kant, segundo o qual a escolha moral deve ser de tal modo racional que os resultados derivados dela se apliquem a toda a humanidade, independentemente das circunstâncias. Os mandamentos bíblicos, que embasaram todo o conjunto de valores da moral judaico-cristã ocidental, entram nessa categoria. Ora, se os “aleijados”, que são entendidos aqui como todos aqueles que não se enquadram no ideal da “ralé”, são despidos de humanidade e, portanto, devem ser assassinados sem atrasos (“seria melhor que tivesse morrido de uma vez”; “ele precisa ser eliminado sem dó nem piedade”), então, como já vimos, o imperativo categórico é lido do avesso – em vez do mandamento “Não matarás”, aparece o mandamento “Matarás”.

“Alguém como você não tem direitos”, diz a turba que vai decidir a sorte do assassino de crianças, em meio a um simulacro de julgamento promovido pela gangue que o capturou. Essa encenação sinaliza a estratégia do submundo de dar um verniz de justiça àquilo que é meramente um acerto de contas, para que a violência tenha respaldo “legal” – exatamente como viria a acontecer ao longo do nazismo. Ao final desse julgamento, o líder da gangue estabelece que o “réu” tem de “desaparecer” – isto é, ele não deve apenas morrer; deve ser destruído de tal forma que a sociedade nem sequer se dê conta de que um dia ele existiu, porque esse mero sinal de existência, ainda que subsista somente na memória, pode servir como fator de desequilíbrio no ecossistema do submundo. Eis, de novo, a ideia central do genocídio nazista, que é a novidade do século XX: a eliminação absoluta do inimigo, que vai além da morte física, pois requer o apagamento da memória – e a liderança da escória em nada difere, nesse aspecto, da liderança do regime totalitário nazista.

Ademais, esse código do submundo constrói um discurso no qual a ralé aparece como moralmente superior, vendo-se como um instrumento da História

³²⁸ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 339

para proteger uma sociedade que ela vê como se estivesse tomada por traidores. A ação “saneadora” só faz sentido, assim, se for deflagrada no mundo invisível, contra um inimigo que não se deixa definir, que se disfarça por meio do engano e da astúcia. Nada é como parece, segundo essa lógica, isto é, nada do que se vê é o real, mas sim produto de conspiração, de mentiras. Em cima disso, a propaganda totalitária, diz Arendt, “cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado”.³²⁹ E Bauman acrescenta: “Dentro do mundo moldado segundo os padrões nazistas, a razão era inimiga da moralidade. A lógica requeria o apoio ao crime”.³³⁰

A respeito disso, Reck-Malleczewen expressou sua amargura, conforme escreveu em seu diário, em agosto de 1944: “O que esperar de um povo áspero que instilou em seus jovens a ideia de que a trapaça política e o assassinato de povos inteiros eram objetivos vitais inteiramente legítimos?”.³³¹ Num universo em que impera a lei de todos contra todos, não há espaço para o indivíduo racional nem para o humanismo. A ralé (e a elite que a seguiu) queria ansiosamente se incorporar a tudo o que fosse contrário à respeitável sociedade burguesa. A crueldade havia sido elevada à categoria de virtude porque contrariava os valores humanitários alardeados pela burguesia, considerados hipócritas, e a política era considerada apenas um engodo permanente. Para Arendt,

[...] desde que a burguesia afirmava ser a guardiã das tradições ocidentais e confundia todas as questões morais exibindo em público virtudes que não só não incorporava na vida privada e nos negócios, mas que realmente desprezava, parecia revolucionário admitir a crueldade, o descaso pelos valores humanos e a amoralidade geral, porque isso pelo menos destruía a duplicidade sobre a qual a sociedade existente parecia repousar.³³²

³²⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 411

³³⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 232

³³¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 211

³³² ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 384

Uma carta enviada do front a Reck-Malleczewen por um amigo traduz com precisão essa atmosfera: “Estou começando a me acostumar com a ideia de que a questão aqui é simplesmente a total existência ou da Inglaterra ou da Alemanha”.³³³ Em nome desse desafio existencial, considerações humanitárias eram não apenas supérfluas, como significavam dar brechas ao inimigo insidioso. Ao ouvir queixas sobre as atrocidades que estavam sendo cometidas pelos militares alemães logo no início da campanha na Polônia, Hitler ironizou: “Não se pode lutar uma guerra usando métodos do Exército da Salvação”.³³⁴ Ou seja: a guerra não deveria ser travada tendo como referência as normas mínimas de conduta civilizada. Antes pelo contrário: não era aceitável enxergar nos oponentes integrantes da espécie humana, e sim perigosíssimos animais. Esse espírito estava claro na mente dos soldados, como demonstra, com clareza absoluta, o amigo de Reck-Malleczewen, em carta:

Estou certo de que estamos lentamente caminhando para agir segundo o seguinte espírito: “Se você não for meu irmão, sua cabeça será arrancada dos seus ombros”. Concluo solenemente que destruirei qualquer membro de qualquer nação que infrinja nossa nova Ordem no Leste, ou de qualquer tentativa de destruir o nacional-socialismo. E eu farei isso com uma crueldade que dará o que pensar.³³⁵

Entre os civis, a certeza era a mesma. Melita Maschmann, ao relatar sua experiência no trabalho de expulsão dos poloneses para o assentamento de alemães, elaborou considerações de fundo moral que confirmam a disseminação generalizada do crime como um valor plenamente justificado. Ela escreve: “Nós nos permitimos nos tornar cúmplices de uma política de ódio e banditismo – mas isso prova que éramos desgraçadamente cruéis?”. Ou seja: segundo sua visão, a missão era criminosa, mas quem dela participava não era. Em seguida, o raciocínio fica mais claro:

³³³ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 100

³³⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 248

³³⁵ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. Op. cit., p. 100

As nações que querem conquistar impérios do mundo não podem dar-se ao luxo de ser muito escrupuloso sobre a moralidade. Durante a guerra sonhamos em fundar um império alemão. Sem percebermos, gradualmente aceitamos a atitude segundo a qual os fins justificam os meios.³³⁶

Como Melita confirma, Hitler deu total liberdade para os chefes nos territórios ocupados cumprirem sua missão, isto é, torná-los germânicos puros, mesmo que os métodos pudessem ser objeto de eventual questionamento legal. As ordens dadas por escrito eram secretas, porque o cenário da inversão da lei ainda não estava concluído – havia um sistema jurídico formal que podia atrapalhar o extermínio. Hitler mantinha segredo total, por meio de linguagem cifrada, sobre o genocídio, porque não queria que a matança fosse conhecida no exterior nem na própria Alemanha – para os nazistas, os alemães não estavam prontos para conhecer e muito menos entender a extensão do crime que estava sendo cometido. A esse propósito, uma circular secreta de Martin Bormann, chefe de gabinete de Hitler, emitida em 11 de julho de 1943 para líderes regionais nazistas, deixou clara essa preocupação e reafirmou, “por ordem do Führer”, a estratégia de seguir mentindo sobre o destino dos judeus: “Em discussões públicas sobre a questão judaica, deve-se evitar qualquer menção a uma futura solução completa. Por outro lado, pode-se discutir o fato de que todos os judeus estão sendo internados com o propósito de trabalhos forçados”.³³⁷

Para Arendt, nenhum das “soluções” nazistas para o “problema judeu” que antecederam o genocídio pode ser considerada “final”. A mais famosa delas foi o Plano Madagascar, que visava deportar 4 milhões de judeus, por barco, para a ilha francesa na África, em plena guerra mundial e com os mares sob domínio britânico – ou seja, uma ideia totalmente inexecutável. Tratava-se, na verdade, de um embuste de Hitler para preparar os ânimos para o genocídio, segundo Arendt, pois, uma vez que se aceitasse a ideia de deportar milhões de judeus para uma ilha remota, onde a morte pela fome e por doenças certamente

³³⁶ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 120

³³⁷ FLEMING, Gerald. *Hitler and the Final Solution*. Berkeley: University of California Press, 1984, p. 22

os aguardava, ficariam mais fácil aceitar o extermínio, que desde sempre foi o objetivo, diante da impossibilidade de “evacuar” os judeus.³³⁸

Muito antes da guerra, Hitler já havia deixado claro que seria impiedoso com os inimigos e que, para eliminá-los, destruiria, tijolo por tijolo, o arcabouço jurídico do país, de modo a transformar crime em virtude, num processo sem volta. Nesse sentido, as organizações paramilitares nazistas atuavam como se fossem gangues, cujo objetivo era cometer crimes. Esses crimes eram assumidos publicamente pela liderança, de modo que os membros das gangues não podiam mais abandoná-las, porque era somente dentro dessas organizações, fora do mundo real, que os crimes eram considerados como atos virtuosos. Os crimes eram cometidos, então, como algo necessário ao movimento.

Foi o que aconteceu no caso da repressão às SA, as tropas de assalto nazistas, na Noite dos Longos Punhais, em 30 de junho de 1934, conduzida por Hitler em pessoa – num “estilo Apache”, segundo a descrição sarcástica de Reck-Malleczewen.³³⁹ O Führer e sua máquina de propaganda fizeram de um massacre com até 200 mortos (dos quais apenas 50 eram efetivamente das SA) uma ação justa, realizada em nome da ordem necessária para o renascimento alemão. Atos criminosos, embora formalmente proibidos pelas leis, passaram a ser aceitos se significassem o cumprimento do destino histórico e os interesses da raça ariana.

Reck-Malleczewen, em seu diário, ironizou a campanha nazista para convencer a opinião pública de que o assassinato brutal era um mal necessário. Citando uma das vítimas inocentes, o crítico de música Willi Schmid, Reck-Malleczewen diz, em 11 de agosto de 1936, que “pode-se dizer que foi um infeliz erro de identidade”. “Parece que os nazistas, à procura de *seu* Schmid na lista telefônica, mataram toda uma coluna de Schmid antes de chegar naquele que eles queriam. Melhor pecar pelo excesso que pela falta.”³⁴⁰

Apesar do sarcasmo de Reck-Malleczewen, é fato que a opinião pública alemã não se opôs à repressão, pois o líder das SA, Ernst Röhm, segundo Hitler,

³³⁸ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 91

³³⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 30

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 30

planejava um “golpe” com o potencial de atirar a Alemanha numa nova revolução. Trata-se de uma das tantas mentiras de Hitler: era apenas um argumento para expurgar uma das alas do regime que, embora lhe fosse extremamente leal, haviam se tornado um obstáculo na missão do Führer de unificar o país em torno do projeto nazista, uma vez que as SA queriam ser elevadas à categoria de Forças Armadas, o que obviamente não era apreciado pelos militares. O Exército agradeceu a Hitler pela ação e lhe prometeu, dali em diante, total lealdade. Por fim, em 2 de julho, Paul von Hindenburg, o respeitado presidente do Reich, enviou a Hitler um telegrama no qual a “corajosa intervenção pessoal” do Führer contra os “golpistas” e lhe agradecia por ter “salvado a Alemanha de uma séria ameaça”.³⁴¹

Com esses sinais em perspectiva, Hitler parecia saber que o caminho para a inversão moral estava definitivamente pavimentado. Munido dessa confiança, ele foi ao Reichstag, em 13 de julho de 1934, para justificar a Noite dos Longos Punhais, prova cabal de que o Estado de Direito havia sido substituído pelo assassinato como norma na Alemanha. Hitler confessou, do alto da tribuna parlamentar, que mandou matar seus supostos adversários, em vez de submetê-los a julgamento. Entre esses adversários, não havia apenas homens das SA, os supostos traidores. Havia também aqueles que Hitler queria simplesmente ver mortos, e ele aproveitou o expurgo para tirá-los do caminho.

Entre os assassinados que nada tinham a ver com a alegada conspiração das SA para derrubar o Führer estava Kurt von Schleicher, o antecessor de Hitler – que, em 1932, havia dito a Hindenburg, diante de Hitler, que não considerava o nazista apto para assumir o cargo de chanceler. Schleicher foi morto junto com a mulher, outra inocente. Além dele, o Führer mandou matar Gregor Strasser, que nutriu o desejo de ser o líder nazista quando Hitler estava na prisão e que queria ser o vice de Schleicher. A respeito de Strasser, o escritor Reck-Malleczewen faz uma ironia em seu diário, em novembro de 1939, ao dizer

³⁴¹ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 480

que os filhos desse dirigente nazista reagiram afirmando: “Ele (*Hitler*) matou nosso pai, mas ele ainda é nosso Führer”.³⁴²

Outra vítima foi o comissário-geral do Estado da Baviera, Gustav Ritter von Kahr, que se recusara a juntar-se a Hitler na tentativa de golpe de 1923. Além deles, foram assassinados os líderes católicos Erich Klausener e Adalbert Probst – Hitler mandou matá-los para punir o ex-chanceler católico Heinrich von Brüning, desafeto do Führer que havia fugido para a Inglaterra quando soube, por meio do serviço secreto inglês, que Hitler queria eliminá-lo. No geral, em seu discurso, Hitler admitiu o assassinato de 74 pessoas, num verdadeiro “acerto de contas” típico de um gângster. No entanto, o “Supremo Juiz do Povo Alemão”, como ele se intitulou, foi aplaudido:

Embora eu quisesse ter sido leniente há apenas alguns dias, agora não há mais lugar para tais considerações. Os traidores só são combatidos com as leis do ferro. Se alguém me reprovar e me perguntar por que eu não invoquei os tribunais regulares para dar a sentença, minha única resposta será: naquela hora, eu era o responsável pelo destino da nação alemã e, portanto, era o Supremo Juiz do Povo Alemão. [...] Eu dei ordens para atirar nos maiores responsáveis por essa traição, e também dei ordens para queimar, até a carne, esses tumores que estão envenenando nosso país e outros países. E eu também ordenei que, se os amotinados fizerem qualquer tentativa de resistir à prisão, eles serão brutalmente submetidos pela força [*sofort mit der Waffe niederzumachen*].³⁴³

A repressão à SA, vista desde sempre como um bando de gângsteres violentos, foi muito bem recebida pelos alemães. Ao decidir agir contra seus próprios seguidores (e contra os mais fiéis nazistas entre eles), Hitler foi qualificado como o protetor do homem comum contra a poderosa organização paramilitar que aterrorizava as ruas alemãs – diga-se, a mando do próprio Hitler. A execução da justiça sumária foi vista não com horror, mas com simpatia, e Hitler passou a sensação de restaurador da ordem – de uma ordem, é bom que se frise, ameaçada desde sempre pelos mesmos nazistas que agora

³⁴² RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 106

³⁴³ DÓMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 499

apareciam como seus garantes. Elisabeth Gebensleben, em carta à filha Irmgard, datada de 14 de julho, descreve seu fascínio com o discurso de Hitler:

Ontem à noite nos sentamos aqui no quarto para ouvir nosso chanceler falar. Eu gostaria que você tivesse estado aqui para ouvir suas palavras, não apenas para lê-las. Elas são insuficientes para a grandeza e a transparência de tal homem...³⁴⁴

Os atos de Hitler, para efeito de propaganda, não se limitaram à repressão. No mesmo dia 30 de junho, quando deflagrou a violenta campanha contra as SA, o Führer vestiu a fantasia do moralista fanático e fez sermões para líderes nazistas a respeito de como deveriam se conduzir. Até então, a homossexualidade e os frequentes excessos dos homens da SA (como de resto nas demais organizações paramilitares nazistas, formadas apenas por homens) não haviam sido objeto de nenhuma censura por parte de Hitler, para quem somente interessava a lealdade. Podia-se beber desbragadamente e fazer uso frequente de drogas, além de participar de orgias e gastar em profusão o dinheiro oriundo da grande corrupção que grassava no país, desde que, ao fim e ao cabo, houvesse a obediência total e incondicional ao Führer.

Por outro lado, Hitler queria ganhar a obediência cega não apenas dos nazistas, mas principalmente daqueles que não estavam no partido, isto é, dos alemães comuns. Hitler pretendia construir a sólida imagem de um líder que não tolerava os excessos, de modo a parecer um estadista moderado, intransigentemente preocupado com o bem-estar e a ordem no país. O documento que resume essa preocupação é a ordem de 12 pontos, entregue a Viktor Lutze, seu novo preposto nas SA, com as diretrizes para a organização, tornadas públicas com o objetivo de despolitizar a repressão aos paramilitares. Hitler deliberadamente transformou um problema de Estado numa questão moral, saindo dele como o homem capaz de “limpar” a Alemanha de seus pecados mais profundos, sem hesitação.

³⁴⁴ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk' so viel an Euch: ein deutsch-holla-ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 236

O documento em questão é uma determinação de Hitler para que Lutze extraísse de seus comandados “obediência cega” e “disciplina total”.³⁴⁵ Os integrantes da SA deveriam, “como qualquer líder político”, ser “conscientes do fato de que seus modos e seu comportamento devem ser um exemplo para o grupo e para todos os demais seguidores”.³⁴⁶ Hitler ordenou também que os novos dirigentes da SA fossem um “exemplo de modéstia, e não de extravagância”.³⁴⁷ Proibiu especificamente que eles participassem de “jantares caros” e salientou que os nazistas não tinham de aceitar convites para festas dispendiosas, porque, afinal, “milhões de nossos compatriotas mal têm o mínimo necessário para viver”.³⁴⁸

Hitler vetou ainda que “fundos da SA ou do partido, ou ainda qualquer fundo público, seja apropriado para pagar tais banquetes e eventos similares”.³⁴⁹ A preocupação com a opinião pública e com a propaganda é explícita: “É irresponsável”, diz Hitler, “realizar jantares suntuosos [Schlemmereien] usando dinheiro em parte obtido a partir dos centavos de nossos pobres concidadãos.”³⁵⁰ Há muito tempo consciente de que seus homens divertiam-se em festas, sem que isso lhe parecesse um problema, Hitler então resolveu dizer que “a tarefa de um líder das SA não é cultivar prestígio social, mas fazer seu trabalho”.³⁵¹ Ademais, Hitler proibiu que os dirigentes da organização fizessem “viagens de negócios” a bordo de “limusines caras ou carros conversíveis” ou que “usassem fundos públicos para comprar tais carros”.³⁵²

Em outra ordem, Hitler advertiu que os líderes políticos e da SA que fossem flagrados “bêbados em público” seriam considerados despreparados para as funções que exerciam.³⁵³ Era necessário “exibir comportamento

³⁴⁵ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 476

³⁴⁶ Ibid., p. 476

³⁴⁷ Ibid., p. 476

³⁴⁸ Ibid., p. 476

³⁴⁹ Ibid., p. 476

³⁵⁰ Ibid., p. 476

³⁵¹ Ibid., p. 477

³⁵² Ibid., p. 477

³⁵³ Ibid., p. 477

exemplar”, pois “erros podem ser perdoados, mas mau comportamento não”.³⁵⁴ Os integrantes do Partido Nazista flagrados em tais condições deveriam ter tratamento “mais duro” que o reservado aos que não eram do partido, disse Hitler.³⁵⁵

Sua preocupação maior, com tudo aquilo, era garantir a “todas as mães” alemãs que elas podiam “enviar seus filhos para a SA, para o Partido e para a Juventude Hitlerista sem receio de que eles se transformem em sujeitos moralmente depravados”.³⁵⁶ Na prática, porém, a militância nazista pareceu entender que as advertências de Hitler serviam apenas para dar uma satisfação aos conservadores. Melita Maschmann, por exemplo, queixou-se da dupla moral de seus colegas de Juventude Hitlerista, que eram bêbados e adúlteros enquanto pregavam absoluta retidão. Ela disse que esperava uma conduta diferente daqueles líderes que deveriam dar o exemplo. Mas isso, segundo concluiu, era uma “demanda utópica”.³⁵⁷

Seja como for, a reação popular a essa estratégia de Hitler foi notável. Um relatório dos socialdemocratas no exílio, chamado de SOPADE (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands im Exil*), admitiu que a Noite dos Longos Punhais foi positiva para Hitler no que diz respeito ao reconhecimento dos alemães em geral:

Nossas investigações mostram que os eventos de 30 de junho não abalaram a autoridade de Hitler na SA e no Partido e que sua autoridade entre as pessoas comuns aumentou. Algumas das reações que ouvimos: “Ele tem coragem”; “ele tomou uma atitude dura”; “ele não poupa os figurões”. Enquanto os alemães se queixam da má administração do país e dos comandantes nazistas, Hitler normalmente é poupado.³⁵⁸

³⁵⁴ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 477

³⁵⁵ Ibid., p. 477

³⁵⁶ Ibid., p. 477

³⁵⁷ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 87, 88

³⁵⁸ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 377

Como mostram os autores desse relatório, que eram inimigos inquestionáveis do regime, Hitler havia se tornado uma figura mítica, uma semidivindade, que tinha forte impacto para os trabalhadores das fábricas, gente que normalmente se alinhava ou aos comunistas ou aos socialdemocratas. Em seu diário, um operário antinazista, Karl Dürkenfälden, relata o que disse seu pai ao justificar sua adesão ao nazismo: “Não é possível ser neutro”.³⁵⁹ As últimas fronteiras para a unidade total em torno de Hitler, em que se aceitava o crime como a nova lei do país, estavam sendo facilmente superadas.

3.3 A legalização do crime

Tanto os nazistas quanto boa parte da classe média conservadora queriam marginalizar os judeus, e só divergiam em relação ao método. Por volta de 1935, os alemães em geral eram severos críticos da violência física contra os judeus, que era claramente incitada pelo Partido Nazista. Temendo que a truculência se voltasse contra o establishment, os líderes conservadores alemães passaram a pressionar Hitler por uma legislação que segregasse os judeus, sem necessidade do uso da força. Seria a legalização do antissemitismo, sem a necessidade do fanatismo ultraviolento das hostes nazistas, que tanto desprezo despertava entre os alemães comuns.

O antissemitismo de caráter violento ganhou força no entre-guerras, mesmo antes de Hitler chegar ao poder, mesmo com a tentativa dos judeus de se integrar à sociedade alemã, mesmo que eles fossem apenas 1% da população. A propaganda nazista criou uma atmosfera em que essa perseguição aos judeus não era somente permitida – era um dever, em nome do projeto de purificação racial. Tal situação pode ser bem ilustrada pela pequena história de Alfons Heck, militante da Juventude Hitlerista que, como Melita Maschmann, subiu na hierarquia da organização, chegou a ser condecorado por Hitler em pessoa e, quase três décadas depois da guerra, escreveu memórias em tom de arrependimento e espanto em razão do projeto do qual tomou parte de modo

³⁵⁹ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 32

tão ativo e fanático. Heck não reagiu quando a Gestapo capturou seu grande amigo de infância, o menino judeu Heinz Ermann. Lamentou apenas o azar que o amigo teve de ser judeu e, de modo geral, considerava corretas as deportações. O antissemitismo era uma expressão cotidiana de ódio, conforme o relato de Heck, e suas atitudes em relação a Heinz eram ditadas tendo essa referência em perspectiva. “Todas as crianças católicas sabiam que os judeus haviam matado Cristo”, recordou Heck.³⁶⁰ Em outro trecho, ele diz que “o preconceito (*contra os judeus*), compartilhado por milhões de alemães, rapidamente transformou-se em ódio aberto depois da promulgação das Leis de Nuremberg em setembro de 1935” e que as crianças alemãs eram instruídas pelos professores sobre como identificar judeus e sobre sua capacidade de se misturar aos alemães.³⁶¹ A tentativa dos judeus alemães de manter seu status era inútil:

Eu achava que Heinz seria bem-sucedido ao se misturar: ele se parecia muito conosco e era certamente mais alemão do que eu, que tinha sangue francês. No caso de Heinz, eu sabia que ele não estava aplicando esse truque, mas eu não tinha tanta certeza em relação aos outros judeus.³⁶²

As Leis de Nuremberg, que estabeleceram quem era judeu e como esse judeu seria colocado à margem da sociedade, surgiram nesse contexto e, por isso, encontraram amplo apoio da sociedade alemã – a violência contra os judeus só era questionada, na maior parte dos casos, quando implicava algum prejuízo para os não judeus. Os formuladores das leis de segregação judaica viam-se, ademais, como um contraponto civilizado em relação à violência das tropas de assalto e da Juventude Hitlerista. Esse foi também o entendimento dos próprios judeus, em alguns casos. Para eles, as Leis de Nuremberg estabeleciam um nível em que, segundo sua visão, seria possível uma relação tolerável entre os alemães e os judeus, pois ficaria claro o que era ou não permitido aos judeus.

³⁶⁰ HECK, Alfons. *A Child of Hitler: Germany in the Days When God Wore a Swastika*. Phoenix: Renaissance House Publishers, 2001, p. 14

³⁶¹ *Ibid.*, p. 13

³⁶² *Ibid.*, p. 13

A criação das leis de Nuremberg, conforme argumentou Hitler, mostrava o desejo dos nazistas de respeitar o “Estado de direito” e o império da lei. Ou seja: o regime elaborou uma lei para cometer os crimes de maneira legal – e levou o antissemitismo das ruas para dentro dos escritórios, das lojas e das casas de todos os alemães. Desse modo, contribuir para a segregação, que era o primeiro passo para o extermínio físico, não era apenas obedecer às ordens superiores, como deu a entender Eichmann em seu julgamento, mas obedecer à própria lei, legitimada pela “vontade” do Führer.

Essa agressividade gratuita e generalizada contra os judeus, à qual Hitler aludiu em seu discurso para justificar a segregação oficial, pode ser simbolizada pelo relato de Reck-Malleczewen sobre um festival em Munique, desses “que agora ocorrem todos os dias”, do qual participavam integrantes da Juventude Hitlerista. Ele conta que viu um desses jovens entrar numa sala de aula e, ao ver um crucifixo na parede, arrancou-o de lá e jogou na rua, aos gritos: “Fique aí, seu judeu sujo!”.³⁶³

Assim, o cuidado com a lógica racial, dentro de parâmetros legais largamente aceitos, fez dos legisladores zelosos burocratas, e não assassinos ou vândalos. Essa diferenciação era tão disseminada na Alemanha que alguns desses funcionários públicos continuaram trabalhando normalmente após a guerra. Um exemplo é o advogado Hans Globke, que atuou para encontrar as justificativas para a concessão de poderes ditatoriais para Hitler em 1933, que ajudou a formular o arcabouço jurídico das Leis de Nuremberg e que foi o coautor da lei que obrigava os judeus a incluir “Israel” e “Sara” em seus nomes para que não pudessem esconder suas raízes judaicas. Pois esse homem, que jamais escondeu seu antissemitismo, foi um dos principais assessores de segurança nacional de Konrad Adenauer, chanceler da Alemanha Ocidental logo após a Segunda Guerra Mundial.³⁶⁴

Sem que Hitler precisasse fazer muita força, o antissemitismo passou a fazer parte do cotidiano da Alemanha após as Leis de Nuremberg. Todo o governo estava empenhado em infernizar a vida dos judeus, e os alemães

³⁶³ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 33

³⁶⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 28

comuns ou eram ou indiferentes e omissos ou participavam ativamente desse esforço. Para que as políticas raciais fossem bem-sucedidas, era necessário que os alemães comuns não nutrissem nenhuma simpatia pelo sofrimento daqueles considerados inimigos da raça ariana – isto é, era preciso que se tornassem cúmplices. De fato, poucos eram contrários – em larga medida porque, como lembra Melita Maschmann sobre si mesma, o antissemitismo era como uma “segunda natureza” dos alemães.³⁶⁵

A imposição das Leis de Nuremberg não foi objeto de nenhuma contestação relevante por parte de nenhum setor da sociedade alemã. Ao contrário: em muitos aspectos, a legislação antissemita e toda a violência que a acompanhou viriam a satisfazer uma antiga demanda contra os judeus, vistos como poderosos demais e como estrangeiros que ameaçavam a ordem nacional. O mais importante, porém, é que a legislação antissemita não era algo excepcional. Constituía apenas mais um entre tantos elementos necessários ao correto funcionamento da máquina tecnocrática à qual os alemães estavam submetidos para a finalidade, amplamente anunciada, de remodelar a sociedade de modo a melhorá-la. Logo, tudo o que a ciência e a técnica ditassem como essencial para esse fim deveria ser aceito sem discussão, pois exprimia o primado da razão, e os alemães em geral, sempre que possível, deveriam inclusive colaborar para o sucesso desse projeto.

Para o nazismo, portanto, o antissemitismo tornou-se parte indissociável da luta para salvar o país, aquilo que o historiador Saul Friedländer qualificou de “antissemitismo redentor”.³⁶⁶ Em 1936, um relatório de inteligência feito por observadores para os socialdemocratas no exílio informaram que “os nazistas foram bem-sucedidos em ampliar o fosso entre os judeus e o povo alemão” e que “a sensação de que os judeus são outra raça é hoje generalizada”.³⁶⁷ Os socialdemocratas admitiam que a propaganda contra os judeus estava funcionando e que o “problema judeu” era visto pela maioria como algo a ser resolvido, de um jeito ou de outro. O jornalista alemão Sebastian Haffner, em

³⁶⁵ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 212

³⁶⁶ FRIEDLÄNDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews – The Years of Persecution – 1933 - 1939*. Nova York: HarperCollins, 1998, p. 73

³⁶⁷ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 573

um relato pessoal descoberto depois da guerra, atesta que, “de repente, todos têm uma justificativa e são instados a ter uma opinião sobre os judeus e a dizê-la em público”.³⁶⁸

A aceitação tácita da violência e dos campos de concentração denota a apatia que estava consumindo a racionalidade da sociedade alemã. Essa apatia pode ser lida tanto como indiferença quanto como aprovação. Ambos os aspectos interessam, mas é notável, para os propósitos desta pesquisa, como os alemães comuns enxergavam na escalada da barbárie o sinal da grandeza do regime e do líder que os conduzia, e não os crimes que estavam sendo cometidos sem nenhum constrangimento, afrontando todos os padrões civilizados. “Na consciência popular, a verdade se manteve viva: um estado de espírito confuso, próximo da doença e do crime, havia sido considerado como virtude suprema durante 12 anos”, escreveu Victor Klemperer.³⁶⁹

Reck-Malleczewen elaborou a questão da mesma maneira, ao escrever, em outubro de 1940, que, enquanto as nações civilizadas procuravam esconder “seus demônios e seus desejos impossíveis nos subterrâneos da inconsciência”, os alemães “abriram sua Caixa de Pandora” e “deixaram livres as suas psicoses”. Ele descreve a barbárie transformada em cotidiano, dizendo que até as “pequenas recepcionistas imploram por sangue”, e mesmo “velhas senhoras que ainda têm a aura de um tempo antigo” descrevem líderes políticos de países inimigos usando “gírias que fariam um barista de Hamburgo corar”.³⁷⁰ Sempre percebendo o risco dos homens-massa, que para ele não eram os proletários, e sim os grandes empresários e os filhos de industriais, ele escreveu em seu diário, em setembro de 1938:

O que aqui parece coragem diante da morte nada mais é do que a apatia do homem-massa. O que parece ser estoicismo nada mais é do que a expressão da condição do homem-massa: nem bom nem mal, apenas – e com certa satisfação de sê-lo – nada.

³⁶⁸ HAFFNER, Sebastian. *Defying Hitler*. Nova York: Picador, 2002, p. 142

³⁶⁹ KLEMPERER, Viktor. *LTI: a Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 117

³⁷⁰ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, 117

Não conheço maneira melhor de definir a condição espiritual dos meus deprimentes conterrâneos.³⁷¹

O fenômeno do homem-massa, tantas vezes invocado por Reck-Malleczewen, era a grande novidade do século. Os indivíduos dessa massa se sentiam particularmente injustiçados e fracassados em seu âmago, mas não havia solidariedade entre eles. No dizer de Arendt, o fenômeno de massa se deu na consciência da “desimportância e da dispensabilidade” desenvolvida por cada um desses indivíduos, de modo que, pela primeira vez, esses sujeitos perderam a urgência da autoconservação e o “interesse pelo próprio bem-estar”.³⁷² Sentiam-se despreocupados em relação às inquietações naturais da vida. Estavam prontos ao sacrifício, conforme destacou orgulhosamente Himmler, durante discurso a militares acerca da “Organização e das Obrigações da SS e da Polícia”:

Os problemas do dia a dia não nos interessam; cada líder apontado pelo Führer terá nosso apoio, cada líder afastado pelo Führer será removido por nós, se necessário pela força, porque o único comando que conta é do Führer. Além disso, só estamos interessados em questões ideológicas que serão importantes por décadas ou séculos, de modo que nossos homens estão realmente acima das preocupações cotidianas e sabem que estão trabalhando para realizar uma grande tarefa, que ocorre uma vez a cada 2 mil anos. O homem da SS não está interessado nos problemas diários, como, por exemplo, se o grupo está corretamente administrado, se tudo está sendo feito apropriadamente no gerenciamento do trabalho, não importa o que seja, ele não está interessado.³⁷³

A menção de Himmler ao fundamento ideológico segundo o qual o movimento nazista estava preocupado com o que viria nos séculos seguintes não é uma mera figura de linguagem. O que afetava a cabeça desses homens que

³⁷¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 78

³⁷² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 365

³⁷³ Office of the US Chief of Counsel for Prosecution of Axis Criminality, *Nazi Conspiracy and Agression*. Washington DC: US Government Printing Office, 1946, volume 4, p. 634. URL: http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/NT_Nazi-conspiracy.html

tinham se transformado em assassinos, escreve Arendt, “era simplesmente a ideia de estar envolvidos em algo histórico, grandioso, único”; segundo ela, “os assassinos não eram sádicos ou criminosos por natureza; ao contrário, foi feito um esforço sistemático para afastar todos aqueles que sentiam prazer físico com o que faziam”.³⁷⁴

Para aplacar consciências, os nazistas e os alemães comuns foram doutrinados para considerar que o que estava sendo feito – quer por eles próprios, quer em nome deles – era um doloroso dever, e não um crime. Era assim que se resolviam eventuais impasses de consciência. No pós-guerra, os alemães que haviam participado da barbárie não reconheceram que tivessem feito algo errado, indicando o colapso total do sistema de valores. “Deixe a posteridade julgar”, diziam colegas de Melita Maschmann, cuja “integridade moral” ela não punha em dúvida, a respeito dos crimes do nazismo e do papel dos alemães em geral neles.³⁷⁵

Há raros casos, que só confirmam a regra geral, em que aqueles que prestaram conta de seus atos durante os anos do nazismo demonstraram algum tipo de arrependimento e o papel que desempenharam na construção da barbárie. Não se trata apenas de mentir ou fingir não lembrar. Quando confrontados com a verdade, os alemães que colaboraram direta ou indiretamente com o projeto lunático de determinar quem podia ou não podia habitar o planeta Terra usaram, quase todos, o stratagema mental de atribuir inteira responsabilidade pelo que fizeram a Hitler e a seu gênio maligno e hipnotizante, que os enganara.

O fator importante a se considerar, também, é que muitos desses alemães eram “normais” sob qualquer definição usual, pessoas que se poderiam considerar bons vizinhos e bons amigos. “Havia muitas pessoas boas entre meus superiores [na Juventude Hitlerista] e nenhum deles ensinava a odiar ou a ser brutal”, relata Melita Maschmann. Para ela, essa era a tragédia, isto é, “que

³⁷⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 121

³⁷⁵ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 223

tantas pessoas boas tenham sido vítimas do fascínio do Terceiro Reich”.³⁷⁶ Himmler, um dos artífices do genocídio dos judeus, entendeu que os alemães que se associariam à máquina de extermínio não eram os “loucos”, mas os “normais”. Segundo Arendt, ele

[...] demonstrou sua suprema capacidade de organizar as massas sob o domínio total, partindo do pressuposto de que a maioria dos homens não são boêmios, fanáticos, aventureiros, maníacos sexuais, loucos nem fracassados, mas, acima e antes de tudo, empregados eficazes e bons chefes de família.³⁷⁷

O grande criminoso do século XX, portanto, é um insignificante pai de família, totalmente entregue à coordenação da vida social na Alemanha nazista. Participou do processo de liquidação dos judeus uma grande variedade de alemães, desde remotos funcionários dos correios, passando por técnicos em armamentos e chegando a padres cuja função era atestar a origem cristã de determinados indivíduos, facilitando a definição de quem era judeu. Desse modo, diz Hilberg, é possível dizer que “a máquina de destruição não era estruturalmente diferente da organização da sociedade alemã”.³⁷⁸

Essas pessoas foram capturadas em tamanha extensão pela ideologia nazista que simplesmente perderam de vista as atitudes civilizadas em relação ao “Outro”. “Quem nunca viveu sob a tutela de uma ideologia achará difícil entender como é possível que tais questões não tenham sido enunciadas”, escreveu Melita sobre suas crises de consciência e as contradições do regime. Segundo ela, uma atitude diferente, questionadora, poderia levar a “consequências suicidas”:

Se eu questionasse um pouco mais, teria me envolvido em conflitos profundos de tal modo que “meu mundo” teria entrado

³⁷⁶ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 26

³⁷⁷ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 388

³⁷⁸ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers, 1985, p. 264

em total colapso. Claramente nossas energias subconscientes – e eu posso falar por muitos de meus companheiros – estavam totalmente concentradas em nos proteger de tais crises.³⁷⁹

Os alemães se convenceram rapidamente que o “certo” era ter preconceito racial e trabalhar para extirpar esse “Outro” da comunidade germânica. A senda para Auschwitz foi aberta com a “justiça”, isto é, com a crença de que se estava fazendo o que devia ser feito. Foi essa “virtude étnica” que embaralhou os conceitos de certo e errado e criou as condições para o Mal. O espanto de quem não havia se deixado levar por essa vaga pode se resumir em desabafos do escritor Reck-Malleczewen, em seu diário, em 11 de agosto de 1936 e em maio de 1937. Para ele, Berlim, sob o nazismo, havia se transformado numa caricatura dos novos tempos:

Aqui é o solo fértil dessa raça com seu eterno grito por *mais* [grifo do autor], o reservatório dos impulsos reprimidos do homem-massa, a incubadora de todos os acordos rompidos e dos assaltos disfarçados de atos de Estado que Hitler cometeu nos últimos cinco anos – e ninguém ousou contraditá-lo quando ele usou isso como prova de sua condição de estadista.³⁸⁰

Referindo-se à rebelião anabatista em Münster, em 1534, na qual uma cidade conservadora por excelência todavia aderiu a um regime sectário radical, Reck-Malleczewen fala das “catacumbas psicológicas”, que “há gerações” guardam “nossos desejos secretos, nossos sonhos temerários, nossos espíritos maus, nossos vícios e nossos pecados esquecidos e não expiados”. Basta, segundo o autor, liberar esses “espíritos satânicos”, e essa seria a chave para entender como um país como a conservadora e regrada Alemanha embarcara na irresponsável aventura nazista:

³⁷⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 84

³⁸⁰ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 50

Não será isso o que explica como tudo isso [o nazismo] pôde acontecer a um povo basicamente ordeiro e trabalhador, sem resistência daqueles dedicados a fazer o bem, numa vasta convulsão cósmica a qual, desde o primeiro dia do regime de Hitler, não trouxe apenas eclipses solares para afetar a meteorologia, em verões interminavelmente chuvosos para acabar com as colheitas e estranhas coisas rastejantes a afetar nossa velha Terra, mas que também, de modo insondável, distorceu conceitos como meu e seu, certo e errado, virtude e vício, Deus e Diabo?³⁸¹

A distorção dos tradicionais conceitos morais e legais acontecia à luz do dia. Franz Gürtner, ministro da Justiça da Alemanha nazista até sua morte, em 1941, deixou claro que o princípio basilar do direito, segundo o qual não há crime sem lei que o preveja (*nulla poena sine lege*), não servia mais para o país, deixando escancarado o caminho para a punição, inclusive retroativa, daqueles considerados inimigos do Estado e da raça. Em um parecer de 1935, ele definiu com precisão essa mudança do “espírito da lei” sob o nazismo:

O Estado Nazista considera todo ataque ao bem-estar da comunidade étnica e toda violação dos objetivos que essa comunidade está perseguindo como algo errado em si. Como resultado, a lei deixa de ser a única fonte para determinar o que é certo e o que é errado. O que é certo pode ser aprendido não só da lei, mas também do conceito de justiça que subjaz na lei e que ainda não encontrou expressão na lei.³⁸²

A interpretação de Gürtner resume a doutrina nazista segundo a qual só era legal aquilo que fosse considerado bom para os alemães, algo que estava na essência da ideia de *Volksgemeinschaft* (comunidade popular). Nesse contexto, as ordens de Hitler, considerado o intérprete supremo dessa comunidade, não eram, formalmente, leis, mas acabavam sendo vistas dessa forma, na prática. O Líder sempre tem razão, e isso nada tem a ver com a veracidade dos fatos, pois, como ele age conforme os desígnios de séculos vindouros, seus contemporâneos

³⁸¹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 32-33

³⁸² NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 289

jamais teriam a comprovação de que ele estava realmente certo. Arendt explica que o “desejo do Führer”, nunca estático ou previsível, é que era a “lei suprema” no Estado totalitário, e não as eventuais ordens explícitas desse Líder, pois estas seriam a expressão de um poder hierárquico igualmente formal, algo que liquidaria um sistema que depende fundamentalmente do movimento e que, portanto, não pode estar sujeito a formalidades burocráticas.³⁸³ Reck-Malleczewen percebeu o problema, conforme registrou em seu diário, em setembro de 1938: “A vontade do chamado Führer é considerada lei cósmica, enquanto todos os oponentes, mesmo os que estão fora das fronteiras do Reich, são vistos como criminosos”.³⁸⁴

Quase nenhum elemento da transformação da Alemanha nos primeiros meses de 1933 resultou de ordem direta de Hitler. Havia simplesmente uma “onda” a favor dos supostos desejos do Führer, fruto da adoração à sua personalidade. Ele era cultuado como a um deus por seus seguidores e simpatizantes, e aquilo que se lhe atribuía como vontade era imediatamente tomado como lei. Nesse ambiente de fervor religioso, a frase de Hitler que resumia a linguagem do Terceiro Reich, segundo seu maior estudioso, Víctor Klemperer, era *Du bist nichts, und ich bin alles!* – “Você não é nada, e eu sou tudo”.³⁸⁵ Isso significa que Hitler dispunha-se a personificar o próprio Estado e a própria *Volk*, livrando todos e cada um dos indivíduos da carga moral que as responsabilidades sociais implicavam, e que o Führer formalmente revogara, ao assumir a inteira responsabilidade por tudo: “Tudo o que vocês são, o são através de mim; tudo o que eu sou, sou somente através de vocês”, disse Hitler em discurso às tropas de assalto da SA, em 30 de janeiro de 1936.³⁸⁶ Hitler, como mostra Elias, foi bem-sucedido porque ele satisfez o clamor por um homem “a quem os alemães pudessem submeter-se cegamente” e que retirasse dos alemães, como num passe de mágica, “o fardo de responsabilidade dos

³⁸³ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 414

³⁸⁴ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 75

³⁸⁵ KLEMPERER, Viktor. *LTI: a Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 92

³⁸⁶ DÓMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 745

ombros deles e o colocasse sobre os seus próprios”, de modo a se responsabilizar “por todos os desejos e esperanças nacionais”.³⁸⁷

Nesse sistema, não há diferença entre governantes e governados; logo, não há necessidade de ordens, pois o próprio pensamento, para o homem comum, certo de que está em comunhão com o Líder, torna-se a ordem em si. Passar do pensamento à ação, sempre de acordo com o “desejo” do Führer, não requer nenhuma mediação consciente. Ao assumir a responsabilidade por cada ato do movimento, o Líder encarnou em cada funcionário do regime, de modo que se tornou simplesmente onipresente.

É por essa razão que, depois da guerra, nenhum criminoso de guerra nazista colocou a culpa especificamente em Hitler, já que havia cumplicidade generalizada – e quando todos são culpados, como numa gangue de criminosos, ninguém é. Eis a grande estratégia nazista, plenamente alcançada: borrar a diferença entre nazistas e alemães em geral. Por essa razão, diz Arendt, foi tão difícil encontrar alemães a quem se pudesse atribuir a responsabilidade pelos crimes de guerra quando o conflito acabou, e isso pode ser considerado uma vitória de Hitler. Era voz corrente entre os Aliados que a única forma de encontrar um membro da resistência aos nazistas era quando os nazistas o enforcavam. Portanto, a discussão sobre alemães “bons” e “maus” não contribuiu para dimensionar o nazismo e seus efeitos devastadores.³⁸⁸

“É como se os braços todos saíssem de uma única e mesma criatura”, explica Elias Canetti a respeito da ação das massas que objetivam matar, ao que ele dá o nome de “massa de acossamento”.³⁸⁹ Nesse fenômeno, que o nazismo protagonizou quando deliberadamente exterminou milhões de seres humanos inocentes com a ajuda dos alemães comuns, não há risco algum para a massa, pois sua superioridade em relação à vítima é descomunal – e aqui se pode dizer que a “massa” não é constituída apenas pelos criminosos fardados, que se pode identificar facilmente como algozes e cuja quantidade é obviamente menor, mas por todos os 80 milhões de alemães, que aceitaram o genocídio ao menos como

³⁸⁷ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 343

³⁸⁸ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 98

³⁸⁹ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 47

ideia, pois jamais se opuseram a ela, a não ser por um punhado de heroicos exemplos. Desse modo, por meio de Canetti, observa-se que a cumplicidade moral entre os alemães e Hitler é evidente – uma cumplicidade cômoda, porque a vítima não tinha condições de reagir e estava fadada a ser aniquilada, razão pela qual, conforme a teoria do ensaísta búlgaro, “ninguém precisa temer sanção alguma por sua morte”. Trata-se, ademais, de um assassinato “permitido”, que “substitui todos aqueles aos quais se tem de renunciar, aqueles que, uma vez cometidos, ter-se-ia de temer a imputação de pesadas penas”. E Canetti completa: “Um tal assassinato – permitido, recomendado, sem perigo algum e partilhado com muitos outros – afigura-se irresistível à grande maioria da humanidade”.³⁹⁰

A confusão entre os líderes e a massa que cometeu os crimes, ou que se omitiu diante da barbárie, tem o óbvio propósito de diluir as responsabilidades. Como a política totalitária destruiu a zona de mediação racional entre os indivíduos e destes com o Estado, transformando, a todos, em coparticipantes da barbárie, ainda que involuntariamente, “a existência de cada um na Alemanha passou a depender da perpetração ou da cumplicidade criminosa”, diz Arendt.³⁹¹ Já como réu em Nuremberg, Göring chegou a dizer que o Führer desconhecia os detalhes do genocídio dos judeus e atribuiu toda a responsabilidade a Himmler, um subalterno: “Não consigo acreditar que Hitler soubesse daquilo”.³⁹² Himmler, como muitos outros, era um zeloso realizador do pensamento hitleriano, comungado por quase todos na Alemanha. Não é possível dizer onde começava um e terminava o outro, considerando-se a revolução moral operada pelo nazismo.

Hitler não tinha interesse em criar leis escritas que pudessem constranger, de qualquer maneira, seu poder. Houve um caso exemplar, relativo ao programa de eutanásia. Em julho de 1940, ao tomar conhecimento do programa, que jamais fora formalmente legalizado, o ministro da Justiça, Franz Gürtner, questionou Phillip Bouhler, o oficial da SS responsável pela matança, chamada de Aktion T4, e expressou sua discordância – afinal, aquilo era um

³⁹⁰ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 47

³⁹¹ ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 153

³⁹² GOLDENSOHN, Leon. *As Entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 155

crime, sob qualquer ponto de vista. Bouhler respondeu mostrando-lhe a autorização emitida por Hitler – a única que ele deu por escrito ordenando a morte de pessoas, erro que ele não cometeria mais. A autorização foi dada poucos dias depois do início da Segunda Guerra, mas ela foi datada de 1º de setembro de 1939, justamente o dia em que o conflito foi formalmente deflagrado, com a invasão alemã da Polônia, dando a entender que a guerra e a eliminação física dos considerados “inferiores” eram parte de um mesmo projeto. Diz o documento, que traz a assinatura de Hitler:

O Reichsleiter [dirigente] Bouhler e o dr. [Karl] Brandt estão encarregados da responsabilidade de ampliar a autoridade de alguns médicos para, dessa forma, designar por nome aqueles que, segundo o julgamento humanitário, são incuráveis e possam, após o mais cuidadoso diagnóstico de sua condição, serem submetidos à morte misericordiosa.³⁹³

O ministro da Justiça deu-se por satisfeito com a resposta de Bouhler e passou a encaminhar todas as reclamações para o Ministério do Interior e para a própria Chancelaria, respondendo somente nos casos em que considerava necessário. Uma dessas reclamações partiu de um juiz distrital de Brandemburgo, Lothar Kreyssig, que foi corajoso o bastante para questionar a legalidade do programa de eutanásia – em resumo, ele perguntou a Gürtner por que motivo “o errado havia se tornado o certo” – e pediu instruções ao ministro da Justiça sobre como proceder nesse caso de óbvia inversão moral. Mais do que isso: Kreyssig, numa ousadia digna de nota, decidiu processar Bouhler, o chefe do programa, sob acusação de assassinato. Gürtner, no entanto, respondeu ao juiz: “Se você não conhece a vontade do Führer como fonte da lei, como base da lei, então você não pode ser um juiz”.³⁹⁴

Franz Schlegelberger, o sucessor de Gürtner no Ministério da Justiça, porém, foi bem mais longe. Diferentemente de seu antecessor, que pessoalmente não aprovava o programa de eutanásia, mas que simplesmente

³⁹³ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 332

³⁹⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 253

aceitou porque era o “desejo do Führer”, Schlegelberger chegou a elaborar algo próximo de uma teoria para demonstrar que os juízes alemães só seriam “independentes” se deixassem de observar as leis tais como eram e passassem a arbitrar os conflitos conforme sua lealdade a Hitler, que incorporava a “nação”. Essas decisões seriam tomadas caso a caso, isto é, não haveria mais jurisprudência – as sentenças judiciais seriam, elas em si, portanto, a materialização de “leis” que brotavam do modelo no qual os tribunais foram reduzidos a meros executores da conversão da vontade de Hitler em mandamentos inquestionáveis. Em pronunciamento a juízes e promotores, em abril de 1941, Schlegelberger declarou:

A nação está firmemente convencida de que a independência dos juízes em relação às normas é um atributo indispensável e evidente em si mesmo para os magistrados. O Führer já enfatizou, em seu primeiro discurso como chanceler, que a lei só pode ser declarada por juízes que são independentes nesse sentido. [...] O juiz deve estabelecer a lei livremente e de modo independente e – eis o significado do símbolo da espada – deve se comprometer a esse direito com coragem. [...] O verdadeiro juiz deve ser imune à influência externa [...]. A nação demanda o exercício da Justiça por juízes nos quais ela confia. [...] Se o juiz não se sente parte da comunidade nacional, do fundo de seu coração, então ele não pode cumprir a obrigação, que a nação lhe atribuiu, por intermédio do Führer, de estabelecer a lei. O juiz deve declarar a lei em nome do povo. Se a visão de mundo de sua nação mudou tão fundamental e decisivamente, como é o caso da Alemanha após a vitória do Movimento [nazista], então o juiz só pode estar apto a exercer sua função se ele é totalmente envolvido por essa nova visão de mundo. Não pode haver dúvida de que, de agora em diante, cada parte das leis deve ser interpretada e aplicada tendo como referência a moral e a visão de mundo refletida no programa do Partido [nazista] e, além disso, deve fazer referência às expressões decisivas do desejo de seu criador e mais qualificado [Hitler]. Quem quer que deseje negar esse fato invocando sua independência judicial estará dando provas de que não compreendeu a extensão dos limites que o Estado lhe impõe. É evidente por si mesmo que se trata de um dever dos juízes manter-se dentro desses limites. Cada juiz é responsável perante o Führer, de quem deriva a autoridade para declarar as leis.³⁹⁵

³⁹⁵ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 3: Foreign Policy, War and Racial Extermination – 1919-1945*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 424, 425

Schlegelberger era, no entanto, apenas um advogado desde sempre comprometido com o nazismo, sem a qualificação necessária para torná-lo um marco na ruptura da jurisprudência que a Alemanha experimentava. Seu testemunho vale mais pela perfeita vocalização da extensão do poder de Hitler, jamais experimentado por outro ditador na história do mundo civilizado. Já Carl Schmitt, o maior jurista da Alemanha na época, especialista em Constituição, não estava ligado ao Partido, mas foi, como vimos, um dos maiores formuladores das teorias do direito que fundamentariam o poder absoluto de Hitler. A propósito da Noite dos Longos Punhais, o sangrento expurgo promovido por Hitler em 1934 contra a SA, Schmitt argumentou que o assassinato dos líderes do partido não havia violado lei nenhuma, pela simples razão de que quem ordenara o crime havia sido o Führer.

Em seu célebre ensaio *Der Führer schützt das Recht* (o Líder protege o direito), publicado no *Deutsche Juristen-Zeitung*, o jornal dos juristas alemães, Schmitt diz que “o Führer defende o direito contra os piores abusos quando, no instante do perigo, e em virtude das atribuições de Supremo Juiz, as quais, enquanto Führer, lhe competem, cria diretamente o direito”. Ou seja: para o grande jurisconsulto constitucional, Hitler não era somente o guardião das leis, mas era a própria fonte de onde emanavam as leis, pois ele “cria o direito”.³⁹⁶

Tal situação se concretizou por ocasião da morte do presidente Paul von Hindenburg, em 2 de agosto de 1934, quando o Exército teve de mudar o juramento dos soldados. Em vez de prometer lealdade à Constituição e ao “presidente” (sem nome específico), os militares passaram a ter de jurar “obediência incondicional ao Líder do Reich Alemão e do povo, Adolf Hitler”.³⁹⁷ Isso significa que não importavam mais se as ações de Hitler eram legais ou não – isto é, as ordens tinham de ser cumpridas mesmo que contrariassem o sistema jurídico formal alemão. Dezoito dias depois, foi promulgada outra lei, que estendia aos servidores públicos a obrigação de jurar obediência a Hitler.

³⁹⁶ FELIPPE, Marcio Sotelo. *Razão Jurídica e Dignidade Humana*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1996, Prefácio.

³⁹⁷ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, 173-174

Com isso, conforme preconizava Schmitt, as leis, quando existiam por escrito, serviam apenas para dar corpo à vontade do Führer. Segundo essa visão, a legitimação das decisões de Hitler advinha não da Constituição, mas da História, constituída da vontade popular unida.

A autoridade do Líder era, portanto, total e absoluta, reunindo todas as ferramentas do Estado e do corpo político e cobrindo cada detalhe da vida dos alemães. Sendo assim, essa autoridade não estava sujeita a nenhuma fiscalização ou controle e não podia, em nenhuma hipótese, conviver com os direitos individuais. A opinião de Hitler representava a vontade “objetiva” da população, superando o egoísmo dos indivíduos e os “equivocos” da opinião pública.

Um importante exemplo prático disso ocorreu logo no início do governo de Hitler. Para punir com a morte, pela guilhotina, o responsável pelo incêndio do Reichstag, em fevereiro de 1933, Hitler conseguiu persuadir Hindenburg a emitir um decreto tornando crimes passíveis de pena de morte a traição e o incêndio deliberado. O decreto teve efeito retroativo, punindo quem cometera esses crimes desde janeiro, quando Hitler assumiu. Isso violava o princípio fundamental do direito – não há crime sem lei que o preveja. Dali em diante, toda pessoa que cometesse um crime não saberia qual pena sofreria, pois essa definição passou a depender do arbítrio de Hitler.

Na mesma linha de Schmitt, mas com muito menos autoridade intelectual, Hans Frank, o advogado pessoal de Hitler, resumiu a relação entre Hitler e a lei invocando o imperativo categórico de Kant, mas de um modo totalmente distorcido. “Aja de tal modo que o Führer, se souber de sua atitude, a aprove”.³⁹⁸ Ademais, os nazistas não respeitavam sequer as próprias leis, levando a um estado de permanente ilegalidade e confusão jurídica. A manutenção da Constituição de Weimar, que os nazistas jamais anularam, servia como uma espécie de desprezo público e permanente pela lei e pela moral da antiga ordem burguesa, que o nazismo propunha derrubar.

³⁹⁸ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 153

Para o Hitler “legislador”, não havia diferença entre lei e ética, porque, diz Arendt, “quando se presume que a lei em vigor é idêntica à ética comum que emana da consciência de todos, então não há mais necessidade de decretos públicos”.³⁹⁹ Ou seja: só as leis que traduzissem o suposto interesse da comunidade racial, necessariamente mediado pelo Líder, teriam validade. Um discurso de Werner Willikens, secretário de Agricultura da Prússia, em 21 de fevereiro de 1934, é significativo para entender essa lógica e, por extensão, de que maneira funcionaria o corpo jurídico do Terceiro Reich:

Todos os que já tiveram a oportunidade de observar perceberam que o Führer tem muita dificuldade para dar ordens sobre tudo o que ele gostaria de realizar mais cedo ou mais tarde. Por outro lado, até agora, todos os que melhor trabalharam para a nova Alemanha o fizeram por que, digamos assim, trabalharam na direção do Führer. É comum, em muitos lugares, que os indivíduos fiquem esperando por ordens e comando. Infelizmente, isso tende a continuar no futuro. Em vez disso, porém, é dever de cada pessoa tentar, no espírito do Führer, trabalhar em sua direção. Todos os que cometem erros vão perceber isso mais cedo ou mais tarde. Mas aquele que age corretamente na direção do Führer, segundo suas premissas e consoante seus objetivos, receberá a maior das recompensas no futuro, porque terá a confirmação da legalidade de sua ação.⁴⁰⁰

Foi justamente o princípio do “trabalho na direção do Führer” que Eichmann, ao ser julgado em Jerusalém, usou em sua defesa. Ele disse ter “conduzido toda a sua vida de acordo com os preceitos morais de Kant” e que agira “segundo uma definição kantiana de dever” – por “definição kantiana”, porém, entenda-se a definição de Frank e a de Willikens; afinal, como diz o próprio Eichmann, a vontade de Hitler é “o princípio por trás da lei”.⁴⁰¹

O imperativo categórico adaptado ao nazismo manda, segundo Arendt, que o homem “faça mais do que obedecer à lei” e que “identifique sua própria

³⁹⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 444

⁴⁰⁰ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 13

⁴⁰¹ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 16

vontade com o princípio que está por trás da lei – a fonte de onde brotou a lei”.⁴⁰² Para Kant, trata-se da razão prática. Na Alemanha nazista, era a “vontade do Führer”. Arendt argumenta que, para Eichmann, “o que ele fizera era crime só retrospectivamente”, e o carrasco “sempre fora um cidadão respeitador das leis”, porque as ordens de Hitler possuíam “força de lei”.⁴⁰³ E leis foram feitas para serem cumpridas, sem exceções. O fato de ter ajudado alguns judeus, a pedido de conhecidos, deixara Eichmann profundamente perturbado, porque ele não seguiu a lei naquelas pouquíssimas ocasiões. Em seu julgamento, ele tratou de enfatizar que confessara seus “pecados” a seus superiores. Portanto, o que aos juízes era uma confissão descarada de culpa no morticínio, para Eichmann era uma forma de se defender do que, para ele, era o pior dos crimes: violar a lei.

Portanto, estaria legal e moralmente certo quem soubesse interpretar os desejos do Führer e se antecipar a eles, agindo sem esperar ordens específicas. Premiava-se o voluntarismo, o impulso violento e a zelosa determinação burocrática em vez das considerações morais. A ação de cada um dos alemães deveria ser pautada pela presunção de que Hitler, se soubesse dela, a aprovaria, e sua retórica, jamais moderada, indicou desde sempre o caminho do confronto como o único aceitável. Desse modo, substituíam-se todo o conjunto dos antigos códigos morais judaico-cristãos, que baseavam a ética alemã, pela ânsia de “trabalhar na direção do Führer”.

Essa transformação não se deu, note-se, da noite para o dia. Foi necessário um ambiente em que a diferença entre o legal e o ilegal tornara-se muito tênue e em que se considerava verdadeiro somente o que estava no subterrâneo, na clandestinidade, enquanto o que se via na superfície era tido como fruto de conspiração e mentiras. Tal atmosfera, ideal para a proliferação do conjunto ideológico que desembocaria no nazismo, foi justamente o período a partir do final da Primeira Guerra, em que o país se viu convulsionado pela derrota e pelo sangrento acerto de contas interno. Em Munique, berço do nazismo, proliferavam os extremistas de esquerda e de direita, e nos dois casos o segredo era o padrão. Em abril de 1919, quando os anarquistas e comunistas

⁴⁰² ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 154

⁴⁰³ *Ibid.*, p. 35

dissidentes da socialdemocracia transformaram Munique na capital da “República Soviética da Bavária”, a partir da qual pretendiam deflagrar uma revolução na Europa, os dois lados se enfrentaram. Um dos grupos arregimentados para tentar enfrentar os comunistas era a *Thule-Gesellschaft* (Sociedade Thule), uma seita mística, pangermanista e antissemita, cujo símbolo era uma suástica. *Thule* era o nome dado a uma suposta ilha onde se realizaria o ideal da pureza ariana absoluta. A organização começou como *Studiengruppe für germanisches Altertum* (Grupo de Estudos para a Antiguidade Germânica), em 1918, e era um desdobramento da *Germanenorden* (Ordem Germânica), uma sociedade ultrasecreta que também adotava a suástica e reunia ocultistas alemães.

A Thule não só participou da organização do Deutsche Arbeiter-Partei (Partido Alemão dos Trabalhadores), que mais tarde seria transformado no Partido Nazista, como também forneceria ao Terceiro Reich alguns de seus principais líderes e ideólogos, como Rudolf Heß e Alfred Rosenberg.⁴⁰⁴ Não há registros confiáveis, apenas rumores, de que o próprio Hitler teria participado da Thule. Mas ele discutiu os limites e as vantagens das sociedades secretas no *Mein Kampf* (*Minha Luta*), o livro que resumiu suas ideias cerca de uma década antes de sua chegada ao poder. Para ele, essas sociedades só funcionam quando têm alguns poucos conspiradores, e não quando se forma um movimento de massa. “Não é possível, principalmente tendo-se em vista a loquacidade do povo alemão, fazer-se uma organização de certa extensão e, ao mesmo tempo, conservá-la secreta, ou mesmo disfarçar seus fins. Toda tentativa nesse sentido será de mil modos frustrada”, escreveu Hitler.⁴⁰⁵ E ele enfatizou:

O que nós precisávamos e ainda precisamos não é de cem ou duzentos audaciosos conspiradores, mas de cem mil e outros cem mil lutadores fanáticos de nossa doutrina. Não é em congregações secretas que se deve trabalhar, mas sim em imponentes manifestações populares; não é por meio de punhal, de veneno ou de pistola que se pode abrir caminho para o movimento, mas, unicamente, mediante a conquista da rua.

⁴⁰⁴ LARGE, David Clay. *Where Ghosts Walked: Munich's Road to the Third Reich*. Nova York: W. W. Norton and Company, 1997, p. 70

⁴⁰⁵ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 404

Devemos levar ao marxismo a convicção de que o futuro dono da rua é o nacional-socialismo, assim como, no futuro, ele será o senhor do Estado.⁴⁰⁶

Assim, ele era favorável a que os crimes e a violência fossem cometidos à luz do dia, sem nenhum mistério sobre os objetivos nazistas. Só depois da chegada ao poder é que Hitler passou a agir como “chefe de um bando de conspiradores”, mantendo em segredo tanto o objetivo do extermínio dos judeus quanto a instalação irreversível de um regime totalitário – embora ambas as metas tenham sido amplamente anunciadas nos anos 20.⁴⁰⁷ E foi somente depois do início da guerra que o regime nazista “tornou-se abertamente totalitário e abertamente criminoso”, diz Arendt.⁴⁰⁸ A força de determinadas instituições nazistas podia ser medida por sua visibilidade: quanto mais visível fosse, menor poder tinha, pois o poder real emanava do segredo. Assim, a organização do governo nazista respeitava certas características das sociedades secretas:

As sociedades secretas formam também hierarquias de acordo com o grau de ‘iniciação’, regulam a vida dos seus membros segundo um pressuposto secreto e fictício que faz com que cada coisa pareça ser outra coisa diferente, adotam uma estratégia de mentiras coerentes para iludir as massas de fora, não iniciadas; exigem obediência irrestrita dos seus membros, que são mantidos coesos pela fidelidade a um líder frequentemente desconhecido e sempre misterioso, rodeado, ou supostamente rodeado, por um pequeno círculo de iniciados; e estes, por sua vez, são rodeados por semi-iniciados que constituem uma espécie de “amortecedor” contra o mundo profano e hostil.⁴⁰⁹

A despeito da ênfase no segredo, não se pode exagerar o papel do misticismo na formação do nazismo, como faz a literatura popular sobre o Terceiro Reich, embora se saiba que Hitler, como boa parte dos alemães e

⁴⁰⁶ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 404

⁴⁰⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 426

⁴⁰⁸ Idem. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 82

⁴⁰⁹ Ibid., p. 426

austríacos, era consumidor de publicações sobre esse tema. Do ponto de vista da História, é mais interessante buscar as raízes comuns da ideologia que permeava, com maior ou menor intensidade, todos esses movimentos ocultistas ou secretos que acabaram por ajudar a criar o repertório retórico favorável ao nazismo. Trata-se da ideologia *völkisch*, já abordada neste trabalho, mas que agora será observada em detalhe.

Quando Hitler entrou para o partido que mais tarde se transformaria no Partido Nazista, havia mais de 70 grupos inspirados na ideologia *völkisch*.⁴¹⁰ Suas formulações, que ocupavam um lugar apenas marginal no pensamento alemão quando se tratava de enfrentar os problemas concretos do país, acabaram em pouco tempo por se tornar a solução normativa para aquela época de crise. O Pangermanismo, poderoso movimento nacionalista de inspiração imperialista, que incluiu pensadores como Max Weber⁴¹¹ e políticos como Gustav Stresemann⁴¹² e desempenhou papel central no nacionalismo alemão, era essencialmente *völkisch* e pôde disseminar livremente essa ideologia até pelo menos 1939, quando estourou a Segunda Guerra Mundial.

Os radicais *völkisch* nascidos no início do século XX e que liderariam a máquina administrativa nazista, como Eichmann, Goebbels e Himmler, diferenciavam-se dos conservadores em geral por sua certeza categórica, seu espírito marcial e sua prontidão permanente para a guerra. Era uma geração que não aceitava negociar condições. Nesse conjunto ideológico, a “verdade” e a “essência” da Natureza deveriam ser encontradas para além das aparências. Os ideólogos *völkisch* não elaboravam suas ideias em função do real – muito pelo contrário: eram herdeiros de uma longa tradição filosófica de abstração idealista. A realidade “real” passou a ser encontrada não no mundo do indivíduo, mas numa “identidade universal”.

⁴¹⁰ BROSZAT, Martin. *German National Socialism, 1919-1945*. Santa Barbara: Clio Press, 1966, p. 34

⁴¹¹ Max Weber (1864-1920) é considerado um dos fundadores da Sociologia. Sua obra mais conhecida é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904).

⁴¹² Gustav Stresemann (1878-1929) foi chanceler da Alemanha e ganhou o Nobel da Paz de 1926 pela sua liderança na costura dos Tratados de Locarno, em que a Alemanha se comprometia a garantir a estabilidade europeia após a Primeira Guerra Mundial.

Como já foi dito, a “intuição” é, portanto, essencial na ideologia *völkisch*, que alimentou o nazismo. Eugen Diederichs, um respeitado editor que publicou os primeiros trabalhos do romancista Hermann Hesse – cuja marca era a preocupação com o autoconhecimento e a espiritualidade –, foi o primeiro a formular essa ideia concretamente como um movimento: o “Novo Romantismo”. A ideia de revitalização da Alemanha, apontou Diederichs, passava pela ideologia, e não pela organização política. Segundo ele, os resultados positivos viriam somente se os alemães adotassem uma visão de mundo emocional e irracional. É o que se pode chamar de “idealismo dos fatos”.⁴¹³ Na mesma linha, o austríaco Guido von List, um dos maiores expoentes do ocultismo que alimentou a ideologia *völkisch*, considerava a história algo “intuitivo”.⁴¹⁴

A base da ideologia *völkisch* incluía nacionalismo extremo; noções místicas de uma ordem social germânica unitária, baseada na disciplina, na harmonia e na hierarquia; darwinismo social; expansão imperialista para o Leste a fim de garantir a sobrevivência nacional; pureza racial; e erradicação do arqui-inimigo da germanidade, isto é, o “espírito da judiaria”.

Em relação ao nacionalismo, o fenômeno se deu primeiro como reação à suposta imposição de valores externos – e nesse aspecto a memória das campanhas militares de Napoleão (1799-1815) e do espectro liberalizante e modernizante que ela embutia desempenhou um papel-chave, porque, em sua visão, invocava o momento de humilhação e de submissão do espírito germânico profundo ante os incendiários franceses e sua plataforma de ruptura revolucionária. Mas o nacionalismo *völkisch* é notavelmente peculiar, porque só considerava de seu interesse aquilo que estava na “paisagem”, isto é, que podia ser visto apenas da perspectiva local. Para entender o mundo e atingir a unidade com o cosmos, é preciso ter raízes – terra e *Volk* seriam, portanto, uma só coisa.

O elo da alma com o ambiente que a cerca é central no pensamento *völkisch*. Assim, por exemplo, o judeu é visto como “árido” e sem criatividade porque veio do deserto; já os alemães são “profundos” e “misteriosos”, porque

⁴¹³ MOSSE, George. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 55

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 73, 74

vieram da floresta.⁴¹⁵ Nesse sistema de pensamento, o vínculo do indivíduo é com a “natureza”, mas não toda a natureza, e sim somente aquela que diz respeito a sua *Volk*, isto é, a seus absolutamente iguais. Portanto, a “individualidade” estava garantida, já que a subordinação do indivíduo não era em relação a outros indivíduos ou mesmo a um governo, mas a algo que era a própria condição da existência e que tornava esse indivíduo “único” ante o “estrangeiro”, aquele que não fazia parte da *Volk*. Por essa razão era impossível, por definição, renunciar à *Volk* ou permitir que um “estrangeiro” integrasse a *Volk*, já que ser da *Volk* não era um ato de vontade, mas um destino, uma condição da Natureza. É, portanto, um nacionalismo em grau jamais visto na Europa até então e que não se repetiu, na dimensão experimentada pela Alemanha, nos anos subsequentes em nenhum lugar do mundo.

Tratava-se de um nacionalismo essencialmente agressivo, em geral disseminado entre aqueles frustrados com os resultados da Unificação da Alemanha, em 1871. Para eles, a situação política criou uma “civilização” artificial que buscava somente os ganhos materiais da Revolução Industrial, contrária à “cultura” alemã, esta sim, a verdadeira e atemporal guardiã da alma germânica. Em vez de enfrentar os problemas da industrialização, a ideologia *völkisch* estimulava uma “nostalgia rural” e uma ideia romântica segundo a qual a História providencia uma explicação para o desenvolvimento do homem – desenvolvimento que deve ser entendido como o processo que levou à consolidação da *Volk* como entidade vital no mundo. Nessa perspectiva, a reação antinacionalista germânica que Napoleão e, posteriormente, o Congresso de Viena⁴¹⁶ representavam era apenas um obstáculo temporário, segundo a visão *völkisch*, porque a *Volk* simplesmente não podia ser subjugada. A possibilidade de autorrealização dos integrantes da *Volk* era um dado da natureza, porque eles se viam como parte do processo criativo de uma força vital superior.

⁴¹⁵ MOSSE, George. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 4 e 5

⁴¹⁶ O Congresso de Viena (1814-1815) representou a restauração do absolutismo do Antigo Regime após a derrota de Napoleão, sufocando o nascente nacionalismo deflagrado pela Revolução Francesa.

A ideia da fusão entre o homem e sua paisagem nativa foi elaborada por Wilhelm Heinrich Riehl, um dos principais pensadores *völkisch*. Em sua obra mais importante, *Land und Leute (Terra e Povo, 1857-1863)*, ele diz que só a natureza é genuína, porque está repleta tanto de força quanto de significado histórico para a *Volk*. O progresso, fruto do trabalho artificial do homem, destrói o significado ordenado da natureza e, dessa forma, rouba tanto do indivíduo quanto da *Volk* seu poder regenerativo. O aspecto “genuíno” da cultura *völkisch* é, nessa perspectiva, ameaçado pela modernidade, cujas “teorias sociais destrutivas (*die auflösenden modernen Gesellschaftstheorien*) têm penetração mais fácil agora”.⁴¹⁷

Na visão de Riehl, a artificialidade dos avanços burgueses afronta a “diferença natural” entre estados sociais, razão pela qual era desejável resgatar a hierarquia medieval, na qual cada um nascia com seu status pré-determinado e inalterável.⁴¹⁸ Lagarde celebrava a Idade Média como o período em que “tudo era aprendido sob a guia dos mestres”.⁴¹⁹ Langbehn é taxativo: “Igualdade é morte. Hierarquia é vida” (*Gleichheit ist Tod. Gliederung ist Leben*).⁴²⁰ Em *Die Bürgliche Gesellschaft (A Sociedade Burguesa, 1854)*, Riehl acusa os burgueses de terem sido o elemento desestruturador das classes “genuínas”, perturbando antigos costumes e a própria historicidade da *Volk*. Burgueses, em sua visão, não tinham conexão com a Natureza. Os únicos burgueses aceitos são os das antigas famílias de mercadores, com raízes medievais, assim integradas na harmonia e na “genuinidade” da *Volk*.

O problema dessa “ordem” defendida por Riehl era como encaixar a nova classe social, o proletariado, surgida com a Revolução Industrial e igualmente desligada da Natureza. A solução ideológica foi conferir-lhes o caráter de “autenticidade”, em razão de seu suposto perfil homogêneo, cooperativo e unitário, não como previam os comunistas, mas “como uma família patriarcal” (*als eine patriarchalische Familie*), justamente como as guildas medievais.⁴²¹

⁴¹⁷ RIEHL, Wilhelm Heinrich. *Land und Leute*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1861, p. 69

⁴¹⁸ Idem, p. 71

⁴¹⁹ LAGARDE, Paul. *Deutsche Schriften*. Goettingen: Dieterichsche verlagsbuchhandlung, 1878, p. 11

⁴²⁰ LANGBEHN, Julius. *Rembrandt als Erzieher*. Leipzig: C.L. Hirschfeld, 1891, p. 153

⁴²¹ RIEHL, Wilhelm Heinrich. *Die Bürgliche Gesellschaft*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1861, p. 349

Assim, Riehl e outros pensadores *völkisch* viam os proletários como artesãos em potencial e, portanto, como candidatos a integrar a *Volk* – com a vantagem de acabar com a chamada alienação do trabalhador em relação ao resultado do processo produtivo, problema que está na base da luta de classes, tão temida pelos conservadores. Na visão *völkisch*, bastava dar aos trabalhadores um pedaço de terra para que o contato com a Natureza fosse retomado e que as angústias proletárias cessassem.

Sem esse elemento, isto é, a terra, o proletário não poderia ser bem-vindo à *Volk*, porque, graças à sua origem urbana, faltavam-lhe raízes. Mais do que isso: Riehl previa uma união entre burgueses e proletários, ambos “urbanos” e “internacionais”, para governar o mundo e destruir o espírito da *Volk*, falsificando a cultura germânica.⁴²² Não surpreende que a ideologia *völkisch* tenha tido penetração apenas marginal entre os trabalhadores da indústria, alinhados aos socialdemocratas e aos comunistas.⁴²³

Como a questão da terra era vital para os ideólogos *völkisch*, e tudo o que fosse supostamente internacional, ou cosmopolita, era visto como uma ameaça à genuína tradição alemã, o judeu aparece como um elemento nocivo justamente porque era, por definição, o símbolo do errante. Em pouco tempo, o antissemitismo, que era um traço apenas lateral na ideologia *völkisch*, se tornaria essencial nessa forma de pensamento, dando musculatura ao discurso ultranacionalista antiocidental, ao questionamento das barreiras morais impostas pela tradição judaico-cristã e, por extensão, à noção de que os judeus eram a “desgraça” da Alemanha, como os nazistas repetiriam sem cessar.

Vários romances camponeses de extração *völkisch* descrevem o judeu como o algoz que vem da cidade para lhes privar de sua riqueza e sua terra – cortando, assim, o elo sagrado do camponês com a Natureza. O judeu era odiado no universo rural porque era dele que dependiam os agricultores que haviam

⁴²² RIEHL, Wilhelm Heinrich. *Land und Leute*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1861, p. 97 e 98

⁴²³ MOSSE, George L. Op. cit., p. 262

perdido sua safra e precisavam de dinheiro emprestado, dando a terra como garantia.⁴²⁴ A literatura traduziu fartamente essa hostilidade ao judeu.

No livro *Der Büttnerbauer (O Camponês)*, de Wilhelm von Polenz (1895), um camponês se endivida com um judeu que lhe toma a terra e a vende a um industrial, que nela constrói uma fábrica. “Ele se arrependeu de ter deixado o judeu entrar. A nova vizinhança (*a fábrica*) era uma abominação (*ein Greuel*)”⁴²⁵, escreve Polenz, autor que era lido por Hitler.⁴²⁶ O herói do livro morre enforcado, com os olhos vidrados na terra, onde estão “seu corpo e sua alma”.⁴²⁷ Esse ambiente explica por que o primeiro movimento alemão a assumir o antissemitismo inclusive no nome, o Antisemitische Volkspartei (Partido Popular Antissemita), fundado em 1889, surgiu na região agrária de Hesse (centro-oeste do país). Seu líder era Otto Böckel, um estudioso do folclore alemão que abraçou a causa dos camponeses que, em sua visão, estavam sendo explorados pelos agiotas judeus. Para dar força a suas pretensões políticas, Böckel criou o Mitteldeutscher Bauernverein (Associação Central dos Agricultores Alemães), que chegou a reunir 15 mil membros e a ter 400 sedes espalhadas pela Alemanha, com o objetivo de criar um sistema de mercado agrícola “livre de judeus”.⁴²⁸

O termo “enraizado”, portanto, é comum nesse sistema de pensamento, em contraste com o “desenraizamento” do mundo urbano. O “estrangeiro”, aquele que “não tem raízes”, era visto como desprovido de força vital e, assim, sem uma alma que funcionasse adequadamente. Cerca de 40 anos antes do marco político da unificação, fraternidades universitárias, como a estabelecida por um professor chamado Friedrich Ludwig Jahn na Universidade de Berlim, já encorajavam jovens a preparar o corpo para a luta pela manutenção da “cultura alemã” contra esse “estrangeiro”. Jahn é tido, justamente, como o criador da ginástica como atividade esportiva, inspirado por uma visão segundo a qual os alemães se redimiriam das humilhações impostas por Napoleão se se

⁴²⁴ MOSSE, George. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 27

⁴²⁵ POLENZ, Wilhelm von. *Der Büttnerbauer*. Hamburgo: tredition, s/d, p.366

⁴²⁶ MOSSE, George. Op. cit., p. 27

⁴²⁷ POLENZ, Wilhelm von. Op. cit., p. 378

⁴²⁸ LEVY, Richard S. (ed.) *Antisemitism – A Historical Encyclopedia of Prejudice and Persecution – Volume 1*. Santa Barbara (Califórnia): ABC-CLIO, 2005, p. 75 e 76

dedicassem a aprimorar o físico e fortalecer a moral. Movida por esse espírito regenerador, foi a fraternidade de Jahn que promoveu a queima de livros “não-germânicos” em 1817, já citada neste neste trabalho.

Quem adere a esse pensamento é a pequena burguesia esmagada e degradada à condição proletária depois da unificação. Não se trata de pobres, mas de alemães que querem se manter agarrados a seu status burguês. Eles não estão nem um pouco interessados numa revolução social, mas não estão satisfeitos com a deterioração de sua situação. Daí que a “revolução espiritual” é a resposta: muda tudo sem alterar a estrutura social. Para isso é preciso combater o “inimigo interno”, aquele que contamina a alma alemã, isto é, o judeu, de modo que a revolução *völkisch* se torna sobretudo uma revolução antijudaica. Em 1918, com a fundação do Deutschenationale Volkspartei (Partido Popular Nacional Alemão), cuja liderança não era especialmente antissemita, essa ideologia institucionalizou o antissemitismo como arma política em larga escala. Lagarde, talvez o principal ideólogo *völkisch*, qualificou essa luta como sendo de vida ou morte, perspectiva que permearia todo o discurso nazista.

Ao longo do *Mein Kampf*, Hitler deixa claro que não há diferença entre a ideologia nazista e a *völkisch*, embora os dois movimentos tenham se repellido mutuamente em quase toda a trajetória da ascensão do nazismo. A esse propósito, aliás, Arendt alerta que “o nazismo começa sem nenhuma base na tradição, e seria melhor perceber o perigo dessa negação radical de qualquer tradição, que foi desde o começo o principal traço do nazismo”.⁴²⁹ Ela considera que todos os intelectuais que procuraram interpretar o nazismo de acordo com os marcos eruditos disponíveis na época foram meros brinquedos nas mãos dos nazistas e que o “grande playground da história” era o melhor esconderijo para seus propósitos genocidas. Feita essa importante ressalva, pode-se considerar que a própria noção de um socialismo “nacional”, que seria apreendida por Hitler em seu partido, foi certamente inspirada na ideologia *völkisch* – seu formulador foi Otto Böckel, que, como já vimos, elevou o judeu à condição de inimigo político mortal.

⁴²⁹ ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 137

O alvo do nacional-socialismo de Böckel era justamente o capitalismo “judeu”, visto como o núcleo a partir do qual se configurou a “traição” aos alemães na Primeira Guerra. Não é surpreendente que os nazistas tenham erguido em Marburg um museu em sua memória. Nada do que o nazismo produziu, em especial a aniquilação das tradições morais, pode ser entendido fora desse modelo ideológico que o antecedeu.

A percepção bastante difundida na direita alemã e na classe média de que o país havia sido traído na Primeira Guerra Mundial é um dos pilares ideológicos da moral nazista. Criou-se o mito de que a Alemanha não fora derrotada e alimentou-se a fantasia de que o país, na verdade, havia sido “esfaqueado pelas costas” por um “inimigo interno”, o que justificaria toda sorte de arbitrariedades e violência.

A sensação de que o país entregara-se graças à tibieza de um bando de arrivistas poderia ter sido atenuada se os humilhantes termos da rendição na guerra, traduzidos no Tratado de Versalhes, tivessem sido assinados por alguém da liderança militar, já que a rendição havia sido recomendada por esses comandantes. Mas isso não ocorreu, graças a uma manobra do marechal Hindenburg, o chefe das Forças Armadas da Alemanha, que assim transferiu todo o ônus para as autoridades civis que representavam a república. Hitler usaria essa noção de traição interna infinitas vezes para conseguir coesão no Partido Nazista.

Para efeitos ideológicos e de propaganda, pouco importava que a rendição alemã – que para Hitler serviu para que “um punhado de miseráveis criminosos pudesse pôr a mão sobre a Pátria”⁴³⁰ – não tivesse sido de fato uma punhalada pelas costas, como a direita queria fazer crer, pois, afinal, a revolução que acabou com a monarquia na Alemanha não fora causada por simpatizantes bolcheviques, e sim pelo crescente descontentamento popular com os rumos do país. O que importava era usar essa acusação para dar sentido à sua plataforma ideológica destrutiva.

⁴³⁰ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 153

O símbolo artístico mais importante usado para retratar a ideia de traição invocada pelos nazistas é a ópera *O Crepúsculo dos Deuses* (*Götterdämmerung*, 1848), de Wagner. Na obra, o herói Siegfried é traído pelo ardiloso Hagen, que a todos manipula. A valquíria Brünnhilde, com sua mágica, protegeu o amado Siegfried de todo o mal, menos suas costas, pois, por ser destemido, ele jamais daria as costas a seus agressores – isto é, jamais fugiria da luta. No clímax da obra, sentindo-se enganada por Siegfried, vítima que era do complô urdido por Hagen, Brünnhilde orienta o algoz a atacá-lo pelas costas, e é isso o que ele faz. O inimigo estava ao lado do herói, sem que ele nem sequer desconfiasse. Nas mãos dos nazistas, essa parábola indicava que era preciso desconfiar até daqueles que eram familiares – e não demorou que, sob o novo regime, até mesmo pais e filhos passassem a viver sob desconfiança mútua.

A doutrinação da Juventude Hitlerista a respeito do “inimigo interno” transformou os jovens em “espiões” dentro de casa, como atesta um ex-militar a respeito do filho, no caso de rapazes cujos pais eram ou socialdemocratas ou militares veteranos. Um desses oficiais desabafou, a respeito do filho: “O garoto está completamente alienado de nós. Como velho soldado sou contra qualquer guerra, e esse garoto está simplesmente maluco por uma guerra, e nada mais. É terrível, às vezes eu sinto que o menino é um espião dentro da família”.⁴³¹

O inimigo, portanto, não era real, mas criado como ideia. Essa tensão não foi uma invenção dos nazistas – na República de Weimar, era um sentimento bastante difundido. No já citado filme *M - Eine Stadt sucht einen Mörder*, de 1931, Fritz Lang explorou tal confronto imaginário, na cena de uma roda de meninos em que eles citam um homem que retalha crianças, como se fosse o Bicho-Papão – um ser que só existe na fantasia infantil. É a alegoria de uma Alemanha inocente à mercê de monstros impiedosos, que os nazistas explorariam à exaustão.

Assim, de acordo com esse caldo ideológico, tudo o que acontecia de ruim na Alemanha, todas as tragédias e todos os problemas, resultavam dessa conspiração. Hitler, por exemplo, atribuiu à fraqueza da democracia, do parlamentarismo e do internacionalismo, orquestrados pelos judeus, a situação

⁴³¹ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 279

que permitiu aos franceses reocuparem a região do Ruhr, em janeiro de 1923. O inimigo, em sua visão, não eram os franceses, mas os socialdemocratas, que estavam no poder na Alemanha.⁴³² Esse padrão de discurso se repetiria até o dia da morte de Hitler.

Foi com base nesse raciocínio que o aparato policial nazista atuou – em segredo, nas sombras, mesmo dentro do Partido Nazista. A SS, transformada em polícia do Estado, emergiu como o instrumento para a realização da “visão de mundo” (*Weltanschauung*) de Hitler, mesmo que fosse necessário cortar na própria carne, como no expurgo da Noite dos Longos Punhais. Mas eram os judeus e os comunistas os alvos primordiais desse Estado policial que se estava arquitetando.

A luta contra os judeus sempre esteve no horizonte de Hitler. No *Mein Kampf*, ele afirma, sem meias palavras, que teria exterminado milhares de judeus para, segundo sua lógica, salvar os soldados alemães no front da Primeira Guerra – conflito que, em sua visão, só acontecia por causa dos judeus e que só a eles era útil:

Se, no começo e durante a guerra, tivéssemos submetido à prova de gases asfixiantes uns doze ou quinze mil desses judeus, desses corruptores de povos, prova a que, nos campos de batalha, se submeteram centenas de milhares dos nossos melhores operários alemães de todas as categorias, não se teria visto o sacrifício de milhões de nossos compatriotas das linhas de frente. A eliminação de doze mil patifes, no momento oportuno, teria talvez influído sobre a vida de um milhão de homens honestos que muito úteis poderiam ser à nação no futuro”.⁴³³

Hitler completa seu raciocínio dizendo que os judeus, esses “traidores, ladrões, usurários e mentirosos”, foram poupados porque os “estadistas burgueses” não tinham estômago para fazer o que era necessário, isto é, aniquilá-los. A solução hitleriana é extrema, mas a percepção de que os judeus “lucravam” com a crise alemã era voz corrente. Karl Lueger, o prefeito de Viena

⁴³² KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 192

⁴³³ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 503

que teve grande influência sobre o jovem Hitler, dizia que os judeus “exerciam um terrorismo, pior do que possa ser imaginado” contra as massas, por meio do controle do capital e da imprensa. Ele dizia que os lobos, leopardos e tigres eram mais humanos que os judeus, “essas bestas em forma humana”.⁴³⁴

O alemão médio não se considerava particularmente antissemita, mas tinha disposição para acreditar nas mentiras que se contavam sobre a alegada conspiração judaica – que falavam, por exemplo, sobre a suposta origem judaica do então presidente americano, Franklin Roosevelt, sobre como os banqueiros judeus exploravam os endividados camponeses alemães e sobre como os comunistas judeus planejavam destruir a Alemanha, entre outras invenções.⁴³⁵

Um dos principais formuladores de teorias sobre a conspiração judaica para uso do movimento nazista foi Alfred Rosenberg. Autor de obras tão confusas quanto pretensiosas, ele dizia acreditar que só não o compreendia quem era incapaz de “acompanhar uma tendência filosófica de pensamento, que para o homem comum é profunda demais”.⁴³⁶ Apesar disso, foi Rosenberg, um estoniano fortemente influenciado pelo antissemitismo do Leste Europeu, quem deu vida, no campo daquilo que ele chamou de “filosofia”, à ideia de que o judaísmo e o bolchevismo eram uma coisa só.

A base dessa formulação eram os *Protocolos dos Sábios de Sião*, uma fraude publicada na Rússia em 1905 para imputar aos judeus um plano secreto para dominar o mundo. Trata-se de um texto importante obviamente não por seu valor de face, porque é um comprovado embuste, mas pelo fato de que serviu de modelo para os nazistas em sua revolução moral. Mesmo tendo sua falsidade atestada na própria Alemanha, em primeiro lugar pelo jornal *Frankfurter Zeitung*, o texto ganhou diversas edições no país, no resto da Europa e até na Ásia, disseminando a ideia segundo a qual os judeus eram mentirosos contumazes e inescrupulosos, em busca de seus inconfessáveis objetivos, explorando povos como parasitas. Para Hitler, os *Protocolos* eram

⁴³⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 35

⁴³⁵ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 219

⁴³⁶ GOLDENSOHN, Leon. *As Entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 245

importantes não porque fossem ou não autênticos – algo que para ele era uma questão irrelevante –, mas pelo fato de revelar, em detalhe, a trama judaica na qual ele acreditava com todas as suas forças, e cujos detalhes lhe seriam muito úteis na formulação das estratégias de tomada do poder e de transformação da sociedade em escala global:

Os Protocolos dos Sábios de Sião, tão detestados pelos judeus, mostram, de uma maneira incomparável, a que ponto a existência desse povo é baseada em uma mentira ininterrupta. “Tudo isso é falsificado”, geme sempre de novo o *Frankfurter Zeitung*, o que constitui mais uma prova de que tudo é verdade. Tudo o que muitos judeus talvez façam inconscientemente, acha-se aqui claramente desvendado. Mas o ponto capital é que não importa absolutamente saber que do cérebro judeu provém tais revelações. O ponto decisivo é a maneira pela qual essas revelações tornam patentes, com uma segurança impressionante, a natureza e a atividade do povo judeu nas suas relações íntimas, assim como suas finalidades. A melhor crítica desses escritos é fornecida entretanto pela realidade, quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma do livro logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que o mesmo for conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do judaísmo.⁴³⁷

O que interessava a Hitler era demonstrar que os *Protocolos* provavam que era possível a uma nação – no caso, os judeus – dominar o mundo, de modo que, se os alemães reagissem a tempo, destruindo os judeus, seriam eles os dominadores, já que eram “superiores” por definição, e seriam, daí em diante, capazes de estabelecer uma nova lei que fosse válida em todo o planeta, isto é, uma nova moral universal.

O plano de dominação judaica “revelado” pelos *Protocolos* era secreto e baseado em mentiras e conspirações, o que obviamente era o que encantava a massa – sempre disposta a acreditar não em seus olhos, mas na “lógica” de uma ideia. “Quem, ou o que, pode derrotar um poder invisível?”, questionam os

⁴³⁷ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 228

Protocolos, lançando o grande desafio que os nazistas assumiram: o de combater os judeus e os comunistas nos subterrâneos.⁴³⁸

Os *Protocolos* poderiam ser denunciados à exaustão porque jamais perderiam seu poder de sedução para aqueles que estavam dispostos a crer nas lutas invisíveis, de vida ou morte, bem longe da realidade. A edição inglesa de 1920, usada como fonte nesta pesquisa, tem uma nota introdutória que enfatiza justamente o que ela qualifica de “fortes profecias” contidas no texto – ou seja, os *Protocolos* não dizem respeito a algo que aconteceu, mas a algo que está acontecendo, no exato instante em que são lidos, “em todo o mundo”.⁴³⁹

Para os que já têm predisposição a ver os judeus com desconfiança, a realidade, prenhe de conflitos, miséria, instabilidade, guerras, injustiças e hegemonia do capital financeiro, acaba servindo como “prova” de que a “profecia” contida nos *Protocolos* está se realizando. Isso explica sua contínua reedição até os dias de hoje, em todas as partes do mundo, e explica também, para os propósitos deste trabalho, que Hitler – ele mesmo um autêntico representante da ralé deslocada da respeitável sociedade burguesa – o tenha adotado como uma espécie de plano de trabalho para o triunfo totalitário do nazismo e mesmo para a administração da Alemanha já sob o Terceiro Reich. Pois os *Protocolos*, a certa altura, estabelecem que, em sociedades onde a corrupção “penetrou em todo lugar”, em que a riqueza só é obtida por “meios fraudulentos” e nas quais o “dissenso prevalece” e a moralidade só existe se for “imposta por meio de leis e punições duras”, a única forma de governo possível é a despótica.⁴⁴⁰ Uma vez estabelecido esse governo, o problema era como fazer o público “perder seu poder de raciocinar, o que cria oposição”, uma preocupação central de Hitler e dos demais ideólogos do nazismo.⁴⁴¹

Assim, a propaganda nazista explorou ao máximo a senda aberta pelos *Protocolos*, opondo, por contraste absoluto, o ariano ao judeu na luta de vida ou morte a ser travada no mundo da mentira e do engodo. Conforme explica Arendt:

⁴³⁸ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 16

⁴³⁹ *Ibid.*, sem página.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 18

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 20 e 47

Os *Protocolos* apresentavam a conquista mundial como uma possibilidade prática, insinuavam que tudo era apenas uma questão de know-how inspirado ou astuto, e que o único obstáculo à vitória alemã sobre o mundo inteiro era um povo sabidamente pequeno, os judeus, que dominava sem possuir instrumentos de violência – um adversário fácil, portanto, uma vez que se desvendasse o seu segredo e se emulasse o seu método em maior escala.⁴⁴²

Em diversas passagens dos *Protocolos* é possível observar as correspondências ideológicas que os nazistas deles extrairiam com vivo interesse. A renúncia deliberada ao intelecto e a opção pela violência como mecanismo de governo, por exemplo, estão logo no início do texto, quando os conspiradores dizem que

[...] as pessoas com instintos corruptos são mais numerosas que aquelas com instintos nobres. Assim, obtêm-se os melhores resultados ao governar o mundo por meio da violência e da intimidação, e não por meio de discussões acadêmicas. ⁴⁴³

Os conspiradores fictícios dos *Protocolos*, assim como os nazistas, consideram ainda que “o direito reside na força”.⁴⁴⁴ A liberdade, segundo o texto, “é o direito de fazer aquilo que é permitido por lei” e, como quem define a lei são os “sábios de Sião”, só seriam aprovadas leis que permitissem o que lhes fosse “desejável”.⁴⁴⁵ Em tom semelhante, Hitler anunciou aos alemães, em março de 1933, que o conceito de igualdade perante a lei não deveria ser usado para tolerar aqueles que “comprometem a liberdade da nação de acordo com doutrinas democráticas” e que só teriam a garantia da proteção legal “aqueles

⁴⁴² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 409

⁴⁴³ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 1

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 1

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 39

que, ao formar a vanguarda da *Volk* contra o perigo, apoiam os interesses nacionais e não se negam a ajudar o governo”.⁴⁴⁶

Para os judeus retratados nos *Protocolos*, não é imoral usar contra o “inimigo interno” as mesmas armas que são usadas contra o inimigo externo, isto é, “fazer planos secretos de defesa, atacá-lo à noite ou com forças superiores”, de modo que a mentira e a força eram armas legítimas contra quem eventualmente se interpusesse no caminho da revolução.⁴⁴⁷ No regime totalitário, diz Arendt, a mentira oficial, uma vez contada, tem de ser sustentada até o fim, porque ela passa a fazer parte da própria estrutura de poder e, portanto, não pode ser desmascarada, sob risco de arruinar essa estrutura. O caso da “conspiração judaica” é uma dessas mentiras essenciais, sem as quais o nazismo não sobreviveria.⁴⁴⁸

Dessa maneira, conforme os *Protocolos*, “os fins justificam os meios”,⁴⁴⁹ e “o mal é apenas um meio de chegar ao bem, de modo que não se deve deixar de aceitar a corrupção, o engodo e a traição, se isso servir para a consecução da causa”.⁴⁵⁰ “Por que seria imoral para um Estado”, perguntam os *Protocolos*, “usar esses meios contra aquele que arruína as fundações e o bem-estar de sua vida?”⁴⁵¹ Era a questão moral que o nazismo colocava amiúde em seus discursos e na prática, justamente para denunciar e combater a alardeada conspiração judaica.

A guerra contra os judeus só podia ser uma guerra de extermínio, como Hitler deixou claro em várias ocasiões, mas havia também a necessidade de ser implacável com quem quer que fosse, sempre com objetivos inadiáveis, razão pela qual os próprios alemães padeceram desse despreço sistemático pela vida por parte do seu Führer. Em agosto de 1941, numa conversa informal, Hitler daria um exemplo de como a vida dos cidadãos da Alemanha era apenas um instrumento estatístico para atingir determinados fins:

⁴⁴⁶ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 278

⁴⁴⁷ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 2

⁴⁴⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 412

⁴⁴⁹ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 4

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 6

⁴⁵¹ *Ibid.*, p. 2

Pelo bem do povo alemão, seria desejável que houvesse uma guerra a cada 15 ou 20 anos. [...] Se eu fosse criticado por ter sacrificado 200 mil homens por causa da guerra, eu responderia que, graças ao que eu fiz, a Alemanha ganhou, até o presente, mais de 2,5 milhões de seres humanos. Se eu exigisse um décimo disso como sacrifício, ainda assim eu teria dado 90%. Espero que em dez anos haja de dez a quinze milhões de alemães a mais no mundo. Se forem homens ou mulheres, não importa: estou criando condições favoráveis ao crescimento [populacional]. [...] A vida é horrível. Ao ser, existir e morrer, haverá sempre uma morte. Tudo o que nasce deve morrer, seja por causa de doenças, acidentes ou guerras, dá no mesmo.⁴⁵²

A retórica de Hitler, embora não se possa obviamente estabelecer uma relação direta, estava contida nos *Protocolos*, como demonstra o seguinte trecho:

Como eram visionários os nossos sábios, que nos disseram que, para conquistar um grande e real objetivo, não devemos nos preocupar com os meios nem contar o número de vítimas que devem ser sacrificadas em nome dessa causa! [...] Todo homem inevitavelmente morre.⁴⁵³

As correspondências ideológicas entre o nazismo e os *Protocolos* no que diz respeito à moral prosseguem. Os *Protocolos*, por exemplo, defendem que as decisões que são injustas ou exageradas devem ser revestidas de caráter legal, para que elas “pareçam à população que respeitam a mais elevada moral e que são justas”.⁴⁵⁴ As leis do nazismo, muitas delas retroativas para justificar seus crimes, respeitam a lição contida nessa passagem. Ainda a propósito dos aspectos legais do futuro regime projetado pelos “sábios de Sião”, os *Protocolos* enfatizam que é necessário reduzir o poder de advogados e de promotores de

⁴⁵² TREVOR-HOPER, H.R. (org.) *Hitler's Table Talk*. Nova York: Enigma Books, 2000, p. 24

⁴⁵³ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 54

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 25

Justiça e encurtar os julgamentos, tornando-os sumários, uma sugestão que o sistema jurídico nazista seguiria ao pé da letra.⁴⁵⁵

O projeto nazista de destruição do arcabouço jurídico alemão herdado da República de Weimar, tão profundo que está na base da revolução moral empreendida no Terceiro Reich, parece ter saído de um trecho dos *Protocolos* segundo o qual,

[...] num Estado desorganizado, [...] toma-se uma linha de ataque com a qual se faz uso do direito conferido pela força para destruir as leis e regulamentos existentes, reorganizar as instituições e assim instaurar uma ditadura, que governará aqueles que, de livre e espontânea vontade, renunciaram a seu poder e o darão a nós.⁴⁵⁶

Os *Protocolos* ensinam também que é preciso estimular o uso da democracia para “obter a maioria absoluta”, a partir da qual os “sábios de Sião” exerceriam a tirania.⁴⁵⁷ A aposta dos nazistas na disputa democrática, nos estertores da República de Weimar, mostra que a tentativa de legitimação de um movimento tão marcadamente antidemocrático se justifica por meio da mesma lógica defendida nesse livro apócrifo. Tal como pregavam abertamente os nazistas, os *Protocolos* enfatizam a necessidade de acabar com a liberdade, de “arrancar” esse verbete “do dicionário humano”, porque se trata de algo que confronta o poder da Natureza e de Deus e que transforma a população em “bestas sedentas de sangue”.⁴⁵⁸ Em meio ao caos, diz o texto, o povo pedirá que os governantes constitucionais sejam depostos e, em seu lugar, assumam “um líder mundial, que possa unificar e destruir todas as causas do dissenso, como as fronteiras, as nacionalidades, as religiões, as dívidas do Estado etc..., um líder que nos dê paz e descanso” – a paz e o descanso tão desejados pela classe média

⁴⁵⁵ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 64

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 4

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 31

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 16

alemã que apoiou o nazismo.⁴⁵⁹ A vigilância de tal sociedade seria feita por meio da delação dos cidadãos, como se fosse “um dever”.⁴⁶⁰

Em 1923, Rosenberg publicou a sua versão desse texto, *Os Protocolos dos Sábios de Sião e a Política Mundial Judaica*, ajudando a disseminar na Alemanha a tese da conspiração. O fato de serem falsos obviamente não era importante. Em 1946, quando era julgado no Tribunal de Nuremberg, Rosenberg ainda sustentava que os *Protocolos* eram essencialmente verdadeiros. Questionado sobre a autenticidade da obra, ele disse que isso era um “segredo obscuro que talvez jamais viesse a ser esclarecido” e que não importava que não fossem, afinal, reais.⁴⁶¹

Foi com esse espírito que os nazistas começaram a formular a tese segundo a qual uma guerra mundial ocorreria como uma necessidade para enfrentar a “conspiração judaica mundial”. Já em abril de 1933, pouco tempo depois de chegarem ao poder, os nazistas promoveram um boicote aos comerciantes judeus, para protestar contra a suposta cooperação conspirativa entre os judeus americanos e os alemães. O boicote foi um fracasso, porque os alemães consideraram a ação arbitrária e violenta demais, além de violar a lei, mas a promessa de Goebbels na ocasião, a de que haveria novas e duras medidas contra os judeus, tão violentas que “aniquilariam o judaísmo da Alemanha”, denotava que o erro tático do boicote não mudara a estratégia geral.⁴⁶²

Em 1935, uma campanha renovada de propaganda, terror e legislação antisemitas desviaria a atenção popular, então desconfortável com o regime, ao colocar a culpa pela crise econômica claramente nos judeus, que passaram a ser tratados não só como indesejados, mas como inimigos. O governo alemão responsabilizou os judeus que viviam na Alemanha por tudo aquilo que era considerado dano infligido pela “judiaria internacional” contra o país. Ou seja: todos os males da Alemanha seriam atribuídos à conspiração judaica e, como

⁴⁵⁹ *The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion*. Londres: The Britons, 1920, p. 36

⁴⁶⁰ *Ibid.*, p. 65

⁴⁶¹ GOLDENSOHN, Leon. *As Entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 242 e 243

⁴⁶² FEST, Joachim. *Hitler*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 501

consequência, os judeus pagariam por isso, na base do “olho por olho, dente por dente”, como diz um texto no *Das Schwarze Korps*, o jornal oficial da SS.⁴⁶³ A SS retomaria o tema da necessidade de “aniquilar” o “mundo subterrâneo judaico” assim como se faz contra os criminosos no “Estado ordenado”, isto é, o Estado formal, que está no mundo visível.

Esse processo de aniquilação tem um marco histórico. Em setembro de 1935, um protesto de estivadores americanos, que tiraram uma bandeira nazista de um navio alemão em Nova York, enfureceu Hitler. Ele considerou que era hora de determinar que a bandeira com a suástica passasse a ser a bandeira oficial alemã. Hitler declarou num comício no dia 11 que havia chegado a hora de enfrentar a ameaça bolchevique, que ele, como Rosenberg, via como produto da conspiração judaica mundial. Naquele momento, ele determinou a edição das chamadas Leis de Nuremberg e da lei que transformava a suástica em bandeira nacional, tudo em um único pacote “legal”. Os judeus na Alemanha, ele disse, estavam usando a tensão internacional para causar problemas. Hitler citou o “comportamento provocativo dessas pessoas”, o que precisava ser combatido com “ação decidida”, coordenada, para evitar “incontroláveis ações defensivas por parte da população ultrajada”.⁴⁶⁴ Ou seja: Hitler queria institucionalizar os pogroms, tornando a perseguição aos judeus algo sistemático, eficiente e moralmente incontestável, já que respeitavam os chamados interesses da “raça germânica”.

Portanto, foi o imaginário coletivo sobre esses supostos interesses que presidiu o sistema ético construído sobre as ruínas da moralidade cristã tradicional na Alemanha. Os nazistas, assim como o movimento *völkisch* antes deles, negaram a existência de valores morais universais, promovendo máximas apropriadas somente à “comunidade ariana”. A bioética nazista dizia que a preservação da vida, um imperativo moral cristão, só poderia ser aplicada aos “camaradas raciais”. Todos os demais, portanto, eram perfeitamente elimináveis, se fosse o caso.

⁴⁶³ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 151

⁴⁶⁴ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler – 4 volumes*. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 706

Um dos mais importantes pensadores alemães que ajudaram a formular os paradigmas dessa inversão moral foi Carl Schmitt, que curiosamente era um católico fervoroso e escreveu uma monografia intitulada *Teologia Política*. Schmitt era o maior especialista em teoria jurídica da Alemanha nos anos 20 e 30 e defendia um governo forte o bastante para se tornar ditatorial quando fosse o caso. Em 1933, aderiu alegremente ao nazismo, apesar de ter vários amigos judeus – os quais renegaria pública e violentamente. No ano da ascensão de Hitler ao poder, Schmitt escreveu que “a similaridade racial do povo alemão em processo de unificação é (...) a precondição indispensável à fundação do conceito de liderança política do povo alemão”.⁴⁶⁵ Ou seja, um país é tão mais democrático quanto maior for a “identidade” entre o comandante e os comandados. Para ele, essa formulação sobre a “verdadeira democracia” está em Rousseau, que teria compreendido que a hegemonia nacional significa unanimidade.⁴⁶⁶ Mais adiante, conclama seus colegas juristas a construir a justificativa legal para essa diretriz, considerando que a lei não é estática, e sim sujeita ao contexto do interesse da comunidade racial: “É especialmente necessário que os juristas científicos da nova lei alemã se conscientizem plenamente da força que esse conceito de similaridade racial penetra todas as considerações sistemáticas jurídicas”.⁴⁶⁷ Em outro texto, Schmitt define, sem meias palavras, o que entende por comunidade racial, ao dizer que “nem todo ser com uma face humana é humano”.⁴⁶⁸

Para Schmitt, cada *Volk* desenvolve os valores legais apropriados a seus “sangue e solo” (*Blut und Boden*). É dessa ideia que deriva o slogan nazista segundo o qual só será legal aquilo que é bom para o povo alemão – e tal slogan, por sua vez, foi decalcado dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, que, como vimos, foi uma espécie de “manual de conduta” dos nazistas sobre como conduzir sua revolução moral.

⁴⁶⁵ MOSSE, George L. *Nazi Culture – Intellectual, Cultural and Social Life in the Third Reich*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2003, p. 326

⁴⁶⁶ NEUMANN, Franz. *Behemot – The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009, p. 43

⁴⁶⁷ MOSSE, George L. Op. cit., p. 326

⁴⁶⁸ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 1

A base dessa moral germânica é a autenticidade. Trata-se de um conjunto de princípios tão presente no imaginário alemão desde o século XIX que houve aqueles que, mesmo depois da guerra e mesmo depois de terem entendido a dimensão da tragédia nazista, ainda estavam sob seus abrangentes efeitos. É o caso de Melita Maschmann, cujos relatos, escritos já nos anos 50 e permeados de intensa reflexão sobre os crimes cometidos pelos nazistas, não obstante censuram os líderes de sua época por não terem “protegido” a juventude alemã dos efeitos da tecnologia sobre a ética *völkisch*. Ela escreve que esses dirigentes fizeram apenas “esforços espasmódicos” para “restaurar os valores éticos da era dos Nibelungos”⁴⁶⁹, uma promessa do nazismo, que explorou profundamente esse desejo romântico dos nacionalistas, traduzido pela mitologia germânica, em sua caminhada rumo ao poder. No fundo, malgrado seu arrependimento por ter participado do projeto nazista, Melita ainda é uma autêntica *völkisch*, isto é, mesmo depois da guerra e mesmo depois de reconhecer a tragédia nazista e seu papel nela, Melita mantém o discurso da ética do “sangue e da terra”.⁴⁷⁰

Segundo essa ética, que Melita defende com paixão e cuja teoria Schmitt elabora, “fazer” ou “não fazer” algo depende sempre de quem é o “Outro” em relação a quem se comete um ato. Se esse “Outro” for de fora da comunidade, como já vimos, ele pode ser tratado como não humano. A eliminação do “Outro” – o “indesejável” – passa a ser aceita, de acordo com a ideia de superioridade racial. Esse não ariano (ou esse estranho à comunidade) está ocupando o lugar desejado e merecido pelo ariano, isto é, seu “espaço vital” (*Lebensraum*). Melita se reconhece nessa revolução moral. Depois de relatar que roubou móveis e utensílios de iugoslavos para dar a assentados alemães, sem que fosse necessária muita força, já que os moradores locais tinham muito medo dos jovens nazistas, Melita admite que agiu com uma “viseira moral” que a impediu de “notar qualquer coisa que pudesse criar simpatia” pelas vítimas: “Eu fiz o que

⁴⁶⁹ Nibelungos são os habitantes do reino do gelo e do frio na tradição nórdica apropriada pela mitologia germânica, cuja expressão contemporânea mais significativa é o ciclo de óperas de Wagner intitulado *O Anel do Nibelungo*, do qual faz parte *O Crepúsculo dos Deuses*, já citado neste trabalho

⁴⁷⁰ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 143

tinha de fazer de modo objetivo, rápido, com o mínimo de obstáculos”. Ela reconhece que sentiu até “uma certa satisfação” com tudo aquilo.⁴⁷¹

Esse tipo de raciocínio nem de longe é apenas nazista, muito menos germânico. O mundo branco ocidental do século XIX flertava com a ideia de extermínio daqueles homens considerados inferiores. Para ficar em apenas um exemplo, o romancista americano L. Frank Baum (1856-1919), autor de *O Mágico de Oz*, escreveu em 1890 um editorial em que defendia o genocídio dos índios americanos:

A nobreza dos peles-vermelhas acabou, e os poucos que restam são um punhado de covardes chorões que lambem a mão que os castiga. Os brancos, pela lei da conquista, pela justiça da civilização, são senhores do continente americano, e a segurança dos assentamentos fronteiriços será assegurada pela total aniquilação dos poucos índios remanescentes. Por que não a aniquilação? A glória deles acabou, seu espírito está quebrado, sua masculinidade desapareceu. É melhor morrer do que viver a vida miserável que têm. A história irá esquecer esses últimos seres desprezíveis [...]. Não podemos, honestamente, lamentar seu extermínio, apenas fazer justiça às características viris [...] que os primeiros peles-vermelhas da América possuíam.⁴⁷²

É no mundo germânico, porém, que o século XIX gestou uma moral “nacional”. Um dos pensadores que mais contribuíram para esse processo foi o historiador Heinrich von Treitschke, professor na Universidade de Berlim. Enquanto defendia uma “moral germânica” em suas trepidantes aulas patrióticas em defesa do colonialismo – ele era surdo e tinha de gritar para ouvir a própria voz –, Treitschke foi um dos primeiros nomes importantes entre os ideólogos *völkisch* a eleger o judeu como centro de suas preocupações quando elaborava teorias sobre os problemas da Alemanha.

⁴⁷¹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 129

⁴⁷² STANNARD, David E. *American Holocaust: The Conquest of the New World*. Nova York: Oxford University Press, 1992, p. 126

É dele a expressão, que seria repetida pelas gerações seguintes, segundo a qual “os judeus são nossa desgraça” (*Die Juden sind unser Unglück*), enunciada num artigo em 1879.⁴⁷³

Após a unificação alemã, em 1871, o país buscava exercer sua força e sua identidade nacional, e, se algum judeu fosse ferido no processo ou fosse perseguido, seria algo natural, segundo Treitschke, porque o Estado se apresentava em um processo de importante transformação. Caberia ao judeu renunciar à sua herança cultural para adaptar-se a esse mundo em mutação, o que Treitschke considerava difícil. Mas seu antissemitismo era bastante menos violento que o dos jovens estudantes para quem lecionava, dizendo que a força empregada para atacar judeus poderia ser direcionada para coisa melhor.⁴⁷⁴

A despeito da solenidade que a cercava, a “moralidade germânica” era leniente com tradicionais desvios de conduta, manipulando-os até mesmo para torná-los positivos. A ilegitimidade de certos filhos, um persistente estigma nos círculos moralmente conservadores, era irrelevante do ponto de vista nazista. Se a criança era racialmente pura e saudável, não importava se seus pais eram legalmente casados. Criou-se, assim, uma espécie de “neutralidade moral”: bastava que as mulheres arianas fossem as “mães do Terceiro Reich”.⁴⁷⁵ Já a homossexualidade era vista, em certos aspectos, como um ganho para a *Männerbund*, isto é, a “sociedade de homens” que se pretendia criar a partir da juventude alemã sob a influência do pensamento *völkisch*. Quem melhor traduziu esse raciocínio foi Hans Blüher (1888-1955), historiador do chamado *Wandervogel*, um dos mais influentes movimentos juvenis da história alemã. Para Blüher, o impulso erótico entre os rapazes no *Wandervogel* era essencial para aproximá-los e torná-los coesos. A conclusão é que, uma vez que os

⁴⁷³ TREITSCHKE, Heinrich von. “Unsere Aussichten”. In *Preußische Jahrbücher* 44, Heft 5 (novembro de 1879). Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/deu/411_Treitschke. Acesso em 10 ago. 2011.

⁴⁷⁴ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 200, 201

⁴⁷⁵ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 521

sentimentos homossexuais afloram, os homens os sublimam para transformá-los em energia capaz de mudar o mundo.⁴⁷⁶

Não parece surpreender, assim, que Hitler sempre destacasse, no início de sua vida como agitador político e mesmo depois, o valor dessas associações exclusivamente masculinas. Alfred Baeumler, um dos principais ideólogos nazistas, considerava que a democracia havia acabado com a masculinidade germânica. O homem tinha de saber qual era seu lugar, isto é, a comunidade, e essa comunidade não tinha espaço senão para a virilidade.⁴⁷⁷ É com esse senso comunitário que todas as eventuais crises de consciência são superadas.

Uma vez definido o sentido de comunidade que lhe atribuíram os pensadores *völkisch* e posteriormente os ideólogos nazistas, com o objetivo de localizar o ideal germânico no caótico mundo em mutação, é importante agora verificar como a inversão moral foi alimentada por certezas ditas “científicas” e “históricas”. A autoridade de Hitler permitiu a realização das fantasias raciais de seus ministros e de burocratas nos territórios ocupados; historiadores elaboraram justificativas para a hegemonia alemã no Leste; e especialistas raciais definiram os poloneses e outros povos como inferiores.

Melita Maschmann recorda que desde cedo aprendeu, dos pais, a noção de que os poloneses eram uma ameaça à Alemanha e, mais tarde, nas aulas de “ciência racial”, essa ideia foi “cientificamente” reforçada, ao expor o perigo demográfico representado pelas raças forjadas na “brutalidade primitiva”. “O que eu vi (*na Polônia, quando lá estive com a Juventude Hitlerista*) parecia confirmar as teorias nacional socialistas.”⁴⁷⁸

Tudo somado, a barbárie assumiu ares de razão, como se fosse um empreendimento administrativo, em que os campos de extermínio tinham a ver com a economia da Alemanha, e não com o extermínio de um povo.⁴⁷⁹ O resultado disso é que os judeus foram reduzidos à condição de animais

⁴⁷⁶ WILLIAMS, John Alexander. *Turning to Nature in Germany – Hiking, Nudism, and Conservation, 1900-1940*. Stanford: Stanford University Press, 2007, p. 128

⁴⁷⁷ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 223

⁴⁷⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 66

⁴⁷⁹ ARENDT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 83

perigosos à saúde da nação, de modo que, do ponto de vista moral, seu extermínio não era um crime, mas um dever. O mesmo se aplicou a outros alvos do regime, como os chamados “associais”, isto é, os criminosos. Ao isolar os “associais” nos campos de concentração, o Judiciário alemão discutiu até mesmo a aparência desses prisioneiros. Segundo um relatório de 1944, havia poucos entre eles que mereciam ser chamados de humanos: “Eles parecem aberrações do inferno”. O relatório recomendou então a eliminação física desses indivíduos, sem levar em conta que crime haviam cometido: “Crime e sentença são irrelevantes”.⁴⁸⁰

O confinamento dos judeus nos guetos tornou “real” a propaganda nazista segundo a qual eles eram corruptos e desumanos, pois a luta pela sobrevivência naquelas condições desvalorizou todas as considerações do que se pode chamar de civilização. Goebbels traduziu essa lógica a Hitler de modo límpido, ao comentar o estado em que se encontravam os judeus encerrados no Gueto de Lódz – numa situação criada pelos próprios nazistas – e dizer que eles deveriam ser “aniquilados” (*vernichtet*):

É indescritível. Eles não são mais seres humanos. São animais. Assim, não se trata de uma tarefa humanitária, mas cirúrgica. Do contrário, a Europa perecerá graças à peste judaica.⁴⁸¹

O contato alemão com os judeus poloneses e seus guetos na Primeira Guerra Mundial deu o impulso necessário para perpetuar essa imagem negativa do judeu como uma força imoral, suja, que ameaçava o mundo germânico idealizado. A partir desse momento, consolidou-se a ideia de que só era possível combater os judeus pela violência.

O agitador Müller von Hausen, que traduziu *Os Protocolos dos Sábios de Sião* para o alemão, defendia que os judeus do Leste que emigrassem para a Alemanha e desrespeitassem as leis para os estrangeiros deveriam ser

⁴⁸⁰ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 269, 270

⁴⁸¹ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 249

enforcados.⁴⁸² Outro exemplo claro foi dado por Heinrich Class, líder da Liga Pan-Germânica, que era o principal movimento da direita nacionalista alemã na República de Weimar. Em 1912, ele escreveu um panfleto intitulado *Wenn ich der Kaiser wär* (*Se eu fosse o imperador*), no qual defendia um tratamento duro para os judeus – que ele via como força subversiva por trás da grande vitória do SPD (Sozialdemokratische Partei Deutschland, ou Partido Socialdemocrata alemão) nas eleições daquele ano, em que obteve a maioria das cadeiras do Parlamento pela primeira vez. Class pregava a punição coletiva dos judeus, mesmo daqueles que eram cidadãos alemães plenos, sob o argumento de que a “saúde” da germanidade estava em perigo:

A volta da saúde em nossa vida nacional, em todos os setores – cultural, moral, político e econômico –, só será possível se a influência judaica for completamente expurgada ou reduzida a um nível mínimo, inofensivo. Deixemos claro, ao discutir essa questão, que o inocente deve sofrer junto com o culpado. Por mais doloroso que isso possa parecer para os alemães justos, é melhor um certo número de judeus proeminentes sofrerem como resultado da culpa de seus camaradas tribais de menor valor do que todo o povo alemão ser arruinado pelo veneno desses judeus. O fracasso dos bons judeus, agindo segundo o sentimento de sua comunidade racial, de impedir a imigração dos judeus do Leste no momento da emancipação está agora cobrando sua fatura. [...] Devemos restringir os direitos dos judeus residentes [na Alemanha], por mais lamentável que, entre os punidos, haja bons judeus. Em situações como essa, deve-se fixar a atenção somente no que é necessário e fechar o coração para a compaixão. [...] Devemos submeter os judeus residentes à lei para estrangeiros. [...] A fragilidade da defesa da Alemanha contra os judeus resulta do fato de que cada alemão conhece um ou mais judeus corretos. E é isso o que afeta suas reações quando eles têm de lidar com a questão judaica, e isso os faz ter compaixão. Isso é compreensível no nível humano, mas, quando se trata do futuro de nosso povo, não devemos ter nenhuma fraqueza.⁴⁸³

Como se observa, a reação dos grupos que detinham algum poder antes da ascensão política da chamada “ralé” foi considerar que eles e a própria

⁴⁸² MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 136

⁴⁸³ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 25, 26

Alemanha estavam sendo aviltados por essa “escória”. Os judeus e os trabalhadores organizados eram considerados “marginais” que estavam indevidamente no poder, que não pertenciam à “boa sociedade” e que nem eram, de fato, alemães, como acentua Elias.⁴⁸⁴

Recuando um pouco mais no tempo, e tomando como base os pilares do pensamento *völkisch*, observa-se que a formulação segundo a qual a salvação do “corpo” germânico passava necessariamente pela eliminação dos judeus não era uma aberração ou um raio em céu azul. Era uma ideia proclamada, em tom de urgência, e quase sempre vinculada à noção de que a ciência seria o veículo essencial para essa tarefa, tanto para justificá-la como para executá-la. A leitura de Julius Langbehn é didática a esse respeito.

Langbehn (1851-1907) é, como já vimos, parte do tripé que sustenta a mentalidade *völkisch*. Sua personalidade era difícil. Embora tivesse obtido um doutorado em história da arte e em arqueologia, ele não conseguiu um lugar como professor universitário, o que o tornou amargo e ressentido em relação à academia, principalmente em relação aos judeus que tinham posição intelectual de destaque. Admirador de Nietzsche, ele se propôs a “curar” o filósofo de sua loucura, insistindo para que deixasse o sanatório onde estava internado e, segundo Langbehn, sendo assistido por um médico judeu, o que era, em sua visão, um dos motivos pelos quais ele não havia melhorado ainda. Langbehn queria também controlar os direitos sobre as obras de Nietzsche, tirando-os da família. O filósofo o expulsou do sanatório.

Mais tarde, Langbehn finalmente conseguiu notoriedade com um pequeno livro, *Rembrandt als Erzieher (Rembrandt como Educador, 1890)*, que vendeu mais de 60 mil exemplares e teve quase 40 edições, sendo amplamente lido na classe média alemã. Nesse importante documento, Langbehn reafirma o ideário *völkisch* contra a modernidade e o liberalismo e destaca o pintor Rembrandt como exemplar da “raça germânica” – mesmo considerando que o artista holandês havia nascido em Leiden, longe da fronteira alemã. Para Langbehn, no entanto, Rembrandt era o homem cuja arte estava acima da política e da ciência, e esse exemplo deveria servir para a

⁴⁸⁴ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 171

Alemanha, que ele considerava decadente e prisioneira da cultura cosmopolita representada pelos judeus.

A luta de morte contra os judeus era, portanto, uma luta em primeiro lugar pela salvação moral: “Eles [os judeus] são um veneno para nós e devem ser tratados como tal. Eles têm a mente democrática e têm afinidade com a massa. Em todo lugar, eles simpatizam com a decadência. Sua moral não é a nossa”.⁴⁸⁵ Langbehn formulava de modo claro a estratégia de desumanizar o judeu, que, em sua visão, era o não alemão por definição. Para ele, “aquele que é um autêntico alemão é também um autêntico ser humano, mas o contrário não é, de jeito nenhum, verdadeiro”.⁴⁸⁶ Logo, não restava alternativa senão sua eliminação:

O judeu moderno não tem religião, não tem caráter, não tem casa, não tem filhos. Ele é um pedaço de humanidade que se tornou amargo. A aspiração atual dos judeus por dominação espiritual e material evoca uma simples frase: a Alemanha para os alemães. [...] Um judeu não pode mais se tornar um alemão, do mesmo modo que uma ameixa não pode se tornar uma maçã. [...] Agora que os judeus são os opressores e os inimigos de todo o ser alemão, mesmo Lessing vai lutar contra eles até a morte.⁴⁸⁷

Não foi necessário muito esforço para que, num ambiente desses, em que a compaixão é vinculada à fraqueza de espírito, florescesse a ideia de que a ciência poderia ser o instrumento da realização da nova moral germânica, que incluía a destruição, pura e simples, daqueles que eram vistos como não humanos e como ameaça à raça. O documento mais significativo a esse respeito foi produzido em 1920 pelo psiquiatra forense Alfred Hoche e pelo advogado Karl Binding, intitulado *Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens* (*Permissão para eliminar a vida que não vale a pena ser vivida*). Binding e Hoche não eram loucos assassinos, mas respeitáveis pesquisadores em suas

⁴⁸⁵ LANGBEHN, Julius. *Rembrandt als Erzieher*. Leipzig: Verlag von C.L. Hirschfeld, 1891, p. 284

⁴⁸⁶ *Ibid.*, p. 45

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 348-351. “Lessing” é uma referência ao filósofo Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), um dos expoentes do Iluminismo alemão e notório por sua crítica ao antissemitismo.

respectivas áreas, professores na Universidade de Freiburg. Ambos eram também nacionalistas que rejeitavam os direitos individuais em favor dos direitos da comunidade, bem ao gosto do pensamento *völkisch*.

No pequeno ensaio, Binding fornece os argumentos legais para o assassinato daqueles que eram considerados “fardos” para si mesmos e para a sociedade. Referindo-se sempre a “valores”, considerando essa questão, portanto, como um problema moral, ele acreditava que os indivíduos saudáveis pagavam o preço da manutenção da vida dos indesejados. A certa altura, Binding convida o leitor a observar que, enquanto na Alemanha soldados ou trabalhadores que representam “a mais fina flor da humanidade” eram sacrificados na frente de batalha ou em condições de trabalho muito difíceis, seres humanos cujas vidas careciam de “sentido” eram tratados com o mais “meticuloso cuidado” em hospitais especializados, a expensas da sociedade, mesmo que não apresentassem nenhuma utilidade no futuro previsível e não tivessem “absolutamente nenhum valor”, ou que tivessem “valor negativo”.⁴⁸⁸

Para Binding,

[...] é impossível duvidar que haja pessoas para as quais a morte é uma libertação e cuja morte liberaria ao mesmo tempo a sociedade e o Estado da necessidade de carregar um fardo que não serve a nenhum propósito, a não ser como exemplo da maior falta de altruísmo.⁴⁸⁹

Isso significa, segundo Binding, que matar um ser “inútil” era até mesmo um gesto de generosidade em relação à própria vítima, sem falar dos resultados para a sociedade, cujos “interesses” deveriam se sobrepor a considerações humanitárias. Do ponto de vista jurídico, diz ele, a questão que se punha diante do fato de que havia vidas humanas “cuja preservação não tinha nenhum propósito” era a seguinte: “É nosso dever advogar pela continuidade dessa vida

⁴⁸⁸ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 71

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 71

ou permitir sua destruição sob condições específicas?”.⁴⁹⁰ A resposta, àquela altura, já era óbvia. Aqui, Binding fala no “mal menor”, que Hitler invocaria mais tarde, deixando explícita a questão de fundo moral – neste caso, a moral utilitarista, que busca sempre o “bem maior” e o “mal menor” e que se aplica quase sempre no campo da política.

O advogado, então, enumera três casos para os quais as leis deveriam ser alteradas de modo a atender as necessidades do momento, isto é, permitir o assassinato. O primeiro era o grupo de pessoas que se encontravam na condição de doentes terminais e, plenamente conscientes de sua situação, autorizavam a própria morte. O segundo era o grupo de pessoas que, embora saudáveis, tivessem entrado em coma graças a um acidente ou uma doença e que, uma vez recobrada a consciência, sofressem de dores terríveis. Por fim, o grupo mais importante para Binding era o de pessoas consideradas “idiotas incuráveis”, fosse em razão de mal congênito, fosse como consequência de algum acidente ou de doença. “Eles não têm o desejo de viver nem de morrer”, isto é, eles seriam tão “idiotas” que não teriam capacidade nem mesmo de julgar sua condição por si próprios. Então, o assassinato era uma solução óbvia, sob qualquer aspecto, inclusive (e sobretudo) sob o prisma religioso e moral. Binding chega a lamentar que os alemães não vivessem sob tempos “moralmente mais elevados”, em que tais questões teriam respostas óbvias, isto é, que o assassinato dos indesejáveis fosse considerado algo natural:

Sua vida é completamente sem propósito, mas para eles essa situação existencial não é insuportável; ela é insuportável para sua família e para a sociedade. Sua morte não causa a menor perda, exceto talvez para os sentimentos da mãe ou de uma abnegada enfermeira. Como eles demandam cuidados permanentes, eles justificam a criação de uma profissão devotada a providenciar anos e décadas de cuidado para vidas absolutamente sem valor. [...] De novo, eu não encontro motivos – legais, sociais, éticos ou religiosos – para não permitir a morte dessas pessoas, que são a contra-imagem da verdadeira humanidade e que inspiram horror em quase todos os que as encontram! Em tempos moralmente mais elevados – em nosso tempo todo o heroísmo se perdeu – essas pobres

⁴⁹⁰ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 71

almas seriam certamente libertadas de si mesmas de modo oficial. Mas quem, em nossa era sem vigor moral, conseguiria reconhecer essa necessidade e, então, justificá-la?⁴⁹¹

Respondidas as questões jurídicas, restava justificar o assassinato dos indesejáveis de acordo com critérios médicos, seção da qual se ocupou Hoche. Ele se desincumbiu da função de maneira exemplar, ao defender que, “economicamente falando”, os “idiotas completos” (*Vollidioten*) eram aqueles cuja existência representava o “maior peso para a comunidade”: fazendo uma série de cálculos, Hoche concluiu que se subtraía uma quantia “incrível” de capital da economia, que deveria financiar a alimentação, o aquecimento e o vestuário dos alemães “saudáveis”, para atender a “propósitos inúteis” – constituindo um “investimento sem retorno”. Os tempos haviam mudado, argumenta Hoche: quando havia recursos abundantes, podia-se falar em cuidar desses “idiotas”; agora, porém, com a crise econômica, era preciso privilegiar quem tinha condições de contribuir efetivamente para o país.

Hoche comparou a situação a uma “difícil expedição”, cujo sucesso dependia da saúde perfeita de seus participantes. “Não há lugar para os meio fortes, os um quarto fortes, ou os um oitavo fortes”, afirma Hoche. Era preciso, portanto, interferir diretamente na “seleção” dos participantes dessa “expedição” alemã, e isso significava uma coisa só: eliminar os “erros”. E então Hoche lança mão do argumento mais sedutor de sua época, a técnica científica, que deveria ser invocada inclusive para estabelecer a inviabilidade de determinadas pessoas já na infância, de modo a acelerar a “seleção” dos mais aptos. Para ele, não havia mais lugar para a misericórdia em relação aos inaptos.

Essas preocupações [morais] só surgem entre leigos. Para os médicos, não há a menor dúvida a respeito do fato de que essa seleção pode ser realizada, com cem por cento de certeza, com uma acuidade ainda maior do que aquela usada para definir se criminosos contumazes são doentes mentais ou se são saudáveis. Para os médicos, há muitos critérios indisputáveis, cientificamente estabelecidos, por meio dos quais a

⁴⁹¹ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 72

impossibilidade de recuperar um doente mental é reconhecida. Isso é ainda mais verdadeiro quando a condição de falência mental se verifica desde a infância. Naturalmente, nenhum médico concluiria com certeza que alguém com dois ou três anos de idade está sofrendo de falência mental. Mas, mesmo na infância, há momentos em que o diagnóstico pode ser feito sem nenhuma dúvida. [...] Houve um tempo, hoje considerado bárbaro, em que eliminar aqueles que haviam nascido sem condições de viver, ou que mais tarde se revelassem inaptos, era algo natural. Então veio a fase, que continua até hoje, em que, finalmente, preservar toda a forma de existência, não importa o quão sem valor, estabeleceu-se como algo de grande importância moral. Uma nova era vai chegar – operando com uma moral mais elevada e com grande sacrifício – que vai abrir mão de exigências de um humanismo exagerado e da supervalorização da mera existência.⁴⁹²

Nessa mesma linha de raciocínio, mas com a crueza típica do pensamento militar germânico, o general Friedrich von Bernhardi, no ensaio *Deutschland und der Nächste Krieg* (*A Alemanha e a Próxima Guerra*), publicado em 1912, opinou que a guerra era uma “necessidade biológica”.⁴⁹³

Bernhardi não era um militar qualquer. Era um respeitado acadêmico da área, um dos mais prolíficos da Alemanha, e tornou-se referência para os pangermanistas. Ele frequentemente se opunha ao que considerava hesitação do Kaiser em relação às demandas alemãs na Europa e defendia a “guerra preventiva”, de agressão, para expandir o império e, assim, garantir sua sobrevivência. Era, portanto, um radical, que invocava a moral e a História como argumentos para evitar negociações e partir para o conflito armado o quanto antes.

Quando a tão desejada guerra estourou, em 1914, seu livro já era um sucesso e estava na nona edição. O pensamento de Bernhardi é, portanto, significativo de seu tempo, pois a guerra se realizou tal como ele a previra, e serviu para marcar definitivamente o etos germânico. Para Bernhardi, a guerra

⁴⁹² STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 72, 73

⁴⁹³ BERNHARDI, Friedrich von. *Germany and the Next War*. Disponível em <https://www.h-net.org/~german/gtext/kaiserreich/bernhardi.html>. Acesso em 9 jan. 2012.

tinha um “poder criativo e purificador”.⁴⁹⁴ O “desejo de paz”, argumenta ele, tornara as nações “anêmicas”.⁴⁹⁵ A aspiração à “paz perpétua” é “diretamente antagônica às grandes leis universais que governam a vida”.⁴⁹⁶ Além de ser uma “necessidade biológica”, a guerra, diz Bernhardi, é essencial para deflagrar o progresso “da raça e da civilização real”, porque somente através da necessidade de lutar pela vida seria possível atingir o desenvolvimento.⁴⁹⁷

Numa dialética certamente involuntária, Bernhardi escreve que “todas as coisas existentes resultam do choque de forças”, e a “lei do mais forte” é o que produz o bem. A questão moral emerge:

O homem de intelecto forte e vontade de ferro tenta por todos os meios atender às suas ambições, e esse esforço do indivíduo está longe de ser guiado meramente pela consciência do que é o certo, [pois] o direito é respeitado somente na medida em que coincide com alguma vantagem.⁴⁹⁸

O pacifismo era visto como um sinal de fraqueza, um flanco por meio do qual a raça se veria enfraquecida mais cedo ou mais tarde. “Sem a guerra”, afirmou Bernhardi, “raças inferiores ou decrepitas facilmente sufocariam o crescimento dos elementos saudáveis em potencial, e uma decadência universal sobreviria.” A guerra, portanto, serve também para aperfeiçoar a raça, eliminando os mais fracos, sendo, dessa maneira, uma imposição natural.

Em breve, esse tipo de pensamento se tornaria política de Estado – e o extermínio de seres humanos acabaria sendo qualificado simplesmente de “questão médica”.⁴⁹⁹ Em 1933, já sob o regime nazista, o então ministro do Interior, o advogado Wilhelm Frick, resumiu essa brutal inversão moral ao dizer que restringir a natalidade dos “bons” e permitir a reprodução dos “fracos” era a causa da degeneração étnica – um desvio ético que precisava ser corrigido. Para

⁴⁹⁴ BERNHARDI, Friedrich von. *Germany and the Next War*. Disponível em <https://www.h-net.org/~german/gtext/kaiserreich/bernhardi.html>. Acesso em 9 jan. 2012.

⁴⁹⁵ Ibidem.

⁴⁹⁶ Ibidem.

⁴⁹⁷ Ibidem.

⁴⁹⁸ Ibidem.

⁴⁹⁹ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 84

ele, era um imperativo moral impedir que os “fracos”, isto é, os degenerados, os inválidos, se reproduzissem. Frick defendia um programa estatal que fizesse com que o “desejo da Natureza” – isto é, que os fracos perecessem – fosse atingido. A medicina, que até então trabalhava para salvar vidas e preservá-las, passaria a estar a serviço da eliminação física dos “indesejáveis”, de acordo com a nova “moral étnica”.

Para Frick, ademais, o mandamento “amai ao próximo” era “fora de moda”, “ultrapassado”.⁵⁰⁰ Esse discurso foi proferido em junho de 1933. Menos de um mês depois, Frick colocaria essas ideias na prática, ao assinar a “Lei para a prevenção de procriação de geneticamente doentes”. Por meio dela, milhares de pessoas com doenças hereditárias ou supostamente hereditárias foram esterilizadas. Mas a lei, que permitia esterilizar inclusive os alcoólatras, foi usada também contra criminosos.⁵⁰¹

A única oposição a esse programa partiu das vítimas, cuja argumentação em sua defesa foi registrada esrupulosamente nos documentos produzidos pelas autoridades nazistas. Uma delas, a esquizofrênica Emma P., afirmou: “Cada pessoa é diferente uma da outra. Cada caso é diferente”.⁵⁰² Trata-se de um raciocínio que colidia diretamente com a ideia de total harmonia e coordenação social que os nazistas perseguiram; logo, quem pensasse assim deveria ser diagnosticado como “louco” e rapidamente esterilizado.

Hitler considerava a esterilização moralmente aceitável, porque é o que ele sugere ser um “mal menor”, necessário para a manutenção da “saúde” do Reich. Em discurso no Reichstag em 30 de janeiro de 1934, por ocasião do primeiro aniversário de sua chegada ao poder (*Machtergreifung*), ele é explícito a respeito e critica os líderes cristãos por terem censurado o governo e sua política de esterilização:

⁵⁰⁰ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 104

⁵⁰¹ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 154

⁵⁰² FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 117

Um grande fardo [para o Terceiro Reich] é o exército daqueles que nasceram do lado negativo da vida *völkisch*, graças a sua predisposição hereditária. A esse respeito o Estado será capaz de tomar atitudes genuinamente revolucionárias. O Movimento Nacional-Socialista merece grande crédito por ter lançado, por meio de lei no início do ano passado, uma ofensiva inicial contra essa ameaça à gradual desintegração da Volk. Quando objeções são levantadas, particularmente do lado religioso, e se faz oposição a essa legislação, eu sou forçado a retrucar dizendo que seria mais efetivo, mais decente e sobretudo mais cristão deixar de defender aqueles que deliberadamente destroem a vida saudável e, por outro lado, deixar de se rebelar contra aqueles que não têm outro objetivo senão evitar que a doença se espalhe. Além disso, o que quer que aconteça nesse sentido não apenas se constitui como um ato de crueldade contra as próprias vítimas inocentes, mas é também um ato de crueldade contra a Volk. Se a marcha dos últimos cem anos continuar, o número daqueles que dependem da rede de proteção do Estado um dia vai ameaçar o número dos que são o sustentáculo da preservação da comunidade. Não são as igrejas que alimentam esses exércitos de desafortunados, mas a Volk. Se as igrejas quiserem tomar para si a responsabilidade de cuidar dessas vítimas de doenças hereditárias, eu ficaria feliz em dispensá-las da esterilização.⁵⁰³

A suposta possibilidade de determinar cientificamente as características morais não é uma criação nazista. Um dos primeiros a fazê-lo, ainda no século XIX, foi o médico alemão Franz Joseph Gall (1758-1828), fundador da “frenologia”, isto é, a ciência que mapeava a personalidade, o caráter e a eventual inclinação à criminalidade com base no exame da forma da cabeça.

Um pouco mais tarde, o britânico Francis Galton (1822-1911) formulou uma corrente de estudo chamada “eugenia”, que visava a observar os elementos capazes de enriquecer ou de empobrecer uma raça, discriminando as pessoas por sua “aptidão” para gerar ou não filhos racialmente perfeitos e, portanto, contribuir para a “melhoria” da humanidade. Uma vez estabelecido “tecnicamente” quem era inferior, quer do ponto de vista moral, quer sob o aspecto racial, cabia às autoridades fazer com esse dado o que julgassem melhor para a sociedade.

⁵⁰³ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 421, 422

A eugenia teve papel central no desenvolvimento de políticas de “seleção” demográfica adotadas em diversas partes do mundo nas primeiras três décadas do século XX. Nos Estados Unidos, por exemplo, 28 Estados adotaram programas eugênicos. Diversos países europeus fizeram o mesmo. “Seria melhor para todo mundo se, em vez de esperar para executar descendentes degenerados ou deixá-los morrer de fome por causa de sua imbecilidade, a sociedade pudesse prevenir aqueles que são manifestamente inaptos de procriar”, declarou, em 1927, Oliver Wendell Holmes, o mais respeitado juiz da Suprema Corte americana da época e que influenciaria o subsequente pensamento jurisprudencial do país. A declaração faz parte de seu voto ao decidir que programas de esterilização de “incapazes” não feriam a Constituição dos Estados Unidos. “Três gerações de imbecis é o bastante”, escreveu Holmes, dando a dimensão da aceitação da eugenia entre os americanos.⁵⁰⁴

Na Alemanha, o “pai” da eugenia foi o médico Alfred Ploetz (1860-1940), que cunhou a expressão “higiene racial” (*Rassenhygiene*). No livro *Die Tüchtigkeit unserer Rasse und der Schutz der Schwachen* (*A Eficiência de Nossa Raça e a Proteção dos Fracos*), de 1895, ele localizou os alemães no ápice do desenvolvimento humano. No entanto, havia o “dilema” sobre como conciliar questões humanitárias, como a proteção dos inaptos, e os interesses do Estado, que naturalmente recaíam sobre os mais fortes. Ora, argumentava Ploetz, se o Estado investe suas energias na proteção dos inaptos, pouco restará para a manutenção daqueles que de fato mantêm a raça saudável. Assim, ele defendia que houvesse leis para a reprodução, de modo a privilegiar as relações entre os mais aptos e a impedir que os inferiores tivessem filhos.⁵⁰⁵ Ademais, as raças consideradas “inferiores” deveriam ser enviadas ao front, em caso de guerra, para que morressem.

Ploetz era ainda da opinião de que uma equipe médica assistisse cada nascimento para definir se a criança estava apta a seguir vivendo. Se fosse

⁵⁰⁴ LOMBARDO, Paul A. *Three Generations, No Imbeciles: Eugenics, the Supreme Court, and Buck vs. Bell*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008, p. IX, X

⁵⁰⁵ WEISS, Sheila Faith. *Race Hygiene and National Efficiency – The Eugenics of Wilhelm Schallmayer*. Berkeley: University of California Press, 1987, p. 106-107

incapaz, deveria ser assassinada de modo “gentil”, talvez usando morfina.⁵⁰⁶ Nesse contexto, o mais importante critério para estabelecer a saúde moral de um povo era sua capacidade de tomar atitudes necessárias à sua manutenção, mesmo que isso significasse o assassinato dos considerados “inferiores”. Observa-se que a Alemanha estava prestes a dar um passo além na eugenia, pois havia defensores da eliminação física dos incapazes, já a partir do nascimento, sem que isso causasse especial furor – salvo de alguns intelectuais, como Weber, crítico feroz dos eugenistas.

Não tardou para que os antissemitas militantes vinculassem a questão da manutenção da raça ao aspecto moral. O editor Theodor Fritsch (1852-1933), que teve peso considerável na difusão de ideias antissemitas no final do século XIX e no começo do XX e ajudou a fundar o Partido Nazista, usou as noções eugênicas de Ploetz para dizer que “a moral e a ética derivam da lei da preservação das espécies, da raça”. Ou seja: “Tudo o que garantir o futuro das espécies, o que quer que seja adequado para elevar a raça aos mais altos estágios da perfeição física e mental, eis a moral”.⁵⁰⁷

Sob essa atmosfera, o programa nazista de esterilização dos seres humanos considerados incapazes de garantir a continuidade “saudável” da raça, apesar de não ter sido pioneiro, foi realizado numa escala muito maior do que a de seus similares em outras partes do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de 45 mil pessoas foram esterilizadas entre 1907 e 1945. Na Alemanha, calcula-se que tenham sido 400 mil, num período de tempo bem mais curto, entre 1934 e 1939, e nenhum dos relatos produzidos pelos alemães comuns na época indica qualquer forma de oposição a esse crime.⁵⁰⁸

Walter Gross, o articulador da política educacional nazista para convencer os alemães da necessidade de preservar a raça da influência dos “inadequados”, escreveu um artigo em 1927 no qual qualificava o

⁵⁰⁶ BURLEIGH, Michael. WIPPERMANN, Wolfgang. *The Racial State – Germany 1933-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 32

⁵⁰⁷ CANTOR, Geoffrey. SWETLITZ, Marc (eds.) *Jewish Tradition and the Challenge of Darwinism*. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 108

⁵⁰⁸ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 114

aprimoramento racial como um imperativo moral. Dizendo-se inspirado em Nietzsche, ele afirmava:

A Revolução [nazista] que apenas começou não somente criou novas formas políticas, mas também novos seres humanos e um novo entendimento da história. Novos valores e julgamentos mudam nossa visão não apenas do futuro, mas do passado. Essa transformação de valores marca nossa era e a justifica como uma genuína revolução espiritual.⁵⁰⁹

Alguns anos mais tarde, em 1936, o comissário de Hitler para a área da saúde, Gerhard Wagner, discursou em uma das reuniões do Partido Nazista em Nuremberg para explicar a política racial e médica do novo regime, oportunidade em que, como Gross, justificou moralmente a esterilização e também o extermínio dos seres humanos considerados inferiores. O discurso foi depois publicado nos diversos jornais do partido, que eram distribuídos em larga escala pela Alemanha – portanto, não é possível dizer que os alemães não soubessem quais eram as intenções de seu governo no que diz respeito à violência em relação aos cidadãos considerados inimigos do Reich graças à sua inerente “inferioridade”.

Wagner foi explícito, esforçando-se para argumentar que as medidas tomadas contra as vidas “que não valiam ser vividas” não apenas eram legais como estavam de acordo com claros deveres morais, razão pela qual “os direitos e necessidades do povo como um todo superam o direito do indivíduo sobre seu próprio corpo”. E ele explica, eloquente:

Àqueles que nos acusam de agir de modo não cristão, de pecar contra a vontade de Deus, nós respondemos que estamos convencidos de que agimos consistentemente de acordo com a vontade do Criador quando prevenimos uma vida doentia de ser propagada, salvando crianças e as crianças dessas crianças de uma nova e enorme miséria. O Criador, em pessoa, estabeleceu as leis da vida, as quais deixam que as vidas que não valem a pena pereçam de modo brutal, de modo a dar lugar aos fortes e

⁵⁰⁹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 110

aos saudáveis, que são aqueles a quem o futuro pertence. [...] Eu acredito que nossa consciência está tranquila perante o mundo quando eliminamos a vida que não vale a pena ser vivida.⁵¹⁰

Outra autoridade do Reich que invocou Deus para justificar o eventual extermínio dos seres humanos considerados inferiores foi Adam Gercke, “especialista” em questões raciais no Ministério do Interior. Em suas considerações, ele foi bem mais explícito acerca da eliminação física, sempre considerando aspectos morais e científicos ao mesmo tempo. Fica claro, também em seu registro, que, para o regime nazista e provavelmente para seus simpatizantes comuns, não havia diferença substancial entre o dever moral e a inevitabilidade, cientificamente comprovada, do triunfo da raça superior.

Durante uma palestra, em 1933, Gercke disse a colegas do Partido Nazista que “o lado negativo” de seu trabalho de manter o “sangue puro” da “raça germânica” significava, “segundo termos técnicos raciais”, a “extinção” (*Ausmerze*) dos indesejados. E ele completou:

[Contra o falso humanitarismo] só um ideal é humano, a promoção do que é bom e a eliminação do que é ruim. O desejo da Natureza é o desejo de Deus. Olhem em volta... A Natureza se alinha aos fortes, aos bons e aos adaptados e separa o joio do trigo. Nós cumprimos o Mandamento. Nem mais. Nem menos. [...] Contra cada um que seja incapaz de dizer um sim ou um não total a qualquer coisa, nós sustentamos uma consistência dura, masculina, incansável e lógica.⁵¹¹

A força moral por trás desse raciocínio é evidente: Gercke considerava a misericórdia em relação aos mais fracos uma traição aos desígnios da “Natureza”, para não dizer que era típico de efeminados. Matar os “inferiores” era, em sua visão, um “Mandamento” de Deus.

⁵¹⁰ BYTWERK, Randall L. *Landmark Speeches of National Socialism*. Austin: Texas A&M University Press, 2008, p. 72, 73

⁵¹¹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 166

O argumento central aqui é que matar um doente mental, ou alguém tido como doente mental, seria uma forma de “ajudar a Natureza”, e seria “cem vezes menos certo” desafiar essa “Natureza” mantendo-se vivo um ser “que não nasceu para viver”, conforme descreve um leitor em carta ao jornal *Das Schwarze Korps*, o órgão oficial da SS, em 1937.⁵¹² O leitor em questão exige que se faça uma lei que autorize a “eutanásia” de crianças com retardo mental, o que permite especular que a intenção de eliminar fisicamente aqueles que eram considerados como “fardos” sociais já era explicitamente aceita em parte da sociedade. E a lei não demoraria: a ordem para deflagrar o programa de “eutanásia” foi assinada por Hitler em 1º de setembro de 1939 – o mesmo dia em que a Alemanha invadiu a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. Hitler não faria a guerra somente por questões territoriais ou mesmo de poder na Europa, como acontece em conflitos tradicionais; os nazistas estavam incluindo um elemento inteiramente novo no cenário da guerra e da administração pública, que era a intenção de aniquilar aquele que era visto como um obstáculo ao “livre curso da Natureza”, fossem soldados inimigos, fossem as crianças alemãs com supostos problemas mentais. Na Alemanha, de 5 mil a 8 mil crianças foram mortas com injeção letal somente em 1939.

O programa de eutanásia foi deflagrado em sigilo mesmo dentro do governo, mostrando a forma caótica de administração – vários ministérios nem sabiam o que estava acontecendo. E os zelosos funcionários, ávidos por mostrar que estavam atuando segundo os “desejos do Führer”, sabiam que a situação era ilegal, mas havia uma ordem de Hitler – possivelmente a única dele para o extermínio que foi dada por escrito, segundo os registros disponíveis. Então o regime deliberadamente agiu de forma criminosa, contrariando as leis comuns e a moral, mas absolutamente fiel à visão segundo a qual deixara de ser crime “melhorar” a raça por meio do assassinato em massa. Nenhum médico foi forçado a participar do programa, e todos os que ajudaram o fizeram de maneira absolutamente metódica, selecionando entre seus próprios pacientes aqueles que seriam mortos – com monóxido de carbono, método que seria usado posteriormente na *Shoah*.

⁵¹² KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 257

Embora a ordem para o início do programa de eutanásia tenha sido secreta, Hitler nunca escondeu o que pensava sobre a eliminação dos “incapazes”. Em sua visão – fruto do mais puro darwinismo social, malgrado o fato de que Hitler o negava – a tolerância não era algo natural, isto é, o natural era ser intolerante com aquele que é “incapaz de viver”.⁵¹³ No caso dos judeus, em particular, havia em Hitler e em outros antes dele a predisposição de considerá-los semelhantes ao bacilo da tuberculose, ou seja, devem ser esmagados para não comprometer o “corpo” germânico.

Para Hitler, se até “inocentes criaturas”, como coelhos, eram mortos sem piedade, não seria cruel matar as “bestas”, isto é, os judeus, responsáveis, em sua visão, por trazer o comunismo para a Alemanha.⁵¹⁴ Em conversa registrada por Goebbels em seu diário, na entrada de 13 de maio de 1943, Hitler é ainda mais minuciosamente descritivo. Ele diz que os judeus são “todos iguais”, não importa em que parte do mundo vivam, quer seja num gueto no Leste Europeu, quer “nos palácios dos banqueiros da City e de Wall Street”, em referência aos centros financeiros do Reino Unido e dos Estados Unidos, respectivamente. Na opinião de Hitler, eles estão todos em busca dos mesmos objetivos e usam os mesmos meios, sem que haja necessidade de acordo prévio, o que seria o indício claro de conspiração, conforme descrito nos *Protocolos dos Sábios de Sião* – que Hitler, aliás, nessa mesma conversa com Goebbels, disse considerar “absolutamente genuínos”. Os judeus seriam para o mundo o que são as pragas para as batatas: “A Natureza é dominada pela lei da luta. Sempre haverá parasitas que vão estimular essa luta e intensificar o processo de seleção também na vida humana”. O ditador disse que bastava conhecer a lei que rege essa luta para conseguir enfrentá-la – e, no caso do judeu, não havia como fazê-lo mudar, nem mesmo com “punições excepcionais”. E então, segundo o relato de Goebbels, Hitler é explícito acerca de seu pensamento sobre o destino dos judeus nessa “luta”:

Os intelectuais não têm os meios naturais de resistir ao perigo judeu porque seus instintos estão miseravelmente embotados.

⁵¹³ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 636

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 583

Em razão disso, as nações com alto nível de civilização estão bem mais expostas a esse risco. Na Natureza, a vida sempre toma medidas contra os parasitas; na vida das nações, este nem sempre é o caso. É disso que deriva o perigo judeu. Em razão disso, não resta outro recurso às nações modernas senão exterminar [*auszurotten*] o judeu.⁵¹⁵

Essa retórica manifestada por Hitler encontra justificativa moral para o extermínio e para aplacar consciências – o crime é, assim, cometido de forma racional, como algo inevitável, talvez mesmo como uma obrigação social, na “luta” de vida ou morte entre a civilização idealizada pelo regime nazista e seus “parasitas”.

A lógica que preside esse raciocínio não se aplicava somente às grandes questões globais, das quais Hitler e seus zelosos ajudantes davam sua atenção permanente. Ela permeava também a vida cotidiana dos alemães, com semelhante força – os cidadãos eram constantemente instruídos sobre como se comportar como “arianos” e tinham de aceitar uma nova ética social, na qual o indivíduo era totalmente subordinado ao coletivo e o conceito de “normalidade” era vinculado à raça. Uma gigantesca máquina burocrática e ordinária, orientada pela ciência da higiene racial, funcionava para eliminar os micro-organismos considerados letais para o corpo da sociedade, incluídos aí os criminosos, os opositores, os depravados, os doentes incuráveis e, claro, os judeus.

Graças a esse raciocínio, e por um longo período, os médicos foram elevados à categoria de especialistas em “criminologia” na Alemanha, uma ciência em voga no país desde o século XIX, e que levou aos projetos de esterilização de criminosos “hereditários” e de outros “degenerados”, adotados com vigor pelos nazistas, mas, como vimos, propostos muitos anos antes da ascensão de Hitler ao poder, inclusive ao longo da democrática República de Weimar.⁵¹⁶ O prestígio desses pesquisadores baseava-se no fato de que eles haviam descoberto as causas das doenças infectocontagiosas, como a cólera, e

⁵¹⁵ GOEBBELS, Joseph. *The Goebbels Diaries – 1942-1943*. Westport: Greenwood Press, 1970, p. 377

⁵¹⁶ WETZELL, Richard F. *Inventing the Criminal: a History of German Criminology – 1880-1945*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000, p. 107

podiam, segundo essa visão, aplicar os mesmos princípios à própria sociedade, reforçando a necessidade imperiosa de manter limpo o organismo dos cidadãos. A transição da higiene corporal para a higiene social e, em seguida, para a higiene racial foi uma consequência lógica desse processo, tendo os judeus um papel de destaque no catálogo dos “bacilos” e dos “vermes” mais perigosos.

Lagarde, ainda no século XIX, era explícito sobre a relação entre as “doenças sociais” e os judeus. Para esse ideólogo *völkisch*, o “verme usurário” era responsável pela degeneração da raça e pela decadência alemã e não deveria ser objeto de misericórdia, pois “com os bacilos não é possível dialogar e não é possível educar os bacilos; eles serão exterminados assim que seja possível”.⁵¹⁷ A lógica de Lagarde, seguida subsequentemente pelos ideólogos nazistas, era simples: não é possível “regenerar” um câncer, pois um tumor não pode negar sua natureza; logo, é inútil pensar em isolar ou punir o tumor, porque ele permanecerá sendo um tumor, de modo que a única solução possível é exterminar esse tumor. Nessa visão “científica”, que rejeita a esperança cristã do arrependimento, um judeu jamais deixará de ser um judeu.

Ciente da penetração desse pensamento na sociedade alemã, Hitler rapidamente adaptou seu discurso à “modernidade” científica voltada à melhoria e à purificação do corpo da *Volk*, sobretudo em relação ao “vírus judeu”. Já em 1919, o futuro Führer, instado por seu superior na Unidade de Propaganda e Inteligência do Reichswehr, o Exército alemão, a escrever uma carta explicando qual era a política militar sobre os judeus, deixava clara sua concepção sobre a “doença” judaica: ele classificou os judeus de “tuberculose racial do povo” (*Rassentuberkulose der Völker*).⁵¹⁸

Em 1923, em discurso no qual tentava responder à questão “Por que devemos destruir o Judeu?”, Hitler invocava a necessidade “moral, de costumes,

⁵¹⁷ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p 63

⁵¹⁸ HITLER, Adolf. “Brief über das Judenprobleme – 16. September 1919”. In: Lehrveranstaltung “Schlüsseltexte und Dokumente zur Geschichte des Nationalsozialismus”. Universität Wien, Institut für Zeitgeschichte, 2008/2009. Disponível em [http://www.kurt-bauer-geschichte.at/PDF/Lehrveranstaltung%202008 2009/02 Hitlerbrief Gemlich.pdf](http://www.kurt-bauer-geschichte.at/PDF/Lehrveranstaltung%202008%2009/02/Hitlerbrief_Gemlich.pdf). Acesso em 24 fev. 2010

do senso de justiça e do senso religioso”.⁵¹⁹ Mais tarde, já no poder, em encontro com Himmler, em fevereiro de 1942, Hitler salientou esse aspecto, atribuindo aos nazistas o prêmio por ter entendido o tamanho do mal que esse “vírus” representava. “A descoberta do vírus judeu é uma das grandes revoluções que aconteceram no mundo. A batalha em que estamos engajados hoje é do mesmo tipo da que foi travada, no século passado, por Pasteur e Koch. Quantas doenças tiveram origem no vírus judeu!”, festejou Hitler, referindo-se ao cientista francês Louis Pasteur (1822-1895), cujas descobertas fundamentaram a teoria microbiológica das doenças, e ao cientista alemão Robert Koch (1843-1910), um dos pioneiros da microbiologia e das pesquisas sobre a transmissão de doenças.⁵²⁰ Koch, aliás, foi citado por Hitler, em outra ocasião, um ano antes, como modelo no qual ele próprio se via, em sua luta contra os judeus:

Sinto-me como o Robert Koch da política. Ele encontrou o bacilo da tuberculose e, por meio disso, abriu ao estudo da medicina novos caminhos. Eu descobri os judeus como os bacilos e o fermento de toda a decomposição social. São seu fermento. E eu provei uma coisa: que um Estado pode viver sem judeus, que a economia, a cultura, a arte etc. etc. podem existir sem os judeus, e ainda melhor. Eis o pior revés que eu impus aos judeus.⁵²¹

Os cientistas a serviço do Reich trabalharam febrilmente, com amplo financiamento oficial, para conseguir uma fórmula que identificasse os inimigos da *Volk* pelo simples exame sanguíneo. “Pense no que poderia significar se pudéssemos identificar não arianos com testes de laboratório!”, escreveu Eugen Stähle, um importante biólogo envolvido no projeto, referindo-se ao trabalho de um cientista russo, que, segundo se comentava, havia se aproximado desse ideal. “Assim, nem o engodo, nem o batismo, nem a mudança de nome ou a cidadania, nem mesmo uma cirurgia nasal poderia ajudar (*os judeus*). Não se pode alterar o sangue de ninguém.”⁵²² O projeto, obviamente, não funcionou, e

⁵¹⁹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 21

⁵²⁰ TREVOR-HOPER, H.R. (org.) *Hitler's Table Talk*. Nova York: Enigma Books, 2000, p. 251

⁵²¹ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 470

⁵²² PROCTOR, Robert N. *Racial Hygiene – Medicine Under the Nazis*. Cambridge: Harvard University Press, 1988, p. 79

não tardou para que os cientistas descobrissem que não era possível identificar um judeu pelo sangue, pelo formato de sua cabeça (frenologia), ou pela impressão digital.

O governo nazista e seus ideólogos, então, mudaram o eixo da política em relação aos judeus: em vez da ciência, o foco seria colocado sobre os estereótipos culturais negativos, por meio dos quais os judeus seriam reconhecidos e, então, alijados da sociedade. Em pouco tempo, a biologia daria lugar à História como eixo narrativo a respeito da ameaça judaica. A resposta para as pretensões de grandeza do Reich e para a justiça da luta contra os judeus estava não apenas no sangue, mas no passado, que o regime nazista tratou de reconstruir – sem muita dificuldade, já que os delírios nostálgicos do romantismo alemão haviam sido suficientes para criar uma imagem da *Volk* sem qualquer conexão com a realidade e para tratar os judeus como os parasitas que infestavam povos.

Em 1935, o Ministério da Propaganda criou o Instituto do Reich para a História da Nova Alemanha, cujo objetivo era, nas palavras de seu diretor, Walter Frank, unir os “conhecimentos do passado” à “energia do novo” e combater o “intelectualismo sem raízes” – isto é, os intelectuais judeus.⁵²³ Por essa razão, o departamento mais importante e prestigiado do instituto era a Seção Judaica, chefiada por Wilhelm Grau, que havia se notabilizado por estudar a “história da questão judaica” e por descrever o humanista Alexander von Humboldt (1769-1859) como um homem submisso à influência dos judeus. Na pomposa inauguração da Seção Judaica, em 19 de novembro de 1936, em que não faltaram convidados do alto escalão do governo nazista e da alta sociedade alemã, Frank descreveu a pesquisa sobre a questão judaica como “uma expedição rumo a um país desconhecido, cuja escuridão é envolvida por um grande silêncio”, numa referência ao fato de, segundo ele, apenas os judeus haviam estudado a questão sobre si mesmos – e, portanto, terem enganado a todos.⁵²⁴

⁵²³ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 204

⁵²⁴ FRIEDLÄNDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews – The Years of Persecution – 1933 - 1939*. Nova York: HarperCollins, 1998, p. 192

A construção do pensamento segundo o qual o judeu representava o grande risco para a *Volk*, algo que o regime nazista tratou de tornar onipresente na Alemanha, ao custo da própria intimidade e da vida privada dos alemães, é o que realmente importa para qualificar a inversão moral de que se trata aqui. Desde seus primeiros dias no poder, os nazistas, a título de impedir a influência dos judeus, tentaram interferir profundamente na vida dos alemães comuns, a começar, naturalmente, pelas relações sexuais, que deveriam ser cuidadosamente vigiadas e orientadas. Nada do que pudesse desviar a *Volk* do caminho de sua plena realização e da defesa contra as ameaças existenciais podia ter espaço, em nenhum desvão da sociedade.

Logo em maio de 1933, por exemplo, os militantes hitleristas destruíram o Institut für Sexualwissenschaft (Instituto para o Estudo da Sexualidade), do sexólogo judeu Magnus Hirschfeld, um dos pioneiros na defesa dos homossexuais. Também foram atacados os defensores do aborto e da contracepção, sempre vinculados pelos nazistas aos judeus. A punição a quem abortava cresceu 50% entre 1934 e 1938. Já as relações sexuais de “arianos” com judeus eram consideradas como um ataque à pureza da *Volk*, e não apenas um crime contra o Estado, algo comparável a alta traição. Como em outras questões, essa concepção sobre a impureza das relações com os judeus não era exclusivamente nazista na Alemanha, pois tal imagem pode ser encontrada já nos anos 20, e com um forte elemento moral e religioso.

O escritor Wilhelm Michel, num ensaio de 1922 intitulado *Verrat am Deutschtum (Traição à Germanidade)*, alertava para a perigosa e perniciosa influência dos judeus no país e destacava que a proteção da sociedade ante tal risco demandava necessariamente o fim das relações sexuais dos “arianos” com os judeus, pois esse intercuro seria fatal para a integridade da *Volk*. Michel relata que, na Universidade de Frankfurt, frequentada somente por “arianos”, havia pichações em que judeus “voluptuosos” diziam ter estuprado loiras alemãs. Um panfleto distribuído na universidade alertava, diz Michel, para a “praga das trevas”: “Quando uma garota ariana é seduzida por um judeu, trata-se de um pecado (*Sündenfall*) tal como o cometido entre Eva e a serpente”. O escritor alertava que Deus proibira a miscigenação, pela via do pecado original,

e que tal proibição continuava valendo. “O espírito judaico na semente de Abraão devora a alma ariana no sangue da mulher” e, ademais, transmite “doenças venéreas” (*Geschlechtskrankheiten*), impregnando na mulher “ariana” os vícios da “raça judaica”. “A penetração no sangue alemão da essência judaica é a nossa maior ameaça”, escreveu Michel, dando uma dimensão de urgência jurídica e moral para o veto às relações com os judeus.⁵²⁵

Tal preocupação no âmbito das relações sexuais e da reprodução dizia respeito somente aos judeus. Sob o regime nazista, a Lei para a Redução do Desemprego, de junho de 1933, em sua seção 5, prometia subsídios a quem decidisse casar e, naturalmente, ter filhos – pois, como relata Melita Maschmann, “o casamento era visto como uma tarefa para a nação”.⁵²⁶ O abono só não seria pago se ao menos um dos dois cônjuges tivesse alguma doença mental, de modo que o casamento não seria “do interesse da comunidade nacional”, ou então se ao menos um dos cônjuges tivesse má reputação. Para aferir essa condição, os noivos que se candidatassem a receber o dinheiro teriam sua vida devassada por investigadores, ligados ao Partido Nazista, que teriam liberdade para interrogar vizinhos, amigos e conhecidos do casal, a fim de saber se eram alcoólatras, criminosos, prostitutas ou vagabundos.⁵²⁷

Além disso, em outubro de 1935, a Lei da Proteção da Saúde Hereditária do Povo Alemão, a chamada Lei da Saúde Matrimonial, vetou casamentos em que ao menos um dos cônjuges tivesse alguma doença importante. Para casar, passou a ser necessário obter um “certificado de adequação ao casamento”, assinado por um médico. Por outro lado, para “premiar” mães exemplares, o governo instituiu em maio de 1939 uma honraria, a Cruz da Mãe, em ouro, para as mães que tinham oito filhos; de prata para as mães que tivessem seis; e de bronze para as que tivessem quatro, desde que todos, naturalmente, fossem alemães “puros”.

⁵²⁵ MICHEL, Wilhelm. *Verrat am Deutschtum – Eine Streitschrift zur Judenfrage*. Hannover e Leipzig: Paul Steegemann Verlag, 1922, p. 5 e 6

⁵²⁶ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 49

⁵²⁷ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 261, 262

O objetivo era reafirmar que a liberdade sexual era o alvo primordial desse movimento, pois os nazistas entendiam que as relações sexuais deveriam ser estimuladas somente entre aqueles capazes de gerar herdeiros saudáveis, de acordo com os padrões da raça ariana, e que os judeus estavam fazendo de tudo para arruinar a instituição da família. Para Hitler, o slogan “emancipação feminina” havia sido “inventado por intelectuais judeus”.⁵²⁸ A mensagem, direcionada para a sociedade dos alemães comuns, visava a convencê-los de que a vida deles, mesmo em seus detalhes mais íntimos, estava à mercê dos judeus e que, dessa forma, havia sido transformada em um problema de Estado. Em pouco tempo, a vida sexual dos alemães tornou-se objeto de leis específicas.

Outro exemplo dessa interferência direta, agora na área econômica, foi a reação das empresas alemãs beneficiadas pelo processo de “arianização” dos negócios mantidos por judeus. No princípio, houve quem se queixasse da evidente injustiça que estava sendo cometida contra os judeus, pois eles foram forçados a vender suas lojas aos alemães por preços muito inferiores aos de mercado. Um comerciante de Munique, nazista convicto, chegou a escrever à Câmara de Comércio e Indústria local para se queixar dos métodos “brutais” de expropriação dos bens dos judeus, como a extorsão, e que ele se recusava a tomar parte daquela “vergonhosa tentativa de tomar as lojas e as fábricas dos judeus tão barato quanto possível, por um preço humilhante”.⁵²⁹ Com o passar do tempo, os empresários e banqueiros alemães aceitaram essa realidade como incontornável, embora tivessem consciência de que se tratava de roubo. Desse modo, a Alemanha sob o nazismo enterrou as regras éticas básicas do mundo dos negócios, de modo que pagar ou exigir preço justo por aquilo que se estava negociando era considerado crime.

Não foi apenas a classe média o alvo da campanha sistemática e massiva dos nazistas para demonstrar as “vantagens” do novo regime. Os trabalhadores, que haviam permanecido ao lado dos socialdemocratas e dos comunistas ao longo do período de ascensão do nazismo, demoraram a aderir ao projeto hitlerista – entre outros motivos pelo temor de Hitler de que uma eventual

⁵²⁸ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 255

⁵²⁹ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 392

campanha “anticapitalista” tradicional, nos moldes socialistas, desenhada para atrair os trabalhadores, poderia afastar os industriais e os agricultores conservadores, que eram, afinal, o sustentáculo primário do nazismo.⁵³⁰

Para resolver o problema, várias ações cotidianas foram deflagradas para seduzi-los, entre as quais se destaca o Kraft durch Freude (“força pela alegria”, reconhecido pela sigla KdF). Tratava-se de um imenso programa, subsidiado por um desconto de 1,5% nos salários, cobrado pelo Deutsche Arbeitsfront (Frente Alemã do Trabalho), que dava descontos em viagens e em espetáculos para os trabalhadores. O fato de ter sido iniciado já em 1933, isto é, na aurora do governo de Hitler, prova a importância que o regime dava para a necessidade de dobrar a classe operária. E, em grande medida, o programa foi bem-sucedido. Em 1937, quando atingiu seu auge, o KdF já havia mobilizado 1,4 milhão de trabalhadores que usufruíram de pacotes de viagem de até uma semana – um luxo para um país em que uma semana de férias eram um prêmio, e não um direito. Outros 6,8 milhões ganharam um final de semana e 130 mil foram escolhidos para viajar em disputados cruzeiros marítimos de 21 dias, em um dos 60 navios construídos especialmente para o KdF. Ademais, 13,5 milhões de trabalhadores puderam assistir a peças de teatro e 3,5 milhões foram a algum concerto.⁵³¹

O programa avançou tanto que foram construídos hotéis apenas para acomodar os convidados. Tratava-se de um empreendimento dedicado a transformar o trabalho como obrigação em trabalho como desejo. Pela primeira vez, os trabalhadores alemães comuns sentiram-se prestigiados pelo governo tal como eram, de modo que essa massa não tardou a se ver incluída no grande projeto de transformação da Alemanha prometido pelo nazismo. As viagens dos trabalhadores, feitas inclusive para outros países, constituíam uma visão de harmonia coletiva, que muito interessava ao regime, algo que não escapou aos olhos críticos do escritor Reck-Malleczewen em seu diário, em julho de 1936:

⁵³⁰ FISCHER, Conan (ed.). *The Rise of National Socialism and the Working Classes in Weimar Germany*. Providence: Berghahn Books, 1996, p. 139

⁵³¹ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 60

A viagem individual ao exterior tornou-se coisa do passado, de modo que um alemão agora só consegue sair deste país como parte de um rebanho, isto é, a organização Kraft durch Freude. Dessa maneira, temos todas as condições de perder o que quer que tenha restado de nossa liberdade de movimento, de tal sorte que nos tornamos prisioneiros dessa horda de macacos cruéis que há três anos tomaram o poder sobre nós.⁵³²

A ferocidade de Reck-Malleczewen, cuja intensidade pode ser atribuída a seu desencanto pela transformação da Alemanha num país povoado pelo homem-massa, não pode, porém, ser a única régua a medir o sucesso do KdF. Alguns trabalhadores com pendores socialistas, embora desfrutassem das vantagens do turismo estatal, resistiam, com naturalidade, a absorver o discurso oficial. Em um cruzeiro para a Itália logo após a Noite dos Cristais, em 1938, um marceneiro socialista expressou seu descontentamento com aquela “terrível bagunça” (*Schweinerei*), conforme o registro de espões nazistas encarregados de medir o humor dos trabalhadores a bordo. Casos como esse não eram incomuns.⁵³³

Ainda assim, a tarefa de estimular os trabalhadores a relacionar seu bem-estar, ainda que ilusório, ao projeto racial nazista, isto é, a vincular o prazer com o novo regime, foi bem-sucedido e abrangente – incluía tours pelos museus onde havia as mostras de “arte degenerada” e pelas grandes feiras de automóveis, um verdadeiro fetiche para os alemães em geral, entre outras iniciativas grandiosas do governo, de modo a fixar na memória dos “turistas-trabalhadores” as linhas mestras da revolução que Hitler pretendia realizar no país. Fotos de Goebbels e de Hitler eram dadas como souvenirs para os viajantes.⁵³⁴

Assim, a classe média e a classe trabalhadora da Alemanha aceitaram trilhar, não sem autêntica satisfação, a senda de oportunidades, de segurança e de prazer aberta por Hitler, mesmo que isso significasse renunciar à capacidade de pensar sobre o que estava sendo feito. “No nosso caso”, escreveu Reck-

⁵³² RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 26

⁵³³ BARANOWSKI, Shelley. *Strength Through Joy: Consumerism and Mass Tourism in the Third Reich*. Nova York: Cambridge University Press, 2004, p. 179

⁵³⁴ FRITZSCHE, Peter. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 62

Mallecwezen, “as massas foram drogadas: festivais populares, construções inúteis, tudo e cada coisa evitam que o homem comum tenha uma pausa para refletir.”⁵³⁵ Essa massa, diz o escritor em seu diário, mostra que o ser humano havia afundado a um ponto inédito, e agora era questão de tempo que todos fossem obrigados a descer “ao mesmo nível de degradação”.⁵³⁶

Para parte da alta sociedade e da classe média respeitável da Alemanha, quanto mais a República de Weimar se aproximava da crise ou do perigo de sucumbir ao comunismo, mais fazia sentido a ideologia *völkisch*. Um dos heróis mais populares criados na época foi Wiltfieber, o “alemão eterno” (*der ewige Deutsche*), em obra de Herman Burte publicada em 1912. Wiltfieber está em busca daqueles com quem possa compartilhar sua “germanidade”, isto é, ele está em busca da *Volk*, e rejeita os valores morais burgueses, com os quais identifica a destruição do mundo ideal pela modernidade. O contrário, isto é, a destruição incondicional e total do mundo burguês, assume ares de missão suprema. Wiltfieber repele as massas, que, em sua visão, distorcem o belo e os sentimentos religiosos. Para superar o que ele enxerga como a degenerescência do cristianismo, Wiltfieber espera a salvação por meio da volta de um deus germânico e da formação de um “Cristianismo Germânico”.⁵³⁷

Nessa era “pós-cristã”, a revolução conservadora em curso considerava o liberalismo inaceitável – as incertezas tinham de ser eliminadas e as certezas morais estavam no passado idealizado. O individualismo defendido pelo movimento *völkisch* é o do “homem natural”, isto é, sem as amarras da vida em sociedade. Tratava-se da criação de uma nova consciência, cujos elos de solidariedade se forjariam exclusivamente no pertencimento à comunidade, e não do pertencimento à espécie humana. Foi na esteira desse pensamento que um grupo de intelectuais liderados pelo pensador *völkisch* Moeller van der Bruck criou um jornal de forte penetração entre os intelectuais, *Gewissen* (consciência), porta-voz da luta contra a “falta de consciência que é o mais conspícuo retrato de nossa era; essa falta de consciência nos domina; ela

⁵³⁵ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 31

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 59

⁵³⁷ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 78

domina a Europa; ela domina o mundo. Em todo lugar, a consciência se encontra em silêncio”.⁵³⁸

A rejeição da modernidade e daqueles que eram os mais identificados com ela – os judeus – era moeda corrente na classe média alemã, mesmo entre aqueles que eram mais críticos em relação aos nazistas, como o aristocrático Reck-Malleczewen, cujo diário escrito na época da ascensão de Hitler deixa claro que, em sua opinião, o Terceiro Reich era consequência dessa modernidade.⁵³⁹ A classe média entendia a mensagem *völkisch* ao mesmo tempo como alerta e como esperança de que o “espírito germânico” seria resgatado e protegido dos graves perigos vislumbrados adiante, como a desordem social, o capitalismo selvagem e o comunismo.

Vozes segundo as quais os judeus deveriam ser combatidos se levantaram já no século XIX, ainda que fosse de modo marginal: o Christlich–soziale Partei (Partido Social Cristão), de 1880, foi o primeiro a ter explicitamente em sua plataforma não só a violência contra os judeus, mas sua exclusão da vida alemã. Seu fundador, o luterano radical Adolf Stöcker, num discurso em 1880 em Berlim, foi claro sobre os objetivos de seu movimento: para ele, era necessário um “renascimento geral”, baseado nas “leis morais”, e que era necessário acabar com a socialdemocracia judaica, responsável pela “destruição de nossa vida material, ética e religiosa”.⁵⁴⁰

Aos judeus já não bastava se converter ao cristianismo para participar da sociedade alemã – afinal, não era de sua religião que se tratava, mas de sua “raça”. O general da reserva Konstantin von Gebattel, em sua proposta de texto constitucional enviada ao Kaiser Wilhelm II, em 1913, sugeria restringir a participação dos judeus na sociedade. O documento, que antecipou a legislação nazista sobre o assunto, resume o pensamento dos nacionalistas conservadores alemães.

⁵³⁸ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 228

⁵³⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 5

⁵⁴⁰ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 8

Gebsattel disse que não era antissemita, mas que seria um cego se não observasse que os judeus eram uma influência nefasta, graças ao domínio da imprensa, das artes, dos negócios e da legislação. “O espírito judeu e o espírito alemão se contradizem como água e fogo”, escreveu o militar, alertando para o fato de que, graças à imprensa, ninguém ousava falar sobre essa “ameaça à germanidade”. Por isso, era necessário colocar os judeus sob as leis “relativas aos estrangeiros”, sem que pudessem exercer funções públicas. E, para evitar que os judeus se convertessem, como forma de escapar dessa legislação, o general recomendava: “O batismo não deve mudar o status dos judeus e das judias, nem de seus filhos. Nem que haja apenas um quarto de sangue judeu nos netos poderão esses judeus adquirir o status de alemães”.⁵⁴¹

O antissemitismo estava bastante disseminado no centro do poder alemão. O próprio Kaiser considerava *Foundations of the Nineteenth Century* (*Os Fundamentos do Século XIX*), obra-prima da teoria racista e antijudaica elaborada por Houston Stewart Chamberlain, como uma convocação da nação germânica, aceitando a ideia de que o retorno às raízes raciais alemãs seria a salvação contra a decadência. O desaparecimento dos partidos antissemitas ainda no século XIX pode levar a crer que esse ódio aos judeus não era uma boa estratégia política; na verdade, esses partidos desapareceram simplesmente porque o antissemitismo acabou sendo incorporado como bandeira política por todos os grandes partidos de centro e de direita, generalizando-se. Os nacionalistas consideram os judeus traidores, responsáveis pelo desastre de Versalhes, embora os judeus alemães fossem, em geral, zelosos nacionalistas, casos de Victor Klemperer e de Frederik Solmitz, o marido da professora “ariana” Luise Solmitz, cujo diário é um dos documentos deste trabalho.

Quando Werner Sombart, o importante pensador econômico alemão, resolveu descrever as contribuições dos judeus para a vida econômica moderna, salientando que elas “aparentam ser menores do que realmente são”⁵⁴², ele foi bastante criticado pelos pensadores *völkisch*, responsáveis desde o século XIX pela disseminação da imagem do judeu capitalista como um gordo especulador

⁵⁴¹ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 29

⁵⁴² SOMBART, Werner. *The Jews and Modern Capitalism*. Kitchener (Ontário): Batoche Books, 2001, p. 12

onipresente que explorava os pobres arianos. O nazismo acentuou esse traço, e a propaganda do novo regime estimulou ou tornou moralmente impositivo o antissemitismo entre a ralé, incitando-a a aderir ao movimento como uma forma de enfrentar a ameaça judaica, mas também entre alemães altamente preparados e que não se consideravam antissemitas.

Um caso notável é o de Hjalmar Schacht, o respeitado banqueiro que ajudou a controlar a inflação galopante na Alemanha nos anos 20, como secretário da Moeda do Reich (*Reichswährungskommissar*); mais tarde, entre 1934 e 1937, Schacht foi ministro das Finanças de Hitler, mas não era do Partido Nazista e acabou se demitindo quando percebeu que o Führer queria direcionar a economia para a guerra. Em suas memórias, publicadas em 1955, Schacht faz questão de dizer que tem “amigos judeus”, mas escreve, a certa altura, que, “quando as profissões de médico e de advogado têm uma estranhamente alta porcentagem de judeus, quando a maior parte dos teatros, dos jornais e das orquestras estão sob controle judaico, então isso constitui uma incursão de um elemento estrangeiro dentro do espírito da nação anfitriã”. Para ele, o risco dessa influência era óbvio, pois “todas as profissões mencionadas exercem influência civilizadora”.⁵⁴³

Schacht não era um radical, muito menos nazista. Mas representava uma linha de pensamento razoavelmente disseminada na elite conservadora alemã em relação aos judeus: eram uma influência excessiva, e o ataque que eles sofreram, embora lamentável pela violência empregada, era necessário para conter esse perigo de desestruturação representado pelos judeus.

Diante disso, o sucesso de Hitler se deveu em larga medida à sua habilidade de transformar os desejos revolucionários de uma grande parte dos alemães na luta revolucionária concreta contra os judeus. Ao distinguir o capitalista judeu do capitalista alemão, Hitler espertamente preservava a alta burguesia não judaica do país, agradando os conservadores, ao mesmo tempo em que direcionava a energia unificadora contra o inimigo cultivado na Alemanha havia décadas. Ao identificar o judeu tanto com o comunismo quanto com o capitalismo, Hitler retirou a carga negativa do antimarxismo e também

⁵⁴³ HJALMAR, Schacht. *My First Seventy-Six Years*. Londres: Allan Wingate, 1955, p. 356

do anticapitalismo *völkisch*, transformando esses pontos em aspectos positivos, tanto para a burguesia quanto para os trabalhadores alemães.

No caso do anticomunismo nazista, pode-se concluir que era produto do antisemitismo, e não o contrário, como sugere o historiador conservador alemão Ernst Nolte, um dos protagonistas mais importantes da chamada “Querela dos Historiadores” (*Historikerstreit*), o famoso debate entre intelectuais europeus de esquerda e de direita, nos anos 80 do século XX, sobre como analisar os crimes do nazismo.⁵⁴⁴ Nolte afirma que o nazismo é uma espécie de “contrarrevolução” para enfrentar a ameaça dos comunistas, mas há razões de sobra para supor, como fazem os adversários de Nolte na *Historikerstreit*, que Hitler queria combater em primeiro lugar os judeus, a quem ele via como os responsáveis pela República de Weimar e pela “grande traição” da rendição alemã na Primeira Guerra, os chamados “Criminosos de Novembro”.

Após uma breve trégua em suas diatribes contra os judeus, graças à realização da Olimpíada na Alemanha, em 1936, Hitler chegou mesmo a declarar que o comunismo era o filho dileto do judaísmo. Em discurso em 13 de setembro de 1937, retratando a ameaça enfrentada pela Alemanha como um “ataque total à ordem social”, que “envolve todas as esferas da vida”, Hitler qualificou a conspiração judaica como algo de dimensões inéditas desde o nascimento do cristianismo ou a expansão do islã. “O mundo está atualmente no meio de um crescente levante, cuja preparação espiritual e factual e cuja liderança, sem dúvida, procedem dos líderes do judaísmo bolchevique em Moscou”, afirmou Hitler, explicando em seguida:

Quando eu intencionalmente apresento este problema como um problema judaico, então vocês, meus companheiros de partido, sabem que não se trata de uma afirmação sem base, mas um fato provado por evidências irrefutáveis.⁵⁴⁵

⁵⁴⁴ WELCH, David. *The Third Reich – Politics and Propaganda*. Londres: Routledge, 1993, p. 131

⁵⁴⁵ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler – 4 volumes*. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 937, 938

Num discurso em 1937, ao comentar a Guerra Civil na Espanha, Goebbels deixaria a questão ainda mais clara, ao atribuir a responsabilidade pelo conflito entre republicanos e o regime fascista do general Francisco Franco aos judeus:

Sem medo, queremos apontar o dedo para o Judeu como o inspirador, o autor, o beneficiário dessa terrível catástrofe: vejam, este é o inimigo do mundo, o destruidor de culturas, o parasita entre as nações, o filho do caos, a encarnação do mal, o fermento da decomposição, o demônio visível da decadência da humanidade”.⁵⁴⁶

O anticomunismo hitlerista, em se tratando de política, era uma forma inteligente de angariar a simpatia dos nacionalistas conservadores alemães para a causa nazista; de outra forma, isto é, se Hitler fosse apenas mais um antissemita, como muitos políticos na época, não teria obtido o amplo apoio que conquistou, pois o antissemitismo alemão não era particularmente acentuado nos anos da ascensão do nazismo. Já o perigo comunista era o elemento central nas preocupações dos ultranacionalistas. Para Elias, pode-se dizer que Hitler chegou ao poder graças à Revolução Russa, e os vencedores da Primeira Guerra permitiram que a Alemanha, já sob regime nazista, ignorasse o Tratado de Versalhes e se rearmasse para fazer frente ao perigo bolchevique na Europa.⁵⁴⁷

O alcance do discurso contra a modernidade e o internacionalismo representado pelos judeus e os comunistas, e o desejo da classe média da adoção de soluções radicais, mesmo que implicassem em violência, não são desprezíveis. “Os comunistas devem desaparecer, assim como os marxistas”, escreveu Elisabeth Gebensleben, em carta à filha Irmgard.⁵⁴⁸ Elisabeth, então com 49 anos de idade, era mulher do engenheiro Friedrich Karl Gebensleben, de 51 anos, funcionário do Escritório de Planejamento Urbano de Braunschweig (centro-norte da Alemanha) e que trabalhara no sistema de trens de Berlim. Era, como já foi dito, um casal típico da classe média alta da Alemanha, com

⁵⁴⁶ FRIEDLÄNDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews – The Years of Persecution – 1933 - 1939*. Nova York: HarperCollins, 1998, p. 184

⁵⁴⁷ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 175

⁵⁴⁸ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-holla ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 189

posses e vida social agitada em Braunschweig, onde gozava de considerável prestígio – Karl era vice-prefeito.

Nas cartas, Elisabeth expressou frequentemente sua preocupação com os comunistas e, com base na leitura do jornal conservador *Braunschweiger Landeszeitung*, concluiu que os militantes do nazismo eram vítimas deles, ignorando o fato de que a violência de rua, epidêmica durante a República de Weimar e logo após a ascensão do nazismo, era causada basicamente pelos nazistas.⁵⁴⁹ Elisabeth, que simpatizava com os monarquistas reacionários *Deutschnationale Volkspartei* (Partido Nacional do Povo Alemão), então o principal partido nacionalista *völkisch*, tornou-se uma entusiasmada defensora do nacional-socialismo, sem ter sido obrigada ou constrangida.

Ela acreditava, segundo diz em carta à filha, que os nazistas eram os únicos capazes de lidar com os dois grandes problemas do mundo naquele momento:

A Questão Judaica é uma questão mundial, assim como o comunismo. Se Hitler pretende lidar com ela, assim como ele está fazendo com o comunismo, e se seu objetivo for atingido, então talvez um dia a Alemanha seja invejada.⁵⁵⁰

Em outra carta, datada de 1º de abril, Elisabeth é ainda mais explícita sobre a violência contra os judeus, ao defender o boicote aos negócios de judeus, o que, em sua visão, seria uma resposta “compreensível” dos alemães ao que o país estava sofrendo. “Os judeus querem mandar, e não servir”, escreveu ela.⁵⁵¹ Sobre o boicote em si, Elisabeth diz à filha que “a Alemanha está usando a arma de que dispõe contra a campanha de difamação do exterior”.⁵⁵² Ou seja: a Alemanha era a vítima, e não o agressor.

⁵⁴⁹ FULDA, Bernhard. *Press and Politics in the Weimar Republic*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 199

⁵⁵⁰ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-holla-ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 189

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 189, 190

⁵⁵² *Ibid.*, p. 178

Assim, o anticomunismo de Hitler, aliado à sensação de que ele impôs a ordem e evitou o caos bolchevique, deu-lhe superioridade moral e conferiu “lógica” a todas as suas decisões, mesmo aquelas flagrantemente criminosas. Como argumenta Arendt, é mais fácil convencer alguém a cometer um crime sob um argumento “lógico” do que sob um argumento relacionado ao real. De acordo com esse raciocínio, não se lê o mundo como ele é, mas segundo categorias e fórmulas perfeitamente manipuláveis. Em 1º de fevereiro de 1933, Hitler fez seu primeiro pronunciamento à nação por rádio. Nele, o novo chanceler reafirmou que a Alemanha seria defendida do marxismo e do bolchevismo. A unidade nacional, lastreada no cristianismo como sua “integral moralidade”, seria restaurada. Ou seja: Hitler começou sua vida como chanceler invocando a moral cristã – acenando aos conservadores:

O governo nacional tomará como sua tarefa primordial restabelecer a unidade de espírito e de vontade do nosso povo [*Volk*]. Vai preservar e defender as fundações sobre as quais repousa o poder de nossa nação. Vai estender sua mão forte e protetora sobre o Cristianismo como a base de nossa integral moralidade, tendo a família como célula central do corpo de nosso povo e do nosso Estado. [...] Desse modo, vai declarar guerra sem piedade contra o niilismo político, cultural e espiritual. A Alemanha não pode e não vai mergulhar no anárquico comunismo.⁵⁵³

O discurso de Hitler foi perfeitamente entendido pela alta hierarquia cristã na Alemanha, bastante interessada no enfrentamento dos comunistas e dos socialdemocratas. A disseminação da vinculação entre judeus e comunismo foi bastante facilitada, por exemplo, pela pregação de nacionalistas protestantes em suas comunidades Alemanha afora. O Terceiro Reich era visto por esses religiosos como uma oportunidade para atacar o “judaísmo materialista”. Como dois terços do país eram protestantes, é possível imaginar o alcance dos sermões dos pastores contra os judeus. Bem antes da ascensão do nazismo, as lideranças protestantes já declaravam que o objetivo era opor-se ao que chamavam de

⁵⁵³ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 1, p. 233

“missão judaica na Alemanha”, rejeitar o espírito do “cristianismo cosmopolita” e lutar contra a mistura racial, como parte de sua missão de estabelecer uma crença em Cristo “apropriada” à raça alemã.⁵⁵⁴

No plebiscito do Sarre para o retorno do território à Alemanha, em janeiro de 1935, mesmo as autoridades católicas do território, que teoricamente se alinhariam contra os nazistas, apoiaram o pleito e viam Hitler como aquele que os protegeria do comunismo.⁵⁵⁵ Na contagem dos votos, 91% dos eleitores – inclusive eleitores que sempre votaram na esquerda – escolheram se integrar à ditadura alemã. Se alguém tinha alguma dúvida de que Hitler dispunha do apoio da maioria da população alemã, essa dúvida acabou ali. Mesmo entre os fiéis cristãos, cujas igrejas vinham sendo pressionadas pelos nazistas, havia entusiasmo por Hitler. Os professores de uma escola cristã que Melita Maschmann frequentou “fingiam para si mesmos e para nós que era possível ser, ao mesmo tempo, e sem desonra, um cristão e um nazista”.⁵⁵⁶

A repressão aos comunistas e a segregação dos judeus eram os elementos que criavam uma atmosfera positiva para o regime nazista entre os cristãos. Os bispos católicos reafirmaram seu posicionamento contra o “ateísmo bolchevique” e sua lealdade a Hitler.⁵⁵⁷ A literatura crítica de Alfred Döblin em *Berlin Alexanderplatz* ironiza esse apoio, ao colocar o “herói” da trama, o desmiolado Franz Biberkopf, como porta-voz dessa tranquilidade cristã pequeno-burguesa trazida pelo nazismo. A horas tantas, Biberkopf exalta essa situação: “Ele não tem nada contra os judeus, mas é a favor da ordem. Pois é preciso haver ordem no Paraíso, isso qualquer um tem de reconhecer”.⁵⁵⁸

A ascensão dos nazistas ao poder, portanto, foi festejada por católicos e protestantes, que a consideraram uma oportunidade para revitalizar o “espírito

⁵⁵⁴ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 223

⁵⁵⁵ O território do Sarre localiza-se no sudoeste da Alemanha. Depois da Primeira Guerra Mundial, ficou sob administração da Liga das Nações por 15 anos, e suas minas de carvão foram exploradas pela França. Com o fim do período de administração externa, a Alemanha promoveu um plebiscito no Sarre para definir se o território voltaria à sua administração. Apesar de abrigar antinazistas que haviam fugido da Alemanha em 1933, o Sarre decidiu reintegrar-se ao país. O sentimento antifrancês era mais forte que o sentimento contra Hitler.

⁵⁵⁶ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 30, 31

⁵⁵⁷ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. XXXVIII e XXXIX.

⁵⁵⁸ DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 89

alemão”. Ademais, é bom que se frise, a mera existência dos judeus, que rejeitaram a salvação oferecida por Cristo, sempre constituiu um estorvo para a doutrina cristã, pois desafiava permanentemente suas certezas. Portanto, a persistência judaica em negar Cristo e, assim, em corporificar a oposição teológica ao cristianismo só podia resultar, na visão cristã, de algum desvio moral insanável. Tal ideia permeou o cristianismo por séculos, de tal modo que a afirmação dos cristãos passava necessariamente pelo desejo de isolamento dos judeus, algo que os nazistas prometiam pôr em prática. No caso da Alemanha nazista, as igrejas, todas elas, silenciaram. “O silêncio diante da desumanidade organizada foi o único ponto a unir as igrejas, normalmente em total desacordo”, diz Bauman.⁵⁵⁹

Além disso, havia ainda pastores protestantes alemães que desprezavam o cristianismo misericordioso e defendiam a imagem de um Cristo heroico e “muscular”, contra a “afeminação” da religião. Hitler, nesse aspecto, era o líder que vinha redimir a sociedade por meio do cristianismo e do nacionalismo. Ademais, líderes cristãos aceitaram a ideia de que um judeu seria sempre um judeu, o que contrariava a própria doutrina do batismo.⁵⁶⁰

Um caso exemplar é o do teólogo Gerhard Kittel. Respeitado mesmo depois da guerra por seus amplos conhecimentos bíblicos, reunidos no *Dicionário Teológico do Novo Testamento*, Kittel chegou a trabalhar com estudiosos judeus e, de alguma forma, era favorável a uma aproximação judaico-cristã. No entanto, com a ascensão do nazismo, Kittel mudou drasticamente e assumiu um papel de relevo na disseminação sofisticada do ideário nazista em escolas e igrejas. Em junho de 1933, ele proferiu um discurso, intitulado *Die Judenfrage* (a questão judaica), em que defendia que os judeus alemães perdessem o status de cidadãos, considerando que eles eram realmente um perigo para a Alemanha, como afirmavam os nazistas. Kittel admitia que os cristãos poderiam simpatizar com alguns judeus diante dessa violência, mas, de todo modo, “Deus não quer que sejamos sentimentais”. E ele salientou: “Não

⁵⁵⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 135

⁵⁶⁰ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 307 e 308.

devemos nos tornar brandos... Se o objetivo da batalha é correto, os cristãos têm seu lugar no front”.⁵⁶¹

Além de marginalizar os judeus na sociedade, Kittel considerava haver outras três maneiras de resolver o problema: a assimilação dos judeus, que ele considerava ruim por ampliar exatamente a “contaminação” pelo qual a Alemanha atravessava; a criação de um Estado judeu na Palestina, que ele via como impossível, graças à hostilidade dos árabes; e o extermínio (*Ausrottung*), que ele entendia ser inviável – se os judeus haviam sobrevivido à Inquisição e aos pogroms na Rússia czarista, não havia razão para acreditar que os alemães seriam bem-sucedidos onde todos os outros falharam.⁵⁶²

Em março de 1933, após algumas divergências iniciais com o novo regime, as autoridades da Igreja Católica alemã, reunidas na Conferência dos Bispos de Fulda, declararam que era dever dos cristãos “ser leal às autoridades constituídas, cumprir seus deveres cívicos e rejeitar absolutamente qualquer atividade revolucionária ou ilegal”.⁵⁶³ Ou seja: embora deixassem claro que seu campo de atuação deveria ser preservado pelos nazistas, as autoridades eclesiásticas não tardaram a empresar seu peso no apoio a Hitler. Se alguns dos principais guardiões da moral cristã aceitaram o nazismo, após alguma resistência inicial, a despeito de sua violência e de seu fanatismo (ou precisamente por causa disso), não surpreende que a inversão moral tenha sido tão bem-sucedida na Alemanha de Hitler.

Dessa maneira, o projeto de renascimento nacional foi construído tendo como um dos pilares o terrorismo antimarxista – que era a face “política” do antissemitismo – e a manipulação cínica da massa. Eis a soma da mensagem de Hitler à burguesia de Hamburgo já em 1926, num encontro para angariar recursos financeiros ao Partido Nazista e para obter o apoio daqueles ricos empresários e comerciantes. Primeiro, deixou claro que o marxismo deveria ser

⁵⁶¹ ERICKSEN, Robert. *Christian Complicity? Changing Views on German Churches and the Holocaust*. United States Holocaust Memorial Museum – Center for Advanced Holocaust Studies, p. 2 e 3. Disponível em <http://www.ushmm.org/research/center/publications/occasional/2009-11/paper.pdf>. Acesso em 10 fev. 2011.

⁵⁶² KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, 64

⁵⁶³ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 1: The Rise to Power – 1919-1934*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 159

“erradicado”, por meio da mobilização das massas e da transformação dela num movimento absolutamente intolerante, tendo como elo uma “inabalável fé política” e a disposição de usar a força. E acrescentou: “A massa é cega e estúpida e não sabe o que faz. [...] Sua única estabilidade é a emoção: o ódio”.⁵⁶⁴

Apesar da clareza de seu discurso, até 1935 não havia nada especificamente “nazista” nos feitos de Hitler, e todo alemão patriota estava feliz com o que havia sido conquistado: o respeito, o rearmamento, a recuperação econômica, o Exército orgulhoso, a retomada de territórios sem dar um único tiro. Sua popularidade disparou. A base de seu sucesso era a defesa do renascimento moral alemão, que Hitler fez de modo eloquente já em 1924, ao ser julgado pela tentativa de golpe no ano anterior. Para ele, imoral era o Tratado de Versalhes, que, em sua visão, e na visão de boa parte dos alemães de diversas classes, permitiu ao inimigo ser a própria lei na Alemanha. E ele deixou claro que não via a violência como um crime, mas como o meio de redenção:

O futuro da Alemanha significa a destruição do marxismo. Ou o marxismo envenenará o povo, e então a Alemanha estará arruinada, ou o veneno será eliminado, e então a Alemanha poderá se recuperar de novo – mas não antes disso. Para nós, a Alemanha estará salva no dia em que o último marxista for convertido ou destruído. [...] Eu assumo inteira responsabilidade [pela tentativa de golpe], mas declaro só uma coisa: eu não sou um criminoso por causa daquilo e não me sinto como se fosse um criminoso. Eu não posso me declarar culpado, mas confesso o ato. Não existe alta traição contra os traidores de 1918. Eu não me considero como alguém que cometeu alta traição, mas como um alemão que quer somente o melhor para seu povo.⁵⁶⁵

Desse modo, com a aquiescência tácita dos juízes nacionalistas que o julgaram, Hitler transformou crime em patriotismo, e sua defesa, que durou seis semanas, o tornou famoso na Alemanha e em boa parte da Europa. Aos magistrados, disse que, mesmo que fosse condenado ali, a História o absolveria.

⁵⁶⁴ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 287

⁵⁶⁵ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 86, 87

Hitler se tornaria em pouco tempo o líder mais popular da Europa. Aos alemães, ele parecia ter estabelecido as bases para a tão desejada paz com prosperidade – logo Hitler, que, pelo contrário, buscava a guerra, como sua pregação jamais escondeu. Pouco importava se os direitos civis ficaram pelo caminho – o fato é que “cada pessoa que pensa e se sente como alemão, o burguês, o fazendeiro, o aristocrata, o príncipe e a intelligentsia, apoia Hitler”, como descreve uma encantada Luise Solmitz, professora primária de Hamburgo. A respeitável voz dessa “boa sociedade”, entusiasmada com Hitler, tranquilizou consciências como a de Eichmann, conforme ele próprio declarou em seu julgamento em Jerusalém.⁵⁶⁶

Luise Solmitz se disse “inebriada de entusiasmo” com a procissão de tochas que os nazistas promoveram para festejar sua vitória, em janeiro de 1933.⁵⁶⁷ Melita Maschmann também testemunhou essa procissão e, mais tarde, refletiu sobre o que aquela imagem representava para o orgulho alemão, principalmente porque, entre os participantes do evento, havia muitos jovens como ela. Ao relatar que viu um homem sendo espancado pelos condutores de tochas, talvez porque tivesse sido hostil a algum deles, Melita revela sua ambiguidade ante a violência daquele movimento disposto a revirar a alma alemã e a reformar sua moral:

O horror que aquilo me inspirou foi quase imperceptivelmente temperado com uma alegria tóxica. “Pela bandeira estamos prontos para morrer”, cantavam os condutores das tochas. Não era uma reivindicação por roupas, comida ou educação, mas por vida ou morte. [...] Fui vencida pelo desejo incendiário de pertencer a esse grupo, para quem tudo era uma questão de vida ou morte.⁵⁶⁸

Em outra passagem de seu relato, Melita volta a usar o termo “tóxico” para se referir à felicidade por participar das tarefas impostas pelo Reich nazista, dizendo que os jovens de classe média, como ela, “desejavam ser

⁵⁶⁶ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 143

⁵⁶⁷ NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 1: The Rise to Power – 1919-1934*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, p. 81

⁵⁶⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 11-12

instados a se entregar inteiramente” à causa de Hitler.⁵⁶⁹ Quando lembra a época em que a guerra já estava perdida, e seus pais haviam morrido sob bombardeio britânico, Melita reafirma essa profunda utopia: “Tudo o que eu fiz foi baseado na esperança de que a Alemanha se tornasse o país mais feliz do mundo”.⁵⁷⁰

O entusiasmo também aparece na correspondência de Elisabeth Gebensleben com a filha, Imgard. Em carta datada de 3 de fevereiro de 1933, ela celebra Hitler e destaca sua simplicidade: “Finalmente! Finalmente! Onde se sentou Bismarck, e depois de tanta hostilidade e difamação, agora se senta o homem simples, que esteve nas trincheiras (*da Primeira Guerra*)”.⁵⁷¹ Em seus comentários, Luise, Melita e Elisabeth traduziram com precisão a simpatia que Hitler despertou na gente comum da classe média alemã, de tal modo que observadores críticos, como o escritor Reck-Malleczewen, perceberam que a pequena burguesia era mesmo o esteio do nazismo. Em seu diário, ele anotou que os simpatizantes de Hitler “não são de origem proletária”, e sim “derivados da classe média, oficiais de baixa patente, professores de escolas primárias, funcionários dos Correios em ascensão”. E acrescentou, como a provocar a professorinha Luise Solnitz:

Eu acho que aqueles de nós que estão agora reunindo material para escrever uma história do Terceiro Reich estarão obrigados, quando tivermos combinado tudo num único trabalho, a chamar esse período de “A Revolta dos Carteiros e das Professoras Primárias”.⁵⁷²

É curioso, mas ao mesmo tempo revelador, que importantes funcionários do regime fossem egressos dessa classe média que se pode chamar de pequena burguesia. Eichmann era um deles. Eichmann era tão intelectualmente limitado

⁵⁶⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 73

⁵⁷⁰ Ibid., p. 154

⁵⁷¹ KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-holla□ndischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995, p. 160

⁵⁷² RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 204

que, segundo Arendt, “era capaz de mandar milhões de pessoas para a morte, mas não era capaz de falar sobre isso da maneira adequada se não lhe fornecessem a ‘regra de linguagem’ condizente”. Seu advogado, Robert Servatius, disse que sua personalidade era a de “um carteiro comum”, estabelecendo aqui um involuntário diálogo com a crítica social de Reck-Malleczewen.⁵⁷³

O que interessava a essa classe é que, em pouco tempo, havia emprego e estabilidade, um forte contraste com o caos da República de Weimar. Os problemas – como eventuais rugas com a Igreja, por exemplo – jamais eram debitados na conta de Hitler, mas sempre na de seus assessores. Hitler era sempre poupado, como se não soubesse dos desmandos em seu governo e em seu partido. Mesmo quem havia sofrido com Hitler o apoiava. A “ariana” Luise Solmitz é um bom exemplo. Ela tinha uma filha que foi classificada como “não ariana” pelas leis raciais da Alemanha nazista, porque o pai era judeu, embora convertido ao cristianismo. “O terrível para nós”, desabafou Luise em seu diário, em agosto de 1935, “é que eles (*o governo*) querem nos impedir de nos considerarmos parte do povo (*Volk*) e da Pátria, e não temos ideia do que colocar no lugar” – ou seja, Luise e o marido, um herói de guerra, não conseguiam se ver de outra maneira senão como alemães, e isso os nazistas não estavam permitindo.⁵⁷⁴ Um mês mais tarde, Luise desabafa (“Nossos direitos civis foram destroçados”) e diz que as Leis de Nuremberg, cuja adoção visava a segregar os judeus e excluí-los da vida pública alemã, eram “nossa pena de morte civil”.⁵⁷⁵ Mesmo assim, em março de 1936, ela celebrou com vigor a retomada militar, pela Alemanha, do controle da região da Renânia, que deveria permanecer desmilitarizada, segundo ditava o Tratado de Versalhes. A ação hitlerista deflagrou uma onda de euforia na Alemanha, traduzida assim por Luise em seu diário:

⁵⁷³ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 162

⁵⁷⁴ MATTHÄUS, Jürgen; ROSEMAN, Mark. *Jewish Responses to Persecution: Volum 1, 1933-1938*. Lanham (Maryland): AltaMira Press, 2009, p. 152

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 186

Estou totalmente tomada pelos acontecimentos recentes, feliz pela entrada triunfante de nossos soldados, pela grandeza de Hitler e pelo poder de seu discurso, por sua força. Quando a desmoralização estava entre nós, nem ousávamos pensar nessas conquistas. De novo e de novo, o Führer encara o mundo com *fait accompli*. Além do mundo, as pessoas prendem a respiração. Para onde Hitler está indo, o que haverá no fim, o clímax de seu discurso, que surpresa ainda haverá? Isso é tão revigorante... Essa é a profunda natureza do Führer. E ele sempre tem sorte.⁵⁷⁶

A propósito dessa conversão entusiasmada da classe média ao nazismo, mesmo em condições adversas e diante das evidências de que os direitos estavam sendo atropelados, o filólogo judeu Victor Klemperer relata a história de “Paula B.”, assistente de um professor na universidade onde ele lecionava. Paula era a típica conservadora média alemã: descendia da nobreza militar e não se interessava por política, apenas pela atividade intelectual. Klemperer menciona um diálogo que travou com ela na época da ascensão de Hitler ao poder. Paula lhe disse que rejuvenesceu dez anos, e Klemperer a censurou, lembrando que muitas pessoas da universidade estavam sendo presas, e suas obras, censuradas. Ao que ela respondeu: “(O senhor) não está percebendo a realidade e se deixa desviar por pequenos percalços e constrangimentos que não há como evitar em revoluções tão importantes. Logo o senhor haverá de julgar de maneira diferente”.⁵⁷⁷

Ao conversar com sua mulher sobre Paula, Klemperer ouviu dela que a assistente universitária era uma “velha solteirona histérica, que vê no Führer o redentor”, ao que ele respondeu:

É evidente que ele [Hitler] deve suscitar uma fé que se espalha também em outras pessoas, e não só entre velhas solteironas. A própria Fraulein von B. não é uma solteirona clássica. Durante anos, nos quais já havia risco, nós a conhecemos como uma mulher de bom senso, de boa formação. Não só tem uma profissão, mas a exerce com eficiência. Criou-se em um ambiente sóbrio e trabalhador, viveu durante anos em uma

⁵⁷⁶ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 590

⁵⁷⁷ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 179

atmosfera de horizontes amplos, e tudo isso deveria torná-la mais impermeável a esse tipo de psicose religiosa... Eu levo muito a sério quando ela diz: “Nele [Hitler] eu acredito!”.⁵⁷⁸

Na mesma linha, o escritor Reck-Malleczewen relata em seu diário o caso de uma amiga que o procurara para externar seu receio de que seus filhos seriam sequestrados pelos ingleses, os americanos ou os russos e levados a orfanatos, conforme advertira Goebbels, em diversos artigos. A mulher em questão havia morado vários anos nos Estados Unidos, falava inglês e não era ignorante, diz Reck-Malleczewen, que observa: “Realmente, essas pessoas, até ontem tão inteligentes e distintas, parecem ter sido derrotadas por uma doença mental. Elas agora acreditam em tudo o que lhes dizem, desde que seja com suficiente aplomb”.⁵⁷⁹

Em 16 de março de 1935, quando Hitler anunciou a criação de um novo Exército (*Wehrmacht*), com 36 divisões e 550 mil soldados, além da imposição do serviço militar, contrariando amplamente o Tratado de Versalhes, colocando a Alemanha na rota de um novo confronto planetário, os jornais mostraram que a vergonha da derrota na Primeira Guerra Mundial havia sido superada, e o orgulho alemão, restaurado. William Shirer, um jornalista americano que testemunhou esse momento na Alemanha, diz que houve apoio amplo às medidas de Hitler, mesmo entre aqueles que odiavam os nazistas:

A criação de um Exército de conscritos, em aberto desafio ao Tratado de Versalhes, vai ampliar muito sua [de Hitler] posição doméstica, pois há poucos alemães, independentemente de quanto eles odeiem os nazistas, que não irão apoiá-lo do fundo do coração. A grande maioria vai gostar do modo como ele ignorou Versalhes, de que todos eles se ressentem, e, sendo militaristas militantes, eles vão receber bem o renascimento do Exército.⁵⁸⁰

⁵⁷⁸ KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 182

⁵⁷⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 174

⁵⁸⁰ SHIRER, William L.. *Berlin Diary: The Journal of a Foreign Correspondent – 1934-1941*. Nova York: Rosetta Books, 2011. Kindle Edition. Loc. 454-11351 e 469-11351

Ao rasgar o Tratado de Versalhes, Hitler nada mais fez do que atender aos anseios da maioria dos alemães, que viam naquele documento o símbolo de sua humilhação – embora, é bom que se diga, o tratado fosse brando perto do que os alemães exigiriam se vencessem a guerra. Mesmo os socialistas, ferozes opositores do regime, aplaudiram a coragem de Hitler.⁵⁸¹ O tratado imposto pelos algozes da Primeira Guerra era o que dava unanimidade ao novo Führer, mesmo que ele desse sinais claros de que estava destruindo um dos bens mais caros à burguesia, isto é, a liberdade.

O nazismo rejeitava declaradamente a liberdade, no sentido das democracias ocidentais. Livre era o homem que cumprisse aquilo que considerava seu dever, sem necessidade de uma ordem, em nome do suposto bem comum. Agir segundo a consciência era considerado uma forma de escravidão. A noção de liberdade era, portanto, invertida. Um homem só se libertaria se aceitasse a submissão a algo “superior” a seu “pequeno ego”. A guerra era o ambiente ideal para a disseminação desse fatalismo romântico. Nas trincheiras, escreve Ernst Jünger em seu já citado livro *Stahlgewittern* (*Tempestade de Aço*), “cada homem sentiu sua identidade individual dissolver-se em face de uma crise na qual ele tinha um papel a desempenhar e pelo qual a História seria feita”.⁵⁸²

Num livreto destinado a orientar as crianças sobre como deveriam se comportar – e que a liderança do regime considerou muito adequado para isso, em vez dos “mitos judaicos do Velho Testamento” –, Helmut Stellrecht, responsável pela educação militar da Juventude Hitlerista, elaborou esse peculiar conceito de liberdade:

Não existe liberdade na Alemanha para se fazer o que quer, e não haverá tal liberdade, porque, do contrário, a Alemanha deixaria de existir. [...] Liberdade é escolher seguir o caminho que o dever impõe. Os demais são escravos de si mesmos. [O homem livre] cumpre seu dever, enquanto os outros tiram férias. [...] Em algum lugar, no meio do verão quente, o poço de um vilarejo seca. Dia e noite, alguém trabalha duro para cavar

⁵⁸¹ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. XXXIX

⁵⁸² ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 192

um novo poço. Ninguém deu a ordem. Mas, para ele, é uma tarefa feliz encontrar água para as mulheres e crianças e seus camaradas. Os outros fazem o que bem entendem. Mas o primeiro é um homem livre em meio ao trabalho duro que ele escolheu desempenhar. Os outros são escravos de seus desejos e paixões. São delinquentes que ficam no bar dizendo que o homem nasce livre e pode fazer tudo o que deseja. Aquele que pensa em si mesmo é um escravo e limitado; aquele que pensa nos outros é senhor e livre.⁵⁸³

A mensagem de Hitler encontrou assim grande audiência entre os alemães jovens, nascidos de 1900 em diante, que não experimentaram diretamente a guerra, mas que, por outro lado, viviam intensamente a crise econômica e o esfacelamento institucional da Alemanha e ansiavam por algo “novo” – preferencialmente distante dos velhos valores conservadores, conforme atesta Melita Maschmann, que diz ter aderido ao nazismo para se rebelar contra os pais, “burgueses esnobes”.⁵⁸⁴ Ela observa que “a geração da classe média que estava entre a infância e a adolescência na época da ascensão de Hitler ao poder tornou-se fatalmente vítima de suas ‘ideias’, mesmo que seus pais fossem hostis ao nacional-socialismo”.⁵⁸⁵ A propósito desse entusiasmo, Melita relata que a irmã de uma amiga quis muito entrar na Juventude Hitlerista apesar de ser judia, e disse que “o que atraía os jovens em primeiro lugar ao nazismo não era o ódio – às tendências ‘inimigas’ ou aos estrangeiros – mas o amor à Alemanha”.⁵⁸⁶

Em nome desses sonhos, muitos desses alemães nem se deram conta de que estavam sendo transformados em criminosos. Eberhard Jäckel, um dos principais historiadores alemães, relata sua experiência pessoal a esse respeito:

Eu tinha três anos e meio quando ele [Hitler] chegou ao poder e quase 16 quando ele se matou. Eu cresci sob seu poder, fui às suas escolas, vivi sua guerra. No entanto, só quando ele desapareceu eu percebi todo o impacto que ele teve sobre mim.

⁵⁸³ STELLRECHT, Helmut. *Glauben und Handeln. Ein Bekenntnis der jungen Nation*. Berlim, Zentralverlag der NSDAP, Franz Eher Nachf., 1943. Disponível em www.calvin.edu/academic/cas/gpa/glauben.htm Acesso em 8 fev. 2011

⁵⁸⁴ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 10

⁵⁸⁵ Ibid., p. 17

⁵⁸⁶ Ibid., p. 26

Entre minhas primeiras leituras no pós-guerra, estavam reportagens sobre seus campos de concentração e sobre o Julgamento de Nuremberg. Eu então percebi que vivera governado por um criminoso.⁵⁸⁷

Jäckel atesta que mesmo o mais inocente dos alemães comuns estava tão embrenhado na barbárie que não havia nem sequer percebido a revolução moral que Hitler empreendera na Alemanha. Um exemplo disso foi dado de forma clara por um soldado amigo do escritor Reck-Malleczewen, em carta enviada do front na Polônia logo no início da Segunda Guerra. Diz o texto, registrado no diário do escritor, que a nova guerra poderia contrariar “dramaticamente” a consciência de muitas pessoas na Alemanha, mas isso não seria um problema: “Eu não tenho dúvida de que dezenas de milhares de pessoas do meu tipo forçarão o resto a agir conforme eles devem agir”. Isso significava fazer um país inteiro cometer crimes à luz do dia e considerar essa afronta um dever moral. Reck-Malleczewen esclarece quem é o autor dessa violentíssima carta – e eis que o perfil é o de um alemão absolutamente comum:

É uma carta escrita por um bandido, ou por um condenado fugitivo? Não. A carta foi escrita por um jovem homem com vívidos olhos azuis e um irresistível sorriso de criança, um bom amigo que, na vida civil, era inteiramente inofensivo... Um jovem da boa cepa da classe média da Renânia, de uma certa tradição, de certas pretensões culturais.⁵⁸⁸

A respeito dessa transformação moral, Reck-Malleczewen conclui:

E não ouse contrariar [a nova Ordem], senão a Gestapo irá atrás de você. E as crianças irão denunciar seus pais, e os irmãos entregarão suas irmãs, e no final das contas o certo passa a ser aquilo que é útil para a Alemanha...⁵⁸⁹

⁵⁸⁷ JÄCKEL, Eberhard. *Hitler in History*. New England: Brandeis University Press, 1984, Prefácio.

⁵⁸⁸ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 103

⁵⁸⁹ *Ibid.*, p. 103

Não eram apenas os alemães comuns que haviam decidido apoiar Hitler “por todos os meios” contra a ameaça da desordem. A alta intelectualidade do país emprestou vários de seus maiores luminares à defesa do nacional-socialismo e de suas promessas de paz social – e isso apesar da franca hostilidade de Hitler aos intelectuais, manifesta em 10 de novembro de 1938 num discurso a jornalistas alemães, no qual classificou os pensadores críticos como “raça de galinhas” e disse que gostaria de, um dia, “exterminá-los” (*ausrotten*), pois eles haviam sido, em sua visão, os responsáveis pelo desastre na Primeira Guerra Mundial e eram fundamentalmente inúteis.⁵⁹⁰

Tal postura mostra por que o nazismo representou a desmoralização do pensamento e a ascensão da escória intelectual, marginalizada pelo Iluminismo e pela sofisticação acadêmica da modernidade. É como se, de uma hora para outra, os lumpen-intelectuais tomassem o poder, sendo acompanhados pelos pensadores que haviam renunciado a suas qualidades em favor da utopia da *Volksgemeinschaft*, a comunidade étnica.

Um exemplo típico de lumpen-intelectual, entre tantos, é Alfred Schuler, um autêntico *Luftmensch*, isto é, um sonhador que vivia na pobreza sem se importar com isso. Ele era ideólogo de um grupo em Munique que desprezava o indivíduo e dava importância à raça, elemento primordial. O grupo tentou reviver o culto aos druidas, que enfatizava os laços nacionais sanguíneos – é o “chamamento do sangue”, fonte da genuína criatividade, que permite “ver o passado com a alma”, segundo sua peculiar teoria da História. Schuler deu concorridas palestras na cidade, em 1922, às quais Hitler pode ter assistido. Nelas, ele expressava seu menosprezo ao intelecto e enfatizava a submissão às forças naturais. Ademais, condenava o urbanismo e considerava que o materialismo impedia o pensamento criativo.⁵⁹¹ Embora Schuler não tenha deixado marcas importantes, por razões óbvias, ele representa um tipo de

⁵⁹⁰ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 1.251

⁵⁹¹ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 75 e 76

pensamento da ralé que seria assumido como alta cultura na época da ascensão do nazismo, envolvendo intelectuais de insuspeitada capacidade.

Em abril de 1933, por exemplo, Gottfried Benn, um dos grandes nomes da poesia expressionista, declarou sua simpatia total à nova era cultural, em que a ordem se sobrepunha ao caos e à subversão representada pela República de Weimar. Como era médico e se interessava particularmente pela genética, entusiasmou-se com a transformação dos princípios da eugenia em política de Estado:

Eu me declaro muito pessoalmente a favor do novo Estado, porque é meu povo que está trilhando esse caminho. Minha existência econômica e mental, minha língua, minha vida, meus contatos humanos, a soma total do meu cérebro, tudo isso eu devo em primeiro lugar a esse povo.⁵⁹²

Benn notabilizou-se por cobrar de seus colegas literatos que fossem “patriotas”, e ajudou a isolar aqueles que não tinham tanto entusiasmo pelo novo regime, como Thomas Mann. “Onde a História fala, o indivíduo cala”, escreveu ele, no manifesto intitulado *O novo Estado e os intelectuais*, de 1933.⁵⁹³ Nele, o poeta censurou os intelectuais por abraçarem o marxismo com fervor e por considerarem “imoral” a “revolução nacional” empreendida pelos nazistas:

Que grande deficiência moral [dos intelectuais] é não conseguir enxergar as grandes conquistas culturais de seus oponentes [os nazistas], é não conseguir ver o grande sentimento de autossacrifício e de rendição do indivíduo à totalidade, a seu Estado, à sua raça, àquilo que lhe é imanente, sua renúncia à economia em favor do coletivo mítico, é não conseguir ver nisso tudo o profundo sentido antropológico da vida!⁵⁹⁴

⁵⁹² KERSHAW, Ian. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000, p. 480

⁵⁹³ TRAVERS, Martin (ed.). *European Literature from Romanticism to Postmodernism – A Reader in Aesthetic Practice*. Nova York: Continuum, 2001, p. 254

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 255

O irônico é que, cerca de cinco anos mais tarde, quando os nazistas elegeram os expressionistas como os vilões da vez, Benn seria considerado pouco “patriota” e perderia suas benesses. O poeta era apenas um nome numa extensa lista de artistas que não eram nazistas e talvez nem fossem antissemitas, mas que viam na “coordenação” da vida alemã, com o fim das liberdades individuais em nome do funcionamento ubíquo do Estado, o prenúncio de uma “nova era cultural”.

Outros destacados pensadores alemães aderiram ao regime e ajudaram a formatar suas bases, que Hitler apenas lançara de modo fragmentado e caótico, como era de seu feitio. Dois deles merecem atenção: Martin Heidegger, então o principal filósofo da Alemanha, e o jurista Carl Schmitt, reconhecido como o maior constitucionalista do país, já mencionado neste trabalho.

Heidegger defendeu que seus alunos abandonassem a liberdade acadêmica, porque ela significava desordem e ameaça ao Estado *völkisch*. Para o filósofo, a “verdadeira liberdade acadêmica”, dali em diante, seria aquela em que “os estudantes alemães se entreguem às novas leis promulgadas pelo movimento nacional-socialista”.⁵⁹⁵ Em sua visão, as universidades tinham uma “missão histórica” na construção do mundo tal como desenhado pelo nazismo, algo que elas fizeram sem pestanejar – os campos de extermínio, é bom lembrar, não foram projetados por criminosos iletrados, mas por competentes cientistas oriundos das universidades que estavam entre as melhores do mundo.

O aspecto racional do trabalho intelectual em favor dos planos nazistas para o futuro da sociedade alemã deveria, na visão desses intelectuais e cientistas, ser preservado de eventual escrutínio moral, pois isso era o que garantia a independência e a eficiência de seu trabalho. Assim é que, depois da guerra, mesmo quando se revelou ao mundo a extensão da tragédia provocada pelos nazistas, as grandes corporações e grandes universidades alemãs que participaram do esforço assassino de Hitler, em muitos casos de modo decisivo, jamais foram objeto de reflexão sobre seu papel naquela ocasião e sobre a

⁵⁹⁵ ROCKMORE, Tom. *On Heidegger's Nazism and Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1991, p. 66

falência moral que protagonizaram. Na visão dos cientistas, tratava-se apenas de seu trabalho, ao qual eles se entregaram com vigorosa dedicação.

Para os intelectuais engajados no nazismo, ademais, Hitler era a realidade alemã, presente e futura, e resumia sua lei. Derivava de Hitler, desse modo, a construção do real e de seus mecanismos de funcionamento, isto é, suas normas e mesmo sua linguagem.⁵⁹⁶ O linguista Victor Klemperer vai identificar, na *Lingua Tertii Imperii*, isto é, a língua do Terceiro Reich, esse fenômeno de que Heidegger se orgulhava. É a *Sprache, die für uns dichter und denkt*, isto é, a “língua que pensa e poetiza por nós”, de modo que não havia necessidade sequer de pensar para falar, já que havia uma linguagem moldada para traduzir a “realidade” do mundo nazista. E uma das palavras centrais dessa nova linguagem é *Blindlings*, que significa obediência cega dos comandados – isto é, não se deve pensar sobre ordens recebidas. A verdadeira comunidade (*Volksgemeinschaft*) não pensa; segue. É o que defendia Heidegger, com ardor.

Para ilustrar a entrega total e irrefletida de muitos intelectuais a Hitler, Klemperer, em seu estudo sobre a linguagem do nazismo, dá o exemplo de “Paula B.”, a assistente de um professor que ele conhecia e de quem este trabalho já tratou. Paula diz a Klemperer que não há nada sem Hitler em sua vida: “Agora pertenço totalmente ao Führer”. O professor lhe pergunta como é possível conciliar esse sentimento com o que ela havia aprendido de autores humanistas, como Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), um dos grandes expoentes do Iluminismo. Ao que ela responde: “Parece realmente inútil [argumentar], pois tudo o que o senhor me pergunta emana da razão, e os sentimentos que se escondem atrás dela trazem uma amargura *über Unwesentliches* (sobre o que não é essencial)”. Então Klemperer pergunta se é possível fazer perguntas a partir de outra premissa que não seja a da razão e questiona: “O que seria então *das Wesentliche* (o essencial)?” E Paula B. responde:

⁵⁹⁶ ROCKMORE, Tom. *On Heidegger's Nazism and Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1991, p. 65

Já lhe expliquei, fomos reconduzidos para casa [por Hitler], retornamos ao lar! O senhor tem de sentir isso, tem de entregar-se a esse sentimento. Para não sofrer esse *Unzuträglichkeit* [aborrecimento], do qual é vítima agora, o senhor precisa compreender a grandeza do Führer... E nossos clássicos? Não acredito de jeito nenhum que eles o contradigam, basta lê-los da maneira correta. Herder⁵⁹⁷, por exemplo, mesmo ele... É certo que eles [os clássicos] se permitiriam ser persuadidos.

Klemperer pergunta: “De onde a senhora retirou tanta certeza?”. E Paula B. responde:

De onde a certeza plena pode provir: da fé. Se tudo isso não lhe diz nada, então, pois então o nosso Führer tem toda a razão quando fala contra os... (ela engole rapidamente a palavra ‘judeus’ e continua) ... contra a inteligência estéril. Pois eu creio nele, precisava dizer que creio nele.⁵⁹⁸

Assim como Paula B., havia poucos nazistas convictos entre os intelectuais que aderiram ao regime. O próprio Heidegger não era um nazista – seu amigo Karl Jaspers, filósofo liberal e um dos expoentes do pensamento alemão da época, disse que Heidegger havia sido vítima de “intoxicação”, a mesma expressão usada por Melita Maschmann para justificar a adesão entusiasmada de jovens que não eram necessariamente nazistas.⁵⁹⁹ Klemperer fala em “envenenamento” dos intelectuais, o que transmite ideia semelhante.⁶⁰⁰

A queima de livros considerados inaceitáveis pelo novo regime, em 10 de maio de 1933, foi o momento simbólico da “capitulação” dos intelectuais. Schmitt, que um mês antes tornara-se formalmente membro do Partido Nazista,

⁵⁹⁷ A menção ao filósofo alemão Johann Gottfried Herder (1744-1803) aqui tem por objetivo ressaltar a importância excepcional que ele dava ao nacionalismo e ao patriotismo, e seu pensamento foi um dos lastros essenciais da formação do orgulho alemão por suas origens. Poliakov, por exemplo, atribui a ele a paternidade do “mito ariano”. Ver POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 92. Paula B. parece querer destacar que Herder já aceitava a ideia de que a emoção nacionalista deveria se sobrepor ao racional.

⁵⁹⁸ KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 180 e 181

⁵⁹⁹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 46. A palavra aparece em MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 73.

⁶⁰⁰ KLEMPLERER, Victor. Op. cit., p. 167

celebrou o episódio e exigiu a cassação da cidadania dos autores dos livros, pois colaboravam com o inimigo – o judeu.⁶⁰¹ A queima de livros foi justificada como uma espécie de purificação moral.

Em sua maioria, os intelectuais que embarcaram no discurso do Terceiro Reich eram conservadores nacionalistas, formados na tradição da burguesia educada constituída na era Guilhermina (1888-1918). Detestavam, em geral, a revolução de 1918 e a democracia parlamentar “não germânica” importada do Ocidente. Pensadores como Heidegger e Schmitt queriam o rejuvenescimento moral que Hitler prometera e deram o peso intelectual à nova moral nazista. Schmitt considerava que a democracia parlamentar não estava acima dos conflitos, que se perdia muito tempo com debates inúteis e que os direitos universais produziam cacofonia de valores e reivindicações. Política, para ele, era nada além de conflito entre inimigos – com o qual só ganhava o judeu, representado pelo liberalismo e pela “cultura do asfalto”, termo que tanto se refere à modernidade (asfalto da metrópole) como a uma qualidade rasa, pedestre. Ele defendia a homogeneidade, isto é, que todos fossem iguais (*gleich*), tendo em comum a raça ariana, sob a guarda do Líder. Em várias oportunidades, o jurista pregou o fim do sistema parlamentar, uma vez que a fragmentação política impedia a unidade da *Volk*.⁶⁰²

O totalitarismo foi bem aceito por aqueles que ansiavam pelo fim da imprevisibilidade. Mesmo depois da guerra, Melita Maschmann, que foi da Juventude Hitlerista, considerava a democracia algo “odioso”.⁶⁰³ Foram exatamente o desprezo da elite alemã pela democracia e seu desejo de substituí-la por alguma forma de autoritarismo que abriram caminho para a ascensão eleitoral do nazismo a partir de 1930.

A fonte da promessa de rejuvenescimento pela “vontade”, antirracional por definição, pode ser encontrada na doutrina de Langbehn, o ideólogo

⁶⁰¹ KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003, p. 46.

⁶⁰² SONTHEIMER, Kurt. *Antidemokratisches Denken in der Weimarer Republik: Die politischen Ideen des deutschen Nationalismus zwischen 1918 und 1933*. Munique: Nymphenburger Verlagshandlung, 1962, p. 79

⁶⁰³ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 192

völkisch que rejeitava em sua obra a supremacia da razão. “Com uma dose de misticismo pode-se guiar a vida de uma nação”, escreveu ele.⁶⁰⁴ Moralistas, guardiões das tradições antigas, inimigos da industrialização, eles advertiam contra a perda da fé, da unidade, dos “valores”. Sempre que podiam, denegriam a razão.

Para Langbehn, a cultura alemã estava sendo destruída pela ciência e pelo intelectualismo, e só se regeneraria pela arte e pela ascensão de grandes artistas numa nova sociedade. Langbehn odiava a ciência porque ela oferecia respostas concretas para os mistérios da vida, coisa que ele preferia manter na “poética obscuridade”, e questionava: “A cultura científica microscópica ajudou a alma humana de alguma maneira?”.⁶⁰⁵ Nietzsche também atacava a ciência, de fato, mas não como Langbehn; ele criticava a mediocridade de cientistas que viam a ciência como dogma, e preservava a tradição científica ocidental de perfil humanista. Langbehn, por sua vez, era hostil à ciência em geral e a seus resultados. Só aceitava a ciência que fosse intuitiva e valorativa.

O fim último da falsa ciência é registrar fatos; o fim último da verdadeira ciência é pronunciar julgamentos de valor. É claro que a última deve preceder a primeira, e a falsa ciência é falsa precisamente porque é apenas meia ciência. A objetividade [acadêmica] que trata todas as coisas como iguais é tão falsa quanto o moderno “humanitarismo”, que trata todos os homens como iguais.⁶⁰⁶

Para que esse conjunto de valores fosse disseminado, a educação tornou-se naturalmente a chave para o sucesso da ideologia *völkisch*. Em primeiro lugar, era importante identificar que os problemas do ambiente acadêmico da época, e os próceres *völkisch* dedicaram-se com afínco a essa tarefa. Lagarde, por exemplo, via as admiradas universidades alemãs como sinal da decadência moral do Reich, por falta de idealismo. Para ele e outros pensadores desse nacionalismo místico, o propósito da educação formal é sempre negativo, pois

⁶⁰⁴ LANGBEHN, Julius. *Rembrandt als Erzieher*. Leipzig: C.L. Hirschfeld, 1891, p. 203

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 60

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 67

encoraja o intelecto humano a lutar contra suas visões – ou seja, fossiliza a sensibilidade para as forças cósmicas.

Langbehn chega a dizer que “o professor é a doença nacional alemã” e que os alunos são “sacrificados ao Moloch da falsa cultura”.⁶⁰⁷ A ciência só é boa, nesse contexto, quando ajuda a superar as dúvidas sobre a visão cósmica e quando se torna auxiliar da “vontade”. O pensamento *völkisch* formulou uma noção de “verdade orgânica” (*organische Wahrheit*), segundo a qual a verdade não faz parte do saber nem do intelecto, mas está “no centro misterioso do povo e da raça”, conforme mais tarde definiu o ideólogo nazista Alfred Rosenberg.⁶⁰⁸

Assim, espalharam-se pelo país escolas cujo espírito estava voltado para a superação da “decadência”, e elas se tornaram centrais no sistema educacional alemão. Seus professores viriam a ser os principais colaboradores dos jornais antisemitas do final do século XIX, e a *Verein*, fraternidade estudantil do final da época, instrumentalizou o antisemitismo para fins de promoção do movimento.⁶⁰⁹

Desse modo, o ataque aos judeus tornou-se generalizado em todos os níveis do sistema de ensino alemão, da escola primária à universidade, anos antes da ascensão do nazismo. Não por acidente, isso se deu concomitantemente a outros aspectos centrais da ideologia *völkisch*, como o antimoderno, o anti-intelectual, o antirrepublicano e o antilivre-pensamento, que eram igualmente disseminados. Mesmo autores de livros didáticos simpáticos à República de Weimar elogiavam a ideologia da busca pelo “homem livre das amarras das grandes cidades, vivendo como genuíno e verdadeiro alemão, sem nenhum pensamento no ganho monetário”.⁶¹⁰ Era o elogio franco a uma ordem absoluta antiburguesa, que pode ser resumida no romantismo, a corrente literária que marcou a Alemanha no século XIX.

⁶⁰⁷ STERN, Fritz. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 127

⁶⁰⁸ KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 172

⁶⁰⁹ MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998, p. 194

⁶¹⁰ *Ibid.*, p. 269

Não se pode menosprezar, como já vimos, o papel desempenhado pelo romantismo também na “revolução nazista”, isto é, na conversão de todos os alemães a uma única forma de pensamento, eliminando o que Goebbels chamou de “a era do individualismo”.⁶¹¹ Como assinalou Klemperer, “tudo o que interessa ao nazismo já está contido, em germe, no romantismo: o destronamento da razão, a animalização do ser humano, a exaltação da ideia de poder, do predador, da besta louca...”.⁶¹²

A diversidade cultural burguesa, para os nazistas, gerava antagonismos e incertezas inaceitáveis. Era isso o que provavelmente Hitler tinha em mente quando destacava o compositor Wagner como seu ideal. Em sua visão, Wagner era a encarnação do triunfo da estética e da supremacia da arte – considerando-se que os projetos hitleristas de engenharia social para a Alemanha eram movidos basicamente pela noção de “beleza” vinculada à “raça superior”, de modo que a eventual eliminação dos elementos indesejados era, para o nazismo, um ato de construção artística, e não de destruição humana.

Hitler queria emular Wagner, queria viver como um herói wagneriano, como um gênio, um revolucionário, um personagem que se recusava a qualquer tipo de compromisso, um desafiador da antiga ordem e da ética burguesa do trabalho. Na música erudita, porém, a cantata *Carmina Burana* (1937), de Carl Orff, é o melhor resumo de toda a ideia nazista de cultura e de sua hostilidade ao moderno, com sua tonalidade crua, seus ritmos brutais e repetitivos, seus textos medievais e seus tons folclóricos, além do pulsar insistente, da ausência de qualquer coisa que possa engajar a mente. Era a música anti-intelectual, de simplicidade primitiva, que remetia a um passado camponês distante. Embora Orff não fosse propriamente nazista, pois suas relações com o regime eram ambíguas, *Carmina Burana* fez enorme sucesso na Alemanha nazista, por razões evidentes: era a ode a uma concepção profundamente romântica do mundo, que resgatava a “germanidade” do caos do século XX.

Esse fenômeno arrebatador levou o escritor Reck-Malleczewen a desabafar em seu diário, em 9 de setembro de 1937: “O hitlerismo é apenas um

⁶¹¹ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 120

⁶¹² KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 228

sintoma, indicando uma profunda perturbação de proporções cósmicas no mundo. Chegamos ao fim de cinco séculos de racionalismo e livre pensamento. Na área ocupada pela humanidade, um novo fator, o irracional, ressurgiu”.⁶¹³ Para Reck-Malleczewen, o “homem-massa” só podia existir nesse ambiente, no “útero da corrupção e do trogloditismo”, assim como “a lama é necessária ao porco”.⁶¹⁴ Mesmo o escritor Thomas Mann, que seria uma voz poderosa contra o nazismo em pouco tempo, num primeiro momento fez vista grossa à legislação antisemita nazista e disse que era “capaz de entender a revolta contra os judeus”, em razão da “influência dominante do intelecto judeu” sobre a Alemanha.⁶¹⁵

⁶¹³ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 54

⁶¹⁴ *Ibid.*, p. 55

⁶¹⁵ KONTJE, Todd. *Thomas Mann's World: Empire, Race, and the Jewish Question*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011, p. 12 e 13

4. SHOAH: UM IMPERATIVO MORAL

4.1 O extermínio como tarefa burocrática

A inversão moral contaminou a própria estrutura do Estado alemão. Conforme Ernst Frankel, que se exilou nos Estados Unidos em 1939 e foi um dos fundadores da ciência política alemã após a Segunda Guerra Mundial, havia dois Estados na Alemanha nazista: o primeiro era o Estado “normativo”, com suas instituições formais e sua burocracia oficial; o segundo era o “de prerrogativa”, isto é, o Estado extralegal, cuja legitimidade derivava da autoridade suprema do Líder e que sempre prevalecia em relação ao primeiro Estado. A saudação “Heil, Hitler” e o gesto nazista, com o braço erguido, transformaram-se rapidamente em símbolos da colaboração com o Estado “de prerrogativa”, em detrimento do Estado “normativo”.⁶¹⁶

A dualidade entre Estado e Partido se generalizou em cada nível administrativo. O Terceiro Reich se tornou uma massa de instituições que competiam umas contra as outras, todas na expectativa de atender os desígnios expostos por Hitler em seus discursos. Essa situação era de tal modo intrincada que a Promotoria que fez a acusação contra Eichmann, em seu julgamento em Jerusalém, teve dificuldade em estabelecer sua responsabilidade individual, ou mesmo de seu departamento, em vários casos.⁶¹⁷ Hitler disse que, se o Estado fracassasse em implementar as políticas do Partido, então o Partido teria de fazê-lo por conta própria. “A batalha contra o inimigo interno jamais será frustrada pela burocracia ou sua incompetência”, discursou Hitler em 11 de setembro de 1935.⁶¹⁸

⁶¹⁶ FRAENKEL, Ernst. *The Dual State – A Contribution to the Theory of Dictatorship*. Nova Jersey: The Lawbook Exchange, 2006, p. 54

⁶¹⁷ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 85

⁶¹⁸ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler – 4 volumes*. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 2, p. 692

O estilo profundamente personalista de comando de Hitler, a despeito de sua conhecida incapacidade de responder às demandas burocráticas cotidianas, dava oportunidade às iniciativas radicais vindas de baixo, estimulando-as e dando-lhes amplo amparo, se estivessem de acordo com as metas gerais do regime, facilmente reconhecidas graças aos pronunciamentos do Führer. A ditadura foi construída mais pelos outros do que por Hitler mesmo. Ele era a figura que representava a “renovação nacional”, o legitimador das ações tomadas por outras pessoas de modo a implementar a vontade desse Líder messiânico, num contínuo movimento – razão pela qual ele não podia se envolver com o dia a dia da administração, e isso o diferenciava dos demais líderes de perfil fascista na mesma época.

Esse modelo administrativo – se é que se pode chamar assim, pois o caos era a norma, já que as decisões eram sempre tomadas no calor dos acontecimentos, sem nenhum planejamento e sem que fosse possível consultar aquele de quem emanava a lei e a “verdade” – promovia uma violenta competição entre os diversos níveis de governo, uma espécie de “radicalização cumulativa”. O caminho para a ascensão ao poder nas entranhas do Terceiro Reich passava necessariamente pela capacidade de antecipação do “desejo do Führer” – e, sem esperar por ordens, tomar a iniciativa de promover o que se presumia ser esse desejo. Isso se dava tanto dentro da malha burocrática quanto entre os cidadãos comuns, que passaram a denunciar vizinhos e a explorar, a seu favor, o antissemitismo do regime.

Funcionários públicos nazistas, zelosos por definição, suspenderam seu próprio senso moral, inerente, como vimos, a cada ser humano dotado da capacidade de pensar, substituindo-o pelo sentido de estrito cumprimento do dever. Na máquina burocrática do nazismo, assim como em qualquer parte do mundo, o “Outro” em relação ao qual se deve ter responsabilidade moral, de acordo com a expectativa de reciprocidade, como vimos no Capítulo 1, não é o ser humano afetado pelo resultado final do trabalho, que de todo modo está muito distante e, no caso dos judeus, já estava fora do universo moral e jurídico da sociedade. A responsabilidade moral se dá em relação ao superior imediato, de onde emana autoridade, e ao colega de trabalho, que depende da cooperação

para que possa igualmente fazer bem suas tarefas. Para Hilberg, a cada estágio da *Shoah* os burocratas nazistas

[...] demonstraram uma impressionante habilidade desbravadora na ausência de diretivas, uma convergência de atividades sem parâmetros jurisdicionais, uma compreensão fundamental da tarefa mesmo quando não havia comunicação explícita.⁶¹⁹

Para que isso funcionasse dentro da ideia de Estado “total”, era preciso “coordenar” todas as instâncias da vida alemã numa única chave social, econômica e psicológica. O Partido Nazista dispunha de organizações profissionais – de médicos, professores, advogados, entre outros – que eram cópias das organizações profissionais existentes. A ideia era, primeiro, demonstrar que todos os setores da sociedade estavam representados no Partido, de modo que todos os alemães pudessem ser incluídos no movimento nazista, mesmo que não fossem membros formais; o segundo objetivo era esvaziar de significado as organizações e instituições que não estivessem integradas ao movimento.

O rápido e extraordinário sucesso da instalação da ditadura nazista na Alemanha só pode ser entendido quando se observa que o Partido Nazista, já antes de chegar ao poder, possuía uma estrutura que emulava a estrutura da própria sociedade, em todos os aspectos. Desse modo, uma vez no poder, os nazistas procederam à substituição imediata, pura e simples, das entidades organizacionais da sociedade pelas suas equivalentes no Partido, que já estavam prontas e operantes havia anos.

Já a partir de fevereiro de 1933, logo depois da chegada de Hitler ao poder, nenhum desvão da sociedade esteve livre dessa presença nazista. Não foram apenas as grandes organizações, como associações políticas, entidades

⁶¹⁹ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 263

econômicas e grupos sindicais, que se viram obrigadas a aceitar a doutrina de Hitler – ou aderiram a ela de modo entusiasmado, na maioria dos casos. Adaptou-se um verbete para designar a “coordenação”: *Gleichschaltung*. Trata-se de um termo técnico, tomado da engenharia elétrica, que significa alinhar a um único motor mestre vários motores. Isoladamente, esses motores funcionam em velocidades distintas; uma vez conectados ao motor mestre, passam a girar na velocidade deste, isto é, igual (*gleich*) a este. Assim, é possível notar que a intenção era transformar toda a sociedade, com seus distintos indivíduos, cada qual com sua “velocidade”, num único circuito integrado, absolutamente harmônico, que funcionaria exclusivamente de acordo com uma única vontade – a do Führer, o motor mestre. Exigia-se a aceitação dos princípios do regime em todas as esferas da vida pública e, por extensão, mesmo na vida privada. Como explica Arendt, o totalitarismo deve chegar ao ponto de acabar com a existência autônoma de toda e qualquer atividade, “mesmo que se trate de xadrez”⁶²⁰:

Não há cargo nem emprego de relevância pública, das agências de propaganda ao Judiciário, da representação no palco ao jornalismo esportivo, do ensino primário e secundário às universidades e sociedades acadêmicas, em que uma aceitação inequívoca dos princípios regentes não seja exigida. Quem quer que participe da vida pública, independentemente de ser membro do partido ou das formações de elite do regime, está implicado de uma ou outra maneira nas ações do regime como um todo.⁶²¹

A “coordenação” da vida sob o nazismo, isto é, o receio de perder a revolução que o nazismo parecia estar conduzindo de maneira tão inebriante, fez surgir inevitavelmente a questão moral e, como consequência, simplesmente transformou amigos de longa data em inimigos, da noite para o dia. Não se tratava apenas, nem em primeiro lugar, de uma reação motivada pelo medo da violência nazista, mas, antes, de desejo de participar da nova ordem. As relações

⁶²⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 372

⁶²¹ Idem. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 96

sociais se transformam em confronto, pois, no totalitarismo, toda a população passa a ser considerada suspeita. Conforme Arendt,

[...] simplesmente em virtude de sua capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição, e essa suspeita não pode ser evitada pela conduta exemplar, pois a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de ideia.⁶²²

Todos tentavam se desvincular dos suspeitos de traição ao regime, mesmo que fossem velhos conhecidos, de modo a mostrar que eram fieis e dedicados cidadãos alemães. A ideologia totalitária, explica Arendt, tem como paradigma a expectativa de que “a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana”, de modo que seria não apenas temerário, mas simplesmente inútil, resistir a esse movimento.⁶²³ Eis o espírito da lei no nazismo: as leis expressam o movimento contínuo, ao contrário da estabilidade proporcionada pelo direito positivo. Nada pode ser estável, pois Natureza e História, cujas leis são incontornáveis, são expressões desse movimento. Os participantes desse regime são indivíduos atomizados, sem quaisquer laços senão aqueles determinados pelo Partido e sua estrutura burocrática.

Assim, os poucos que não se deixavam “coordenar” (ou os que não podiam se “coordenar”, como os judeus) eram seres estranhos à nova ordem, que era tão atuante quanto ubíqua, e deviam ser isolados e, no limite, combatidos e eliminados, para que não pusessem todo o projeto nazista a perder. No vocabulário nazista, se *Gleichschaltung* queria dizer a sincronização dos circuitos da sociedade alemã, os que se recusassem a cooperar passariam pela *Ausschaltung*, isto é, pelo “desligamento”.

Quem quer que tenha participado da vida pública alemã entre 1933 e 1945, mesmo de forma passiva, silenciosa ou inocente, teve alguma responsabilidade nos crimes do nazismo, pois estava “coordenado”. A questão se resume apenas a decidir qual é o grau dessa responsabilidade, porque é óbvio

⁶²² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 481

⁶²³ *Ibid.*, p. 373

que não se pode colocar no mesmo nível o burocrata comum e a autoridade do Reich. Ainda assim, pode-se afirmar que todo o emaranhado burocrático criado pelo nazismo tinha como fim acabar com a responsabilidade pessoal dos servidores públicos e com o funcionamento racional da máquina do Estado. Os altos escalões não agiam conforme a lógica da produtividade; ao contrário, todas as ações passaram a se revestir da necessidade de manutenção do poder e do cumprimento da vontade do Führer.

As decisões de vida ou morte tomadas no regime totalitário, que diziam respeito a todos os alemães, não se materializavam em razão de critérios de desempenho ou eficiência, e sim segundo critérios exclusivamente voluntaristas – que são tempestuosos e podem mudar no minuto seguinte. A perseguição e o genocídio dos judeus enquadram-se nesse contexto: foram executados a despeito do fato, óbvio mesmo para quem estava dentro do regime nazista, de que eram prejudiciais aos interesses econômicos da Alemanha e de seus esforços de guerra. Na sociedade “coordenada” pelos nazistas, a racionalidade foi substituída sistematicamente pela necessidade de cumprir o desígnio histórico que o Führer anunciou. Nenhum outro país, em nenhum momento da história até então, havia experimentado tal renúncia coletiva à razão.

Para mensurar a força da “coordenação” durante o nazismo, basta observar como se comportaram aqueles que não estavam sob essa “coordenação”, isto é, os cidadãos dos países que, embora estivessem ocupados pela Alemanha, não atingiram o nível de entrega ao projeto eliminacionista nazista. Um caso importante foi o da França. Por volta de 1942, quando os antissemitas franceses souberam o que os alemães estavam fazendo com os judeus no Leste, nem eles aceitaram que os judeus franceses fossem deportados, pois não estavam “dispostos a ser cúmplices de assassinato em massa”, conforme explica Arendt. Os nazistas pouco puderam fazer a respeito, pois, “afinal, não possuíam nem o pessoal nem a força de vontade para manter a ‘dureza’ quando encontravam oposição determinada”.⁶²⁴

⁶²⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 183, 184

Situações semelhantes ocorreram nos países da Escandinávia, na Bélgica e na Holanda – onde houve protestos públicos de estudantes cujos professores judeus haviam sido demitidos –, além do notável caso da Dinamarca, onde o rei Cristiano X mandou dizer aos nazistas que usaria a estrela amarela caso os judeus fossem obrigados a portá-la, inviabilizando a segregação antissemítica.⁶²⁵ Nos países onde houve resistência, mesmo os funcionários nazistas sabotaram as ordens de Berlim, pois eles “havia deixado de ver com naturalidade o extermínio de um povo”, argumenta Arendt, e seu ideal de “dureza” derreteu “como manteiga ao sol”, provando que a “coordenação”, para funcionar completamente, dependia de um “desejo feroz de conformidade a qualquer preço”.⁶²⁶

Portanto, só seria possível aceitar a inocência dos alemães comuns, como muitos alegaram depois da guerra, se ela fosse coletiva, porque tudo na Alemanha sob o nazismo era coletivo, e isso obviamente é impossível. Assim, o problema moral apresentado pela “coordenação” não é dos nazistas convictos, mas dos não convictos, daqueles que simplesmente se deixaram “organizar” e que nada fizeram para subverter a ordem “por dentro”. Ao contrário: os 12 anos de vida do nazismo no poder – uma longevidade bastante razoável, considerando a instabilidade alemã desde o final do século XIX e no entre-guerras – provam o sucesso e a facilidade da “coordenação”. Em pouco tempo, a palavra *Gleichschaltung* já não era mais nem citada, “pela simples razão de que a sintonização e a automação tornaram-se fatos consumados, passando para o campo das obviedades”, como atesta Victor Klemperer.⁶²⁷

A “coordenação” extraiu dos alemães de diferentes origens sociais e intelectuais a obediência necessária para obter a coesão que Hitler perseguia. Em suas memórias, Melita Maschmann diz que essa “obediência cega” era uma “religião” – e, como tal, com um específico conjunto de valores:

⁶²⁵ No entanto, na Holanda, como na França, somente os judeus locais eram poupados ou socorridos; os judeus estrangeiros ficaram à mercê dos nazistas, graças, em grande parte, à indiferença ou à colaboração das lideranças judaicas e à indisposição dos holandeses em geral de correr riscos para proteger estrangeiros. Ver ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 187 a 190

⁶²⁶ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 194

⁶²⁷ KLEMPERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 246

Em nome dessa religião nós exigimos de nós mesmos a oferta de obediência cega. Isso certamente nos permitia abrigar virtudes reais, como coragem e autossacrifício. Mas essas virtudes eram desvalorizadas pela supressão de toda educação para a virtude central, que poderia, sozinha, ter dado sentido completo aos atos de coragem e de autossacrifício: ninguém nos fez pensar por nós mesmos ou desenvolver a habilidade de tomar decisões morais assumindo nossas próprias responsabilidades. Nosso motto era: O Führer ordena, nós cumprimos.⁶²⁸

A questão das decisões morais é retomada por Melita em suas reflexões depois da guerra. Dos alemães que colaboraram com o nazismo, diz a ex-nazista, “certamente se esperava que vivessem uma vida de renúncia e sacrifício [até mesmo o sacrifício da própria vida], mas eram dispensados de pensar por si mesmos e de desenvolver seu próprio senso de responsabilidade”.⁶²⁹ Bastava que cumprissem as ordens, nas quais acreditavam sem sombra de dúvida.

Como se antecipasse o zelo burocrático nazista, Weber, em 1919, identificou a diferença essencial entre o político e o funcionário público. Disse o sociólogo que o servidor deve executar as ordens “como se correspondessem às suas próprias convicções”, e “sem essa disciplina moral, no mais elevado sentido do termo, e sem essa abnegação, toda a organização ruiria”. Mas o funcionário não é responsável pelo que faz, argumentou Weber, pois esse papel é exclusivamente do líder político, “responsabilidade que ele não pode rejeitar nem delegar”. O problema, afirmou o sociólogo, é que burocratas, justamente por isso, são maus políticos, pois não podem, sob o aspecto moral, assumir responsabilidades políticas – e “infelizmente, esse tipo de funcionário ocupa, na Alemanha, postos de direção”.⁶³⁰

Embora estivesse referindo-se à nascente República de Weimar, Weber demonstrou as linhas gerais de um regime em que um sistema burocrático mastodôntico substituiu a própria política, ensejando o voluntarismo criminoso

⁶²⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 158

⁶²⁹ *Ibid.*, p. 210

⁶³⁰ WEBER, Max. *Ciência e Política – Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, p. 79

como valor, sem que nenhum dos funcionários públicos assumisse qualquer responsabilidade – esta recaía, como está claro, única e exclusivamente no Führer. Como alerta Bauman, a burocracia moderna é capaz de “coordenar a ação de grande número de indivíduos morais na busca de quaisquer finalidades, também imorais”.⁶³¹ Para superar a aversão pelo assassinato, impôs-se revestir o crime com o rótulo de “ordem superior” e desumanizar a vítima. No primeiro caso, era necessária a total lealdade e a completa identificação com a organização, mesmo que os atos exigidos por esta contrariassem princípios pessoais do executor. Era uma virtude moral, destinada a “pôr fim a todas as demais exigências morais”, como a responsabilidade, diz Bauman.⁶³²

A violência – quando revestida de técnica e ciência e quando resultava de atos que faziam sentido dentro das atribuições de zelosos burocratas, que, por definição, não pensavam no resultado final do processo, e sim somente no resultado de seu próprio ato – tinha o poder de anular a responsabilidade moral, e esse aspecto sombrio da civilização ocidental foi plenamente revelado pelo fenômeno nazista.

A preocupação dos organizadores do genocídio dos judeus era econômica, como de resto é econômica em qualquer organização burocrática, mas apenas em relação aos meios, e não aos fins. O raciocínio estava inteiramente voltado para a otimização do processo assassino, sem que os efeitos do genocídio em si, isto é, a aniquilação de preciosa força de trabalho, que não constituía nenhum risco para a segurança da Alemanha e que poderia ser muito mais útil viva do que morta, fossem levados em conta. Para Hilberg, a razão disso é tão simples quanto aterradora: para os nazistas, o genocídio era um fim em si mesmo, não era um meio.⁶³³ Matar todos os judeus da Europa, portanto, era o objetivo final. Os seres humanos de que tratava toda a operação eram meros números, não eram pessoas, e deviam ser eliminados com métodos científica e economicamente adequados. Na Alemanha, a burocracia e a ciência se deram as mãos para neutralizar a moralidade.

⁶³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 37

⁶³² *Ibid.*, p. 41

⁶³³ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers, 1985, p. 263

Além disso, como lembra Hilberg, era preciso evitar os “excessos” cometidos em meio ao processo de extermínio, isto é, tortura, orgias, saques e toda sorte de atrocidades, pois eram considerados empecilhos do ponto de vista administrativo. Afinal, o extermínio tinha de ser um processo absolutamente organizado – o assassinato cometido por impulso, e não de acordo com o estabelecido no processo, era punido pelas autoridades nazistas. Além disso, era preciso evitar os excessos porque poderiam chamar a atenção da opinião pública alemã, como aconteceu em alguns casos, para a natureza criminosa do processo, ameaçando retirar-lhe o caráter “nobre” que o discurso nazista lhe emprestara.⁶³⁴ Não que a corrupção fosse punida; só era punida a corrupção que não fosse chancelada pela cúpula nazista – ou seja, era preciso ter organização e disciplina até mesmo para ser corrupto.⁶³⁵

No caso do Terceiro Reich, não havia nem sequer a necessidade de pedir autorização a Hitler para segregar e depois para matar judeus, pois todos sabiam o que ele pensava a respeito. Até onde a documentação disponível permite saber, Hitler não deu nenhuma ordem por escrito, formal, para eliminar os judeus no avanço para o Leste, mas não há dúvida de que os planos de extermínio foram traçados segundo sua visão ideológica, já que os grupos de poder digladiavam-se entre si no governo nazista e, portanto, a solução mais radical era quase sempre a adotada, mesmo diante da obviedade de tamanho crime – sem falar de suas implicações econômicas e administrativas claramente prejudiciais para o esforço de guerra e mesmo para a vida cotidiana da Alemanha, conforme Hilberg.⁶³⁶

A mesma lógica, porém, não se aplicava aos não judeus. Um exemplo disso envolveu Arthur Greiser, o zeloso administrador da Reichsgau Watherland, também conhecida como Wathergau, uma das subdivisões dos territórios ocupados pelos nazistas na Polônia a partir de 1939. Ante uma epidemia de tuberculose, Greiser pediu a Himmler permissão para eliminar 35 mil poloneses que, segundo suas informações, eram doentes incuráveis. O argumento para a matança era que esses poloneses estavam contaminando

⁶³⁴ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 274

⁶³⁵ *Ibid.*, p. 276

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 270

crianças e policiais alemães. A resposta foi dada por um auxiliar de Himmler, que disse que tal iniciativa dependia de autorização de Hitler, e apenas dele. Greiser não se conformou – afinal, pouco antes, ele havia obtido autorização de Himmler para matar 100 mil judeus que estavam sob sua jurisdição. Em correspondência com o chefe da SS, ele disse: “Eu, pessoalmente, não acredito que Hitler tenha de ser consultado de novo a respeito desse assunto, sobretudo desde a nossa última conversa sobre os judeus, na qual ele me disse que eu deveria proceder segundo meu próprio julgamento”.⁶³⁷ Já que ele podia fazer o que bem entendesse com os judeus, disse Greiser, então o mesmo deveria se aplicar aos poloneses não judeus. Mas, por fim, Himmler não deu autorização para o massacre – ou seja: havia total liberdade de ação para o extermínio no Leste, desde que os alvos fossem claramente identificados como judeus. E Hitler não precisava ser consultado a respeito – a autorização para o massacre de 100 mil judeus organizado por Greiser foi dada por Himmler sem que, ao menos até onde se sabe, ele tenha pedido permissão formal ao Führer.

4.2 O papel do “Judeu conceitual”

As bases morais para o genocídio, necessárias para neutralizar os escrúpulos dos burocratas da *Shoah*, foram tornadas públicas por Hitler no seu mais importante discurso como chanceler, feito em 30 de janeiro de 1939. Nesse pronunciamento, de duas horas e meia, ele “profetizou” o extermínio dos judeus e mostrou as bases nas quais estava assentada a moral nazista. A primeira era o resgate da *Volk* germânica e seu destino “orgânico”, incluindo aí os alemães de todas as partes da Europa, num implacável império, para o qual tudo o que não dissesse respeito a esse universo poderia perfeitamente perecer – e, em alguns casos, deveria. A segunda base, como consequência da primeira, é que tudo

⁶³⁷ EPSTEIN, Catherine. *Model Nazi – Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland*. Nova York: Oxford University Press, 2012, p. 191. Ver também HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 269

aquilo que não pudesse se traduzir como benefício para a comunidade étnica germânica seria considerado, sem exceções, como imoral e ilegal. “Não há atitude que se justifique senão pela vantagem para a comunidade”, disse Hitler. A terceira base era o direito inalienável da Alemanha de obter seu *Lebensraum*, isto é, seu espaço vital, e todas as atitudes do Terceiro Reich estavam justificadas por isso. Por fim, a quarta base era, sem mais nem menos, a negação da própria moral universal. “Hoje, o Estado popular germânico não conhece nenhum preconceito social”, disse Hitler. “Do mesmo modo, não conhece nenhuma moral social especial. Só conhece as leis das necessidades da vida, no momento em que elas se revelam aos homens por meio da razão e do conhecimento.”⁶³⁸

Ele salientou, como em outras ocasiões, que, para as novas lideranças do mundo que ele estava criando, “o conhecimento não pode servir como substituto de atitude, coragem, valor e iniciativa, sob nenhuma circunstância”. Para a seleção desses líderes, disse Hitler, era preciso abandonar preconceitos, que ele qualificou de “moralismo social *nonsense*”. E ele decretou: “O que não for importante ou o que for prejudicial para a comunidade jamais pode ser visto como moral a serviço da ordem social”.⁶³⁹

No mesmo discurso, em seguida, Hitler elaborou seu caso para sustentar a necessidade de eliminar os judeus. Era um empreendimento nitidamente moral, pelo que facilmente se depreende de sua lógica. Ele começa dizendo que os judeus eram os responsáveis pela “mentira” disseminada no Ocidente segundo a qual a Alemanha nazista era um país violento e que desejava a guerra. Depois, carregado de ironia, ele aponta o que enxerga como cinismo das potências ocidentais, que acusam a Alemanha de perseguir os judeus e, ao mesmo tempo, dificultam a entrada dos refugiados judeus:

Eu gostaria de dizer o seguinte sobre a questão judaica: é verdadeiramente uma exibição vergonhosa quando se observa hoje que todo o mundo democrático se enche de lágrimas de

⁶³⁸ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.442

⁶³⁹ *Ibid.*, p. 1.442

pena por causa dos pobres e torturados judeus, enquanto permanecem duros e obstinados, contrariando aquela que seria obviamente sua missão: ajudar.⁶⁴⁰

Hitler afirmou que esses países queriam que a Alemanha lhes pagasse “uma certa contribuição monetária” para aceitar os imigrantes judeus. “Pouco importa”, comentou ele, “que a Alemanha já tenha sido boa o bastante ao prover por séculos ajuda a esses elementos (*os judeus*), que possuem nada além de doenças infecciosas políticas e sanitárias.”⁶⁴¹ Os judeus, disse Hitler, exploraram os ingênuos alemães à base de manipulações diversas e era necessário expor esses malfeitos a todo o mundo, que era o que os nazistas estavam fazendo. Para deixar ainda mais claro que se tratava de uma obrigação moral combater os judeus, o Führer os acusou de terem sido responsáveis pela inflação monstruosa do entre-guerras que consumiu a “poupança do povo alemão, acumulada após décadas de trabalho duro”, e também pela democracia de Weimar, que enfraqueceu a Alemanha, pelo desastre da guerra, que matou “800 mil crianças de nosso povo”, e ainda pelas injustiças do pós-guerra, incorporadas pelo Tratado de Versalhes.⁶⁴²

A soma de todas essas tragédias dava materialidade à causa nazista contra os judeus de maneira incontornável, qualificando de imorais aqueles que defendiam um tratamento humanitário para os que eram vistos como inimigos mortais do povo alemão. Por isso, Hitler afirmou no discurso que a Alemanha deveria deixar de lado “qualquer sentimentalismo” e pediu, dirigindo-se aos países ocidentais: “Não me reprovem com base em suas preocupações humanitárias”.⁶⁴³

Então, Hitler descreveu que atitudes pretendia tomar para impedir que os judeus, que “sabiam como obter as posições sociais de destaque”, continuassem a “parasitar” os alemães: “Vamos banir (*abzuschieben*) esse

⁶⁴⁰ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.442

⁶⁴¹ *Ibid.*, p. 1.442

⁶⁴² *Ibid.*, p. 1.442

⁶⁴³ *Ibid.*, p. 1.442

povo”.⁶⁴⁴ Depois das Leis de Nuremberg, da Noite dos Cristais e de toda a propaganda contra os judeus, Hitler parecia se sentir à vontade para, sem medir palavras, anunciar aos alemães e ao mundo o que pretendia fazer com os judeus, em nome de sua convicção moral – que àquela altura era também a convicção de muitos alemães, como se pode depreender da leitura dos diários de simples cidadãos. O “banimento” dos judeus era consequência natural da retórica nazista, já absorvida no discurso corriqueiro das ruas alemãs, como mostrou Victor Klemperer. Assim, não causou nenhuma surpresa o anúncio, cristalino, de que um grupo de pessoas, graças à sua suposta responsabilidade coletiva pela desgraça alemã e pela guerra europeia, responsabilidade essa vinculada à sua condição religiosa e étnica, estava condenado a ser expulso da Alemanha.

Mas algo pior estava sendo gestado e, nesse discurso histórico de 30 de janeiro de 1939, Hitler anunciou ao mundo, também, que os judeus seriam exterminados. A julgar pelo noticiário da época, essa passagem do pronunciamento causou apenas ligeiro mal-estar entre os líderes mundiais. O *New York Times* noticiou, em 31 de janeiro, que o discurso de Hitler fora recebido pelo governo britânico como uma mostra de que a Alemanha não queria a guerra – o título da reportagem era “Discurso de Hitler reduz o medo no Reino Unido”. Como se sabe, tal conclusão se provou ser muito mais um desejo do que uma avaliação correta da realidade, sem falar do erro de cálculo, algo comum e recorrente em se tratando da relação do governo inglês com Hitler antes da guerra, que ele buscava por todos os meios. Sobre a menção à destruição dos judeus, o *Times* informou que essa ameaça estava entre as passagens “menos agradáveis” do discurso, na visão britânica, ao lado da questão das colônias e da aliança militar ítalo-germânica.⁶⁴⁵ Ou seja: Londres não tratou a ameaça alemã de genocídio dos judeus como algo digno de censura especial, equiparando-a a outras questões geopolíticas.

Não é à toa, portanto, que Hitler estivesse tão à vontade. E ele não deixou escapar a oportunidade de antecipar, para quem quisesse ouvir, que sua intenção em relação aos judeus não era exatamente amistosa. Trata-se de algo

⁶⁴⁴ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.442

⁶⁴⁵ Hitler talk eases fears in Britain. **The New York Times**. Nova York, 31 jan. 1939, sem página.

muito próximo de uma confissão dos planos de extermínio, que não mereceu reparos, salvo os de praxe. A moral tal como entendida por Sócrates, isto é, a base da moral que o Ocidente desenvolveu, segundo a qual é melhor sofrer o mal do que fazê-lo, estava em franca desestruturação na Alemanha – e Hitler mostrou que o resto da Europa estava pronto a aceitar esse colapso como inevitável e, talvez, desejável, ante o risco de uma guerra ou do confronto com o “perigo vermelho”, representado pelo comunismo.

A “novidade” introduzida por Hitler, no seu projeto de reconstrução da moral à imagem e semelhança do nazismo, era a figura maligna do “Judeu”, responsabilizado tanto pelo colapso econômico europeu quanto pelo sucesso comunista. Era essencial, para a racionalização dos burocratas alemães em suas tarefas que resultariam na Solução Final, que se diferenciasse entre o “Judeu”, enquanto figura maléfica, e os judeus por quem, por alguma razão, esses mesmos burocratas nutriam alguma espécie de simpatia. No Tribunal de Nuremberg, quase todos os criminosos de guerra nazistas que estavam sendo julgados disseram que tinham “ajudado” algum judeu. Para Hilberg, isso sinalizava claramente a separação entre a tarefa de exterminar o “Judeu”, enquanto encarnação do Mal, e os sentimentos pessoais dos perpetradores em relação a certos judeus de seu círculo de amigos ou de convivência: “Eles preservavam o senso de ‘decência’. O destruidor dos judeus não era um ‘antisemita’”.⁶⁴⁶ Havia ainda a utilização desse “Judeu” como um conceito para qualificar o indesejado, o temido, o assustador. Era uma prática cristã para qualificar o caos ante a ordem representada pela Igreja e, até Hitler, estava restrita ao aspecto religioso e social. No dizer de Bauman,

[...] o Judeu conceitual desempenhou uma função de importância primordial; ele visualizava as horríveis consequências da transgressão de fronteiras, de não permanecer inteiramente a coberto de qualquer conduta que não a de lealdade incondicional e opção inequívoca; ele era o

⁶⁴⁶ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 289

protótipo e arquétipo de toda inconformidade, heterodoxia, anomalia e aberração.⁶⁴⁷

O “Judeu” passou a ser visto entre os nacionalistas como o único obstáculo real à realização dos ideais religiosos *völkisch*. A revolução *völkisch* se tornaria, assim, uma revolução antijudaica. Logo, quando Goebbels enfatizou o “Judeu” em sua propaganda política, ele não criou a hostilidade aos judeus; ele apenas explorou uma animosidade já existente na Alemanha, gestada durante anos de doutrinação *völkisch*.

A escolha do “Judeu” como inimigo poupou a burguesia alemã de uma revolução clássica: ela aderiu alegremente à “revolução racial” proposta por Hitler e já embutida na ideologia nacionalista do século XIX. Melita Maschmann, a seu modo, explicou essa estratégia mental, ao dizer que havia os judeus amigos – com os quais seus pais, embora antissemitas, se davam bem – e havia aqueles que representavam “um poder maligno, com as qualidades de um fantasma”. Segundo Melita, não havia necessidade de provar que o “Judeu” era mau, do mesmo modo que não era necessário provar que a Terra era redonda.

Aqueles judeus [grifo da autora] eram e permaneciam sendo algo misteriosamente ameaçador e anônimo. [...] Não era possível vê-los, mas eles estavam lá, uma força ativa do mal. Quando éramos crianças, contavam-nos histórias da carochinha que nos faziam acreditar em magos e bruxas. Agora, quando estamos velhos demais para isso, ainda acreditamos no “Judeu maligno”. Ele nunca nos apareceu em carne e osso, mas era na experiência cotidiana que os adultos acreditavam que ele existisse.⁶⁴⁸

Para Hitler, os judeus eram amorais, pois, segundo ele, não tinham sentimentos idealistas. Ou seja: o Führer equalizava moral e idealismo – e era disso que se tratava a chamada “revolução nazista”, que não foi uma revolução política ou econômica, mas uma revolução de sentimentos e atitudes. O aspecto

⁶⁴⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 60

⁶⁴⁸ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964, p. 40

moral de sua luta contra os judeus deu a Hitler um ar de respeitabilidade na classe média conservadora alemã – para o escritor Reck-Malleczewen, cheio de ironia, Hitler era o “anticristo da classe média”.⁶⁴⁹ O antissemitismo hitlerista não era de modo algum oportunista; era real e sincero, alinhado ao pensamento *völkisch*. O sucesso popular de seu discurso indica que os alemães eram bastante familiarizados com tal ideologia. O antissemitismo que alimentou o Terceiro Reich não resultava de um contexto histórico específico, de uma aberração, na Alemanha, mas era parte central de uma ideologia vastamente disseminada.

Não consta que algum outro líder político da importância de Hitler tenha explorado o “Judeu” conceitual de modo tão explícito, e também não há notícia de que algum outro líder igualmente importante tenha manifestado censura a seu discurso. “A Europa não poderá encontrar a paz antes de lidar de modo apropriado com a Questão Judaica”, declarou Hitler, em discurso em 30 de janeiro de 1939, depois de dizer que a Alemanha não estava sozinha na sua hostilidade aos judeus. Ele disse acreditar que a resolução da questão seria um bom pretexto para reaproximar países que estivessem em conflito, já que teriam um “objetivo comum” a alcançar, isto é, marginalizar os judeus. A tarefa era simples, em sua visão:

Tudo o que precisamos é pôr um fim à presunção corrente segundo a qual o Senhor Deus escolheu o povo judeu para ser o beneficiário de uma certa porcentagem das capacidades produtivas do corpo de outros povos e do seu trabalho.⁶⁵⁰

A menção ao aspecto religioso não é, obviamente, gratuita. Hitler sabia que falava a uma Europa cristã, habituada a desconfiar dos judeus e de sua suposta pretensão de ser o “povo escolhido” – uma leitura equivocada do conceito de responsabilidade embutido nessa missão autoatribuída pelos judeus. A imagem do judeu que parasitava as “capacidades produtivas de outros povos” completava essa moldura deveras estabelecida na Europa.

⁶⁴⁹ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 59

⁶⁵⁰ DÖMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.449

Hitler não falava para surdos; na verdade, ele imaginava mesmo que pregava para convertidos, e que, ademais, nada do que saía da sua boca era estranho para sua audiência, nem na Alemanha nem no resto do mundo ocidental. Então, o Führer fez sua famosa “profecia” – e é tentador lê-la como uma antecipação pura e simples da *Shoah*. Na verdade, porém, o discurso deve ser interpretado como o ápice da construção lógica do argumento moral para o extermínio de um povo. Era um convite ao resto dos alemães e dos europeus para aceitar o genocídio como uma imposição moral. Um povo como o judeu, que não se enquadrava nem no modelo de submissão nacional à cultura *völkisch* nem ao sonho idílico romântico germânico e europeu – pelo contrário, era visto como a quintessência da modernidade cosmopolita e intelectual e como a vanguarda da agitação política – não poderia viver na nova ordem moral defendida por Hitler. A advertência foi clara como o dia:

Eu fui muitas vezes profeta na minha vida, e fui muito ridicularizado por isso. Na época da minha luta para chegar ao poder, foi o povo judeu, particularmente, que ridicularizou minha profecia de que um dia eu assumiria a liderança desta Alemanha, deste Estado e de todo o povo e que eu pressionaria por uma solução para o problema judeu, entre outros problemas. A grande gargalhada dos judeus na Alemanha deve estar neste momento engasgada em suas gargantas, eu presumo. Mais uma vez, serei profeta: se a Judiaria Internacional das finanças [*Finanzjudentum*] for bem sucedida, tanto dentro quanto fora da Europa, em sua intenção de jogar a humanidade de novo numa guerra mundial, então o resultado não será a bolchevização do mundo, mas a aniquilação [*Vernichtung*] da raça judaica da Europa. [...] Os povos não querem perecer nos campos de batalha para que essa raça sem raízes, internacionalista, possa lucrar financeiramente dessa guerra e, assim, suprir seu desejo de vingança, conforme o Velho Testamento. O slogan judaico “Proletários de todo o mundo, uni-vos” será vencido por um lema muito mais sublime: “Homens criativos de todas as nações, reconheçam seu inimigo comum!”.⁶⁵¹

Meses antes, em novembro de 1938, Himmler dizia que a missão da Alemanha nazista era erradicar toda forma de “ideologia inimiga”, cujo “espírito

⁶⁵¹ DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, volume 3, p. 1.449-1.450

de liderança” estava nas mãos dos judeus. “Se a Alemanha e a Itália não forem aniquiladas, eles [os judeus] serão aniquilados [*vernichtet werden*]. Eis uma conclusão simples”, discursou ele a subordinados da SS.⁶⁵² Himmler voltaria ao assunto em 4 de outubro de 1943, num discurso a subordinados da SS na cidade de Posen. Em termos ainda mais claros, ele disse que os alemães tinham o “direito moral, em relação a nosso povo, de aniquilar essas pessoas que querem nos aniquilar”.⁶⁵³ Nesse discurso, que seria a única admissão gravada da cúpula nazista acerca do genocídio dos judeus, o chefe supremo da SS relembra a seus subordinados que a Solução Final, em se tratando de um dever moral, não deveria ser objeto de tergiversação de nenhuma espécie, muito menos humanitária. “Sem misericórdia!”, enfatizou Himmler:

Também quero lhes falar muito francamente sobre um assunto grave. Entre nós mesmos isso deve ser dito de maneira franca, embora jamais venhamos a falar disso em público. Assim como não hesitamos em 30 de junho de 1934 em cumprir o dever que nos foi imposto e colocamos camaradas contra o muro e atiramos neles [referência ao expurgo da SA na Noite dos Longos Punhais], e sobre aquele episódio jamais comentamos, também não comentaremos sobre este assunto [a Solução Final]. Aquele episódio nos chocou a todos, mas mesmo assim é certo que faríamos de novo se tais ordens fossem dadas e se fosse necessário. Quero me referir à evacuação dos judeus [*Judenevakuierung*], ao extermínio do povo judeu [*die Ausrottung des jüdischen Volkes*]. É daquelas coisas fáceis de falar – está claro que “o povo judeu está sendo erradicado [*ausgerottet werden*]”, diz cada membro do partido, “está em nosso programa a eliminação dos judeus [*Ausschaltung der Juden*], o extermínio [*Ausrottung*], e é o que estamos fazendo”. [...] E então aparecem todos os 80 milhões de bravos alemães, e cada um tem seu judeu decente [*anständigen Juden*]. Eles dizem: todos os outros são porcos, mas este aqui é um judeu de primeira classe [*ein prima Juden*]. Nenhum dos que assim falam testemunhou ou passou por isso [o processo de extermínio]. A maioria de vocês sabe o que significam 100 cadáveres dispostos lado a lado, ou 500, ou 1.000. Ter visto isso e, ao mesmo tempo, com exceção da fraqueza humana, ter permanecido decente, foi o que nos tornou duros. Esta é uma página de glória que jamais foi escrita e que jamais será, pois sabemos como teria sido para nós se, com todos os bombardeios que sofremos, os fardos e as privações da guerra, ainda

⁶⁵² KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 130

⁶⁵³ HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985, p. 275

tivéssemos judeus hoje em cada cidade como sabotadores secretos, agitadores e arruaceiros.⁶⁵⁴

A lógica, portanto, era atribuir peso à “defesa” da Alemanha contra os judeus e os comunistas, que, segundo essa visão, representavam uma ameaça existencial à nação alemã. Em vez de crime, do qual a classe média se horrorizaria, o extermínio dos judeus foi embalado em virtude moral. Justamente por isso o escritor Reck-Malleczewen manifestou, em seu diário, a razão pela qual ele temia Himmler: tratava-se de um “*petit bourgeois*”, isto é, de um desimportante representante da classe média que aderira ao nazismo pela conveniência de se ver livre dos judeus e dos comunistas, mas dotado “do poder absoluto de matar qualquer um”. Era, como a História mostrou, a combinação ideal para o genocídio.⁶⁵⁵

No nazismo, os judeus, que eram parte da sociedade alemã, perderam seus direitos, o que era praticamente inédito na Europa. Os armênios massacrados pelos turcos entre 1915 e 1917, por exemplo, já eram uma comunidade à parte no Império Otomano. Os judeus alemães, por outro lado, estavam perfeitamente assimilados e não eram, nem remotamente, uma minoria que se negasse a cumprir suas obrigações cidadãs – pelo contrário, havia entre os judeus alemães muitos heróis de guerra e dedicados patriotas, como era o caso de Victor Klemperer e do marido da professora Luise Solmitz. Nem a crise econômica brutal que se abateu sobre a Alemanha no entre-guerras pode ser considerada um argumento “racional” para a perseguição aos compatriotas judeus, porque o país estava se recuperando graças ao direcionamento da economia para a guerra a partir de 1935 – justamente o ano das Leis de Nuremberg. Assim, como vimos no Capítulo 5, o nazismo criou algo novo no mundo contemporâneo: o inimigo eleito não era mais externo, mas estava dentro da própria sociedade, integralmente ligado a ela.

⁶⁵⁴ STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002, p. 370

⁶⁵⁵ RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000, p. 187

Para que esse empreendimento funcionasse, os nazistas sabiam da necessidade de criar uma atmosfera favorável, posto que os judeus que seriam perseguidos não o seriam por alguma maldade ou crime que tivessem cometido, mas pelo simples fato de serem judeus. Eram pais de família, comerciantes, vizinhos, militares, médicos, professores, em resumo, conterrâneos comuns. A tarefa dos nazistas era mostrar que esses cidadãos eram vermes covardes e insidiosos escondidos sob a fantasia de bons alemães. E era preciso mostrar aos próprios judeus que, segundo os nazistas, os verdadeiros alemães não tolerariam sua existência, graças à sua natureza criminosa.

A oportunidade surgiu com a Noite dos Cristais – pogrom de 1938 que, como já vimos, não teve nada de espontâneo. Goebbels teve participação direta na organização da destruição das lojas e dos templos judaicos, criando o clima que tornaria “legítima” a perseguição aos judeus e constrangeria ao silêncio aqueles que não eram particularmente adeptos da violência. Mas a construção da realidade empreendida pelos nazistas iria além: era preciso transformar a vítima em culpada de sua própria desgraça, exatamente como fizera Hitler no discurso em que atribuiu aos judeus a responsabilidade pelo próprio extermínio que ele profetizou.

Goebbels mandou que a imprensa vinculasse o ódio que resultou na Noite dos Cristais aos próprios judeus, e os jornais, obedientes, cumpriram a tarefa de espalhar um clima de violento êxtase. O *Völkischer Beobachter*, órgão oficial do Partido Nazista, bradou:

São claras as conclusões que os alemães devem tomar desse evento [o assassinato do diplomata alemão Ernst vom Rath pelo judeu Herschel Grynszpan, estopim do pogrom]. Não devemos mais tolerar a situação na qual centenas de milhares de judeus dentro de nosso território controlam ruas inteiras de lojas, dominam locais de entretenimento e embolsam a propriedade de alemães como senhores ‘estrangeiros’ enquanto seus irmãos de raça incitam à guerra contra a Alemanha e assassina autoridades alemãs.⁶⁵⁶

⁶⁵⁶ BARD, Mitchell G. *48 Hours of Kristallnacht: Night of Destruction/Dawn of the Holocaust*. Guilford: The Globe Pequot Press, 2008, p. 7

Goebbels foi ainda mais longe e ordenou que os jornais mentissem, ao assegurar que nenhum fio de cabelo dos judeus havia sido tocado e que a violência foi cometida de modo apenas localizado – na realidade, 30 mil judeus alemães foram enviados a campos de concentração nos dias subsequentes, e 91 foram assassinados.

Para completar a total inversão entre algoz e vítima nesse caso emblemático, Hitler mandou que os judeus pagassem indenização pelo assassinato de Vom Rath, como se toda a comunidade fosse responsável pelo crime cometido por um judeu. Ao mesmo tempo, o Führer que proibiu as seguradoras de pagar pelos prejuízos causados pela Noite dos Cristais e mandou confiscar os eventuais pagamentos, o que tornou o pogrom bastante lucrativo. Mandou, ainda, que os próprios judeus limpassem os destroços do pogrom. Para Goebbels, ao obrigar as vítimas a pagar pela destruição de sua propriedade, o governo nazista fez “tábula rasa” – isto é, tornou inexistente toda a moral anterior. Para ele, “a visão radical triunfou”.⁶⁵⁷

Goebbels instruiu os jornais a dizer que somente “uma vitrine aqui, outra ali, foram quebradas” e que sinagogas “pegaram fogo de alguma maneira”. As reportagens, ordenou o ministro, não deveriam ter muito destaque na imprensa, que era lida no exterior, e não deveria haver fotos dos incidentes. No entanto, os textos deveriam deixar claro que os judeus tiveram o que mereceram, por conspirar durante séculos contra os alemães.

Em 11 de novembro de 1938, no *Völkischer Beobachter*, Goebbels atacou a “hostilidade contra a Alemanha por parte da imprensa judaica estrangeira” por causa da reação ao pogrom. Em artigo, cujo título era “Último aviso à Judiaria Internacional”, o ministro da Propaganda acusou essa reação de ser mentirosa. “O povo alemão”, escreveu Goebbels, “é um povo antissemita.” E ele prosseguiu:

A reação espontânea dos alemães ao covarde assassinato de Vom Rath ocorreu por causa de um instinto saudável. Eles [os alemães] não estavam satisfeitos por se permitirem ter seus

⁶⁵⁷ KERSHAW, Ian. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000, p. 145.

direitos restringidos ou por serem provocados pela raça parasita judaica.⁶⁵⁸

Segundo Goebbels, o governo tinha feito tudo para interromper a violência, e que o povo obedeceu. A Alemanha e os alemães não tinham do que se envergonhar. Ao final dessa campanha de imprensa organizada por Goebbels, o objetivo era criminalizar todo tipo de contato com os judeus – e aqueles que tivessem amigos judeus na Alemanha deveriam, de uma hora para outra, considerá-los como nocivos; do contrário, seriam vistos como inimigos do Estado.

A campanha incluiu uma série de artigos na linha defendida por Goebbels, segundo a qual os alemães eram antissemitas por definição e que sua reação contra os judeus, notadamente na Noite dos Cristais, estava em linha com uma alegada hostilidade histórica e contínua contra os judeus – todo esse discurso era estrategicamente desenhado para livrar as consciências alemãs da culpa por participar da perseguição aos judeus, ou por se omitir em relação a essa agressão.⁶⁵⁹

Para reforçar essa suposta disposição antijudaica atávica dos alemães, Hitler declarou a um ministro sul-africano, em 24 de novembro de 1939, que os judeus seriam aniquilados se, em algum momento, ele os deixasse de “proteger”, graças ao antissemitismo de seus conterrâneos.⁶⁶⁰ Tal raciocínio embutia duas considerações que Hitler certamente levava a sério: a primeira delas era que o destino dos judeus, coletivamente, dependia dele; a segunda, mais importante, é que, do ponto de vista moral, a morte dos judeus não seria considerada um crime, já que estava justificada pelo antissemitismo dos alemães, somado ao ódio alimentado pela suposta responsabilidade dos judeus pela situação de penúria da Alemanha no entre-guerras. Por essa razão, Hitler, em conversa com um diplomata tcheco, em 21 de janeiro de 1939, disse que “os judeus entre nós serão aniquilados”, uma consequência “natural” do sentimento alemão de

⁶⁵⁸ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 592

⁶⁵⁹ BANKIER, David. *Probing the Depths of German Antisemitism – German Society and the Persecution of the Jews, 1933-1941*. Jerusalém: Yad Vashem e Instituto Leo Baeck, 2000, p. 174-175.

⁶⁶⁰ EVANS, Richard. Op. cit., p. 604

vingança pelo assassinato de Vom Rath e por todos os alegados males causados pelos judeus.⁶⁶¹

Desse modo, Hitler transformou o antissemitismo em arma política a serviço de um Estado, algo até então inédito na história contemporânea ocidental. Segundo essa visão, somente a eliminação dos judeus faria a Alemanha recuperar-se. Ressalte-se que, naquele momento, Hitler muito provavelmente não estava anunciando o genocídio, mas a eliminação dos judeus da vida civil alemã, o que estava sendo efetuado de maneira feroz. Na documentação disponível, não há elementos capazes de sustentar que Hitler estivesse, antes da guerra, planejando efetivamente a *Shoah*, e a defesa rotineira da “eliminação” dos judeus era, basicamente, retórica, aplicando-se a toda forma possível de marginalização – os nazistas, nesse aspecto, eram muito criativos.

No entanto, é possível entender que a ênfase no termo “eliminação” preparou os sentidos dos alemães para aceitar, como algo inevitável, a morte de pessoas perfeitamente integradas à sociedade, como se fossem desde sempre inimigos, e que era um dever assegurar que nada se interpusesse no caminho da destruição dos judeus na Europa. A mediação política, era o que sugeria Hitler, passava pela incorporação do antissemitismo como um fato incontornável, e mesmo quem não odiava os judeus passou a agir conforme a norma, não apenas por receio de ser visto como opositor dos nazistas, mas, principalmente, para demonstrar apoio a um regime que muitos alemães, senão a maioria, viam como regenerador da alma do país.

Como já foi abordado neste trabalho, Hitler tinha à sua disposição, para formar sua opinião sobre os judeus e moldar a dos alemães, uma vasta literatura antissemita *völkisch*. Ele próprio menciona, em *Mein Kampf*, os mesmos estereótipos sobre os judeus do gueto disseminados pelo movimento *völkisch* em sua fase tardia, quando assumiu claramente o viés antijudaico. Conforme Hitler explica, seu ódio aos judeus se formou quando ele teve de ir para Viena, quando jovem, e encontrou judeus do Leste, uma visão que lhe causou horror. Na época em que Hitler estava em Viena, os judeus eram pouco menos de 10%

⁶⁶¹ EVANS, Richard. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005, p. 604

da população da cidade, uma presença forte e atuante. Por outro lado, havia judeus pobres na capital austríaca, sobre os quais os discursos do sionismo e do marxismo tinham grande apelo – alimentando a teoria de que os judeus eram tanto exploradores capitalistas quanto revolucionários socialistas.

No distrito onde viveu Hitler, quase 20% eram judeus, a maioria vivendo como pequenos comerciantes e vendedores ambulantes. Para Hitler, diante disso, a cidade era racialmente ultrajante. Ele acreditava que aqueles seres estranhos e detestáveis estavam tomando o lugar dos verdadeiros germânicos e eram a incorporação da imoralidade. “Nesse tempo”, escreveu Hitler, “se me abriram os olhos para dois perigos que eu mal conhecia pelos nomes e que, de modo nenhum, se me apresentavam nitidamente na sua horrível significação para a existência do povo germânico: marxismo e judaísmo.”⁶⁶²

Hitler explica sua trajetória intelectual até o antissemitismo político sempre ressaltando que nem sequer conhecia os judeus até então, de modo que não podia ter por eles nenhuma emoção especial. Quando tomou conhecimento da violenta militância dos antissemitas na Áustria, num primeiro momento ele disse que se posicionara contra essa perseguição, porque era necessário respeitar a religião alheia. “Em Linz havia muito poucos judeus”, comenta Hitler, como a justificar sua ignorância. “Com o decorrer dos séculos, o aspecto do judeu se havia europeizado e ele se tornara parecido com gente. Eu os tinha por alemães.”⁶⁶³ Já em Viena, ele diz que deixou de “errar pelas ruas como um cego”, atentando somente para a arquitetura, e passou a observar melhor “os homens”. Então aconteceu a “revelação” acerca dos judeus:

Um dia em que passeava pelas ruas centrais da cidade, subitamente deparei com um indivíduo vestido em longo caftã e tendo pendidos da cabeça longos cachos pretos. Meu primeiro pensamento foi: isso é um judeu? Em Linz, eles não tinham características externas da raça. Observei o homem, disfarçada mas cuidadosamente, e quanto mais eu contemplava aquela estranha figura, examinando-a traço a traço, mais me perguntava a mim mesmo: isso é também um alemão?⁶⁶⁴

⁶⁶² HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 22

⁶⁶³ *Ibid.*, p. 44

⁶⁶⁴ *Ibid.*, p. 46

Para sanar essa “dúvida”, Hitler buscou ajuda nos livros antissemitas austríacos. Ironicamente, ele considerou parte dessa literatura demasiadamente superficial e “anticientífica”, de modo que, segundo ele, resistiu a aceitar o ponto de vista dessas obras *völkisch*. “Torturado pelo receio de fazer uma injustiça”, escreveu Hitler, ele disse que evitou tirar conclusões. Parece claro que seu discurso é construído de tal maneira que, ao leitor, fique claro que Hitler não era um antissemita irracional, como a feroz militância austríaca, mas um antissemita consciente, iluminado pela verdade dos fatos e da ciência; logo, a adesão a esse discurso por parte dos alemães encantados com Hitler não seria fruto de constrangimento ou coerção, mas de voluntário impulso lógico.

Hitler estava convencido de que seu papel era esclarecer os ignaros e inocentes do perigo real representado pelos judeus, encontrando uma grande audiência em muitos casos sedenta de uma justificativa factível para seu antissemitismo. E o centro da construção de seu discurso era, como se quer demonstrar, moral. Primeiro, Hitler desqualificou os judeus sob esse aspecto, ao dizer que a “tão proclamada pureza moral desse povo” – aludindo à ideia de “povo eleito” – era uma farsa.⁶⁶⁵ Em seguida, como um médico que faz o diagnóstico desse doente moral, Hitler argumentou, munido de grande ironia:

De mais a mais, essa pureza moral ou de qualquer outra natureza era uma questão discutível. Que eles (os judeus) não eram amantes dos banhos, podia-se assegurar pela simples aparência. Infelizmente não raro chegava-se a essa conclusão até de olhos fechados. Muitas vezes, posteriormente, senti náuseas ante o odor desses indivíduos vestidos de caftã. A isso se acrescentem as roupas sujas e a atrair simpatia. Quando, porém, ao lado dessa imundície física, se descobrem as nódoas morais, maior seria a repugnância. Nada se afirmou em mim tão depressa como a compreensão, cada vez mais completa, da maneira de agir dos judeus em determinados assuntos. Poderia haver uma sujidade, uma impudência de qualquer natureza na vida cultural da nação em que pelo menos um judeu não estivesse envolvido? Quem, cautelosamente, abrisse o tumor haveria de encontrar, protegido contra as surpresas da luz,

⁶⁶⁵ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 47

algum judeuzinho. Isso é tão fatal como a existência de vermes nos corpos putrefatos.⁶⁶⁶

Hitler reforçava, assim, a ideia de que o judeu era o tumor maligno que infestava o *Volkskörper*, isto é, o “corpo do povo”. A vinculação da luta contra os judeus com a moral que naquele momento se estava concebendo na Alemanha fica, dessa maneira, suficientemente clara: combater os judeus significava não destruir a moral, mas “restabelecê-la”, dentro dos padrões da ordem germânica gestada pelo ultranacionalismo e pela tecnocracia que encontrou nos nazistas sua mais perfeita tradução.

⁶⁶⁶ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 47

5. CONCLUSÃO

Na epígrafe deste trabalho, Otto Dietrich zur Linde, o criminoso de guerra nazista inventado por Jorge Luis Borges no conto “Deutsches Requiem”, qualifica o nazismo como um “fato moral” e como a grande novidade desses tempos que, graças à *Shoah*, podemos sem grande dificuldade chamar de pós-humanos, em razão da renúncia coletiva à razão. Ao concluir esta tese, parece-nos útil recorrer novamente a Linde, pois ele manifesta muita tranquilidade acerca do julgamento da História. “Sei que casos como o meu, excepcionais e assombrosos agora, serão, muito em breve, triviais. Morrerei amanhã, mas sou um símbolo das gerações do futuro”, diz o nazista, projetando, para os dias vindouros, uma era em que crimes como os que ele e seus comparsas cometeram serão não apenas habituais, mas aceitos sem grande dificuldade, como fatos da vida.⁶⁶⁷

É um futuro sem responsabilidade – e, portanto, livre de amarras morais. Quando se questiona se é possível que uma tragédia como a *Shoah* se repita, é adequado prestar atenção em Linde e no seu cinismo. Ainda que seja um personagem de ficção, ele é a melhor tradução dos tempos sombrios do homem-massa, em que a vida não tem nenhuma importância no cálculo político, e a liberdade e o livre arbítrio são substituídos por certezas fabricadas por algum Líder carismático para conferir lógica ao caos e aliviar consciências.

A burocracia, por sua vez, é a estrutura necessária para conferir a todos e a cada um, na sociedade do homem-massa, funções específicas para atingir objetivos cuja inteireza somente o Líder e a vanguarda que o cerca sabem qual é. Todos, assim, trabalham para esse objetivo sem conhecê-lo integralmente, mas, afinal, isso não tem a menor importância, pois o Líder é justamente o único e singular veículo das promessas da redenção do mundo, de maneira que os mistérios dessa revolução só a ele dizem respeito – aos demais, cabe, burocraticamente, cumprir sua “vontade”. O importante, dessa maneira, é desempenhar com zelo a tarefa que lhe foi designada, tendo em vista completar

⁶⁶⁷ BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Buenos Aires: Emecé, 1982, p. 82

o trabalho de quem veio antes e facilitar o trabalho de quem vem depois no organograma tecnocrático. Tal estrutura livra todos e cada um do peso da responsabilidade sobre o resultado final do trabalho. Elimina-se o problema moral do conjunto da sociedade – mesmo que milhões de pessoas morram nesse processo.

A experiência do nazismo mostra que é a sociedade, e não um punhado de delinquentes desequilibrados, que torna a conduta imoral possível, pois, como vimos, embora seja à consciência que o indivíduo deve prestar contas de nossos atos, é em relação aos demais integrantes da sociedade que esses atos são qualificados. A dimensão do fenômeno da inversão moral depende do quanto a organização da sociedade é capaz de eliminar as objeções de consciência, de modo a fragilizar as relações humanas, das quais a moral depende sem sombra de dúvida. A questão central desta tese, isto é, como uma nação civilizada como a Alemanha pôde realizar a *Shoah*, pode ser substituída agora por outra, muito mais incômoda: qual sociedade moderna não seria capaz de cometer esse mesmo crime, se enfrentasse circunstâncias semelhantes? Não há uma resposta definitiva a essa pergunta, assim como não existe uma única visão sobre o nazismo e sua ampla aceitação pela sociedade alemã. No entanto, pode-se afirmar que a Alemanha não era uma aberração, que o nacionalismo, o racismo e o antissemitismo não eram peculiaridades nazistas e que a classe média europeia estava suficientemente assustada com o comunismo, desgostosa com a política tradicional e angustiada com a modernidade para aceitar soluções radicais que lhe devolvessem a paz de espírito. A despeito das características particulares alemãs que foram cruciais para o desenvolvimento do nazismo, a conclusão a que podemos chegar é que havia mal-estar suficiente na Europa para que projetos de realização da “sociedade perfeita” – que pressupõe a destruição dos “imperfeitos” – ganhassem status de ciência, num plano de engenharia social em cujo zênite a própria moral, tal como a conhecemos, só faz sentido se for lida ao reverso.

A persistência da ideia totalitária mesmo em ambiente de grande informação, isto é, a Alemanha, prova o colapso da estrutura moral que está na essência da cultura ocidental, de onde se podem destacar as noções de liberdade e justiça como parte das relações sociais e do Estado. A revolta dos intelectuais

alemães contra os burgueses, aceitando a moral da ralé, em que a violência explícita era um antídoto contra a hipocrisia burguesa, explica-se pelo que eles viam como um conflito entre burgueses e cidadãos – os primeiros julgavam o mundo pela medida dos seus interesses, enquanto os cidadãos se preocupavam com a coisa pública. Esse embate moral pode, no limite, fazer com que intelectuais interessados na paz e no bem-estar social aceitem como inevitável um regime de força, capaz de neutralizar a imoralidade burguesa. É uma aliança entre revolucionários e criminosos, organizada como um empreendimento técnico.

A crueldade sem limite observada no processo da *Shoah* resultou das grandes conquistas da sociedade racional, isto é, a burocracia, a hierarquia e a especialização. Do ponto de vista de seus perpetradores, a *Shoah* foi um empreendimento muito bem-sucedido, de acordo com os modelos de sucesso nas grandes organizações modernas. A racionalidade dos governados tornou-se uma arma para os governantes – que apostam que os cidadãos farão cálculos racionais de perdas e ganhos pessoais para apoiar (ou deixar de apoiar) um governo, e isso, à primeira vista, nada tem a ver com questões morais.

Dessa forma, é possível participar de um programa genocida, como o que foi proposto e arquitetado pelo nazismo, sem ser necessariamente um indivíduo imoral. Para isso, basta que sejam atendidas cinco condições. Primeiro, que o indivíduo integre uma organização à qual deve lealdade e obediência. Segundo, que a vítima seja desqualificada como ser humano e que sua extinção seja parte de um processo de depuração racial da qual depende a saúde da sociedade, respeitados os padrões científicos de engenharia social tão em voga naquela época. Além disso, é preciso que o crime seja cometido sem que o assassino o testemunhe, isto é, por meio de tecnologia. É necessário ainda que o crime seja assumido pela autoridade superior em nome de algo inquestionável, como a Natureza ou a História. A última condição é que a autoridade seja inatacável – pois a mínima dúvida sobre sua legitimidade faz com que o sujeito moral deixe de cumprir uma ordem que lhe pareça violentar a consciência.

Dadas essas condições, podemos definir a moral nazista segundo três características evidentes. Em primeiro lugar, o zelo burocrático do cumprimento do dever, exercido por cada um dos funcionários da máquina de extermínio,

treinados, como em toda entidade burocrática moderna, para pensar exclusivamente na realização de suas atribuições, e não sobre seus efeitos no processo final. Qualquer empreendimento empresarial ou estatal de grande envergadura torna-se imune à imposição moral de assistência recíproca, típica das relações familiares e fraternais; são apenas “negócios”, que devem ser gerenciados com a máxima eficiência. Não é por outra razão que a *Shoah* foi batizada de “solução final”, pois o que se procura, com a eficiência técnica, é a mera “solução de um problema” (*Endlösung*). A nova moral ordenava que todos fossem bons e eficientes burocratas, desumanizando o objeto de sua ação. A preocupação dos organizadores da *Shoah* era econômica – como de resto é econômica em qualquer organização burocrática mesmo nos dias que correm. Os seres humanos de que tratava toda a operação eram meros números, não eram pessoas. A burocracia fez a *Shoah* – como em toda máquina burocrática, bastava determinar a tarefa e ela se realizaria, sem nenhuma consideração moral.

Em segundo lugar, somente os integrantes da suposta comunidade nacional, a *Volksgemeinschaft*, eram dignos de atenção e preocupações morais. A *Volksgemeinschaft* foi uma mentira oferecida pelos nazistas aos alemães para criar uma cumplicidade entre desclassificados, liderados por uma burocracia de bandidos. Era uma proposta tentadora para preencher o vazio que resultou do colapso das estruturas políticas e sociais da Alemanha e da Europa em geral. O processo de transformação moral é de apartamento absoluto. Foi tal separação que tornou possível que milhares matassem e milhões assistissem a esse assassinato em massa sem protestar. Mas a separação envolve igualmente o algoz, como indivíduo. O totalitarismo é possível, sempre, graças ao isolamento absoluto dos homens na sociedade de massas. Isolado, o homem nem sequer está consigo mesmo, característica da solidão, que é o momento íntimo de reflexão. O isolado não reflete sobre si nem sobre nada – apenas segue a lógica, qualquer uma, agarrando-se a ela e a outros indivíduos isolados. O isolamento absoluto é o desenraizamento total, numa sociedade em que todos se tornam supérfluos.

Finalmente, em terceiro lugar, a moral nazista se caracteriza por um amplo projeto de reengenharia social, com vista a acabar com as classes sociais,

amalgamando-as em uma única entidade “racial”. Essa transformação se dá de maneira altamente planejada, e é executada com imenso zelo burocrático.

Tendo a moral nazista em perspectiva, pode-se dizer que a *Shoah* foi possível basicamente graças a três fatores. O primeiro é que o chamado “processo civilizador” não foi capaz de impor nenhum constrangimento real à consecução do genocídio. Ao contrário: para que ele acontecesse, foi preciso a colaboração extensiva da sociedade alemã e a omissão da civilização europeia. A *Shoah* é uma tragédia judaica, mas é, principalmente, uma tragédia da civilização. O segundo fator é que as vítimas comportaram-se racionalmente e, em função disso, facilitaram o trabalho de seus algozes. Entregues a um sistema em que as chances de sobrevivência, inexistentes na realidade, dependiam de manipulação de privilégios, quase sempre falsos, os judeus se desintegraram como comunidade e como seres morais, tornando-se incapazes de estabelecer laços de solidariedade num universo em que prevalecia o cada um por si. O terceiro fator é que a máquina burocrática alemã, como vimos, era exemplar. Toda a estrutura técnica para realizar um empreendimento como a *Shoah* já existia mesmo antes de Hitler chegar ao poder. A Alemanha imperial valorizava a burocracia e o respeito à autoridade como valores culturais, conforme se nota na literatura *völkisch* fartamente utilizada nesta pesquisa.

Além disso, houve uma convergência de ao menos três fatores históricos e culturais que facilitaram a inversão moral na Alemanha de Hitler. O primeiro deles é o louvor à guerra como instrumento de afirmação nacional após a Unificação, em 1871, e, principalmente, após a derrota na Primeira Guerra, que foi atribuída a “traidores”. O segundo é o estímulo à superordenação e subordinação nas relações entre líderes e liderados. Houve amplo apoio de banqueiros, comerciantes, magistrados, industriais e jovens oficiais oriundos da classe média para um projeto de controle estatal mais vigoroso na Alemanha nos anos 20 e 30, como resultado de séculos de fragilidade e conflitos internos. A democracia parlamentar representava uma fraqueza intolerável. O sonho era de uma unidade completa, sem nenhuma discórdia. O terceiro fator, como consequência dos outros dois, foi o estabelecimento de um clima de terror por parte de grupos oriundos da classe média dispostos a derrubar o Estado republicano. Hitler se destacou justamente por ser, entre os líderes desses

grupos, aquele disposto a ser o mais implacável. A população, cansada da violência, deu seus votos aos chefes dos grupos mais fortes – justamente aqueles que, se contrariados, eram os mais violentos.

Pode-se dizer que nenhuma das condições que possibilitaram a *Shoah* tenha deixado de existir, e a civilização, portanto, continua apta a negar-se como tal e a cometer crimes semelhantes, dependendo das circunstâncias. A cultura burocrática faz com que a sociedade seja vista como um empreendimento administrativo e, portanto, com diversos problemas a serem solucionados por meios técnicos, tendo em vista a necessidade de controle da natureza, que é o elemento supostamente não racional a ameaçar seu “equilíbrio”. A organização social com essa característica demanda que os elementos considerados nocivos a seu desenvolvimento sejam isolados e, no limite, extirpados, para que não contaminem o resto da sociedade.

A atualidade do problema moral suscitado pela *Shoah* pode ser avaliada pela dificuldade que os alemães tiveram para analisar, depois da guerra, o seu papel, como sociedade, na tragédia que seu país provocou. Os nazistas tentaram esconder todas as provas do genocídio não só porque sabiam que se tratava de crime, mas na presunção de que poderiam apagá-lo da história. Quem dele participou ou dele teve conhecimento, mesmo indireto, estava disposto a acreditar que ele nunca aconteceu, como se pode depreender dos diários aqui expostos. Seria como um conto fantástico em meio à narrativa nazista, se fosse o caso de contá-lo, mas a aposta era no completo esquecimento, de modo a anular qualquer possibilidade de remorso ou responsabilização.

“O alemão médio busca as causas da última guerra não nos atos do regime nazista, mas nos acontecimentos que levaram à expulsão de Adão e Eva do Paraíso”, ironiza Arendt.⁶⁶⁸ Para ela, os alemães não tinham condição de encarar a verdade nem que quisessem, pois não dispunham do instrumental moral para isso, graças ao processo de inversão que analisamos nesta pesquisa.

E que verdade é essa de que Arendt fala? Melita Maschmann, em suas memórias sobre seus tempos como fiel seguidora de Hitler, responde: “Nenhum de nós, nem mesmo os mais educados, sensíveis e eruditos, nem mesmo o mais

⁶⁶⁸ ARENDT, Hannah. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 273

pio dos homens, pode se sentir imune à possibilidade de, um dia, também se tornar um cego e frio servidor do demônio”.⁶⁶⁹

⁶⁶⁹ MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard Schuman, 1964, p. 221

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 Fontes primárias

BERADT, Charlotte. *Das Dritte Reich des Traums*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

BYTWERK, Randall L. *Landmark Speeches of National Socialism*. Austin: Texas A&M University Press, 2008

CÉLINE, Louis-Ferdinand. *Bagatelles Pour Un Massacre*. Paris: Editions Denoël, 1937

CHAMBERLAIN, Houston S. *The Foundations of the Nineteenth Century*. Londres: John Lane Company, 1911

DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

DOMARUS, Max. *The Complete Hitler* – 4 volumes. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007

GOEBBELS, Joseph. *Der Angriff - Das kleine abc des Nationalsozialismus*. Berlim: Kampf-Verlag, 1929, p. 3

_____. *The Goebbels Diaries – 1942-1943*. Westport: Greenwood Press, 1970.

_____. *Final Entries 1945: The Diaries of Joseph Goebbels*. South Yorkshire (UK): Pen & Sword Books, 1978.

GOLDENSOHN, Leon. *As Entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEIDEN, Konrad. *The Führer*. Nova Jersey: Castle Books, 2002.

HECK, Alfons. *A Child of Hitler: Germany in the Days When God Wore a Swastika*. Phoenix: Renaissance House Publishers, 2001.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001.

JOCHMANN, Werner (org.). *Nationalsozialismus und Revolution – Ursprung und Geschichte der NSDAP in Hamburg – 1922-1933 – Dokumente*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1963

KALSHOVEN, Hedda. *Ich denk so viel an Euch: ein deutsch-hollaⁿdischer Briefwechsel 1920-1949*. Munique: Luchterhand, 1995

KLEMPLERER, Victor. *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

_____. *Os Diários de Victor Klemperer*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAGARDE, Paul. *Deutsche Schriften*. Goettingen: Dieterichsche verlagsbuchhandlung, 1878

LANGBEHN, Julius. *Rembrandt als Erzieher*. Leipzig: C.L. Hirschfeld, 1891.

MASCHMANN, Melita. *Account Rendered – A Dossier of My Former Self*. Londres: Abelard-Schuman, 1964.

MATTHÄUS, Jürgen; ROSEMAN, Mark. *Jewish Responses to Persecution: Volum 1, 1933-1938*. Lanham (Maryland): AltaMira Press, 2009

MICHEL, Wilhelm. *Verrat am Deutschtum – Eine Streitschrift zur Judenfrage*. Hannover e Leipzig: Paul Steegemann Verlag, 1922

MOELLER, Arthur van der. *Die Zeitgenossen – Die Geister, die Menschen*. Mindens: J.C. Bruns, 1906

MOSSE, GEORGE L. (ed.) *Nazi Culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 2003.

NOAKES, Jeremy e PRIDHAM, Geoffrey. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 1: The Rise to Power – 1919-1934*. Exeter: University of Exeter Press, 1998.

_____. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 2: State, Economy and Society – 1933-1939*. Exeter: University of Exeter Press, 1998.

_____. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 3: Foreign Policy, War and Racial Extermination – 1919-1945*. Exeter: University of Exeter Press, 1998.

_____. *Nazism, a Documentary Reader. Volume 4: The German Home Front in World War II – 1919-1945*. Exeter: University of Exeter Press, 1998.

POLENZ, Wilhelm von. *Der Büttnerbauer*. Hamburgo: tredition, s/d.

RECK-MALLECZEWEN, Friedrich. *Diary of a Man in Despair*. Londres: Duck Editions, 2000.

RIEHL, Wilhelm Heinrich. *Land und Leute*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1861.

_____. *Die Bürgliche Gesellschaft*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1851.

SOMBART, Werner. *The Jews and Modern Capitalism*. Kitchener (Ontário): Batoche Books, 2001

STACKELBER, Roderick e WINKLE, Sally A. *The Nazi Germany Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2002.

The Jewish Peril – Protocols of the Learned Elders of Zion. Londres: The Britons, 1920.

TREVOR-HOPER, H.R. (org.) *Hitler's Table Talk*. Nova York: Enigma Books, 2000.

WEINBERG, Gerhard L (ed.). *Hitler's Second Book – The Unpublished Sequel to Mein Kampf*. Nova York: Enigma Books, 2003.

6.2 Fontes secundárias e bibliográficas

ABEL, Theodore. *Why Hitler Came to Power*. Cambridge: Harvard Press University, 1986

ALY, Götz. *Hitler's Beneficiaries*. Nova York: Metropolitan Books, 2007.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANKIER, David. *Probing the Depths of German Antisemitism – German Society and the Persecution of the Jews, 1933-1941*. Jerusalém: Yad Vashem e Instituto Leo Baeck, 2000.

_____. *The Germans and the Final Solution: Public Opinion under the Nazis*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

BARANOWSKI, Shelley. *Strength Through Joy: Consumerism and Mass Tourism in the Third Reich*. Nova York: Cambridge University Press, 2004

BARD, Mitchell G. *48 Hours of Kristallnacht: Night of Destruction/Dawn of the Holocaust*. Guilford: The Globe Pequot Press, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENJAMIN, Walter. “Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura”. In: *Obras Escolhidas*, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994

BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*. Albany: State University of New York Press, 1985.

BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Buenos Aires: Emecé, 1982

BROWNING, Christopher R. *Ordinary Men – Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. Nova York: HarperCollins, 1998.

BROSZAT, Martin. *German National Socialism, 1919-1945*. Santa Barbara: Clio Press, 1966.

BULLOCK, Alan. *Hitler: a Study in Tyranny*. Nova York: HarperCollins, 1962.

BURLEIGH, Michael. WIPPERMANN, Wolfgang. *The Racial State – Germany 1933-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991

BURUMA, Ian; MARGALIT, Avishai. *Ocidentalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CANTOR, Geoffrey. SWETLITZ, Marc (eds.) *Jewish Tradition and the Challenge of Darwinism*. Chicago: University of Chicago Press, 2006

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e Castigo*. São Paulo: Editora 34

_____. *Os Demônios*. São Paulo: Editora 34.

ELEY, Geoff. *Reshaping the German Right – Radical Nationalism and Political Change after Bismarck*. New Haven: Yale University Press, 1980

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

EPSTEIN, Catherine. *Model Nazi – Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland*. Nova York: Oxford University Press, 2012.

EVANS, Richard. *The Coming of the Third Reich*. Londres: Penguin, 2003.

_____. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2005.

FELIPPE, Marcio Sotelo. *Razão Jurídica e Dignidade Humana*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1996.

FEST, Joachim. *Hitler*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FISCHER, Conan (ed.). *The Rise of National Socialism and the Working Classes in Weimar Germany*. Providence: Berghahn Books, 1996

FLEMING, Gerald. *Hitler and the Final Solution*. Berkeley: University of California Press, 1984

FRAENKEL, Ernst. *The Dual State – A Contribution to the Theory of Dictatorship*. Nova Jersey: The Lawbook Exchange, 2006.

FREUD, Sigmund. “Mal-Estar da Civilização”. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1978

FRIEDLÄNDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews – The Years of Persecution – 1933 - 1939*. Nova York: HarperCollins, 1998.

_____. *Nazi Germany and the Jews – The Years of Extermination – 1939 - 1945*. Nova York: HarperCollins, 2007.

FRITZSCHE, Peter. *Germans Into Nazis*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. *Life and Death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

FULDA, Bernhard. *Press and Politics in the Weimar Republic*. Oxford: Oxford University Press, 2009

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler – Consentimento e Coerção na Alemanha Nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GREGOR, Neil. *Nazism*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HAFFNER, Sebastian. *Defying Hitler*. Nova York: Picador, 2002.

HILBERG, Raul. *Destruction of the European Jews*. Nova Jersey: Holmes & Meier Publishers Publishers, 1985

JÄCKEL, Eberhard. *Hitler in History*. New England: Brandeis University Press, 1984.

JASPERS, Karl. *The Question of German Guilt*. Nova York: Fordham University Press, 2000.

KANT, Immanuel. “A religião dentro dos limites da simples razão”. In: *Os Pensadores*. Tradução de Tania Maria Bernkopf e outros. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984

_____. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martin Claret, 2003

_____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001

_____. “Fundamentação da metafísica dos costumes” In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KERSHAW, Ian. *Hitler, Um Perfil do Poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. *The Hitler’s Myth*. Nova York: Oxford University Press, 2001.

_____. *Hitler – 1889-1936 Hubris*. Nova York: Norton, 2000.

_____. *Hitler – 1936-1945 Nemesis*. Nova York: Norton, 2000.

_____. *The Nazi Dictatorship – Problems and Perspectives of Interpretation*. Londres: Hodder Arnold, 2000.

KONTJE, Todd. *Thomas Mann's World: Empire, Race, and the Jewish Question*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011

KOONZ, Claudia. *The Nazi Conscience*. Cambridge: The Harvard University Press, 2003.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe e NANCY, Jean-Luc. *O Mito Nazista*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

LAQUEUR, Walter. *Young Germany – A History of the German Youth Movement*. Nova Jersey: Transaction Publishers, 1984

LARGE, David Clay. *Where Ghosts Walked: Munich's Road to the Third Reich*. Nova York: W. W. Norton and Company, 1997.

LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988

LEVY, Richard S. (ed.) *Antisemitism – A Historical Encyclopedia of Prejudice and Persecution – Volume 1*. Santa Barbara (Califórnia): ABC-CLIO, 2005

LOMBARDO, Paul A. *Three Generations, No Imbeciles: Eugenics, the Supreme Court, and Buck vs. Bell*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008

LUKACS, John. *O Hitler da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 2000

MARCUSE, Harold. *Legacies of Dachau – The Uses and Abuses of a Concentration Camp – 1933-2001*. Nova York: Cambridge University Press, 2001

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

MERKL, Peter H. *Political Violence under the Swastika: 581 Early Nazis Papers*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1975

MOMMSEN, Hans. *The Third Reich Between Vision And Reality, New Perspectives On German History 1918-1945*. Nova York: Palgrave USA, 2004.

MORAES, Eduardo Jardim de. (org) *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Humanitas, 2001.

MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology – Intellectual Origins of the Third Reich*. Nova York: Howard Fertig, 1998.

NEUMANN, Franz. *Behemot – The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal – Prelúdio de uma Filosofia do Futuro*. Curitiba: Hemus, 2001

_____. *A Vontade de Poder*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008

_____. *Genealogia da Moral: uma Polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

PAXTON, Robert. *The Anatomy of Fascism*. Nova York: Random House, 2004.

PEGORARO, Olinto A. *Ética e Justiça*. Petrópolis: Vozes, 1995

POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *De Voltaire a Wagner*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. *A Europa Suicida: 1870-1933*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies – Volume 2: Hegel and Marx*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

PROCTOR, Robert N. *Racial Hygiene – Medicine Under the Nazis*. Cambridge: Harvard University Press, 1988

ROCKMORE, Tom. *On Heidegger's Nazism and Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1991

SCHOLDT, Günter. *Autoren über Hitler. Deutschsprachige Schriftsteller, 1919-1945, und ihr Bild vom "Führer"*. Bonn: Bouvier, 1993

SHIRER, William L.. *Berlin Diary: The Journal of a Foreign Correspondent – 1934-1941*. Nova York: Rosetta Books, 2011. Kindle Edition.

SÓCRATES. "Apologia de Sócrates". In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 2000

SONTHEIMER, Kurt. *Antidemokratisches Denken in der Weimarer Republik: Die politischen Ideen des deutschen Nationalismus zwischen 1918 und 1933*. Munique: Nymphenburger Verlagshandlung, 1962

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

SPOTTS, Frederic. *Hitler and the Power of Aesthetics*. Londres: Pimlico, 2003.

STANNARD, David E. *American Holocaust: The Conquest of the New World*. Nova York: Oxford University Press, 1992

STEINER, George. *In Bluebeard's Castle – Some Notes Towards the Redefinition of Culture*. New Heaven: Yale University Press, 1971

STERN, Fritz. *Five Germanys I Have Known*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.

_____. *The Politics of Cultural Despair – A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. Berkeley: University of California Press, 1997.

TRAVERS, Martin (ed.). *European Literature from Romanticism to Postmodernism – A Reader in Aesthetic Practice*. Nova York: Continuum, 2001

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre Ética*. Petrópolis: Vozes, 1997

WEBER, Max. *Ciência e Política – Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.

WEINBERG, Gerhard L. *Germany, Hitler and World War Two*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995

WEISS, Sheila Faith. *Race Hygiene and National Efficiency – The Eugenics of Wilhelm Schallmayer*. Berkeley: University of California Press, 1987.

WELCH, David. *The Third Reich – Politics and Propaganda*. Londres: Routledge, 1993

WILLIAMS, John Alexander. *Turning to Nature in Germany – Hiking, Nudism, and Conservation, 1900-1940*. Stanford: Stanford University Press, 2007

WISTRICH, Robert. *Hitler and the Holocaust*. Nova York: Modern Library, 2003.

6.3 Artigos de revistas

BENHABIB, Seyla. Identity, Perspective and Narrative in Hannah Arendt's "Eichmann in Jerusalem". **History and Memory**, vol. 8, nº 2, Indiana University Press, 1996, p. 35-39

EZRA, Michael. The Eichmann Polemics: Hannah Arendt and Her Critics. **Democratiya**, Nova York, ed. 9, 2007, p. 141-162.

KAPOSI, David. To Judge or Not to Judge: The Clash of Perspectives in the Scholem-Arendt Exchange. **Holocaust Studies: A Journal of Culture and History**, vol. 14, nº 1, 2008, p. 93-116

6.4 Arquivos digitais

The New York Times

URL: <http://global.nytimes.com/>

The New York Review of Books

URL: <http://www.nybooks.com>

German History in Documents and Images

URL: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>

The Avalon Project – Yale Law School

URL: <http://avalon.law.yale.edu/>

WorldCat – Catálogo internacional de bibliotecas online

URL: <https://www.worldcat.org/>

Google Books

URL: <http://books.google.com.br/>

HNet – Humanity and Social Sciences Online

URL: www.h-net.org

Goethe Universität – Frankfurt am Main.

URL: <http://www2.uni-frankfurt.de/>

O Estado de S. Paulo

URL: <http://acervo.estadao.com.br>

6.5 Documentos digitais

Office of the US Chief of Counsel for Prosecution of Axis Criminality, *Nazi Conspiracy and Agression*, 8 volumes. Washington DC: US Government Printing Office, 1946. URL: http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/NT_Nazi-conspiracy.html. Acesso em 10 mar. 2009.

HITLER, Adolf. Brief über das Judenprobleme – 16. September 1919. In: Lehrveranstaltung “Schlüsseltexte und Dokumente zur Geschichte des Nationalsozialismus”. Universität Wien, Institut für Zeitgeschichte, 2008/2009. Disponível em http://www.kurt-bauer-geschichte.at/PDF_Lehrveranstaltung%202008_2009/02_Hitlerbrief_Gemlich.pdf. Acesso em 20 fev. 2010.

TREITSCHKE, Heinrich von. Unsere Aussichten. In *Preußische Jahrbücher* 44, Heft 5 (novembro de 1879). Disponível em http://germanhistorydocs.ghidc.org/pdf/deu/411_Treitschke. Acesso em 10 ago. 2011.

STELLRECHT, Helmut. Glauben und Handeln. Ein Bekenntnis der jungen Nation. Berlin, Zentralverlag der NSDAP, Franz Eher Nachf., 1943. Disponível em www.calvin.edu/academic/cas/gpa/glauben.htm. Acesso em 8 fev. 2011

ERICKSEN, Robert. Christian Complicity? Changing Views on German Churches and the Holocaust. United States Holocaust Memorial Museum – Center for Advanced Holocaust Studies, p. 2 e 3. Disponível em <http://www.ushmm.org/research/center/publications/occasional/2009-11/paper.pdf>. Acesso em 10 fev. 2011.

[_Juden%20sind%20Unglueck_112.pdf](#)